



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Fátima Almeida da Silva

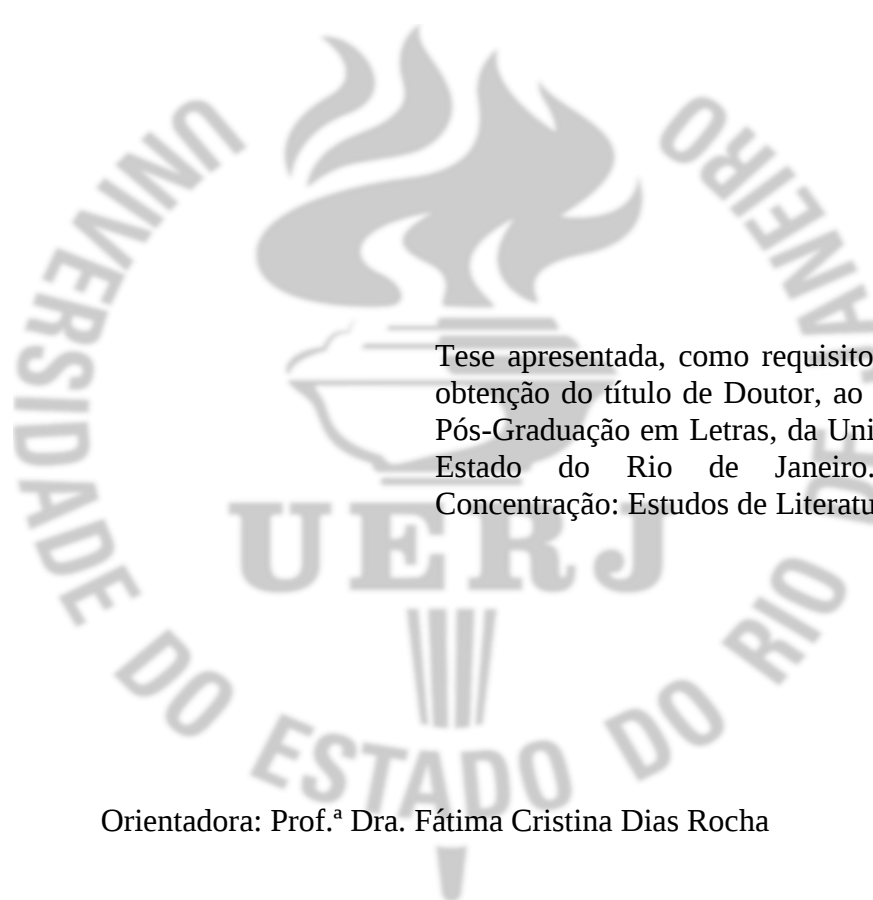
Literatura do cárcere e literatura no cárcere: *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, e *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes

Rio de Janeiro

2023

Fátima Almeida da Silva

Literatura do cárcere e literatura no cárcere: *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, e *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estudos de Literatura.

Orientadora: Prof.^a Dra. Fátima Cristina Dias Rocha

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S586 Silva, Fátima Almeida da.
Literatura do cárcere e literatura no cárcere: Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos, e Memórias de um sobrevivente, de Luiz Alberto Mendes / Fátima Almeida da Silva. – 2023.
165 f.

Orientadora: Fátima Cristina Dias Rocha.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Ramos, Graciliano, 1892-1953 - Crítica e interpretação – Teses. 2. Ramos, Graciliano, 1892-1953. Memórias do cárcere – Teses. 3. Mendes, Luiz Alberto, 1952- - Crítica e interpretação – Teses. 4. Mendes, Luiz Alberto, 1952-. Memórias de um sobrevivente – Teses. 5. Memória na literatura – Teses. 6. Prisão na literatura – Teses. 7. Violência na literatura – Teses. I. Rocha, Fátima Cristina Dias. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(81)-95

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fátima Almeida da Silva

Literatura do cárcere e literatura no cárcere: *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, e *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estudos de Literatura.

Aprovada em 30 de janeiro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Fátima Cristina Dias Rocha (Orientadora)

Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Leonardo Davino de Oliveira

Instituto de Letras - UERJ

Prof.^a Dra. Giovanna Ferreira Dealtry

Instituto de Letras - UERJ

Prof.^a Dra. Beatriz dos Santos Damasceno

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcelo dos Santos

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

A Deus, que me iluminou para que eu conseguisse realizar este trabalho.

Ao meu pai Josias (*in memoriam*).

À minha mãe Neuza, pessoa com quem amo partilhar a vida.

Aos alunos do Colégio Estadual Professor Carlos da Costa.

Às alunas do Colégio Estadual Primeiro Tenente PM Hailton dos Santos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à querida professora Fátima Cristina Dias Rocha, pela orientação. Agradeço pelo diálogo e pelas correções precisas e atentas, pelo carinho, pela confiança e, principalmente, pelo auxílio indispensável oferecido durante a confecção deste trabalho. Agradeço por não ter desistido de mim. Muito obrigada por tudo!

Agradeço à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por minha formação. Agradeço também ao Programa de Pós-graduação por possibilitar estudos mais avançados em um tema que desperta em mim desejos mais profundos. Agradeço, em especial, às funcionárias Ana Célia e Cláudia, da Secretaria de Pós-graduação, que sempre me auxiliaram, respondendo atentamente aos meus e-mails desesperados.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Leonardo Davino de Oliveira, Prof.^a Dra. Beatriz dos Santos Damasceno, Prof.^a Dra. Giovanna Ferreira Dealtry e Prof. Dr. Marcelo dos Santos, que aceitaram gentilmente fazer parte de meu trajeto acadêmico. Também aos membros do Exame de Qualificação, Prof.^a Dra. Beatriz dos Santos Damasceno e Prof. Dr. Leonardo Davino, pelos conhecimentos compartilhados.

Agradeço aos profissionais Lídio e Jorge, que me auxiliaram com as traduções para esta tese.

Agradeço ainda a meu querido pai Josias e à minha querida mãe Neuza, pelo amor e dedicação que tive e tenho.

Tinham as mãos amarradas, ou algemadas, e ainda assim os dedos dançavam, voavam, desenhavam palavras. Os presos estavam encapuzados; mas inclinando-se conseguiam ver alguma coisa, alguma coisinha, por baixo. E embora fosse proibido falar, eles conversavam com as mãos. Plinio Ungerfeld me ensinou o alfabeto dos dedos, que aprendeu na prisão sem professor:

– Alguns tinham caligrafia ruim – me disse –. Outros tinham letra de artista.

A ditadura uruguaia queria que cada um fosse apenas um, que cada um fosse ninguém: nas cadeias e quartéis, e no país inteiro, a comunicação era delito.

Alguns presos passaram mais de dez anos enterrados em calabouços solitários do tamanho de um ataúde, sem escutar outras vozes além do ruído das grades ou dos passos das botas pelos corredores. Fernández Huidobro e Mauricio Rosencof, condenados a essa solidão, salvaram-se porque conseguiram conversar, com batidinhas na parede. Assim contavam sonhos e lembranças, amores e desamores; discutiam, se abraçavam, brigavam; compartilhavam certezas e belezas e também dúvidas e culpas e perguntas que não têm resposta.

Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada.

Eduardo Galeano.

RESUMO

SILVA, Fátima Almeida da. *Literatura do cárcere e literatura no cárcere*: Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos, e Memórias de um sobrevivente, de Luiz Alberto Mendes. 2023. 165 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Com esta tese, temos como objetivo fundamental a análise de duas memórias prisionais, a saber: *Memórias do cárcere* (1953), de Graciliano Ramos, e *Memórias de um sobrevivente* (2001), de Luiz Alberto Mendes. Cada um desses livros de memórias apresenta sua singularidade, uma vez que o primeiro nos conta a trajetória de um escritor que passa pela condição de prisioneiro, durante a ditadura de Getúlio Vargas, e o segundo narra a história de vida de um homem “comum” que se torna escritor na prisão, no período da ditadura militar. Como fundamentação teórica, temos como referência os estudos críticos acerca de ambas as obras. Nas *Memórias do cárcere*, estudaremos o modo como o narrador se relaciona com o outro no cárcere e os recursos estilísticos usados na narrativa memorialista. Nas *Memórias de um sobrevivente*, investigaremos o modo como o narrador re(cria) sua infância na criminalidade, até alcançar a maioridade, e o surgimento de um criminoso que se apaixona pela cultura e pela literatura a partir do contato com os livros em um dos períodos mais difíceis que vivencia na prisão.

Palavras-chave: Prisão. Memórias. Ditadura. Violência. Aprendizagem.

ABSTRACT

SILVA, Fátima Almeida da. *Prison literature and literature in prison: Memórias do cárcere*, by Graciliano Ramos and *Memórias de um sobrevivente*, by Luiz Alberto Mendes. 2023. 165 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

The fundamental aim of this dissertation is the analysis of two imprisonment memoirs, namely: *Memoirs of Prison* (1953), by Graciliano Ramos, and *Memoirs of a survivor* (2001), by Luiz Alberto Mendes. Each one of these memoirs has its own uniqueness, since the first tells us the story of a writer who was imprisoned during President Getulio Vargas' dictatorship, and the second one tells us the life story of an "ordinary" man who becomes a writer in prison during the military dictatorship. As a theoretical foundation, we have the critical studies on both works as reference. In *Memoirs of prison*, we will study how the narrator relates to the other in prison and the stylistic resources used in his memoirist narrative. In *Memoirs of a Survivor*, we will look into how the narrator re(creates) his childhood in crime, until he reaches adult age, as well as the emergence of a criminal who falls in love with culture and literature from his contact with books in one of the most difficult periods he experiences in prison.

Keywords: Prison. Memoirs. Dictatorship. Violence. Learning.

RESUMEN

SILVA, Fátima Almeida da. *Literatura de la cárcel y literatura en la cárcel: Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, y *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes. 2023. 165 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

El objetivo fundamental de esta tesis es analizar dos memorias carcelarias: *Memórias do cárcere* (1953), de Graciliano Ramos, y *Memórias de um sobrevivente* (2001), de Luiz Alberto Mendes. Cada uno de estos libros de memorias presenta su singularidad, ya que el primero nos cuenta la trayectoria de un escritor que atraviesa la condición de prisionero, durante la dictadura de Getúlio Vargas, y el segundo narra la historia de vida de un hombre "común" que se convierte en escritor en la prisión, durante la dictadura militar. Como fundamentación teórica, tenemos como referencia los estudios críticos sobre ambas obras. En *Memórias do cárcere*, estudiaremos la forma en que el narrador se relaciona con el otro en la cárcel y los recursos estilísticos utilizados en su narración memorialista. En *Memórias de um sobrevivente*, investigaremos la forma en que el narrador (re)crea su infancia en la criminalidad, hasta alcanzar la mayoría de edad, y el surgimiento de un criminal que se apasiona por la cultura y la literatura a partir del contacto con los libros, en uno de los períodos más difíciles que vive en la prisión.

Palabras clave: Prisión. Memorias. Dictadura. Violencia. Aprendizaje.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1 O TRABALHO COM A MEMÓRIA: O EU COMO PERSPECTIVA DE SI MESMO	21
2 LEITURAS CRÍTICAS SOBRE <i>MEMÓRIAS DO CÁRCERE</i> E SOBRE <i>MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE</i>	29
2.1 Perspectivas sobre as <i>Memórias do cárcere</i>	29
2.2 Reflexões sobre as <i>Memórias de um sobrevivente</i>	40
3. AS <i>MEMÓRIAS DO CÁRCERE</i> E “O CÁRCERE DAS ALMAS”.....	47
3.1 Graciliano e a aprendizagem com o outro no cárcere.....	47
3.2 Graciliano e os modos de narrar as <i>Memórias do cárcere</i>	68
4. LUIZ ALBERTO MENDES: O ENCANTO PELAS LUZES E PELOS LIVROS.....	91
4.1 Como o narrador re(constrói) sua vivência na criminalidade.....	91
4.2 Como o narrador (re)elabora sua transformação em um “ser social e sociável”....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	137
ANEXO A – Entrevista de Luiz Alberto Mendes concedida à revista <i>Cult</i>	141
ANEXO B – Entrevista de Luiz Alberto Mendes concedida à revista <i>Getúlio</i>	144
ANEXO C – Entrevista de Luiz Alberto Mendes concedida à revista <i>Revestres</i>	152
ANEXO D – Conto “Cela forte”, de Luiz Alberto Mendes.....	159

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta tese se dedica ao estudo de duas obras: *Memórias do Cárcere* (2020 [1953]), de Graciliano Ramos, e *Memórias de um sobrevivente* (2001), de Luiz Alberto Mendes. A primeira obra reúne as memórias do escritor Graciliano Ramos sobre o período em que ele esteve preso, durante a ditadura varguista; a segunda nos traz o relato de um homem comum que, desde sua infância, já praticava pequenos delitos, até, na condição de maior de idade, ser preso por latrocínio e por homicídio.

Na literatura brasileira, identifica-se, com nitidez, um grande número de obras memorialísticas que não estão condicionadas ao *leitmotiv* prisional. Trata-se de relatos memorialísticos e/ou autobiográficos que compõem uma galeria de textos pessoais, alguns escritos no século XIX ou na passagem para século XX, como *Minha formação* (1900), de Joaquim Nabuco. Antes dele, outro escritor renomado, José de Alencar, já havia escrito *Como e porque sou romancista*, a história de sua formação como escritor, publicada em 1893. No século XX, têm lugar muitas outras manifestações da escrita memorialística no Brasil, e seria exaustivo enumerá-las aqui.

Na década de 1940 e, principalmente, a partir da década de 1950, os escritores que haviam participado do movimento modernista começaram a escrever suas memórias, em que faziam uma espécie de “balanço” do caminho percorrido: em 1954, Manuel Bandeira publicou *Itinerário de Pasárgada*; ainda em 1954, Oswald de Andrade publicou *Um homem sem profissão – Sob as ordens de mamãe*; em 1956, José Lins do Rego publicou *Meus verdes anos*; em 1959, Augusto Frederico Schmidt lançou *As florestas*; em 1968, Murilo Mendes publicou *A idade do serrote*. A partir da década de 1970, Pedro Nava começou a publicar suas memórias: em 1972, *Baú de Ossos*; *Balão Cativo*, em 1973; *Chão de Ferro*, em 1976; *Beira-mar*, em 1978; *Galo das Trevas*, em 1981; *O círio perfeito*, em 1983; e *Cera das almas*, publicado, postumamente, em 2006. Em 1973, Érico Veríssimo dera a público o primeiro volume de suas memórias, intitulado *Solo de Clarineta I*, e, em 1976, o autor publicou *Solo de Clarineta II*. Os exemplos se sucederiam, estendendo-se até a atualidade, em que destacamos, entre outras obras, *Coração andarilho* (2009), de Nélida Piñon, *Pai, pai* (2017), de João Silvério Trevisan, e *Menino sem passado* (2021), de Silviano Santiago.

Assim, se existe uma tradição de escritas de memórias no Brasil, pretendemos assinalar, com esta pesquisa, a formação de uma outra tradição, que seria a de um viés específico da escrita memorialística: a escrita de memórias prisionais, elaborada por autores

que, em algum momento de sua vida, viveram a experiência do cárcere, tendo julgado relevante (re)elaborar essa experiência.

Dentre essas memórias prisionais, algumas foram incluídas pela *Revista Cult* (nº 59, 2002) no quadro que essa revista chamou de “O rol dos excluídos”, que reunia as seguintes produções de “presos comuns”: *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*, de William da Silva Lima (1991); *Letras da liberdade* (vários autores do Carandiru, com organização de Wagner Veneziani Costa) (2000); *Diário de um detento: o livro*, de Jocenir (2001); *Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru*, de Hosmany Ramos (2001); *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes (2001); *Enjaulado: o amargo relato de um condenado pelo sistema penal*, de Pedro Paulo Negrini (2002); *Sobrevivente André du Rap* (Do massacre do Carandiru), de André du Rap e Bruno Zeni (2002); e *Vidas no Carandiru (Histórias reais)*, de Humberto Rodrigues (2002).

As memórias prisionais incluem, ainda, as narrativas memorialísticas oriundas de experiências vividas em tempos ditatoriais no Brasil, as quais não foram produzidas por homens comuns, mas por escritores e jornalistas, encarcerados por questões políticas. Citemos alguns exemplos¹: as já mencionadas *Memórias do Cárcere* (1953), de Graciliano Ramos; os contos “Delírio número 1”, “Delírio número 2” e “Companheiras”, do livro *Aruanda* (1957), de Eneida de Moraes; *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira; *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis (1980); *Batismo de sangue*, de Frei Betto (1982); *Feliz ano velho*, de Marcelo Rubens Paiva (1982), em alguma medida; *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, de Glênio de Sá (1990); a obra coletiva *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos* (1997); *Verdade Tropical*, de Caetano Veloso (1997); *Memórias do Esquecimento*, de Flávio Tavares (1999); *Ousar lutar: memórias da guerrilha que vivi*, depoimento de José Roberto Resende a Mouzar Benedito (2000); *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*, de Marco Antônio Tavares Coelho (2000); *Geração de 60: geração esperança*, de Maria Lúcia Resende Garcia (2003); *O baú do guerrilheiro: memórias da luta armada urbana no Brasil*, de Ottoni Fernandes Júnior (2004); *Memórias*, de Gregório Bezerra (2011), *Pagu: autobiografia precoce*, de Patrícia Galvão (2020).

Diante de um panorama tão amplo, o motivo para a escolha das obras selecionadas nesta pesquisa foi singular. Sempre fui instigada pelos escritos de Graciliano Ramos, tanto que, durante a minha formação no ensino superior, escrevi, com o professor Ronaldo Lima

¹ Não podemos nos esquecer de Orestes Barbosa, que, no livro *Na prisão* (1922), reúne crônicas que mostram o universo da prisão no período do início da República. O escritor e jornalista político Orestes Barbosa, nesse livro, compõe “tipos” de presos, como, por exemplo, “O piolho de cobra” e “Os estranguladores da ‘Velha da mala de ouro’”, além de narrar situações vividas na prisão, como acontece na crônica “Natal na cadeia”.

Lins, da Faculdade de Letras da UFRJ, o projeto intitulado “As *Memórias do cárcere* e a região escura das memórias”, no qual eu aproximava as *Memórias do cárcere* do romance *A peste*, de Albert Camus. Não tive, porém, a oportunidade de desenvolver tal projeto. Além do interesse pelo escritor Graciliano Ramos, sempre me chamaram a atenção temas como a loucura e a prisão na literatura, dado que tanto a loucura quanto a prisão são momentos extremos na vida de um ser humano. Inicialmente, pensei em incluir nesta pesquisa o *Diário do Hospício*, de Lima Barreto, pois o hospício em que o escritor ficou internado constituiu para ele uma forma de prisão. Mas, como tal inclusão tornaria mais extenso o meu *corpus*, mantive na pesquisa, entre as memórias prisionais de escritores, apenas as obras de Graciliano Ramos e de Luiz Alberto Mendes.

Quanto às *Memórias de um sobrevivente*, o que me motivou a trabalhar com esse livro foi, parafraseando as palavras de Sylvia Molloy², uma “curiosidade crítica” por relatos escritos por quem de fato cometeu crimes e cumpre pena por aquele crime pelo qual foi condenado. Sempre tive a curiosidade de conhecer como é a vida de um prisioneiro, e o livro de Luiz Alberto Mendes, de certa forma, passa uma imagem dessa vivência a partir do momento em que revela, entre outros fatores, a ambição do indivíduo como um móvel que o leva a optar pelo mundo do crime. Luiz Alberto Mendes poderia ser um trabalhador comum, mas ele não se contentou com essa condição, e, para ter dinheiro, mulheres e drogas, seu caminho foi o dos constantes assaltos, “às cegas”, para citar o nome do segundo livro de Mendes (*Às cegas*, 2005).

Nas pesquisas que fiz para esta tese, constatei que há muitos trabalhos de fôlego sobre memórias prisionais, mas ainda não encontrei um trabalho acadêmico que trouxesse, em seu âmago, dois autores que tiveram duas experiências distintas com a prisão, por se inserirem em contextos socioculturais e políticos diferentes. Citemos alguns desses trabalhos, em geral, acadêmicos. Começamos pelas pesquisas sobre *Memórias do cárcere*: “Vivência, reflexão e combate: sobre *Memórias do cárcere*” (Tese de Doutorado/2013), de Fabio Cesar Alves; “*Memórias do cárcere*: acordos e desacordos entre o intelectual e o político” (Tese de Doutorado/2013), de Márcio Fonseca Pereira; “A testemunha às avessas ou o narrador desconfiado: história e ficção em *Memórias do cárcere*” (Tese de Doutorado/2013), de Fábio José dos Santos; “Memória, testemunho e escrita melancólica em *Memórias do cárcere* e *Infância*, de Graciliano Ramos” (Tese de Doutorado/2014), de Ana Maria Abrahão dos Santos Oliveira; “Incomensurável comum: Políticas da escrita em Graciliano Ramos” (Tese de

² “(...) Se escolho escrever sobre autobiografia e, mais precisamente, sobre autobiografias hispano-americanas, a escolha se dá simplesmente, por curiosidade crítica. (...)” (MOLLOY, 2003, p.14).

Doutorado/2014), de Willy Carvalho Coelho; “História, memória e tradição em *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos” (Dissertação de Mestrado/2012), de Erielton Alves de Andrade; “As memórias híbridas do escritor: uma análise de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos” (Dissertação de Mestrado/2013) de Tatiana Gomes Correia; “O gesto autoral e o testemunho em *Memórias do cárcere*” (Dissertação de Mestrado/2015), de Valéria Gomes Ignácio da Silva; “Nos rastros do sujeito: espacialidades, subjetivação e dessubjetivação em *Memórias do cárcere*” (Dissertação de Mestrado/2017), de Lilliân Alves Borges, dentre outros trabalhos.

Neste momento, faremos referência a alguns trabalhos acadêmicos sobre *Memórias de um sobrevivente*: “Cada história, uma sentença: narrativas contemporâneas do cárcere brasileiro” (Tese de Doutorado/2009), de Maria Rita Sigaud Soares Palmeira; “Por escrito: o Carandiru para além do *Carandiru*” (Tese de Doutorado/2018), de Adriana Rezende Faria Taets; “Do factual ao ficcional: memória, história, ficção e autobiografia nas *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes” (Dissertação de Mestrado/2007), de Adauto Locatelli Taufer; “As letras além das grades: representações sobre leitura em *Memórias de um sobrevivente*” (Dissertação de Mestrado/2010), de Karina Lima Sales; “*Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes: o ‘eu prisioneiro’ e o ‘prisioneiro do eu’” (Dissertação de Mestrado/2011), de Priscila Ferrari; “Memória, testemunho e escrita de presidiário: Luiz Alberto Mendes e a voz do subalterno” (Dissertação de Mestrado/2014), de Abdias Correia de Cantalice Neto; “Testemunho e violência na literatura de cárcere brasileira: *Diário de um detento* e *Memórias de um sobrevivente*” (Dissertação de Mestrado/ 2014), de Débora Ávila Arnold; “Uma voz atrás das grades: testemunho, cárcere e contexto em *Memórias de um sobrevivente* e *Às cegas*, de Luiz Alberto Mendes” (Dissertação de Mestrado/2019), de Patrini Viero Ferreira, dentre outros trabalhos.

Outro motivo que me levou a trabalhar com dois memorialistas tão díspares foi o fato de que, nesses dois livros do *corpus*, quem fala é o prisioneiro. Digo isso porque, no caso de *Sobrevivente André du Rap*, o livro é assinado por André du Rap, com coordenação editorial do jornalista Bruno Zeni. Essa mediação na publicação do livro também acontece com Luiz Alberto Mendes, que escreveu e assinou seu livro, mas também necessitou de auxílio, não na escrita, e, sim, para a publicação do volume. Tal mediação foi realizada pelo escritor Fernando Bonassi, e o livro *Memórias de um sobrevivente* foi publicado pela editora Companhia das Letras.

Uma hipótese mais geral desta tese é a de que ambas as obras aqui estudadas representam gestos de resistência evidenciados na escrita, no relato, no documento dos textos.

Deste modo, as *Memórias do cárcere* se mostram como um gesto de resistência contra a ditadura de Getúlio Vargas, e as *Memórias de um sobrevivente* simbolizam um gesto de resistência às limitações impostas pela pobreza econômica e cultural, assim como à violência do sistema carcerário brasileiro. Junto a Cecília Maria Bouças Coimbra (2007), podemos dizer que resistir não é permanecer nas possibilidades dadas, não é render-se a um estado de coisas já estabelecido. É criar possibilidades inéditas, ações fora das medidas; é inventar valores novos, diferentes dos já constituídos; é ir além desses valores dados. Não a aposta em um outro mundo futuro, em uma possível transcendência, mas sua afirmação no aqui e agora, na criação/experimentação de caminhos que se fazem no próprio caminhar.

Uma hipótese mais específica que as duas obras suscitam é a de que os seus protagonistas enfatizam, nas experiências que (re)constituem e/ou no seu próprio relato, um forte componente de ambiguidade. O narrador-personagem das *Memórias do cárcere*, por exemplo, exhibe repetidamente o quanto a sua relação com os demais prisioneiros é marcada pela ambiguidade, num misto de atração e de repulsa. Já o narrador-personagem das *Memórias de um sobrevivente*, ao refletir sobre a própria condição, figura-se numa posição ambígua: por um lado, apresenta-se como uma vítima da sociedade e, por extensão, como um filho que sente falta da presença materna; por outro, constrói-se como um criminoso que apenas deseja aproveitar a vida, ainda que essa atitude signifique cometer assaltos, um latrocínio e um homicídio.

Embora tão singulares e distintas entre si, as duas obras também se aproximam no tocante à dor e à humilhação pelas quais passaram os seus protagonistas, cujos relatos acentuam o processo de desumanização a que foram submetidos – processo que se impõe, quase que institucionalmente, a todos aqueles que passam pela situação de confinamento. Por outro lado, as duas obras representam e evidenciam um processo de humanização, que ocorre de forma diferenciada em cada uma delas. Nas *Memórias do cárcere*, o personagem se humaniza a partir do momento em que busca compreender o outro e suas diferenças, assim como a escrita das *Memórias* se faz com uma série de recursos que visam a humanizar os desumanizados pela prisão que percorrem as suas páginas. Nas *Memórias de um sobrevivente*, além do fato de que a própria escrita representa, para o prisioneiro, uma das possibilidades de humanização, há muitas passagens em que o personagem se humaniza, no sentido mais usual do termo, como no trecho em que o rapaz recebe o pai, estando armado para matá-lo, mas termina chorando em seus braços. Ainda nas *Memórias de um sobrevivente*, um importante fator de humanização e de socialização do protagonista é a leitura, à qual o narrador-protagonista só teve acesso na prisão.

O objetivo mais geral desta tese é a investigação do modo como cada autor representa sua experiência carcerária e como cada memorialista elabora imagens de si e do outro. Em cada obra, esse *outro* tem várias faces: no caso das *Memórias do cárcere*, chama a atenção, além de outros embates, a constante reflexão do narrador-personagem sobre os demais prisioneiros com os quais ele convive; nas *Memórias de um sobrevivente*, a figura do *outro*, também multifacetada, pode ser o próprio pai do personagem, bem como os outros presos, que eram mais velhos e mais experientes do que ele.

No que se refere às *Memórias do cárcere*, apresentamos como objetivos secundários: o estudo da constante reflexão e hesitação do memorialista acerca de seu próprio dizer; a relação com o outro, ou seja, com a diferença (os prisioneiros e os militares) – um dos temas mais constantes das reflexões do memorialista; o estudo da expressividade das imagens das quais o narrador lança mão para representar o que observa, o que sente e o que “sofre” no cárcere. É nossa intenção estudar, ainda, as imagens que o memorialista elabora de si mesmo, as quais são marcadas por uma intensa autocrítica, a mesma que se mostra nas autofigurações do escritor Graciliano em suas entrevistas e depoimentos. A este respeito, Jorge de Souza Araújo, em *Graciliano e o desgosto de ser criatura* (2014), chama a atenção para “a natureza autodepreciativa que resulta da identidade desintegrada e do filtro da memória de um mundo em ruínas que não admite, em nenhuma hipótese, a autocomiseração nem a autoindulgência” (ARAÚJO, 2014, p. 25). E Araújo reitera: “Pode-se dizer que Graciliano reelabora uma inocência perdida no rigor do trágico, sem afagos, sem dispêndios sensoriais ou intelectivos. O mundo objetivo é despojado de suas galas, incorporando-se experiências desencantadas, descoloridas, anódinas” (ARAÚJO, 2014, p. 27).

Cabe, neste momento, um comentário acerca da autocomiseração e da autoindulgência, referidas como ausentes nas *Memórias do cárcere*, nas palavras de Araújo. Se o narrador das *Memórias do cárcere*, de fato, não exhibe aquelas atitudes, ele, geralmente, expõe uma atitude autodepreciativa e autocrítica. Em vários momentos da narrativa podemos observar tal atitude, como na passagem em que ele se compara a um “revolucionário chinfrim”, uma vez que suas armas de resistência eram fracas e de papel; isto é, sua arma não era uma ferramenta letal, mas uma arma feita de livros, de literatura. Em outra parte das *Memórias do cárcere*, o narrador afirma que não deseja ultrapassar seu tamanho ordinário; isto é, há um posicionamento de pequenez, de insignificância no modo como Graciliano, nas *Memórias do cárcere*, se autofigura. Vejamos outro fragmento em que o narrador compõe uma autofiguração desse mesmo teor:

Nenhuma saudade, nenhuma dessas meiguices românticas, enervadoras: sentia-me atordoado, como se me dessem um murro na cabeça. Julgava-me autor de várias culpas, mas não sabia determiná-las. Arrependia-me vagamente de asperezas e injustiças, ao mesmo tempo **supunha-me fraco, a escorregar em condescendências inúteis**, e queria endurecer o coração, eliminar o passado, fazer com ele o que faço quando emendo um período – riscar, engrossar os riscos e transformá-los em borrões, suprimir todas as letras, não deixar vestígio de ideias obliteradas. (RAMOS, 2020, p.31, grifos nossos).

Já o narrador de *Memórias de um sobrevivente*, durante todo o relato, apresenta um comportamento ambíguo, ora confessando seus delitos, ora colocando-se no papel de um filho que sente a falta da mãe; ora posicionando-se como algoz, ora como vítima da sociedade.

Outra divergência no comportamento dos dois narradores se dá em relação ao sentimento de solidão. Graciliano, em sua narrativa, reclama da ausência de solidão, pois almejava ficar sozinho para escrever, produzir: “Surpreendia-me: imaginara que me trancassem a chave numa sala, me deixassem só – e não me vira só um minuto. (...)” (RAMOS, 2020, p.37). Por outro lado, o narrador das *Memórias de um sobrevivente* queixa-se, com determinada frequência, da solidão, como podemos observar:

(...) Havia optado definitivamente. Conseguira me transformar em um bandido, colocava-me na postura de um assaltante perigoso e procurava divulgar essa imagem.

Vestia-me, caminhava e falava como um homem com poder de vida e morte. As armas eram quase extensão dos meus braços, até ao banheiro eu ia armado. Adorava armas, vivia desmontando-as, limpando, azeitando, treinando tiro ao alvo com elas e, infantilmente, girando-as nos dedos, tipo banguê-banguê. Não ligava mais para a vida de quem não estivesse ao meu lado, e já não estava apaixonado por ninguém.

No fundo, paradoxalmente, eu não era nada disso. **Continuava a ser o menino assustado consigo mesmo, medroso e só, de sempre. Carente, profundamente angustiado e agora tenso para conseguir manter a imagem que queria que cultivassem de mim.** (MENDES, 2001, p. 313-314, grifos nossos).

Ainda, em relação à solidão, Luiz Alberto Mendes, na entrevista concedida à revista *Getúlio*, em 2010 (na qual ele se apresenta como Luiz Alberto Mendes Jr.), também enfatiza esse sentimento, como podemos verificar em sua fala: “Um ambiente carregado emocionalmente, impregnado de solidão. Essa perdura até hoje. Desde pequeno vivo sozinho. Minha vida é solidão, hoje assumida e até querida. [Aponta para o cachorro Chicão]. Olha meu companheiro aí.” (MENDES, 2010, p. 54).

Consideramos imprescindível destacar o quanto é difícil, nas *Memórias do cárcere*, distinguir as reflexões do narrador (aquele que escreve, e que, ao escrever, “recorda” a sua experiência, refletindo sobre ela e sobre as suas repercussões no presente da escrita) daquelas que já teriam sido do “prisioneiro” (aquele que viveu, no passado, a experiência da prisão, e que, quando viveu, já teria refletido sobre aquela experiência). Há parágrafos em que é

impossível distinguir de quem é a voz que reflete, interroga, julga e hesita sobre o próprio julgamento: se de um ou de outro.

Sobre esse embaralhamento entre o narrador e o “personagem” nas *Memórias do cárcere*, Matildes Demétrio dos Santos escreveu:

(...) Graciliano Ramos escreve distante do sofrimento de 1936, mas a ideia vivia dentro dele e surge no palco do livro através de um narrador desdobrado em personagem, ora se comportando como espectador, distanciando-se dos acontecimentos vividos, ora se apresentando como ator intimamente implicado no drama vivenciado, pois o que se passa atrás das grades duma prisão enreda centenas de pessoas com funções específicas, de simples funcionários a militares graduados, todos comprometidos com atos de violência política de prender e torturar, iguados pela ausência de considerações morais sobre suas tarefas cotidianas. (SANTOS, 2015, p. 9-10, grifos nossos).

No que diz respeito às *Memórias de um sobrevivente*, apresentamos como objetivos secundários: o estudo das imagens de si elaboradas pelo narrador; a investigação dos modos pelos quais o relato denuncia a violência carcerária, identificada, entre outros exemplos, na forma como os presos mais antigos recebem um preso novo e na crueldade com que os policiais torturam um preso criminoso que é reincidente; a descrição do decisivo processo por meio do qual Mendes entra em contato com presos que leem e compartilham entre si o estudo de clássicos da literatura (brasileira e universal) e da filosofia. Lembramos que essas leituras e o encontro, na prisão, com Fernando Bonassi, são os fatores que dão ao prisioneiro a possibilidade de escrever sobre a sua trajetória e a experiência na prisão e de publicar o seu livro. Além desses objetivos, é de nosso interesse estudar a ambiguidade já assinalada anteriormente na autofiguração do narrador-personagem das *Memórias de um sobrevivente*, que ora se apresenta como vítima da sociedade, ora como responsável pela violência contra essa mesma sociedade.

Para embasar a leitura crítica das duas obras que constituem o nosso *corpus*, foram imprescindíveis as reflexões de Sylvia Molloy acerca do “trabalho com a memória” na escrita autobiográfica, assim como a sua proposição de que, nessa escrita, “o passado evocado molda-se por uma autoimagem sustentada no presente” (2003, p. 22). Tais considerações estão reunidas na obra *Vale o escrito: a escrita autobiográfica na América hispânica* (2003), que também nos deu subsídios para a investigação sobre as articulações entre memória e representação – tanto na cena individual, quanto na coletiva.

Nortearam ainda a nossa abordagem das duas obras do *corpus* as discussões sobre a escrita do testemunho empreendidas por Márcio Seligmann-Silva, nos ensaios “Novos escritos dos cárceres: uma análise de caso” (2006), e “Violência, encarceramento e (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas” (2003); por Karl Erick Schollhammer, no

capítulo de seu livro intitulado “Memórias de delinquência e sobrevivência” (2006). Além das reflexões de diversos outros ensaístas sobre o relato memorialístico, prisional ou não; sobre a escrita de teor testemunhal; e sobre as articulações entre literatura e resistência.

Uma vez que as *Memórias do cárcere* foram objeto de relevantes análises críticas, como a de Antonio Candido, no texto “Ficção e confissão” (1992 [1956]), e a de Alfredo Bosi, no artigo “A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*” (1995), assim como de teses posteriormente publicadas em livro – de que é exemplo a obra *Corpos escritos* (1992), de Wander Melo Miranda –, optamos por examinar os tópicos mais importantes de tais análises sobre as *Memórias* de Graciliano, de modo a nos valermos dessas contribuições no contexto deste estudo sobre as memórias prisionais. E, ainda que o livro de Luiz Alberto Mendes não possua uma fortuna crítica tão vasta (apresentada mais em trabalhos acadêmicos) também optamos por retomar alguns dos principais estudos sobre tal obra, entre os quais destacamos os já mencionados ensaios de Márcio Seligmann-Silva, os trabalhos de Karl Erik Schollhamer (2006) e de Maria Rita Sigaud Soares Palmeira (2009), que nortearão a nossa leitura de *Memórias de um sobrevivente*.

É fundamental lembrar que, nesta tese, serão usados como fundamentação teórica dois *corpus*: um principal e outro secundário, que, por sua vez, aparece diluído nos subcapítulos de análise. Dessa forma, o *corpus* principal será composto por resenhas específicas de estudos crítico-literários acerca das duas obras estudadas. Essas resenhas constituirão nosso *corpus* crítico principal; porém, durante os subcapítulos de análise de nossa pesquisa, utilizaremos estudos de Beatriz Sarlo, de Sylvia Molloy e de Michel Foucault, além das reflexões de Robson Coelho Tinoco e de Guilherme da Silva Batista, assim como de Paulo Roberto Tonani do Patrocínio e de Ferréz; e, ainda, os estudos da linguista Eni Orlandi acerca da relação entre silêncio e censura. Além disso, em relação às *Memórias de um sobrevivente*, nossa tese contou com o auxílio das três principais entrevistas de Luiz Alberto Mendes Jr. disponíveis em *sites* da internet - entrevistas essas que foram concedidas pelo autor paulista à revista *Cult*, à revista *Getúlio* e à revista *Revestres*.

Cabe aqui uma digressão: o título das *Memórias* de Mendes nos remete ao livro *Sobrevivendo no inferno*, dos Racionais MC's. Neste livro, há um rap específico intitulado “Diário de um detento”, que dialoga com o narrador de *Memórias de um sobrevivente*, uma vez que ambos os “detentos”, para sobreviver, vivenciam a dor, a tortura, a humilhação, a fome, a sede etc. Em uma parte do rap, os Racionais se questionam: “Será que Deus ouviu minha oração?”; “Será que o juiz aceitou a apelação?”. Esse sofrimento, essa angústia de quem está preso em relação à decisão do juiz é real, pois, no segundo semestre de 2022,

trabalhei no Colégio Estadual Primeiro Tenente PM Hailton dos Santos, um presídio feminino, e observei o sentimento de inquietação, de aflição das alunas diante da seguinte questão: “Quando chegará o dia de eu sair desse inferno?”. Sim, a realidade prisional, para as mulheres, é um verdadeiro inferno. Muitas alunas minhas apareciam, nas aulas, com os braços marcados por alguma espécie de instrumento cortante (que não consegui identificar), ou seja, o suicídio é uma tentativa frequente de fuga daquela realidade, à qual as mulheres prisioneiras recorrem por não suportarem a “bruta flor” da realidade, remetendo aqui à canção “O quereres”, de Caetano Veloso.

Importa dizer, nesta Introdução, que uma forte motivação, em minha pesquisa, para o tema das memórias prisionais é o fato de que, durante trinta e dois anos, fui moradora de uma comunidade em Duque de Caxias, e, na condição de moradora de periferia, por essas três décadas, vi muitos vizinhos serem presos e desaparecerem, e, quando retornavam da prisão, sempre usavam a desculpa de que estavam no Nordeste. Houve uma passagem de Ano Novo em que alguns vizinhos gritaram por liberdade em referência a um morador que se encontrava preso.

Hoje, há cinco anos, não moro mais em uma comunidade; porém, decidi ser professora de uma unidade penitenciária para ter a experiência de dar aulas para presos reais e não ficar apenas com as memórias elaboradas por presos. Sou professora do Complexo Penitenciário de Bangu e posso dizer que não dou aula para prisioneiros, mas leciono para alunos como todos os outros alunos que já tive, com uma diferença: o estudo, para eles, tem grande importância, pois é utilizado para diminuir ou remir os anos de pena que têm a cumprir. Além disso, a escola, para os alunos de Bangu 3, é um lugar sagrado, pois é o momento em que eles saem de sua realidade “concreta” para frequentar um ambiente onde são bem recebidos pelos professores e diretores, um ambiente que os valoriza como seres humanos. É importante salientar, também, que os alunos (é o modo como eu os vejo) são muitíssimos interessados. No primeiro dia que entrei em sala, um aluno sinalizou que um de seus livros preferidos é *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, o que me deixou encantada, pois, em doze anos de trabalho no Estado, nunca ouvi tal declaração de um aluno.

Vale ressaltar que meu interesse em trabalhar em uma unidade prisional vem, em grande medida, de, na rede de ensino regular estadual, eu me defrontar com alunos indisciplinados e com pouco interesse pelos estudos, devido, principalmente, a circunstâncias familiares que desfavorecem seus estudos, situação que, infelizmente, se reflete, na sala de aula. Em Bangu, não enfrento esse tipo de dificuldade: não tenho impasses nem com a indisciplina dos alunos, nem com seu desinteresse pela aprendizagem.

Por fim, passo a explicitar o percurso da argumentação que pretendo desenvolver. O capítulo inicial, intitulado “O trabalho com a memória” – expressão empregada por Sylvia Molloy no livro *Vale o escrito* (2003) –, traz uma reflexão sobre o modo como Graciliano Ramos, nas *Memórias do Cárcere*, realiza aquele trabalho: questionando, interrogando sua memória, sempre se colocando em uma posição de “não saber”, de “não lembrar”. Essa estratégia – de escrever e, ao mesmo tempo, refletir sobre a escrita – comparece brevemente em Luiz Alberto Mendes. O segundo capítulo, intitulado “Leituras críticas sobre *Memórias do cárcere* e sobre *Memórias de um sobrevivente*”, retoma as leituras críticas que relevantes críticos literários brasileiros realizaram acerca das duas memórias prisionais selecionadas. No terceiro capítulo, cujo título é “As *Memórias do cárcere* e ‘o cárcere das almas’”, analisaremos mais detidamente o livro de Graciliano Ramos, dando ênfase à aprendizagem de Graciliano com o *outro* em suas *Memórias do cárcere*, e a algumas das estratégias narrativas do memorialista Graciliano. No quarto capítulo, estudaremos o livro *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, privilegiando a vivência de Mendes nas ruas de São Paulo e o modo como se tornou um criminoso; além de enfatizarmos a maneira como Mendes alcança a maioria e é seduzido pelos livros no cárcere. Na Conclusão, retomaremos o caminho percorrido, de modo a enfeixar as nossas reflexões sobre as memórias prisionais aqui investigadas, comprovando que, no Brasil, já se pode falar de uma espécie de subgênero das “memórias”: aquele constituído pelas memórias carcerárias, de que os dois livros analisados são vigorosos exemplos.

É importante ressaltar que, neste material ora apresentado à Banca, incluímos quatro anexos, que correspondem a três entrevistas de Luiz Alberto Mendes concedidas à revista *Cult* (2002), à revista *Getúlio* (2010) e à revista *Revestres* (2020); e ao conto “Cela forte” (2005), de Luiz Alberto Mendes, publicado no livro *Literatura Marginal: talentos da escrita periférica*, organizado por Ferréz (2005). Tais anexos serão mencionados na análise da obra de Mendes.

1 O TRABALHO COM A MEMÓRIA: O EU COMO PERSPECTIVA DE SI MESMO

O “trabalho com a memória” (Molloy, 2003) já havia sido demonstrado com muita clareza na obra *Infância*, de Graciliano Ramos, ocupando quase todo o primeiro capítulo do livro, intitulado “Nuvens”, e estendendo-se, de modo menos intenso, por todo o livro. No segundo capítulo de *Infância*, intitulado “Manhã”, o narrador afirma que reuniu pedaços de pessoas e de coisas, assim como pedaços de si mesmo que boiavam no passado confuso, e ainda diz que, em seu pequeno mundo incongruente, às vezes as peças se deslocavam e surgiam estranhas mudanças. Essa breve paráfrase do segundo parágrafo de “Manhã” nos mostra o narrador em diálogo com sua memória e com seu passado, e o modo de construção do texto no presente da escrita, isto é, a construção do texto com partes fragmentadas do passado.

No primeiro capítulo das *Memórias do cárcere*, o memorialista parece estabelecer um diálogo com o narrador de *Infância* no que se refere ao embate com a memória e com os fatos passados, como podemos observar no seguinte fragmento do referido primeiro capítulo das *Memórias*:

(...) Com esforço desesperado arrancamos de cenas confusas alguns fragmentos. Dúvidas terríveis nos assaltam. De que modo reagiram os caracteres em determinadas circunstâncias? O ato que nos ocorre, nítido, irrecusável, terá sido realmente praticado? Não será incongruência? Certo a vida é cheia de incongruências, mas estaremos seguros de não nos haveremos enganado? (RAMOS, 2020, p. 13).

Ambos os narradores compostos por Graciliano “presumem” os acontecimentos – e duvidam de sua capacidade de reconstituí-los –, empregando marcas textuais como as palavras “pareceu-me”, “ignoro”, “figuras indecisas”, “fragmento de pessoas”, “lugares imprecisos”, “pontos nebulosos”, “ilhas esboçando-se no universo vazio”, “Falta meia dúzia de linhas, não chego a restituí-las”. Diante dessas expressões – empregadas pelo narrador de *Infância* – que ressaltam a imprecisão da lembrança e apontam para o processo de “construção” da memória, talvez possamos afirmar que o narrador das *Memórias do cárcere* nasceu em *Infância*; aliás, a vida do menino, tal como apresentada na segunda obra, também constituía uma prisão. Assim, haveria ecos da prisão nas duas obras memorialísticas de Graciliano Ramos? Não é nosso objetivo comparar o significado de “prisão” (um de teor objetivo e real e outro de teor subjetivo) em ambas as obras do mestre Graciliano, mas lançamos mão do início do livro que (re)compõe as vivências do menino, para que esse início nos ajude a entender o modo como o memorialista Graciliano Ramos trabalha com a

memória. Vejamos a leitura de Maria Betânia Almeida Pereira (2015), que fundamenta a nossa aproximação entre as duas obras, no tocante ao tema da prisão e de seus desdobramentos, como a violência e a humilhação, entre outros:

(...) No seu formato final, a obra [*Infância*] representa a infância dum menino nordestino, num meio severo, revivendo fatos, pessoas e acontecimentos que influíram na sua educação e formação como pessoa. A infância em cena desmistifica a ideia do lugar paradisíaco, ameno e feliz; pelo contrário, o menino habita um *locus horrendus*, onde são raríssimos os espaços para as brincadeiras e para o prazer. Tal como o adulto que foi marcado por cicatrizes profundas em sua convivência nos subterrâneos do cárcere, a criança também foi marcada por episódios de violência gratuita, maus-tratos, descasos, indiferenças. As imagens revisitadas dialogam, de certa maneira, com o estado de exceção vigente em *Memórias do cárcere*. (PEREIRA, 2015, p.17).

Presente nas duas obras memorialísticas de Graciliano Ramos – e exemplificado no trecho anteriormente destacado das *Memórias do cárcere* –, o trabalho com a memória, para Sylvia Molloy, consiste no movimento de interrogação constante, por parte do memorialista, sobre o seu próprio processo de (re) constituição do passado, assim como sobre as limitações desse processo, uma vez que o passado é inacessível, estando fora do alcance do memorialista. Para Sylvia Molloy, o trabalho com a memória, como todas as maneiras de recordação, é uma forma de fabulação. Pensar a memória, dela desconfiar e questioná-la, pode pôr em perigo a recriação do passado e sua reivindicação de veracidade, abrindo possibilidades às hesitações e às obsessivas (no caso do memorialista Graciliano) reflexões sobre a própria escrita do passado.

Sylvia Molloy lembra que “toda tentativa de restaurar [o passado] é frustrada, minada desde o início. (...) [O memorialista] desafia o leitor (como desafia a si mesmo) a recompor um passado que se dispersa ativamente no presente, na errância digressiva que constitui sua própria escrita” (MOLLOY, 2003, p. 281). É o que se observa em numerosas passagens das *Memórias do cárcere*, como neste trecho, em que o narrador se posiciona de forma enviesada diante das suas experiências, diante do seu passado: “exponho o que notei, **o que julgo** ter notado” (RAMOS, 2020, p.12-13, grifos nossos).

Retomando o escritor Graciliano Ramos em *Infância*, o primeiro capítulo dessa obra nos chamou a atenção a partir mesmo de seu título, “Nuvens”, que aponta para o modo como a memória é elaborada: através de nuvens, que não são claras, mas obscuras e dispersas. Tal modo de narrar e de elaborar o passado, em meio a nuvens, também se mostra nas *Memórias do cárcere*, livro em que o narrador, com grande frequência, hesita antes de dizer e sobre o

que vai dizer, conforme podemos observar no fragmento a seguir, ainda do primeiro capítulo da obra:

Certo **a vida é cheia de incongruências, mas estaremos seguros de não nos haveremos enganado?** Nessas vacilações dolorosas, às vezes necessitamos de confirmação, apelamos para reminiscências alheias, convencemo-nos de que a minúcia não é ilusão. Difícil é sabermos a causa dela, desenterrarmos pacientemente as condições que a determinaram. Como isso variava em excesso, **era natural que variássemos também, apresentássemos falhas.** (...) (RAMOS, 2020, p.13, grifos nossos).

O texto das *Memórias do cárcere*, como observamos no fragmento acima, é marcado por indagações sobre o dizer e sobre os próprios posicionamentos do narrador quanto ao fato de ter, ou não, cometido enganos acerca do que afirma. É um texto “tisnado” por vacilações, por “falhas”, das quais nenhum memorialista está isento, e, por isso, o memorialista que se quer mais lúcido trabalha com e a partir de tais falhas. A falha é, então, a marca do dizer do narrador das *Memórias do cárcere*.³ “Falha” essa que não será encontrada, de maneira tão evidente e persistente, nas *Memórias de um sobrevivente*, uma vez que este livro apresenta um movimento oposto ao de Graciliano, não expondo as dúvidas e hesitações do narrador.

Cabe aqui uma justificativa acerca do conceito de “falha” citado no parágrafo anterior. Em nosso Mestrado (cursado na UERJ), tivemos contato com a Análise de Discurso de linha francesa, cuja principal estudiosa, no Brasil, se chama Eni Orlandi. Orlandi (2007) reflete sobre a língua e o sujeito que a utiliza. Distanciando-se totalmente da noção de língua como código de comunicação, como ferramenta de comunicação, a autora afirma que, levando em consideração a psicanálise lacaniana, a língua é porosa, isto é, na constituição da língua estão a falha e o equívoco. Isso acontece porque o indivíduo que faz uso da língua é sujeito a falhas, a equívocos, a deslizos, que são provocados pelo inconsciente que se estrutura como linguagem. Esse saber inconsciente, citamos a crítica literária Shoshana Felman, “o sujeito não pode atingir de modo algum, portanto, a não ser por intermédio da equivocação, dos efeitos de contrassenso que sua palavra registra: sonhos, lapsos, chistes.” (FELMAN, 1975, p. 57).

Sabemos que o texto autobiográfico/memorialístico diz respeito a acontecimentos relacionados a um tempo passado, os quais são narrados e reavaliados em um tempo presente. Citemos Molloy: “O presente da escrita sem dúvida condiciona o resgate do passado; conta menos aquilo que se recorda do que o quando e a partir de onde se recorda” (MOLLOY, 2003, p. 225).

³ Vale a pena ressaltar que as falhas às quais estamos nos referindo não constituem um “defeito” do texto de Graciliano Ramos; tais “falhas” conformam a escrita do narrador de *Memórias do cárcere*, constituindo uma de suas marcas mais evidentes.

Esse gesto de resgate e (re)construção do passado necessita da memória para que tenha existência. Junto ao trabalho da memória, o recurso da imaginação permite ao memorialista reelaborar uma nova personagem em relação àquela que um dia foi em um passado próximo ou distante, possibilitando-lhe, também, a reconstituição dos lugares onde esteve e as pessoas com as quais conviveu. Trata-se de um trabalho de escavação do passado, como se ele estivesse escavando um “baú de ossos”, para nos lembrarmos da metáfora criada por Pedro Nava. E quando “o autobiógrafo alcança este ponto de vista de onde se abarca retrospectivamente toda uma vida, ele impõe ao passado a ordem do presente” (2003 apud MOLLOY; WEINTRAUB, 1975). Portanto, o memorialista, com o pé (ou a “pena”) fincado no presente, revisita e (re)elabora o passado, fazendo-o por meio de um “trabalho com a memória”. Neste âmbito, existem diversas possibilidades de se revisitar/inventar o passado, de mobilizar a memória e exercitar a imaginação.

Segundo Molloy, a autobiografia é sempre uma re-presentação, ou seja, um tornar a contar, pois a vida a que supostamente se refere é, por si mesma, uma construção narrativa. Ou seja, o sujeito tenta escrever sobre si mesmo; no entanto, esse processo de dar voz àquilo que não fala mascara sua tentativa de retorno ao passado, um retorno para sempre fracassado.

Importa observar que ambas as memórias aqui estudadas trabalham com tal movimento de reconstrução do passado; porém, há uma diferença entre elas: nas *Memórias do cárcere*, o narrador mexe e remexe seu texto, interroga o que escreveu, mesmo afirmando que é coagido, em seu processo de escrita, pela gramática e pela lei:

Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. (RAMOS, 2020, p. 10)

Nas *Memórias de um sobrevivente*, o narrador retoma, de modo repetitivo e linear, sua trajetória na vida criminal, dando um tom de redundância a seu texto. Quase não encontramos, na escrita de Mendes, espaços em que o texto trabalha com equívocos e falhas constitutivas do próprio dizer. Não há uma mirada para o passado do texto, para o que foi dito e escrito, apenas um gesto conteudista de narrar seu passado infernal nos mínimos detalhes.

Vale a pena fazermos referência, neste espaço, a um texto de Philippe Artières (1998), intitulado “Arquivar a própria vida”. Nesse trabalho, Artières estuda os arquivos pessoais (um relato autobiográfico e um diário) de Émile Nougier – um delinquente acusado do assassinato de uma dona de cabaré. O que nos chamou a atenção no texto de Artières foram os fragmentos citados dos textos de Nougier. Decidimos transcrever um desses fragmentos e

contrapô-lo ao modo como o narrador de *Memórias do cárcere* e o de *Memórias de um sobrevivente* se posicionam. Vejamos:

Refleti esses dias sobre o meu passado e **tentei me lembrar** das evoluções sucessivas que se produziram em mim, que me levaram a cometer os numerosos roubos de que todos sabem, sem contar os que ninguém conhece. Uma coisa me preocupa e para resumir em poucas palavras, **eu não sei começar. Sim eu estou bastante atrapalhado com isso e não sei como fazer**, mas eu me digo que esse obstáculo também atrapalhou outros além de mim que nem por isso deixaram de chegar ao objetivo que se propuseram. Superemos portanto o obstáculo, pois é inútil tentar evitá-lo, e depois eu acho que a coisa vai andar por si. (...) Eu sinto o quanto é difícil a tarefa que vou realizar e como os meus conhecimentos são inferiores àqueles que me seriam necessários para chegar ao meu objetivo, mas **vou fazer o possível para fazer uma coisa direita e também completa, tanto quanto a minha memória permitir**. (1998 apud ARTIÈRES; NOUGUIER, 1899, grifos nossos).

Cotejando a sequência textual acima que nos traz um arquivo do prisioneiro Nougier, observamos que o modo como o autobiógrafo se posiciona é semelhante ao modo como o narrador das *Memórias do cárcere* apresenta sua escrita ao leitor: Nougier revela uma escrita sinalizada por falhas, por hesitações, admitindo não saber como vai escrever e se refere à memória como um possível obstáculo para suas lembranças: “(...) vou fazer o possível para fazer uma coisa direita e também completa, tanto quanto a minha memória permitir.” (1998 apud ARTIÈRES; NOUGUIER, 1899). Nougier, enquanto se aproxima do gesto interpretativo de Graciliano em relação às suas *Memórias*, distancia-se do movimento traçado por Mendes para contar suas “*Memórias de um sobrevivente*”, marcadas pela repetição e pela descrição minuciosa dos fatos, como já tivemos a oportunidade de mencionar.

O memorialista busca (re)elaborar sua imagem de outrora, mas ele nunca se encontrará com o outro que foi, pois há uma distância temporal e espacial que impede o encontro e gera uma não-coincidência entre o autobiógrafo e aquele outro que um dia viveu em uma determinada época, como nos mostra Molloy: “Chegar a ver: o autobiógrafo hispano-americano é como essa menina que se lança para ver um velho tesouro, do qual é testemunha privilegiada e secreta, para depois passar a contar o que viu, no momento exato em que ele desaparece” (MOLLOY, 2003, p. 261).

Artières, em sua análise dos arquivos do prisioneiro Nougier, adverte que escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas do que Foucault chamava a preocupação com o eu. Arquivar a própria vida é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência. Importa afirmar que um traço comum às práticas de arquivamento consiste em um desejo de tomar distância em relação a si próprio. O arquivamento do eu constitui um discurso híbrido que resiste à interpretação, enfim, um

dispositivo de resistência. É como narrativas de resistência que estamos interpretando as *Memórias* aqui investigadas.

O narrador das *Memórias do cárcere* sabe não ser possível dizer o vivido, o experienciado; ele expõe, então, um movimento de interrogação da memória, que se evidencia na reflexão sobre a própria escrita. Este é um processo sedimentar, residual: o narrador parece tatear por entre as trevas da memória, e a narrativa ganha uma forma pendular, na medida em que o memorialista se faz, frequentemente, autoquestionamentos, refletindo sobre si, refletindo sobre os outros e, como afirmamos, refletindo sobre a própria escrita. Esse movimento pendular nas *Memórias do cárcere* é observado por Mônica Gomes da Silva:

A escrita [de *Memórias do cárcere*] se realiza em modo pendular: apresenta primeiro a ação, seguida do comentário, com uma pergunta recorrente pontuando os parágrafos, uma marca obsessiva, que cria um ritmo sincopado, assim como a alternância entre os assuntos, elevando a dicotomia entre interior e exterior, presente nos capítulos anteriores, ao ponto máximo. (SILVA, 2015, p. 39).

Vale a pena ressaltar que as lembranças reconstruídas nas *Memórias do cárcere* apresentam uma “responsabilidade histórica” (MOLLOY, 2003, p. 238), por trazerem ao conhecimento do leitor as agruras pelas quais o personagem passou na ditadura varguista, vista na obra como um “pequenino fascismo tupinambá” (RAMOS, 2020, p.10). Revelando um contexto histórico ditatorial, as *Memórias do cárcere* servem como experiência para que essa realidade da ditadura e suas perseguições não se repitam, como nos diz Adorno a respeito de Auschwitz: “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (ADORNO, 2020, p.129). Não que estejamos comparando o sofrimento do personagem das *Memórias do cárcere* ao genocídio dos judeus, mas queremos observar o gesto de Adorno ao chamar a atenção para o fato de que, com Auschwitz, milhões de pessoas civis foram assassinadas de modo planejado e essa barbárie não pode ser ignorada pela civilização. É preciso dizer e denunciar, pois a narração da denúncia, pelo memorialista, impede o esquecimento.

Nos parágrafos a seguir, veremos como Tzvetan Todorov realiza uma leitura próxima à de Adorno no que se refere aos campos de concentração de Auschwitz, leitura que fundamenta os dois livros investigados nesta tese.

No livro *Em face do extremo*, Todorov se pergunta se há um lugar para a moral quando um indivíduo se encontra em excessiva situação de degradação humana. Depois de citar as palavras de um sobrevivente de Auschwitz – “[...] As condições do campo não permitem aos homens permanecer homens, os campos não foram criados para isso” (1995

apud TODOROV; CHALAMOV, 1980) –, o estudioso afirma que o principal efeito dessas condições é “a ausência de compaixão pelo sofrimento de outrem” (TODOROV, 1995, p.41). Os campos provocavam, portanto, a ausência de solidariedade: em vez de aquele homem martirizado prestar ajuda ao seu próximo, ele contribuía para o seu desaparecimento.

Todorov também menciona relatos de outros sobreviventes que, nos campos de concentração, testemunharam ou realizaram ações de humanidade, vindo a ajudar o outro que precisava. Dessa forma, o teórico conclui que pode, sim, haver vida moral em situações extremas. Por vida moral, o autor entende a possibilidade de escolha do detento em ajudar ou não o outro detento.

É preciso dizer e denunciar, pois a narração da denúncia, pelo memorialista, impede o esquecimento. A memória, afirma Todorov no livro *Em face do extremo*, promove uma seleção daquilo que, no passado, aparece como digno de ser retido (TODOROV, 1995, p. 282). O filósofo se pergunta: “Como rememorar o passado?” (TODOROV, 1995, p. 283), interrogação que ecoa em nossa investigação sobre os memorialistas abordados nesta tese: como cada um deles rememora o passado?

Apenas antecipando o que será desenvolvido mais adiante, ressaltamos que o memorialista Graciliano, nas *Memórias do cárcere*, “falha”, com frequência, em relação ao uso que faz das palavras. Lembrando Deleuze, em *Crítica e Clínica* (2011), é como se, ao narrar, o memorialista gaguejasse, não encontrando a palavra adequada para “contar” com fidelidade o fato passado. Há, como consequência, um ir e vir na narrativa de Graciliano. Em Mendes, esse movimento de crítica do processo de escrita, de retorno sobre o próprio dizer, apenas é revelado no epílogo do livro – espaço em que o narrador se apresenta ao leitor com suas fraquezas e mudanças de perspectiva. Portanto, a autorreflexão sobre a própria escrita percorre obsessivamente as *Memórias do cárcere* e só se efetiva nas *Memórias* de Luiz Alberto Mendes no final da obra.

Ainda no livro *Em face do extremo*, Todorov afirma que a memória do passado não deve funcionar como um monumento, como algo exemplar, mas como um instrumento que devemos usar para analisar o tempo presente. O estudioso diz que, em vez de “virarmos” o mal como uma página da história que ficou em anos anteriores, devemos lê-la.

Há uma angústia do detento enquanto está preso, declara Todorov, mas também existe uma angústia do sobrevivente que não consegue se libertar das imagens do passado. Poucos detentos judeus conseguiram refazer suas vidas. Após o mal, após experiências como a do nazismo e como a de ditaduras políticas, espera-se que as pessoas mudem, mas, não:

continuam egoístas, preocupadas consigo mesmas. O sobrevivente se defronta com essa realidade e desmorona.

Dialogamos com a obra de Todorov, à qual voltaremos mais adiante, por acreditar que estar preso consiste em vivenciar o extremo, vivenciar o terror de não ter mais vontade própria e, portanto, de perder a dignidade e a condição de humanidade, experiência vivida pelos dois memorialistas aqui estudados, que evidenciam, em seus relatos, a responsabilidade histórica anteriormente mencionada: Graciliano Ramos, nas *Memórias do cárcere*, denuncia, entre outras iniquidades, os maus-tratos que sofreu no Porão do *Manaus* e na Colônia Correcional, durante o período da ditadura de Getúlio Vargas. Já Mendes, em *Memórias de um sobrevivente*, contribui para a história brasileira a partir do momento em que denuncia as diversas torturas praticadas, nas prisões, por policiais e pelos próprios presos (os mais velhos abusando dos recém-chegados à prisão). Ele denuncia o tratamento abusivo existente nos presídios, que vitima os detentos, assim como o desamparo a que ficam submetidos, uma vez que os chamados psicólogos penais não os auxiliam.

No próximo capítulo, vamos revisitar alguns relevantes estudos críticos sobre as obras que compõem o nosso *corpus*, tomando-os como referenciais que poderão nortear – e provocar – as nossas reflexões sobre as memórias prisionais.

2 LEITURAS CRÍTICAS SOBRE *MEMÓRIAS DO CÁRCERE* E SOBRE *MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE*

2.1 Perspectivas sobre as *Memórias do cárcere*

As *Memórias do cárcere* foram abordadas em importantes estudos críticos, entre os quais selecionamos aqueles que pareceram mais relevantes para a nossa pesquisa.

Antonio Candido a elas dedicou-se no livro *Ficção/confissão* (1956), em que o estudioso faz um balanço de toda a obra de Graciliano Ramos, partindo de *Caetés*, “narração de costumes”, até a confissão/elaboração do que Candido chama de “mais vívidas emoções pessoais” (CANDIDO, 1992, p.13), que seriam as *Memórias do cárcere*. Wander Melo Miranda, em 1992, publicou sua tese de Doutorado, com o título *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*, em que estuda as principais obras dos dois autores, encerrando o livro pela comparação entre *Memórias do cárcere* e *Em Liberdade*, esta última de Silviano. Já Alfredo Bosi escreveu o artigo “A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*”, publicado em 1995 na revista *Estudos Avançados* (nº 23), mais tarde incluído no livro *Literatura e resistência* (2002). Fabiana Buitor Carelli, em 1997, elaborou sua dissertação de Mestrado, intitulada *Porões da memória – Ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos*, na qual realiza uma leitura crítica dos livros *Os subterrâneos da liberdade*, de Jorge Amado, e *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos. Hermenegildo Bastos, em 1998, também publicou sua tese de Doutorado, intitulada *A escrita do testemunho nas Memórias do cárcere*, em que enfatiza o processo de metalinguagem existente nas *Memórias do cárcere*, livro no qual, segundo Bastos, Graciliano faz referências a suas outras obras e a outros escritores. E, em 2020, Silviano Santiago publicou *Fisiologia da composição*, cujo primeiro capítulo é dedicado a uma aproximação entre as obras *Memórias do cárcere* e *Em Liberdade*.

Antes de iniciarmos esta abordagem dos olhares críticos sobre as *Memórias do cárcere*, esclarecemos que Antonio Candido e Alfredo Bosi foram aqui privilegiados por serem grandes críticos, não apenas das *Memórias* de Graciliano, mas da literatura brasileira. Já Wander Melo Miranda e Hermenegildo Bastos, como dissemos, estudaram as *Memórias do cárcere* em seu Doutorado, estudos que mereceram a sua veiculação em livros. Quanto à dissertação de Fabiana Carelli, o que nos levou a também selecioná-la como fundamentação crítica para esta tese foi a qualidade do trabalho da pesquisadora, que escreveu uma

dissertação que se aproxima de uma tese de Doutorado. E Silviano Santiago quase que dispensa os nossos comentários, uma vez que, em *Fisiologia da composição*, o ensaísta revisita, mais uma vez, as *Memórias do cárcere*, abordando-a como obra hospedeira da “ficção” *Em liberdade*.

No ensaio “Ficção e confissão”, Antonio Candido analisa as *Memórias do cárcere* como um depoimento que, do ponto de vista humano e artístico, constitui uma grande obra, em que se observa um nítido processo de descoberta do próximo e de revisão de si mesmo. O estudioso chama a atenção para as surpresas de Graciliano diante da gentileza, da bondade ou da solidariedade alheia, como na situação em que um oficial lhe oferece auxílio. Conforme Candido, a vida no quartel, no porão do navio, na cadeia e na Colônia Correcional apresentaria ao prisioneiro situações próximas à do oficial que se propôs a ajudá-lo financeiramente, levando-o a descobrir qualidades inesperadas no outro, no próximo, e a “tirar com elas novas medidas da sua alma, apalpando-se, procurando em si vestígios da mesma massa” (CANDIDO, 1992, p. 55). O crítico assevera, no entanto, que o Graciliano que figura nas *Memórias* apresenta uma dificuldade de admirar e aceitar as boas qualidades humanas, traço que corresponde a uma severidade constante para consigo mesmo. Desse modo, todas as experiências registradas nas *Memórias do cárcere* passam pelo crivo exigente de uma autoanálise sem complacência, e, a partir dessa autoanálise, o memorialista desenvolve um sentimento de humanização em relação aos outros personagens que figuram no livro, um sentimento que lhe confere a capacidade de “ver os semelhantes à luz das qualidades e defeitos reais, não do matiz político” (CANDIDO, 1992, p. 57).

Candido enfatiza que, para Graciliano, a experiência é condição da escrita. O crítico observa, nos livros do escritor, duas componentes que constituem o nervo da estrutura das obras: uma componente de lucidez e equilíbrio e outra feita de desordenados impulsos interiores. Nas *Memórias do cárcere*, haveria uma alternância dessas duas componentes: ora teríamos uma narrativa equilibrada, ora, visões de desordem e degradação. Graciliano, nas *Memórias*, unificaria o que parece inconciliável: pessimismo e imparcialidade, condenação e confiança no homem (Candido, 1992, p. 60).

Segundo o estudioso, Graciliano Ramos escolheu “naturalmente” o caminho da autobiografia, para o qual passou no momento em que a ficção já não lhe bastava para exprimir-se. O crítico observa, ainda, que, nas *Memórias do cárcere*, persiste o pouco entusiasmo pelos homens, mesmo quando o autor os admira. Candido reafirma que as *Memórias* são um depoimento direto, o qual, apesar de grande literatura, está muito distante da tonalidade propriamente criadora. Entretanto, reconhecendo nas *Memórias* a pendulação –

própria do gênero autobiográfico/memorialístico – entre o depoimento e a elaboração ficcional, Antonio Candido adverte que a importância das *Memórias do cárcere* está no encontro do homem e do ficcionista, em que o pessimismo de um é completado pela solidariedade participante do outro. E o escritor que se realiza integralmente no terreno da confissão vê o mundo sem disfarces, através de si mesmo.

No texto “Os bichos do subterrâneo”, também do livro *Ficção e confissão*, Candido volta a afirmar que as *Memórias do cárcere* são um depoimento: logo, um relato que se esforça para ser direto e desataviado, um testemunho sobre o mundo da prisão, elaborado sob o ângulo da sua experiência pessoal, mas conservando a arte narrativa do escritor. Citemos o crítico:

Abandonadas as vias da criação fictícia, Graciliano Ramos se concentra no documento, mas guarda os traços fundamentais da sua arte narrativa e da sua visão de mundo. O livro é desigual. A longa elaboração foi possivelmente entrecortada de escrúpulos, vinculada pelo esforço de objetividade e imparcialidade, em conflito com a ânsia subjetiva de confissão, ressecando nalguns pontos, e sob certos aspectos, a sua veia artística. O diálogo, antes tão perfeito entre os personagens fictícios, é insatisfatório, por vezes, constrangido, entre os personagens reais, e às vezes parece faltar discernimento para manipular episódios e cenas (CANDIDO, 1992, p. 88-89).

Candido assegura que, em relação ao sistema formado pelas obras do escritor, o livro *Memórias do cárcere* constitui um outro tipo de experiência, favorável à sondagem do homem. É como se Graciliano vivenciasse o inferno, de fato, à custa da integridade física e espiritual, dele e dos outros. Assim, diz o estudioso, a prisão atirou Graciliano em uma franja de inferno, franja que em geral só conhecemos por lampejos e da qual nos afastamos, procurando ignorá-la, com o fito de pacificar nossa parcela de culpa.

Para Graciliano, afirma Candido em “Os bichos do subterrâneo”, a prisão constitui uma espécie de laboratório de onde surgem as soluções mais inesperadas e contraditórias. Ainda, a prisão funciona como uma escola de humanidade para determinadas “experiências de aviltamento, que vão desde o parasitismo dos percevejos até a dissolução da integridade moral por efeito do medo, do desespero, do envenenamento das relações, passando pela promiscuidade nos porões do navio, salas comuns, carros de presos, sem falar na tortura física e em formas repulsivas de perversão, que presenciou ou pressentiu.” (CANDIDO, 1992, p. 90).

Ainda acerca da prisão, afirma o crítico que esse halo negativo é um tema que preocupa e fascina a literatura moderna: “Atenuada em Dickens, terrível em Victor Hugo e Balzac, monstruosa em Dostoievski” (CANDIDO, 1992, p.90).

Nas *Memórias do cárcere*, finaliza Candido, os acontecimentos levaram Graciliano a passar do “mundo como prisão” à “prisão enquanto mundo”. No universo das *Memórias*, em

que homens se amontoam como bichos, é possível que o homem preso se humanize de forma estranha. Desse modo, a experiência da prisão, segundo o estudioso:

Aumenta a capacidade de compreender e perdoar; da atrofia dos padrões convencionais podem surgir outros, mais lídimos; decanta-se o genuíno do falso, e dos brutos esmagados chega a filtrar por vezes uma límpida componente humana. A experiência do pior permite, assim, discernir o melhor; e, paradoxalmente, o sujo viveiro do cárcere propicia, na obra desse pessimista, lampejos de confiança na vida. (CANDIDO, 1992, p. 91).

Seguimos agora para algumas das reflexões de Wander Melo Miranda sobre as *Memórias do cárcere*. Em *Corpos escritos* (1992), Miranda faz um cotejo entre as *Memórias do cárcere* e o livro *Em Liberdade*, de Silviano Santiago, obra que revisita a primeira, “criando” o seu Graciliano, ficcionalizando-o por meio de um diário escrito no momento imediatamente posterior à saída da prisão.

Para Miranda, nas *Memórias do cárcere*:

O texto postula-se não como termo final onde se decide a totalidade e unicidade do indivíduo, mas como interrogação, deixada em aberto na sua disparidade e indefinição. Por um sistema de desvios e denegações, a suposta plenitude da palavra autobiográfica é desconstruída, dando lugar a um processo no qual os problemas do mundo vivenciado não se colocam em termos restritos de individualidade, pois a história pessoal faz-se concomitantemente interior e exterior ao sujeito e mesmo à sua revelia. (MIRANDA, 2009, p.85).

O estudioso afirma que os personagens de Graciliano são obcecados e aturdidos pela tarefa de (re)compor a vida pela linguagem. Segundo Miranda, não se trata de escrever o que são, mas de ser escrevendo, o que faz dos personagens não um conteúdo do enunciado, mas um efeito de enunciação que os define pela dessemelhança em relação à imagem do autor que lhes deu vida no papel. Desse modo, os personagens de Graciliano apresentam uma construção móvel e se deparam com “surpresas” a respeito de si próprios.

As *Memórias do cárcere*, para Miranda, unem, por mais paradoxal que seja, a consciência da precariedade do sujeito com a firme resistência desse mesmo sujeito à seriação do indivíduo e à coletivização alienante que a experiência do cárcere intensifica e aguça. Desse modo, o texto ganha a função de uma arma revolucionária a partir do momento em que proporciona ao seu produtor manter-se como indivíduo privado e ser social, como testemunho de “vigilância democrática” efetiva, compartilhada com o leitor e aberta ao futuro.

Conforme Miranda, a articulação do individual com o coletivo, realizada por Graciliano a partir da rememoração da sua experiência carcerária transformada em linguagem, resulta em um texto com uma acuidade até hoje insuperada no contexto literário brasileiro, na medida em que as vicissitudes pessoais e os eventos histórico-políticos se correlacionam

indissolúvelmente (MIRANDA, 2009, p. 95). Miranda defende a ideia da união, no personagem das *Memórias do cárcere*, de duas forças: a individual e a histórico-social.

Miranda também chama a atenção para a humanização do personagem das *Memórias do cárcere*, a qual se mostra, por exemplo, nas micronarrativas dos companheiros de prisão do escritor. Segundo o estudioso, esses relatos não se restringem a uma função meramente documental ou ilustrativa do mundo representado: em decorrência de uma relação de reciprocidade com a narrativa maior que os contém, terminam por contribuir para o esclarecimento de aspectos determinantes do exercício de narrar e do papel do narrador. Desse modo, o contato de Graciliano com tais narrativas revela-lhe um saber até então desconhecido, e que, por fundar-se na experiência do *outro*, lhe permite, num primeiro momento, suportar o vivido, e, posteriormente, entender a própria experiência, tornando-a comunicável (MIRANDA, 2009, p. 104-105).

Miranda aponta para o fato de que, nas *Memórias do cárcere*, o narrador tem uma participação efetiva na ação narrada. Além disso, para o crítico literário, o narrador e o autor perfazem uma mesma figura e é o “pormenor insignificante” que atrai a atenção do memorialista, enquanto narrador e mesmo enquanto leitor. Um exemplo desse pormenor insignificante é a função desempenhada pelas tábuas estreitas, a qual confirma a opção do narrador pelo concreto: “As tábuas, suporte literal da escrita, funcionam como índice de degradação e morte do espaço carcerário – como no caso da referência às tábuas nas quais são conduzidos os cadáveres na Ilha Grande” (MIRANDA, 2009, p. 108). Consoante o estudioso, as tábuas reforçam a permanente sensação de instabilidade e insegurança do narrador diante da realidade vivenciada, como indicam suas alusões movediças ao barco que serve de transporte aos presos da Ilha Grande e às tábuas “carunchosas” e “vacilantes” do assoalho da Casa de Correção.

Assim como Candido, em *Ficção e confissão*, Miranda assevera que o narrador das *Memórias do cárcere* faz uma sondagem da “relativa grandeza” dos homens; tal sondagem lhe proporciona configurar uma imagem de si próprio também relativa e precária: “enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos” (RAMOS, 2020, p.13). Dessa forma, através da revisão autobiográfica, o narrador desconstrói pontos de vista predeterminados, livrando-se do ranço narcisista que poderia reduzir ou comprometer o alcance de seu questionamento.

Depois de afirmar que as *Memórias do cárcere* não podem ser tomadas exclusivamente como termo final de uma obra e de uma vida, mas constituem um ponto de entrecruzamento entre ambas, Miranda encerra seu livro assinalando que, diante da

recuperação memorialista, o corpo pode ser visto como o lugar onde se inscreve a repressão e o lugar de resistência a essa mesma repressão, de modo contraditório.

Passaremos agora à leitura crítica das *Memórias do cárcere* elaborada por Alfredo Bosi, que, no artigo anteriormente mencionado, caracteriza as *Memórias* como uma forma de testemunho. O estudioso lembra que o testemunho é bifronte, pois se quer idôneo e verídico, uma vez que aspira a certo grau de objetividade; mas, por outro lado, o testemunho é obra de uma testemunha e, por isso, é singular e subjetivo. Assim, o testemunho, para Bosi, vive e é elaborado em uma zona de fronteira.

Bosi vê uma escassez de húmus ideológico no texto de Graciliano, afirmando que o memorialista não se propôs a olhar e nem a avaliar seus companheiros enquanto sujeitos de um drama político: não é a luta partidária de cada um o que afeta Graciliano Ramos, mas o modo como cada um vive aquelas condições adversas, o jeito como cada um sobrevive.

Bosi assevera que uma respeitável tradição crítica viu no estilo de Graciliano Ramos uma depuração extrema do realismo do século XIX, como se o escritor alagoano fosse o nosso clássico desse realismo, devido ao seu árduo trabalho de linguagem, sempre buscando o termo justo, a frase seca e sóbria, de perfeita concisão. Seria um realismo vigiado, de acordo com o estudioso, diferente do naturalismo de Eça de Queiroz e de Aluísio Azevedo, com os quais Graciliano teria algum ponto de contato.

Para o estudioso, o narrador das *Memórias do cárcere* apresenta dificuldade de penetrar nas situações vividas na cadeia. Sendo assim, existiria um embaraço diante dos fatos, o qual se estenderia à compreensão dos companheiros de prisão. Consoante Bosi, quase todos os companheiros parecem opacos para o narrador: assim que se inicia uma tentativa de comunicação, já nascem os equívocos, e o esforço mental de sondar os outros rende tão pouco que logo sobrevém ao narrador uma sensação de fadiga, uma tentação de desistência, o que o leva a um estado de “encaramujamento”. Consoante Bosi, o peso da “negatividade” e o “empatamento cognitivo” parecem obstar a que o narrador arme um laço de simpatia com o próximo. Este ou é recusado por um movimento crispado de desconfiança, ou mantém o seu estatuto de problema, senão de enigma, e o narrador, nesse processo, é conduzido a uma exaustão que não é compensada, em momento algum, através da conquista da paz interior. A perspectiva predominante no comportamento do narrador, para o crítico, é a que vai da interrogação à estranheza, e, nos casos extremos, fecha-se na recusa.

Conforme o crítico, o memorialista sente que deve rever alguns de seus juízos de valores mais arraigados, e a testemunha (ele nomeia dessa forma o personagem das *Memórias*) é desafiada a reelaborar as suas opiniões convencionais. Nesse processo, o

narrador hesita, com receio de deixar-se levar por preconceitos endurecidos: “E afinal, o que será o preconceito senão a generalização abusiva de alguma experiência, real sim, mas singular e descontínua em relação a outras de que a aproxima o nosso arbítrio?” (BOSI, 2002, p. 230). Bosi faz referência ao caso do advogado Nunes Leite, que, ao saber que seus clientes, todos presos políticos, não poderiam mais apelar para o direito de *habeas corpus*, atravessa o pátio aos prantos. Inicialmente, o narrador sente estranhamento e desprezo pela reação de Nunes Leite, mas, posteriormente, vem a reflexão: “Por que teria chorado tão despudoradamente o dr. Nunes Leite? Covardia? Alguma fraqueza do corpo ou da mente?” (RAMOS, 2020, p.73). O crítico observa, em passagens como esta, um encontro raro, moderno, de análise psicológica e interpretação cultural: “Esse efeito de densidade se produz quando a escrita da memória avança e transpõe a fronteira que a separa da reflexão sobre valores coletivos que imantam os gestos do indivíduo.” (BOSI, 2002, p. 232).

Desse modo, todas as vezes em que o narrador sonda o processo interno de um comportamento, o preconceito perde o solo aparentemente sólido em que se fincava. É a hora da dúvida: o narrador indaga, em lugar de rejeitar ou condenar, e essa mudança na ótica da testemunha ocorre mais de uma vez.

O estudioso chama a atenção para a força que as *Memórias do cárcere* assumem no sentido de relativizar, de dar uma visão em perspectiva tanto do seu próprio dizer quanto do dizer do outro. Trata-se de um exercício de dúvida que não paralisa a enunciação, mas a torna modesta. Assim, “a pergunta é frequentemente o seu bordão metódico” (BOSI, 2002, p.235).

Bosi encerra seu texto pontuando as distâncias existentes entre as *Memórias do cárcere* e o discurso histórico. Nem por isso, para ele, a escrita do testemunho aceita confundir-se com a prosa de ficção. Para Bosi, o memorialista não se propõe a inventar o que quer que seja por amor a efeitos estéticos, mas contenta-se com a sua parcela de verdade. O memorialista é um depoente, um homem “que não pretende abandonar o seu compromisso de base com a fidelidade à própria consciência, admitindo sempre que é falível a sua percepção, lacunosa a memória e tateante o seu juízo estético” (BOSI, 2002, p. 237).

Fabiana Carelli, na dissertação intitulada *Porões da memória: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos* (1997), lembra que, enquanto nas *Memórias do cárcere* as circunstâncias da prisão são narradas com pormenores, não aparece o capítulo sobre sua saída.

Para a estudiosa, o cárcere, em *Memórias do cárcere*, é literal. Trata-se do aposento num quartel de Recife onde ficam alojados Graciliano e capitão Mata; do porão do vapor Manaus; do Pavilhão dos Primários da Detenção; da Colônia Correccional da Ilha Grande e da

Sala da Capela. Porém, existem outros cárceres: o casamento, o sustento da família, as obrigações burocráticas, dos quais o escritor deseja se livrar no dia em que é preso.

Em *Memórias do cárcere*, as palavras também são cadeias. A falta de entendimento entre os detentos, as desavenças que surgem a partir de mal-entendidos frequentes se devem a interpretações diversas para os mesmos rótulos. Além disso, as celas refletem as diferenças sociais. Durante todo o livro, o narrador percebe o esforço do poder público em igualar, na cadeia, os dessemelhantes, mas, apesar disso, as distâncias são insuperáveis: militares e civis, operários e intelectuais, nordestinos e sulistas, brasileiros e estrangeiros não se entendem.

Acerca da estrutura narrativa de *Memórias do cárcere*, o livro foi dividido, a princípio, em quatro volumes, de acordo com um critério espacial: cada volume corresponde a um dos locais onde Graciliano esteve preso. Entretanto, cada uma das prisões de *Memórias do cárcere* tem características próprias. Se o espaço é diferente, são também diferentes os tipos de convívio social estabelecido entre os presos, as sensações ou lembranças que as experiências suscitam no narrador e as nuances da violência exercida pelo sistema carcerário sobre os detentos. A forma do discurso acompanha os múltiplos conteúdos recriados pela linguagem: vem daí sua fragmentação.

Para Carelli, à medida que a experiência da prisão se aprofunda, com o narrador sendo transferido de um cárcere para outro e perdendo vínculos com o “lado de fora” (Carelli, 1997), os valores anteriormente tidos como verdadeiros passam a ser relativos. Uma consequência disso é que a noção de tempo se torna fluida e incerta. Desse modo, oscilando entre dia e noite, entre luz e treva, entre o conhecido e o radicalmente outro, entre o que se compreende e o que se estranha, é que *Memórias do cárcere* se constitui.

Ao ingressar no cárcere, Graciliano tem acesso a “tudo o que deveria ter permanecido oculto, mas veio à luz” (Carelli, 1997) de sua consciência. A prisão é o avesso das coisas: violência gratuita, despersonalização, animalização do humano, agressão a todos os sentidos e a todos os direitos, incoerência de atitudes, o “sexo invertido” ou o “não-sexo” (Carelli, 1997), o não-trabalho, a não-saúde.

As *Memórias do cárcere* constituem uma peça de resistência, pois representam um ataque a diversas instituições favoráveis aos ricos: o congresso, a justiça, a imprensa, o exército, a colônia correcional. E a ironia, com seu poder de corrosão, seria um meio de expressar o sofrimento ou a discordância por meio do riso.

Vale a pena dizer que, se existe um discurso da história em *Memórias do cárcere*, ele só acontece aos pedaços e através da memória pessoal e das reflexões do narrador, que não se esconde, mas se mostra, que é curioso, observador. E que, além disso, se espanta, revelando

às vezes certa dificuldade para enxergar, como se os fatos se embaralhassem sob sua vista. Trata-se, na avaliação de Carelli, de um texto de impressões, com poucos efeitos de objetividade.

Nas *Memórias do cárcere*, quase tudo é questionamento, perplexidade, busca de sentido que não se completa: o narrador é um entre vários; os ladrões demonstram escrúpulos; os heróis se revelam mesquinhos; os inimigos mostram compreensão. As ideologias não se harmonizam, mas destroem qualquer entendimento. Os fatos são as versões que são contadas por eles. A história é apenas uma das narrativas possíveis, por um dos narradores possíveis. Também, quanto ao papel da memória nas *Memórias do cárcere*, a estudiosa afirma que ela se dá aos “cacos” (Carelli, 1997) e impõe mais inquietações do que fornece respostas. Em Graciliano Ramos, a consciência de que se quer resgatar a memória de um grupo por meio do discurso autobiográfico resulta num texto que problematiza o eu e o outro o tempo todo e chega a questionar até mesmo se a voz do narrador tem de ser a única a ser ouvida. O próprio narrador é um outro. Graciliano, aliás, sabia que a “veracidade” (Carelli, 1997) de um texto de memórias é apenas convencional e que o esforço de repensar e refazer as experiências do passado implica necessariamente o uso da imaginação.

Passemos agora a Hermenegildo Bastos, que, no livro intitulado *Memórias do cárcere: literatura e testemunho*, fruto de sua tese, defende a ideia de que, a partir da leitura das *Memórias do cárcere*, temos acesso aos outros livros do autor. É como se, ao lermos as *Memórias do cárcere*, acompanhássemos o escritor Graciliano Ramos na leitura que ele mesmo faz de seus livros. Da obra de Bastos, exporemos as concepções que nos auxiliarão em nossa incursão crítica pelas *Memórias do cárcere*.

A primeira ideia defendida por Bastos é a de que, na obra de Graciliano, a literatura constrói-se como autoquestionamento, ou seja, como questionamento do poder que a literatura tem de representar o mundo. Para o estudioso, Graciliano é um caso raro, pois sua literatura é crítica da realidade e, ao mesmo tempo, é crítica de sua própria literatura. A obra funciona, assim, como objeto a ser criticado. Com isso, o que seria veículo, instrumento, meio, passa a integrar o objeto da crítica, perdendo a condição de neutralidade.

Questionar a literatura é perguntar se ela dá conta do peso da realidade, peso a tal ponto esmagador que foi capaz de emudecer um outro personagem, Fabiano, por isso mesmo impossibilitado de narrar. A mudez de Fabiano é a forma mais radicalizada de questionamento da linguagem e, também, da literatura.

Importa lembrar que as *Memórias do cárcere* apresentam, em seu início, um longo capítulo de prévia justificativa da narração, e que, a partir do momento em que a narração dos

“fatos” tem início, o narrador, repetidamente, interrompe o fluxo narrativo, colocando-se à parte, levando consigo o leitor, retomando uma justificativa que não se completou e não se completará jamais. Nesse autoquestionamento, o narrador faz quase sempre, conforme o estudioso, uma avaliação negativa do papel e da função da literatura, que, como instituição, é parte do mundo a ser questionado.

Sendo assim, é possível considerar as *Memórias do cárcere* como um testemunho que se autoquestiona, desenvolvendo-se como uma reflexão sobre o sentido, a forma e a função da escrita testemunhal. É como se o narrador pegasse na mão do leitor e chamasse a atenção deste último para as interrogações que a sua literatura coloca, para as técnicas de construção com que trabalha. Dessa forma, as *Memórias do cárcere* não constituem um testemunho somente, mas um testemunho que se liga à arte: “Graciliano empreende no texto memorialístico um balanço do seu trabalho como escritor, preparando a recepção da sua obra, projetando-a no futuro” (BASTOS, 1998, p. 180).

De acordo com o estudioso, as interrogações sobre si mesmo e sobre a própria obra dão às *Memórias do cárcere* uma dimensão ética, dado que as ações são analisadas e avaliadas. Os personagens são agentes, e é do interesse do autor o questionamento do sentido das ações humanas. Bastos encerra sua tese de Doutorado afirmando que a escrita da memória não é involuntária, mas uma luta contra o esquecimento: a memória, nas *Memórias do cárcere*, adquire uma dimensão coletiva, embora o foco narrativo seja o do autor.

Por fim, apresentaremos algumas das considerações de Silviano Santiago no livro *Fisiologia da composição*, em que o ensaísta faz uma comparação entre as *Memórias do cárcere*, que seriam uma obra hospedeira, e a ficção *Em Liberdade*, que seria uma obra hóspede da primeira. Segundo Santiago, uma das diferenças entre as duas obras é que seus gêneros são distintos, embora elas se aproximem pelo fato de serem a escrita de um eu. Enquanto as *Memórias do cárcere* reevocam fatos que ocorreram no ano de 1936, *Em Liberdade* é um diário que “registra” vivências dos primeiros meses de 1937. A semelhança entre as duas obras estaria no esforço estilístico que as preside. Importa ainda dizer que Silviano chama a atenção para o potencial hospedeiro das *Memórias do cárcere*.

Então, fora do cárcere o corpo ainda é – se e quando e mesmo em mãos de outro autor – presa do próprio estilo que, no cárcere, o tematiza. Nas memórias/hospedeiras, o corpo de Graciliano é tematizado como cidadão político que, durante a ditadura varguista, tem sua circulação pelo mundo limitada de forma involuntária a um espaço reduzido e tormentoso de confinamento (i)legal, pois Graciliano tem sua liberdade de agir tolhida de modo arbitrário e injustificado pela Delegacia de Ordem Política e Social. Com isso, o corpo do autor das

Memórias é o do prisioneiro político em cárcere de criminosos comuns. O que o prisioneiro Graciliano almeja é ter de volta seus direitos constitucionais de cidadão em regime democrático, e, dessa forma, fugir ao confinamento a que obrigam seu corpo. Talvez seja por isso que a palavra “liberdade” apareça 51 vezes nas *Memórias do cárcere*.

Santiago assegura que o corpo de Graciliano está preso a uma forma-prisão semelhante aos limites da sintaxe e aos limites impostos pelo Dops, e esse corpo só consegue “se mexer” (expressão usada pelo memorialista) dentro dessa forma. Fora do cárcere, no livro *Em Liberdade*, o prisioneiro continuará prisioneiro, não tendo a liberdade que julga para viver na condição de inocente. O crítico adverte que ser prisioneiro é consequência da condição linguística, sociopolítica e econômica do humano.

Há uma sinalização para a tentação da inércia (infelizmente, a única a sair vencedora ao final das *Memórias*) que é injetada de fora para dentro do corpo prisioneiro. Inércia que é ingerida pela boca sob a forma do café, que, de substância excitante, passa a ser o fator de entorpecimento físico do encarcerado, tanto no plano da imaginação criativa quanto no plano da sexualidade. Primeiramente, o café impede a realização da experiência de escrever no cárcere, sejam as suas memórias, seja o texto ficcional. Em segundo lugar, o café impede que o corpo se excite nos encontros casuais com as mulheres prisioneiras.

Enfatiza-se que, na prisão, a tentação da inércia aniquila tanto a sedução e o poder da arte, como a sedução e o poder da mulher. Sendo assim, a imaginação criativa “brocha” no papel e o corpo sexualizado “brocha” na cama, secando-se, na fonte, a tinta e o esperma. Inibem-se a mente e a libido, ambas perdem sua vitalidade, e a inércia é induzida no corpo de Graciliano Ramos de modo imprevisto e contraditório.

Depois de termos retomado as leituras críticas dos cinco ensaístas, constatamos que, tanto Candido, quanto Miranda ressaltam a importância da experiência nas *Memórias* de Graciliano, escritas de modo a favorecer a sondagem do homem. Da mesma forma que Candido, Miranda aponta para um sentimento de humanização presente no narrador das *Memórias do cárcere*, no ato de defrontar-se com os outros presos. Neste ponto, Bosi parece distanciar-se, em um primeiro momento, de Candido e de Miranda, pois, para o autor de *Literatura e resistência*, o narrador das *Memórias* vivencia um estado de “encaramujamento”, fechando-se diante de quase todos os presos. Porém, Bosi, posteriormente, levanta a tese de que a “perspectiva” é predominante no comportamento do narrador: sendo assim, todas as vezes em que o narrador sonda o processo interno de um comportamento, o preconceito perde o solo aparentemente sólido em que se fincava. Trata-se do momento da dúvida, da hesitação, em que o narrador indaga, no lugar de rejeitar ou condenar os outros presos. Assim como

Bosi, Carelli também chama a atenção para o fato de que, conforme a prisão se aprofunda, o narrador perde vínculos com o mundo externo, e os valores anteriormente tidos como verdadeiros passam a ser relativos. Como Bosi, novamente, Carelli adverte que nem sempre o narrador consegue solucionar o enigma que constituem os fatos e gestos, sendo o resultado da reflexão quase sempre uma conclusão aberta. Ainda, Carelli afirma que, nas *Memórias do cárcere*, quase tudo é questionamento, perplexidade, busca de sentido que não se completa. A atitude de problematização dos seres e dos atos (sobre a qual fala Bosi), por parte do narrador, também é ressaltada por Bastos, cuja tese é a de que a literatura de Graciliano se constrói como autoquestionamento. Bastos, como Bosi, também acredita que as *Memórias do cárcere* são um testemunho que se autoquestiona. Silviano Santiago, por sua vez, tem uma abordagem mais peculiar das *Memórias*, enfatizando o quanto o corpo do narrador é impedido de “se mexer” dentro dos limites da sintaxe e dos limites impostos pelo Dops.

2.2 Reflexões sobre as *Memórias de um sobrevivente*

Nesta seção, nos dedicaremos a fazer um levantamento dos aspectos mais relevantes destacados em quatro estudos basilares para a leitura crítica das *Memórias de um sobrevivente*. Esses estudos são: de Márcio Seligmann-Silva, “Novos escritos dos cárceres: uma análise de caso. Luiz Alberto Mendes, *Memórias de um sobrevivente*” (2006), publicado na revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, e “Violência, encarceramento e (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas” (2003), publicado na revista *Letras da Unesp*; de Karl Erik Schollhammer, “Memórias de delinquência e sobrevivência” – o último capítulo do livro *Literatura e Memória* (2006); e, de Maria Rita Sigaud Soares Palmeira (2009), sua tese de Doutorado em Literatura Brasileira, intitulada *Cada história uma sentença: narrativas contemporâneas do cárcere brasileiro*.

Seligmann-Silva, no artigo “Novos escritos dos cárceres: uma análise de caso”, afirma, inicialmente, que o livro de Mendes, dentre as demais obras sobre os cárceres paulistas publicadas naqueles últimos cinco anos, apresenta algo de diferente: trata-se de um manuscrito que estava guardado há cerca de dez anos, considerando-se que o livro foi publicado em 2001, mas a história relatada termina cerca de 20 anos antes da data de sua publicação. Chamado por Seligmann-Silva de “arquivo morto”, o livro foi “ressuscitado”

graças a um concurso de poesias, contos e crônicas, idealizado pelo escritor Fernando Bonassi e pelo médico Drauzio Varella, realizado no presídio.

Conforme Seligmann-Silva, a obra de Mendes apresenta forte teor testemunhal, e, talvez, no intuito de deixar seu relato original “puro”, o autor só se inclui na obra (enquanto entidade metadiscursiva e autorreflexionante) no final do livro, pois, como já comentamos neste trabalho, é no epílogo que o narrador faz uma reflexão sobre sua escrita, sobre suas atitudes e, buscando dialogar com o leitor, narra o processo pelo qual seu livro passou para ser publicado. As *Memórias de um sobrevivente* apresentam-se, assim, como um relato autobiográfico em primeira pessoa, e, para o estudioso, as *Memórias* possuem características típicas desse gênero, como o “pacto autobiográfico”, que se subentende, na leitura do livro, partindo da identificação entre autor e narrador.

Seligmann-Silva observa que Mendes opta por um modelo autobiográfico mais tradicional e mais próximo de um realismo convencional, dizendo, ainda, que a linguagem das *Memórias de um sobrevivente* é menos carregada de gíria e do jargão das prisões, se comparada com as demais “obras dos cárceres” publicadas nos últimos anos. Talvez essa linguagem mais elaborada seja fruto da interferência da editora Companhia das Letras, que, conforme Mendes declarou à revista *Revestres*, o levou a reduzir pela metade seu livro, que, na época, contava com 800 páginas.

Para Seligmann-Silva, um elemento eminentemente testemunhal da narrativa de Mendes pode ser desdobrado em um momento individual e em um momento social. No primeiro momento, percebe-se uma narrativa que dá testemunho de experiências individuais do personagem central (que testemunha o que viu e sofreu na mesma medida em que se confessa diante do público). Em um segundo momento, no plano social, o relato pode ser lido como uma apresentação detalhada da vida urbana e suburbana paulista dos anos 1960-1970, incluindo uma descrição que enfatiza detalhes da vida nos cárceres do homem comum, durante os anos de chumbo da ditadura militar. Esse duplo viés testemunhal acaba por envolver emocionalmente o leitor (que tende a se identificar com a figura de certo modo paradoxalmente frágil do narrador) e, também, por fazer um apelo aos nossos sentimentos morais e éticos de justiça, igualdade e solidariedade. Tal apelo, para Seligmann-Silva, é ambíguo, pois se trata de uma narrativa na qual o personagem assume diante do leitor a autoria de vários assaltos e de dois crimes (um latrocínio e um homicídio) que lhe renderam mais de setenta anos de condenação.

No livro, Mendes nos narra uma dupla metamorfose: primeiro, ele é transformado (devido aos espancamentos terríveis de seu pai e, depois, pelas torturas sofridas por parte do

aparelho militar de repressão) em um indivíduo “antissocial”, um ladrão que participa de vários assaltos e que, conforme dissemos anteriormente, comete dois crimes: um latrocínio e um homicídio; em segundo lugar, o livro mostra sua transformação em um ser social e sociável, leitor incansável de boa literatura e de filosofia, que está na origem do Luiz Mendes autor de *Memórias de um sobrevivente*.

A vida de Mendes, desde muito cedo, é determinada pela dependência de drogas e pelo seu envolvimento com o crime. A figura paterna é apresentada como um ser monstruoso, como um alcoólatra quase sempre desempregado e violento em demasia, e que tinha um prazer perverso em fazer o filho sofrer, em humilhá-lo. A vida do personagem é marcada, então, pela vontade de vingança, pelo ódio que criou em relação a seu pai, e sua família aparece como uma espécie de microcosmo que reproduz a mesma estrutura violenta da sociedade.

Outro aspecto importante destacado por Seligmann-Silva é que o livro de Mendes constitui um verdadeiro tratado de apresentação da masculinidade. Dessa forma, o “grande bandido” também deve ser “o grande macho”, aquele que leva para a cama, desde pré-adolescente, os meninos de seu bairro e depois o maior número possível de mulheres. Além do fato de que o seu maior pânico é ser violentado pelos prisioneiros mais fortes, o que significaria uma condenação a se transformar em “garoto” para sempre (grifos do autor). Assim, o medo está presente no livro de Mendes: “O medo era o instrumento mais utilizado e aproveitado naquela sucursal do inferno” (2006 apud SELIGMANN-SILVA; MENDES, 2001), escreve Mendes com relação ao efeito da tortura sofrida no presídio da Avenida Tiradentes. Embora esse sentimento aparentemente se oponha à afirmação da virilidade, Mendes apresenta-o como parte de sua “autoencenação” como alguém pequeno e fraco.

Nas *Memórias de um sobrevivente*, o narrador relata que, no intuito de ser menos torturado, ele precisava fazer uma cena diante dos policiais, de que estava muito ferido, muito machucado, ainda que não estivesse. Dessa forma, os agentes de segurança ficavam preocupados e reduziam o grau da tortura. Por outro lado, diante dos demais “malandros”, “aprendera que o medo é algo que não deve ser demonstrado em hipótese alguma” (2006 apud SELIGMANN-SILVA; MENDES, 2001). Mostrar-se medroso significaria efeminar-se, fraquejar. Aos leitores, Mendes apresenta-se simultaneamente como vítima e agressor, figurando-se também como alguém que nunca traiu o código da “malandragem”, que incluía, entre outras regras, a de não dedurar seus cúmplices quando estivesse preso, evitando ser “mulher” de outro preso que tivesse mais poder.

No segundo estudo, intitulado “Violência, encarceramento, (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas” (2003), Seligmann-Silva localiza a literatura carcerária como consequência dos terrores da Segunda Guerra Mundial, das inúmeras guerras anticoloniais, dos massacres de milhões ocorridos na União Soviética e no Camboja, do desemprego, da tortura presente no chamado “Terceiro Mundo”, dos desaparecidos nos regimes ditatoriais etc. Essa literatura carcerária teria como um de seus temas principais o corpo que sofre.

No Brasil, houve um *boom* de literatura prisional na década de 90, e essa expansão editorial teria sido causada pelo acentuado interesse do público leitor brasileiro por tudo o que tem a ver com a violência e com a sua própria sobrevivência em uma sociedade cada vez mais dividida entre ricos, em seus castelos, e pobres sendo perseguidos e enviados para cadeias superlotadas. Vale dizer que esse *boom* relativo à literatura carcerária está ligado ao que pode ser chamado de “literatura do real”, cujo realismo não deve ser confundido com as estratégias do realismo do século XIX.

Seligmann-Silva levanta, inicialmente, quatro pontos acerca do surgimento dessa literatura carcerária. O primeiro ponto está relacionado à “literatura do real”, compreendida como uma literatura que apresenta um (des)encontro com a outridade, violento e fundador. O outro, aqui, é o próprio autor – um prisioneiro –, que narra sua situação radical, sendo importante não revestir esse “outro” de uma etiqueta simples, eliminando suas particularidades. Desse modo, a narrativa deixou de ser uma narrativa heroica para ser uma “narrativa do trauma e das perdas constitutivas”.

Outro ponto é o fato de que, na literatura carcerária, o simbólico aparece esmagado sob o peso do real, o que determina um redimensionamento das fronteiras entre os dois campos; em consequência, a noção de escritura do corpo assume uma literalidade raramente encontrada na história da literatura.

Mais uma problematização seria o fato de que a literatura e a arte, depois de mais de um século de tendências formalistas, recuperam seu compromisso com a mudança social e assumem seu papel nas lutas políticas. Em tais obras, diz Seligmann-Silva, não apenas o testemunho como *testis* (terceiro a testemunhar, certificação) é levado em conta, mas também ganha destaque a noção de martírio (*superstes*) dos corpos dos prisioneiros, e, como vimos, o tema correlato da indizibilidade da dor, do sofrimento e da experiência carcerária.

A outra inquietação do pesquisador diz respeito à afirmação da cegueira da justiça. As narrativas carcerárias descrevem tentativas de vencer com alguma “astúcia” (grifo do autor) a

força bestial de um sistema penal que apenas serve para eliminar aqueles que são considerados “resto” de uma sociedade moldada pela ideologia do consumo e do sucesso.

O estudioso afirma que a literatura carcerária promove uma reflexão sobre os limites do “humano” e do “animal”, dado que a violência exacerbada sofrida pelos prisioneiros desencadeia um processo de desumanização. Nesse sentido, aparecem com toda força, nessa literatura, os temas da “vergonha”; do “desnudamento”; da redução do ser humano à animalidade e à massa de tecidos do corpo sem vontade própria, via humilhação; e, ainda, o tema da exposição à falta de higiene e o da tortura.

Karl Erik Schollhammer, no texto mencionado anteriormente, chama a atenção para a emergência de uma nova literatura marginal ou confessional, na perspectiva do que ele chama de uma “sede geral de realidade”: neste viés, a arte e a literatura tentam mostrar que existem caminhos que separam as obras comprometidas esteticamente e eticamente com a denúncia dos lados escuros da sociedade e as obras que privilegiam a sobre-exposição obscena e pornográfica do escandaloso e do chocante, que tanto seduz o grande público dos meios de comunicação, sem abrir nenhuma possibilidade de intervenção e mudança.

Para Schollhammer, o romance de Mendes (é desse modo que o ensaísta “nomeia” o livro) tem como escopo o relato da delinquência de São Paulo da década de 60 e do início da década de 70, constituindo, portanto, um testemunho “impressionante” da escalada da violência carcerária vivida por um garoto e adolescente de classe média baixa, que, fascinado pelas luzes, pelas garotas e pelas drogas da grande cidade, mergulha no mundo do crime: ele entra e sai constantemente de instituições corretivas e penais, até, já maior de idade, receber, em 1974, uma pena longa por assalto e latrocínio. Consideramos importante salientar que, para nós, diferentemente de Schollhammer, as *Memórias de um sobrevivente* não constituem um romance, mas um livro de memórias, e que, por serem as memórias de um eu-prisioneiro, trata-se de um exemplo contemporâneo de autobiografia/memorialismo prisional.

O livro possui muitas qualidades de linguagem e representa um depoimento não só do desenvolvimento radical da criminalidade da capital paulista, como das torturas, dos maus-tratos, da violência nas prisões e da ética particular existente entre os malandros, na rua e atrás das grades. Dessa forma, toda a narrativa gira em torno de uma vontade de entender a própria fraqueza diante da sedução do crime. E Schollhammer encerra seu capítulo sem responder às perguntas que ele mesmo se faz no início do texto: “Trata-se de fato de uma nova voz literária?”. Sugerimos uma resposta à pergunta: em nossa opinião, a literatura escrita por homens “comuns”, que são prisioneiros, no sentido de esses cidadãos serem excluídos da sociedade, serem marginalizados, não se mostra como uma nova voz literária. Essa voz já

existia e era a da escritora Carolina Maria de Jesus, que, nos anos 1960, com a mediação do jornalista Audálio Dantas (jornalista do *Folha da Noite*), teve seu livro *Quarto de despejo* editado e publicado pela Livraria Francisco Alves. A obra se tornou um grande sucesso de vendas no Brasil, tendo sido traduzida para 13 línguas. Outros textos que também podem ser considerados como novas vozes literárias: *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins; *Capão Pecado* (2000), de Ferréz; “Pérola” (2005), de Allan Santos da Rosa; *Literatura, pão e poesia* (2011), de Sérgio Vaz, dentre outros.

Passemos agora à tese de Doutorado de Maria Rita Sigaud Soares Palmeira – *Cada história, uma sentença: narrativas contemporâneas do cárcere brasileiro* –, em que a autora estudou quatro livros de prisioneiros: *Diário de um detento*, de Jocenir (2001); *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes (2001); *Sobrevivente André du Rap* (do Massacre do Carandiru), de André du Rap, com a coordenação editorial de Bruno Zeni (2002); e *Vidas do Carandiru: histórias reais*, de Humberto Rodrigues (2002).

O que provoca a reflexão, em Palmeira, não é o fato de esses homens escreverem, mas o fato de eles enxergarem, na produção de seus livros, uma forma de reinserção na sociedade, uma busca de legitimação a partir de um discurso previamente deslegitimado, o de homens encarcerados. Desse modo, a escrita implicaria uma transformação, além de assumir uma dimensão ética. A escrita desses prisioneiros parece reivindicar um papel de direcionamento, de um conselho aos jovens cuja origem seja semelhante à deles, a fim de que estes não sigam os maus exemplos, não caiam no crime. Novamente, vemos aqui uma referência à dimensão ética do trabalho de tais autores.

Essa literatura, apesar de ser feita por homens enclausurados, apresenta uma tentativa de interlocução com a sociedade que os privou de liberdade. Haveria, portanto, uma espécie de “adesão aos códigos dos homens livres” (PALMEIRA, 2009, p.13), a partir do olhar duplo do narrador, que seria um olhar para o mundo do cárcere e outro olhar para o mundo dos homens livres.

Em *Memórias de um sobrevivente*, não há tentativa de negação dos crimes cometidos, nem de inocentá-los; ao contrário, o narrador-personagem associa-os à sua busca pela felicidade, que tinha, para ele, estreita relação com a possibilidade de consumo: “queria viver, e viver significava ter dinheiro, muito dinheiro para fazer o que se gosta” (MENDES, p. 344, apud PALMEIRA, 2009, p. 93).

A estudiosa adverte que o comportamento de Mendes, como prisioneiro, é ambíguo (uma ambiguidade diferente da citada por mim, quando mencionei o tema da ambiguidade na Introdução). O protagonista das *Memórias de um sobrevivente* hesita entre, de um lado, aderir

definitivamente ao “mundo do crime”, e, de outro lado, optar por uma vida menos arriscada e, também, mais aborrecida. Apesar de tal hesitação, de todos os autores investigados pela estudiosa, Mendes é o único que assume o fascínio exercido pelo crime.

Depois dessa breve apresentação dos mais relevantes estudos críticos sobre *Memórias de um sobrevivente*, faremos uma seleção das ideias fundamentais de tais autores. Seligmann-Silva chama a atenção, dentre outros aspectos, para a existência de uma ambiguidade nas memórias de Luiz Alberto Mendes: ao mesmo tempo em que há, no livro, um apelo aos sentimentos morais e éticos de justiça, igualdade e solidariedade; o narrador-protagonista assume diante do leitor vários assaltos praticados, um latrocínio e um homicídio. Schollhammer defende que o “romance” de Mendes nos dá o testemunho da escalada da violência carcerária vivida por um garoto e adolescente da classe média baixa, que, encantado pelas “luzes”, pelas garotas e pelas drogas da grande cidade, mergulha no mundo do crime, entrando e saindo constantemente de instituições corretivas e penais até, em 1974, ser condenado a uma longa pena. Já Palmeira observa que o fato de Mendes e de outros presos escreverem significa a busca de uma reinserção na sociedade, uma busca de legitimação a partir de um discurso previamente deslegitimado – o de homens encarcerados.

Mais adiante, nesta tese, vamos nos debruçar sobre o livro de Mendes, com os objetivos de investigar as imagens que o narrador das *Memórias de um sobrevivente* elabora de si enquanto menino e adolescente nas ruas de São Paulo, até alcançar a maioridade e, na prisão, ser seduzido pelos livros. Os ensaios críticos sintetizados neste segmento levam-nos, desde já, a pensar em, pelo menos, dois posicionamentos do protagonista de *Memórias de um sobrevivente*: em um momento, ele se mostra como quem produz a violência na sociedade; em outra circunstância, se apresenta como vítima da violência dessa mesma sociedade, ocupando, nesse âmbito, uma posição ambígua. No que tange às representações da violência na obra de Luiz Alberto Mendes, verificaremos a relação do protagonista com o pai, sua relação com os outros presos, e seu relacionamento com o sistema penitenciário. Analisaremos, ainda, o impacto que o encontro com o universo livresco e com a cultura erudita provocou na vida de um detento como Luiz Alberto Mendes.

3 AS MEMÓRIAS DO CÁRCERE E O “CÁRCERE DAS ALMAS”

3.1 Graciliano e a aprendizagem com o outro no cárcere

Como já apresentamos no capítulo “Leituras críticas sobre *Memórias do cárcere* e sobre *Memórias de um sobrevivente*”, Antonio Candido afirma que, nas *Memórias do cárcere*, há um processo de descoberta do próximo e de revisão de si mesmo. A partir dessa ideia defendida pelo crítico, iniciamos nosso subcapítulo que versa sobre a experiência de aprendizagem com o *outro* no cárcere, vivida por Graciliano Ramos e (re)vivida, (re)construída e, poderíamos dizer, (re)volvida pelo memorialista Graciliano Ramos.

As *Memórias do cárcere* estão divididas em quatro partes. Inicialmente, as *Memórias* foram publicadas em quatro volumes individuais; atualmente, na última edição publicada pela editora Record, em 2020, o livro apresenta essas partes reunidas em um volume único. Mas as *Memórias* de Graciliano também já foram publicadas em dois volumes, como na edição de 2002 da editora Record; neste caso, cada um dos volumes trazia duas partes do livro. Para a nossa pesquisa, tomamos como ponto de referência a última publicação. O livro autobiográfico de Graciliano fala sobre o período em que Graciliano Ramos se viu detido nos cárceres do Estado Novo, de março de 1936 a janeiro de 1937. Apenas em 13 de janeiro de 1937, após dez meses e dez dias de prisão, o escritor deixou a prisão.

A primeira parte das *Memórias*, intitulada “Viagens”, se inicia pelo momento em que Graciliano foi preso, tendo sido levado, em seguida, de Alagoas para o Recife, onde permaneceu em um quartel. A seguir, o escritor foi transportado no porão do navio *Manaus*, em uma viagem que o levou para o Rio de Janeiro, cidade em que ficou aprisionado na Casa de Detenção, no “Pavilhão dos Primários”. Essas são as duas primeiras partes das *Memórias*: “Viagens” e “Pavilhão dos Primários”. As duas outras partes são: “Colônia Correcional” (Colônia esta localizada na Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro) e “Casa de Correção” (prisão localizada na cidade do Rio de Janeiro).

Essas quatro partes conferem ao livro um movimento espacial, uma vez que a cada parte está atrelado um lugar diferente por onde passou e permaneceu o prisioneiro Graciliano Ramos. Além disso, cada uma das prisões, nas *Memórias do cárcere*, tem características próprias. Se o espaço é diferente, são também diferentes os tipos de convívio social estabelecidos entre os presos, as sensações ou lembranças que as experiências suscitam no

narrador, e as nuances de violência exercida pelo sistema carcerário sobre os detentos. A forma do discurso acompanha os múltiplos conteúdos recriados pela linguagem: vem daí sua fragmentação. Assim, é como se o livro tivesse um formato caleidoscópico.

Por que este subcapítulo tem como título: “Graciliano e a aprendizagem com o *outro* no cárcere”? Sob o nosso ponto de vista, as experiências vividas no cárcere, (re)elaboradas no livro de memórias, possibilitam a Graciliano o ensejo de conhecer e confrontar o diferente de si mesmo. Na prisão, o escritor se defronta com vários tipos de militares, com diversos homens “comuns”, inclusive com os presos “pederastas” – os homossexuais –, e com intelectuais oriundos de países diferentes, com vivências diferentes da sua. Nesse embate com o *outro*, o prisioneiro se assusta, toma atitudes precipitadas, faz julgamentos que depois serão avaliados ou revistos pelo memorialista, que também é um *outro*, pois narra dez anos depois (conforme já sinalizamos) de sua experiência na condição de prisioneiro. É por isso que, para Antonio Candido, o livro constitui uma espécie de laboratório, funcionando como uma escola de humanidade para determinadas experiências de aviltamento.

Hermenegildo Bastos (1998), outro estudioso das *Memórias do cárcere*, assegura que a obra de Graciliano, de *Caetés* a *Memórias do cárcere*, consiste em um universo de temas, problemas e técnicas trabalhados e retrabalhados de modo obsessivo pelo autor, constituindo-se sua obra em um método de conhecimento da realidade, uma pesquisa do homem e do mundo. Obra que é sempre questionada e corrigida: tal é o método do qual Graciliano lança mão. Bastos cita Georges Gusdorf, ressaltando que a autobiografia, para o estudioso francês, consiste em uma segunda leitura da experiência, leitura que é mais verdadeira do que a primeira, porque soma à experiência a consciência dela. Neste ponto, lembramo-nos do método de escrita desenvolvido por Graciliano, apropriando-nos, para esta reflexão, das palavras do próprio autor, em entrevista concedida ao jornalista Joel Silveira em 1938, encontrada no livro *Conversas* (RAMOS, 2014, p. 77), em que Graciliano faz uma analogia entre o escritor e as lavadeiras: estas começam o seu trabalho com uma primeira lavada, depois molham a roupa suja na beira da lagoa, torcem o pano novamente, para, em seguida, voltar a torcer. Encerrando a analogia, o autor diz que a palavra não foi feita para brilhar como ouro falso, mas, sim, para dizer.

Já dissemos que o *outro* com o qual o prisioneiro Graciliano se defronta tem várias faces: são os militares; são os homens “comuns”; os homossexuais; os intelectuais (homens e mulheres); mas, em determinados momentos, o próprio espaço onde o escritor se encontra constitui uma forma de luta e de aprendizagem através da dor, das humilhações, da violência pela qual passa o prisioneiro. Tal espaço adverso, segundo Antonio Candido, é favorável à

sondagem do homem, pois é a partir dessa experiência de aviltamento, é olhando o *outro* que Graciliano se enxerga, descobrindo seus preconceitos e várias de suas limitações, como a quase impossibilidade de falar em público; e, ao olhar-se, realiza um movimento de redescoberta de si, de revisão de seus conceitos preliminares.

Vale ressaltar que o memorialista, nas *Memórias do cárcere*, por narrar dez anos depois, apresentaria, a princípio, um grande distanciamento em relação ao personagem que viveu a experiência prisional. O memorialista ou narrador é um *outro*, que ora se aproxima, ora se distancia do “personagem” que passou pela prisão, personagem também elaborado, construído pelo autor. Sendo assim, é comum encontrarmos nas *Memórias* comentários e reflexões do memorialista sobre o “si mesmo” que um dia ele foi, mas, em muitas situações, não é mais. Também são recorrentes as reflexões do memorialista relativas a si mesmo no presente da escrita – tanto no nível pessoal, quanto no coletivo. Por isso, esclarecemos que, em alguns momentos, quando nos referirmos ao narrador das *Memórias*, utilizaremos as expressões “memorialista”, “narrador”, “narrador Graciliano” ou outra semelhante. Quando for necessário desfazer possíveis ambiguidades, ao nos referirmos ao Graciliano que viveu a experiência do cárcere (embora este último não esteja descolado do “narrador Graciliano”), empregaremos a expressão “prisioneiro”, junto ao nome do escritor.

Iniciamos nosso estudo acerca da aprendizagem com o *outro* trazendo um fragmento das *Memórias do cárcere*:

(...) Imaginara-o tenente – e **surpreendia-me** que houvesse inferiores tão bem-educados. **Julgava-os** ásperos, severos, carrancudos, possuidores de horríveis pulmões fortes demais, desenvolvidos em berros e recrutas, nos exercícios. E aquele, amável, discreto, de aprumo perfeito e roupa sem dobras, realmente me **desorientava**. **Surpresa tola, por causa das generalizações apressadas.** (RAMOS, 2020, p. 40, grifos nossos).

O trecho apresenta o primeiro militar com o qual o prisioneiro se defronta: trata-se de um sargento, e o contato com o *outro* acontece em um quartel de Recife. Graciliano o chama de “tenente”, e o militar recusa esse título, afirmando ser “apenas” um sargento. O memorialista entra em cena e avalia sua atitude, para a qual emprega expressões que evidenciam, por um lado, o seu pré-julgamento, e, por outro, a surpresa e a desorientação que experimentou no passado. Consoante o fragmento, esses pré-julgamentos são resultados de “generalizações apressadas”.

O memorialista, em determinado momento da primeira parte das *Memórias*, confessa que deseja “sondar o homem”, para usar as palavras de Antonio Candido, confessando

também que tem necessidade de compreender ou de, simplesmente, aceitar o *outro*, como podemos observar no fragmento a seguir:

(...) Desejo de ir além das aparências, tentar descobrir nas pessoas qualquer coisa imperceptível aos sentidos comuns. **Compreensão de que as diferenças não constituem razão para nos afastarmos, nos odiarmos.** Certeza de que não estamos certos, aptidão para enxergarmos pedaços de verdades nos absurdos mais claros. **Necessidade de compreender, e se isto é impossível, a pura aceitação do pensamento alheio.** (RAMOS, 2020, p.66, grifos nossos).

Ou seja, na sequência acima, o narrador demonstra uma atitude de acolhimento em relação aos *outros* diferentes dele. No fragmento, a diferença é representada pelo capitão Lobo, que demonstra tolerância em relação às ideias de Graciliano, conforme iremos verificar mais adiante.

Além da atitude de acolhimento à diferença, o narrador também realiza dois movimentos em relação ao *outro*: em um primeiro momento, julga de modo “crítico” e preconceituoso aquele que é diferente dele, e, em um segundo momento, arrepende-se de seu julgamento, em um gesto de revisão de si mesmo. Esses dois movimentos comparecem com determinada frequência nas *Memórias*; por isso, selecionamos dois fragmentos do capítulo 13 de “Viagens”, em que é possível observá-los. Assim, diante do choro copioso do advogado Nunes Leite no instante em que este sai, provavelmente, de uma sala de averiguação, o prisioneiro estranha:

Essa imagem de completo desespero me causou sombrio mal-estar. Desapareceu – e algum tempo o desgraçado queixume ainda me feriu os ouvidos, e diante dos olhos me ficou a máscara luminosa, que semelhava tênue camada de parafina. Não evitei uma sensação de repugnância e desprezo: **difícil supor uma criatura humana a acovardar-se de semelhante maneira. Em seguida modifiquei e venci a reação molesta e acusei-me de precipitação:** Nunes Leite devia estar doente, devia estar doente. Não era senão isso. O lençol de água a correr como fonte e o brado lamentoso indicavam desequilíbrio, pois não havia razão para tais excessos. (RAMOS, 2020, p. 72, grifos nossos).

Se o fragmento acima já assinala uma revisão de sua reação inicial, esta revisão se prolonga nos trechos seguintes, em que o narrador continua a reavaliar sua atitude precipitada: “Tive pena. Por que martirizavam aquele homem, santo Deus? Realmente não martirizavam, mas se o olhassem de perto, conhecer-lhe-iam o pavor, a morte na alma” (RAMOS, 2020, p. 73); e: “Enfim deviam perceber que estavam praticando uma iniquidade: o bacharel Nunes Leite não suportava a cadeia”. (RAMOS, 2020, p. 73).

Retomando a consideração dos militares como uma das faces do *outro* com o qual o escritor acaba por conviver, outro militar que muito incomoda o “prisioneiro” Graciliano é o capitão Mata, por apresentar os hábitos de falar e comer em excesso. Graciliano, ao contrário,

preferia o silêncio e adería a ele, como podemos verificar no trecho abaixo, que também evidencia as diferenças de conduta entre os dois companheiros de cela:

Nem vi capitão Mata erguer-se. Quando me afastei da janela, o homem se escovava e lavava, retomando a alegria comunicativa e barulhenta da véspera. **Éramos antípodas**. Enquanto me ocupava numa única miudeza, ele apreendia muitas, relacionava-as e alcançava rápido o conjunto; **falava em demasia, sem se incomodar com os meus silêncios, de ordinário informando, quase nunca fazendo uma pergunta (...)** (RAMOS, 2020, p. 46, grifos nossos).

Ao referir-se aos seus silêncios, o narrador nos remete a um estudo da linguista Eni Orlandi sobre o tema. Segundo Orlandi (2007), há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido; e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer estabelece uma relação fundamental com o não-dizer. Essa dimensão nos leva a apreciar a errância dos sentidos, o lugar do *nonsense*, do equívoco, da incompletude, não como meros acidentes da linguagem, mas como o cerne mesmo de seu funcionamento.

Ainda podemos dizer que o final do fragmento acima nos traz uma relevante estratégia narrativa do escritor Graciliano Ramos, e que também se mostra nas *Memórias do cárcere*: o memorialista não narra apenas informando, mas, como já afirmara Hermenegildo Bastos, sua literatura tem como base o autoquestionamento. As *Memórias do cárcere* são, portanto, um testemunho que se autoquestiona, desenvolvendo-se como uma reflexão sobre o sentido, a forma e a função da escrita testemunhal. Neste âmbito, Alfredo Bosi já havia destacado que, nas *Memórias* de cadeia de Graciliano, a pergunta funciona como um bordão metódico, isto é, como um procedimento narrativo. Esse procedimento será explorado com mais minúcia no próximo subcapítulo, intitulado “Graciliano e os modos de narrar as *Memórias do cárcere*”.

Retornando à necessidade do silêncio por parte do prisioneiro Graciliano Ramos, podemos dizer que, inicialmente, Graciliano esperava, com a prisão, ter o silêncio necessário para escrever seus livros, mas ele acaba por não se ver sozinho em nenhum momento de sua permanência no cárcere, estando sempre na companhia de outros presos ou sob a vigilância de uma “estátua armada a fuzil”, situação que o angustiava.

Ainda a propósito do capitão Mata, vale ressaltar que, no capítulo 13 da primeira parte das *Memórias*, depois de relembrar a cena a que, na condição de prisioneiro, assistira – o choro copioso do advogado Nunes Leite, desconsolado com sua prisão –, o memorialista reflete sobre o incidente, afirmando: “Horrível sujeitar-se ao mesmo regime naturezas tão diversas. **Capitão Mata nada sofria**” (RAMOS, 2020, p. 73, grifos nossos). Logo em seguida, o memorialista, em uma análise do processo de despersonalização pelo qual passam

os presos (e, em nossa avaliação, os doentes mentais), pontua e generaliza, servindo-se do verbo no tempo presente e do pronome pessoal da primeira pessoa do plural – procedimentos recorrentes nas *Memórias*: “A administração pública não atenta nessas ninharias, tende a uniformizar as pessoas. Somos grãos que um moinho tritura – e ninguém quer saber se resistimos à mó ou se nos pulverizamos logo.” (RAMOS, 2020, p.74).

Num movimento contrário, e reativo, à despersonalização que viveu no cárcere e que, ao narrar, comenta; Graciliano, nas *Memórias*, assinala as particularidades de seus companheiros de prisão, ao mesmo tempo em que chama a atenção para o próprio estranhamento diante dessas particularidades, com as quais tomava contato. Assim, Graciliano afirma ter também ficado surpreso com o capitão Mata por nunca ter visto pessoa mais precavida, nem mais econômica: Mata tinha necessidades muito escassas, não fumava, e, enquanto esteve com Graciliano, se absteve de qualquer despesa. Além disso, o capitão Mata de modo nenhum se comportava como um ser humilhado.

Outro militar que Graciliano conhece na prisão (não como companheiro de cela, mas como autoridade responsável pelos prisioneiros) é o capitão Lobo que, logo de início, já surpreende o escritor, ao dizer: “Não concordo com as suas ideias, mas respeito-as” (RAMOS, 2020, p.66). A declaração demonstra, na avaliação do memorialista, um ato de tolerância, admirável e imprudente, do capitão Lobo, que, sem exame, tudo chegava a admitir.

A surpresa do prisioneiro Graciliano – surpresa que o memorialista retoma e “analisa” – é ainda maior quando, estando prestes a sair do Recife e ser levado para outro lugar, capitão Lobo lhe faz uma oferta de empréstimo em dinheiro. Todo o capítulo 15 de “Viagens” traz uma longa reflexão sobre a atitude – incoerente e inexplicável – do capitão Lobo. E o memorialista avalia: “Admitimos certo número de princípios, julgamo-los firmes, notamos de repente uma falha neles – e as coisas não se passam como havíamos previsto: passam-se de modo contrário. A exceção nos atrapalha, temos de reformar julgamentos.” (RAMOS, 2020, p.86). É importante ressaltar, mais uma vez, no comentário do memorialista, o uso do verbo no tempo presente e da primeira pessoa do plural. Geralmente, os comentários do narrador vêm estruturados com o verbo nesse tempo verbal, uma vez que o memorialista faz a sua avaliação no presente da escrita. Quanto ao emprego da primeira pessoa do plural, esta confere aos comentários do memorialista um cunho generalizador, que se contrapõe a uma possível reflexão limitada ao universo pessoal: assim, em lugar de privilegiar a dimensão individual, por meio do “pronomzinho irritante” de primeira pessoa (expressão do próprio autor no primeiro capítulo das *Memórias*); o memorialista, com a primeira pessoa do plural,

faz de sua voz a voz de muitos, ampliando a própria perspectiva, coletivizando-a. A perspectiva pessoal, entretanto, não se apaga, e a narrativa de *Memórias do cárcere* também assinala as surpresas do indivíduo diante do comportamento alheio, pois o prisioneiro Graciliano lida com seres humanos, e é característica do homem se surpreender tanto com seus próprios atos, quanto com a atitude dos outros companheiros com quem convive, seja na prisão, seja na sociedade.

Desse modo, no capítulo 17 de “Viagens”, Graciliano relembra a chegada ao porão do Navio *Manaus*, onde se defronta com outras duas imagens do *outro*: o próprio espaço físico em que se encontra, e os outros presos, como é o caso de um homem que mexia, com frequência, em seus “escrotos”. Vejamos o modo como se faz, nas *Memórias do cárcere*, a descrição desse homem:

A imagem repulsiva me atormentava: num estrado vizinho, inteiramente nu, um negro moço arranhava os escrotos em sossego. Indignava-me; pragas interiores vinham à tona e eram engolidas; lampejos de bom senso impediam-me gritar, pedir ao tipo que tomasse vergonha. (...) Não, não era isso. O negro se coçava tranquilamente, como se ali não estivesse ninguém, e obrigava-me a espia-lo (RAMOS, 2020, p.100).

(...) O pesadelo obsceno continuava a perseguir-me. O saco escuro, repuxado a unha, alongava-se; os testículos grossos davam à porcaria o jeito de uma cabaça de gargalo fino. **Cachorro**. Indignava-me como quando ouço garotos a assobiar num bonde, mas naquele momento experimentava indignação multiplicada. As minúcias ignóbeis – a cor, a forma, a transudação – enfureciam-me contra mim mesmo. Que me obrigava a fixar a atenção nelas? (RAMOS, 2020, p. 101, grifos nossos).

(...) O **patife** jazia a dois passos de mim, quase me tocava como se estivesse inteiramente só: a cara imóvel, **a tromba caída**, as pálpebras meio cerradas, as pernas abertas e curvas, na posição de uma parturiente. Não se notava ali desprezo à opinião pública: notava-se indiferença perfeita. **O animal** nem tinha consciência de que nos ofendia. E os dedos esticavam sem cessar a pelanca tisonada. (RAMOS, 2020, p. 101, grifos nossos).

Chama-nos a atenção o modo como o memorialista descreve o homem que mexia tranquilamente em suas partes íntimas: Graciliano não apenas se serve de uma linguagem crua, direta e minuciosa, como usa expressões que se assemelham àquelas que costumamos associar aos escritores naturalistas, referindo-se ao homem com as palavras “cachorro”, “patife”, “animal”, além de atribuir-lhe traços próprios dos animais, como a “tromba caída”. Esse traço “naturalista” na prosa de Graciliano Ramos vai se mostrar em outras passagens das *Memórias*, como, por exemplo, quando o narrador descreve o extremo incômodo que vivenciou no espaço do porão do navio *Manaus*:

No **zum-zum de feira** nenhuma frase perceptível; os meus pés machucavam coisas moles, davam-me a impressão de **pisar em lesmas**. O terrível fedor sufocava-me, a quentura da fornalha punha-me brasas na pele, e a certeza de encontrar-me cercado de imundícies levava-me a proteger a valise, resguardá-la debaixo do braço.

Aguentar-me-ia em semelhante lugar? Conseguiria resistir? (RAMOS, 2020, p.96, grifos nossos).

Afastei-me, marchando nos calcanhares, tentando evitar as coisas moles pisadas na véspera e percebendo claramente donde vinha o cheiro forte de amoníaco. **Aquelas pessoas urinavam no chão, a um canto; o mijo corria, alagava tudo, arrastando cascas de frutas, vômitos, outras imundícies. Com as oscilações da infame arapuca, a onda suja não descansava; dificilmente se acharia um lugar enxuto. Necessário arregaçar as calças e fazer malabarismos de toda a espécie para evitar a ressaca nojenta.** (RAMOS, 2020, p.105, grifos nossos).

Nos fragmentos acima, o *outro* não é representado em um indivíduo, mas no próprio espaço adverso ao qual o sujeito está exposto na condição de prisioneiro. Com este fragmento das *Memórias*, lembramo-nos do célebre poema de Manuel Bandeira, intitulado “O bicho”, dado que os prisioneiros do porão do *Manaus* foram submetidos a uma condição sub-humana. Esse seria um dos traços de despersonalização do qual o protagonista e os outros presos foram vítimas: o tratamento desumano que receberam, tendo sido colocados em um lugar extremamente insalubre.

Assim, a animalização em *Memórias do cárcere* reforça a reversão do estado “civilizado” vigente fora das grades para uma situação “mais ou menos selvagem”, de “subterrâneo social”, imposta pelo sistema, conforme diz Fabiana Carelli em sua dissertação. Sem direitos, sem voz ativa fora da cadeia, vivendo sob o medo de delações e das torturas, enfrentando situações ignóbeis e até então desconhecidas, a visão dos prisioneiros só podia arrancar do narrador a afirmação simples, direta: “Na verdade éramos bichos”. Entretanto, não se tratava dos bichos de Aluísio Azevedo, bichos “por natureza”, resultantes da hereditariedade ou das leis naturais, mas de bichos “fabricados”.

O prisioneiro Graciliano Ramos também se surpreende, no porão do navio *Manaus*, com a atitude de um militar que encontra uma forma de levar, por quatro ou cinco vezes, copos de água para o escritor, que lhe pedira esse favor. Comentando o episódio, o narrador avalia:

Estranho, estranho demais... Precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima. Dar de beber a quem tem sede. (...) Ali me havia surgido uma alma na verdade misericordiosa. Ato gratuito, nenhuma esperança de paga; qualquer frase conveniente, resposta de gente educada, morreria isenta de significação. (RAMOS, 2020, p. 123).

E o prisioneiro que, antes, se sentia aflito e desconfortável com a imagem do homem nu que mexia em suas partes íntimas, começa a perceber que ali, no porão do *Manaus*, os homens pouco se distinguiam uns dos outros, todos nivelados como prisioneiros em condições sub-humanas:

Em dois dias aquela gente começava a familiarizar-se comigo. No quartel, eu e capitão Mata vivêramos quase duas semanas a tratar-nos cerimoniosamente; guardávamos recordações que eram travancas e nos distanciavam. Agora criaturas anônimas falavam-me como se tivéssemos estado sempre juntos. Nenhum receio de molestar-nos suprimindo cortesias de fato ridículas nas situações em que nos achávamos. Lá fora tínhamos ocupações diversas, usávamos linguagens diferentes e nos distinguíamos pela roupa; **ali, no calor, mal vestidos, meio nus, usando vocabulário escasso, fundindo as gírias da caserna e da estiva, parolávamos na inércia forçada e nos íamos depressa nivelando. E nenhum esforço fazíamos para isso:** era a autoridade que nos juntava, suprimira de golpe barreiras por ela própria conservadas e reforçadas. **Operários e militares sediciosos, pequeno-burgueses detidos por suspeita, socialmente valíamos tanto como o ladrão que me vendera a rede.** (RAMOS, 2020, p.126, grifos nossos).

Para Graciliano, portanto, a prisão constitui um espaço de onde podem surgir situações que o surpreendem e o deixam confuso. Na percepção do escritor, a prisão o ensina a ser mais humano diante de tantas experiências consideradas trágicas, como a proximidade da morte, tantas vezes por ele experienciada, quando, por exemplo, sentia as dores ainda causadas por uma cirurgia feita há tempos. Há, também, momentos no livro nos quais o prisioneiro precisa de amparo para conseguir caminhar com sua perna trôpega, como teremos a oportunidade de observar em outros parágrafos.

No porão do navio *Manaus*, são frequentes as cenas que evidenciam a despersonalização dos prisioneiros, como na passagem abaixo, em que o narrador denuncia as cruéis condições que ele e os outros prisioneiros viviam:

De fato não nos lavávamos nem mudávamos a roupa, estávamos imundos, sem dúvida; mas não tínhamos vivido sempre assim. Víamos a porcaria no corpo dos outros, iríamos percebê-la nas almas dos outros, e seria horrível supor que também estivéssemos imundos. (RAMOS, 2020, p.128).

No fragmento acima, chamou-nos a atenção, além da condição desumana em que se encontravam os prisioneiros, o fato de o protagonista perceber a si mesmo através dos corpos imundos dos outros, o que indica que Graciliano, para ver a si mesmo, necessitava do *outro* com o qual convivia.

No capítulo 32 de “Viagens”, o prisioneiro recebe a notícia de que, no Rio de Janeiro, iria para o Pavilhão dos Primários, na Casa de Detenção. Referindo-se ao momento em que chegou à nova prisão, o memorialista reflete:

Instintivamente buscávamos associar-nos; a associação precária num momento se desmancharia. **E vivíamos a receber choques na alma.** Relações impostas, desfeitas, mentes diversas agrupando-se, repelindo-se; ajustamentos difíceis, súbitas explosões de incompatibilidades. **Nessa altura, o excelente Macedo me fez um gesto, cochichou oferta generosa, imprevista: havia espaço ali para dois corpos.** (RAMOS, 2020, p.167, grifos nossos).

O fragmento acima assinala mais uma surpresa diante da imprevisibilidade do *outro*. Chama-nos a atenção, também, a expressão de Graciliano ao dizer que os prisioneiros viviam

a receber “choques na alma”. Nas *Memórias do cárcere*, o narrador destaca que, naqueles espaços prisionais, os choques eram dados na alma do homem, isto é, não há relatos de choques elétricos aplicados no corpo do ser humano, como iremos verificar nas *Memórias de um sobrevivente*. Ambos os choques, físicos ou na alma, deixam marcas indeléveis.

Na segunda parte das *Memórias do cárcere*, “Pavilhão dos Primários”, o memorialista relembra que, ali, encontrou alguns intelectuais, como é o caso do russo Rafael Kampard; do argentino Rodolfo Ghioldi, secretário do Partido Comunista argentino; e do judeu romeno Benjamin Schneider. O escritor se identifica bem rapidamente com esses prisioneiros de condição semelhante à dele, como constatamos no fragmento a seguir:

Nunca deixamos de tratar-nos cerimoniosamente. Sérgio, apesar da circunspeção, da algidez, quase se familiarizara comigo em vinte minutos de conversa. (...) Dedicava-se [capitão Mata] à barrela quando entraram dois tipos: o baixo, piloso, e o trigueiro, de cabelos encaracolados, que pareciam interessar-se por mim, ao chegarmos. Logo resvalamos na intimidade. O primeiro se chamava Enzmann Cavalcante; e o segundo, Newton Freitas. (RAMOS, 2020, p. 179).

É importante observar que os intelectuais que estão no Pavilhão dos Primários, além de apresentarem uma imediata aproximação com Graciliano, têm nome e sobrenome, o que não percebemos com os presos que habitavam o porão do navio *Manaus*, como comentaremos adiante. Consoante as *Memórias do cárcere*, no Pavilhão dos Primários havia burgueses e operários, homens cultos e gente simples: por um lado, engenheiros, médicos e bacharéis, como Rodolfo Ghioldi e Sérgio; por outro lado, Bagé, companheiro de Medina, e um “negro forte, barrigudo”, que era o estivador Santana. (RAMOS, 2020, p.183)

No segundo capítulo de “Pavilhão dos Primários”, são mencionados outros prisioneiros que Graciliano vem a conhecer, e em relação aos quais fica muito constrangido. São três mulheres: a psiquiatra Nise da Silveira, que era acanhada e tinha um sorriso doce; a poeta Haydée Nicolussi; e a escritora Eneida, que contagiou o protagonista com o poder de sua voz. As três, além de Olga Prestes, Elisa Berger, Cármem Ghioldi, Maria Werneck, Rosa Meireles e outras, estavam na sala 4 do Pavilhão dos Primários.

Através de sinais de relance, o personagem observou, na sala 4, os lábios vermelhos de Valentina; os cabelos grisalhos de Elisa Berger; os olhos verdes de Eneida; a brancura e a serenidade de Olga Prestes; a fortaleza e a energia de Rosa Meireles, que tinha voz rija, decidida; o rosto ardente de Maria Werneck, em seu corpo magro e ondulado; e a figura de Nise da Silveira, que lhe entra fundo no espírito, com sua fisionomia doce e triste, revelando inteligência e bondade (RAMOS, 2020, p. 202). Vale a pena observar, neste parágrafo, outro traço do estilo de Graciliano Ramos, que se constitui na apreensão fragmentada dos seres e das coisas: poderíamos falar, talvez, em uma representação metonímica da realidade. Aqui,

nesse movimento de apreensão fragmentada da realidade, lembramos uma estrofe do “Poema de sete faces”, de Carlos Drummond de Andrade, que apresenta esse procedimento expressivo utilizado por Graciliano Ramos:

O bonde passa cheio de pernas:
pernas brancas pretas amarelas.
Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração.
Porém meus olhos
não perguntam nada. (ANDRADE, 2002, p.5).

Retornando às *Memórias do cárcere*, no capítulo 8 de “Pavilhão dos Primários”, o narrador faz uma análise da movimentação de pessoas dentro do Pavilhão, e, nesse comentário, diz que a comunicação entre elas era difícil, quase impossível: “operários e pequeno-burgueses falavam línguas diferentes. Não nos entendíamos, não nos podíamos entender” (RAMOS, 2020, p. 216). Ou seja, é possível dizer, num primeiro momento, que Graciliano se aproximava mais dos pequeno-burgueses do que dos operários, em decorrência do grande distanciamento político e cultural que existia entre o escritor e estes; apesar disso, o prisioneiro Graciliano – nas palavras do narrador das *Memórias* – buscava compreender o *outro* e aceitar as peculiaridades inerentes a esse *outro*, assim como as diferenças entre eles.

Por exemplo, o memorialista (re)compõe a sua reação de estranheza diante da realidade de jovens que eram colocados na mesma cela em que estavam vagabundos e pivetes, sendo, de imediato, violados por tais “pederastas calejados”. Havia uma espécie de casamento do “pederasta” com o jovem escolhido por ele, e, caso o jovem apresentasse resistência, o “pederasta” usava a violência. Sobre essa situação, reflete o narrador:

As minhas conclusões eram na verdade incompletas e movediças. Faltava-me examinar aqueles homens, buscar transpor as barreiras que me separavam deles, vencer este nojo exagerado, sondar-lhes o íntimo, achar lá dentro coisa superior às combinações frias da inteligência. Provisoriamente, segurava-me a estas. **Por que desprezá-los ou condená-los? Existem – e é suficiente para serem aceitos.** Aquela explosão tumultuária é um fato. Estupidez pretender eliminar os fatos. A nossa obrigação é analisá-los, ver se são intrínsecos à natureza humana ou superfetações. Preliminarmente lançamos opróbrio àqueles indivíduos. **Por quê? Porque somos diferentes deles. Seremos diferentes ou tornamo-nos diferentes?** Além de tudo ignoramos o que eles têm no interior. Divergimos nos hábitos, nas maneiras, e propendemos a valorizar isto em demasia. Não lhes percebemos as qualidades, ninguém nos diz até que ponto se distanciam ou se aproximam de nós. Quando muito, chegamos a divisá-los através de obras de arte. É pouco: seria bom vê-los de perto sem máscaras. Penso assim, tento compreendê-los – **e não consigo reprimir o nojo que me inspiram, forte demais.** Isto me deixa apreensivo. Será um nojo natural ou imposto? Quem sabe se ele não foi criado artificialmente, com o fim de preservar o homem social, obrigá-lo a fugir de si mesmo? (RAMOS, 2020, p.281, grifos nossos).

O fragmento acima nos remete às palavras de Antonio Candido, segundo o qual o narrador das *Memórias* cultiva uma espécie de autoanálise sem complacência, desenvolvendo um sentimento de humanização em relação aos outros personagens. No fragmento em destaque, o memorialista, diante do nojo que, quando prisioneiro, sentia pelos homossexuais, busca compreendê-los, busca aproximar-se deles, vê-los sem as máscaras que a sociedade lhes impõe, demonstrando, com essa atitude, o sentimento de aproximação do *outro*, através do questionamento, do uso do método das interrogações, como podemos perceber em: “Será um nojo natural ou imposto?”. Ou seja, o narrador se questiona acerca da origem do nojo que sentia pelo “pederasta” – e ainda sente, como indica o verbo no tempo presente (“o nojo que me inspiram”): se este nojo é oriundo do interior dele ou se é imposto pelas regras sociais. Em outro momento do parágrafo, o narrador novamente se questiona, como se mostra no trecho: “Por que desprezá-los ou condená-los? Existem – e é suficiente para serem aceitos”. Isto é, o fato de o *outro* ser diferente de Graciliano não é motivo para o narrador julgá-lo ou ignorá-lo. O *outro* – o diferente de quem o analisa – necessita, requer aceitação da maneira como ele é, e não uma avaliação preconcebida. Dessa forma, o memorialista analisa a sua própria reação diante dos *outros* diferentes de si – reação marcada por um movimento de oscilação que termina com um ato de consciência: em um primeiro momento os rechaça, posteriormente os aceita da forma como eles são. Vale a pena chamar a atenção para o fato de que, mais uma vez, a autoanálise e o autoquestionamento são realizados com verbos no tempo presente.

Entretanto, ao receber a notícia de que iria para a Colônia Correcional, no capítulo 31 de “Pavilhão dos Primários”, Graciliano se posiciona de forma nada amistosa em relação a alguns presos, como podemos verificar abaixo:

Burricé misturar com vagabundos e malandros um sujeito razoável, mais ou menos digno, absolutamente alheio a essas criaturas. Tentariam corrigir-me na Colônia? Havia lá uma escola. Iriam meter-me nessa escola, coagir-me a frequentar as aulas dos vagabundos e malandros? (RAMOS, 2020, p. 341-342).

Nesse trecho, o memorialista apresenta um Graciliano que não demonstra um posicionamento reflexivo e humano em relação ao *outro*. Talvez a reação inconformada se deva ao fato de que o memorialista (re)cria as sensações do escritor, quando prisioneiro, ao receber a notícia de que iria para o “terror” da Colônia Correcional (terror este antecipado em capítulos anteriores, nos quais os prisioneiros do Pavilhão dos Primários eram convocados para serem transferidos para a Ilha Grande). O memorialista, diferentemente do “prisioneiro” Graciliano, apresenta uma reflexão mais apaziguadora, mais compreensiva, mais empática em relação aos outros presos, porque o fato fora vivenciado há mais ou menos dez anos antes, e,

no tempo presente, o narrador tem condições de avaliar rigorosamente os acontecimentos passados, como é possível ver no seguinte trecho:

Na verdade era impossível transformar-me, vencer o nojo que esses desvios [o homossexualismo] me causavam. Era um nojo profundo, e em vão buscava livrar-me dele. Mas uma evidência entrava a impressionar-me: na torpeza nauseante havia alguma coisa muito pura. (RAMOS, 2020, p.439).

Graciliano saíra do Pavilhão dos Primários e agora estava no Pavilhão dos Militares. Não há informação nas *Memórias* sobre onde ficava o Pavilhão dos Militares, mas nos parece ser um local provisório em que Graciliano aguardaria para ser direcionado à Ilha Grande: “Engoli o café, abalamos todos em busca do Pavilhão onde se aboletavam refugos da Colônia.” (RAMOS, 2020, p. 353). Esse detalhe nos é dado logo no início do primeiro capítulo da terceira parte das *Memórias do Cárcere*, intitulada “Colônia Correccional”:

Entramos num salão bastante limpo, de pintura nova, ainda com cheiro de tinta fresca, mas desprovido inteiramente de móveis. Era o Pavilhão dos Militares. O chão liso, as paredes nuas valorizavam demais o conforto escasso perdido uma hora antes: o colchão magro, a cama dura, o guarda-vento. Iríamos para a Colônia? Essa pergunta muitas vezes se repetiu, uns aos outros os homens em redor avivavam receios, queriam suprimi-los, enquanto se ambientavam, de cócoras pelos cantos, sentados nas bagagens. (...) (RAMOS, 2020, p. 347).

Neste momento, o escritor ouve confissões de outros presos, a começar pelo prisioneiro Eusébio, que “precisava desabafar” e segredou a Graciliano seu medo de ir para a Colônia Correccional. Graciliano se sente muito mal com a “covardia” do velho Eusébio, que lhe causou um desgosto profundo. O memorialista também nos revela o estado de degradação em que viviam os prisioneiros no Pavilhão dos Militares, comparando as condições dali às que vigoravam no Pavilhão dos Primários. Neste, era habitual a manteiga rançosa, ao passo que naquele serviam aos prisioneiros um café ralo e um pão seco sem manteiga, além das esteiras oferecidas e dos lençóis curtos e finos nos tempos de frio.

Os homens que retornavam da Colônia vinham quase nus, com as cabeças lisas, cobertos de muita sujeira, com as órbitas cavadas e as bochechas murchas. Assim os descreve o memorialista: “As figuras estranhas apinhadas ali riam. Riam para mim, como se eu fosse uma carcaça também. (...) E estavam assim. Talvez ignorassem que estavam assim. Estremeci. Não me acharia daquele jeito? Olhei o pijama curto e rasgado.” (RAMOS, 2020, p. 353). Chama-nos a atenção, mais uma vez, o fato de Graciliano, na condição de prisioneiro, ter o *outro* como espelho de si mesmo, já que ele ainda não tinha se visto em um espelho. Desse modo, o *outro* mostra ao personagem seu estado precário e degradante. Ressaltamos as palavras de um prisioneiro que retorna da Colônia Correccional para o Pavilhão dos Militares:

- Bichos, exclamou Tamanduá. Vivemos como bichos.

Um Tamanduá diferente, sórdido e escuro, sem a cabeleira arrepiada. E o poncho, que fim levava o poncho vermelho, afrontoso e ostensivo como bandeira de guerra?

- Num curral de arame farpado, como bichos, prosseguiu Tamanduá.

Disse mais coisas a respeito de latrinas, banheiros, disenteria e falta de papel, mas o rebanho de criaturas humanas em curral de arame farpado buliu comigo e afastou o resto da exposição. As minúcias embaralhavam-se, perdiam-se. (...) (RAMOS, 2020, p. 354-355).

O parágrafo acima, em que os personagens se comparam a “bichos”, nos remete a uma passagem do romance *Vidas secas*, na qual Fabiano, diferentemente da atitude de Tamanduá, se orgulha de descobrir-se “um bicho”, embora tal condição seja motivada, no caso de Fabiano, por uma razão diferente, a capacidade de resistência a todas as adversidades que enfrentava:

- Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta. Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença de brancos e julgava-se cabra. Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando: - Você é um bicho, Fabiano. Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades. Chegara naquela situação medonha – e ali estava, forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha. – Um bicho, Fabiano. (RAMOS, 2000, p.18).

Depois de apresentarmos a percepção do prisioneiro Tamanduá, que retornou consternado da Colônia Correcional, voltemos ao caminho que Graciliano percorreu para chegar até à mesma Colônia. A chegada a Mangaratiba é lembrada no capítulo 7 da terceira parte das *Memórias*; dali ele viaja para a Ilha Grande, na segunda classe de uma lancha, onde as pessoas da primeira classe humilhavam, com seus olhares, os presos transportados na embarcação. Estes estavam espalhados no chão, no porão da lancha, e, como afirma o narrador das *Memórias*, não tinham nenhum valor, eram como se fossem lixo. Nesta situação, os prisioneiros são a própria figuração da diferença, do *outro*: “Todos ali eram desconhecidos, meses antes não me havia chegado o nome de nenhum deles. Eu mesmo era um desconhecido agora, diluía-me, tentava debalde encontrar-me, perdido entre aquelas sombras.” (RAMOS, 2020, p. 378)

Antes de ir para a Colônia Correcional, Graciliano ficara impactado com o estado deplorável de prisioneiros que haviam sofrido violência física no Pavilhão dos Militares – impacto que o memorialista revive e descreve, intensificando-o e o desdobrando até o momento da escrita das *Memórias*, fazendo uso, para obter tal efeito, do verbo no tempo presente, procedimento recorrente no relato de Graciliano:

O guarda sacudia a cabeça, bonachão, na maior ignorância deste mundo; não trabalhava por aquelas bandas, e, no meio de tantos presos, nunca ouvira os nomes

das quatro pessoas que me interessavam. Esses miseráveis segredos nos arrasam, nos deixam em pandarecos. **Vemos um sujeito sem as unhas dos pés, sabemos que elas foram arrancadas a torquês, e a nossa curiosidade não vai além;** os sofrimentos findaram, as unhas renascerão, a memória da vítima se embotou; horrível é imaginarmos a redução de uma criatura com tenazes quando pensamos nela, exatamente quando pensamos nela. A limitação profissional de um guarda e a bisbilhotice vaga de um faxina levam-nos a criar medonhas realidades; as imagens surgem com vida intensa e em vão tentamos afastá-las: **vemos perfeitamente dorsos lanhados, carne sangrenta, equimoses vermelhas, azuis, pretas.** Essas coisas, percebidas de relance numa porta de cubículo, avultam em demasia quando se ausentam, e é horrível a expressão de um rosto meio esquecido, num instante recomposto. Palavras obliteradas se renovam, terrivelmente claras. Um berro nos chega aos ouvidos: - “Polícia”. E uma voz trêmula desmaia: - “Não aguento mais. Vão matar-me.” Foram esses, creio, os piores momentos que vivi no Pavilhão dos Militares, agachado na esteira ou refugiando-me perto da grade, olhando o voo dos pardais. (...) (RAMOS, 2020, p. 365-366, grifos nossos).

Logo depois desses comentários, em que imagens fragmentadas e de cores fortes enfatizam os corpos machucados pela tortura física, o memorialista faz mais uma reflexão acerca da convivência “forçada” com os *outros* diferentes de si:

A desgraça era indeterminada, uma desgraça fluida e abstrata, influenza sentimental. **Essa impossibilidade de isolamento, a obrigação de sentir a miséria alheia, é imposta lá dentro.** Inútil espalmar as mãos nas orelhas: o chilro das aves próximas não abafa o alarido contínuo. (RAMOS, 2020, p. 366, grifos nossos).

Já na Colônia Correcional de Ilha Grande, Graciliano passa por mais uma fase do processo de desumanização imposto aos prisioneiros:

Levaram-me a uma das formalidades inevitáveis na burocracia das prisões, num dos edifícios baixos, limites do pátio branco. (...) **éramos peças do mecanismo social – e nossos papéis exigiam alguns carimbos. A degradação se realizava dentro das normas.** Que me iriam perguntar? Não disseram nada. **Os homens de zebra exigiram apenas que lhes entregasse a roupa. Ora essa! Queriam então que me retirasse dali nu?** Não era bem isso. Tinham aberto a valise, arrolado os troços, achavam possível despojar-me da indumentária civilizada. Estava certo. **Era preciso despir-me em público ou havia lugar reservado para isso. Não havia. Perfeitamente.** (RAMOS, 2020, p.388, grifos nossos).

E mais uma etapa do processo de degradação e de aviltamento é vivenciada na Colônia Correcional, quando Graciliano tem a sua cabeça raspada, exigência da prisão da Ilha Grande. E o memorialista, sempre se comparando a um bicho, diz que precisou ser tosquiado, uma palavra mais adequada a um animal: “À esquerda um sujeito de zebra indicou uma cadeira e entrou a desculpar-me: infelizmente era obrigado a tosquiar-me.” (RAMOS, 2020, P.394). E de forma ignominiosa: “O infame instrumento arrancava-me os pelos, e isto me dava picadas horríveis no couro cabeludo. A operação findou, ergui-me, passei os dedos no crânio liso, arrepiado na friagem da noite. Diabo. Estávamos no inverno, a cabeleira ia fazer-me falta.” (RAMOS, 2020, p. 394). Era humilhante para um prisioneiro fraco e doente ser obrigado a passar por tais estágios de desumanização, como ficar sem os cabelos durante o período de

inverno, em um lugar onde não havia roupas suficientes para se protegerem do frio intenso da estação.

No que tange ao processo de desumanização, cabe aqui salientarmos o que o sociólogo Erving Goffman expõe em seu livro *Manicômios, prisões e conventos* (2015). O estudioso afirma que o prisioneiro novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar em uma prisão ou em um manicômio, o cidadão passa a sofrer uma série de “rebaixamentos”, degradações, humilhações e profanações do *eu*, o qual é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. O prisioneiro passa por significativas mudanças em sua carreira moral, sendo a barreira que as várias formas de prisão colocam entre o internado e o mundo externo uma das primeiras mutilações do *eu*.

Para Goffman, é possível verificar com grande frequência que, nas prisões, a equipe dirigente emprega várias espécies de “processos de admissão”, como, por exemplo, obter uma história de vida; tirar fotografias; pesar; tirar impressões digitais; atribuir números; procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados; despir; dar banho; desinfetar; cortar os cabelos; distribuir as roupas da instituição; dar instruções quanto a regras; e designar um local para o internado. Esses processos de admissão talvez pudessem ser denominados “arrumação” ou “programação”, pois, ao ser “enquadrado”, o novato “é colocado” na máquina administrativa do estabelecimento e modelado pelas operações de rotina.

Retornando às *Memórias*, na Colônia Correcional, Vanderlino, um prisioneiro que Graciliano conhecera no Pavilhão dos Primários, apresenta ao escritor o ladrão Gaúcho, um arrombador de portas, um escrunchante. Graciliano se surpreende com a franqueza de Gaúcho, quando este diz qual era o seu ofício, e o memorialista conclui que, naquele local, “Cortavam-se as amarras, vidas estranhas iam patentear-se no formigueiro em rebuliço.” (RAMOS, 2020, p. 398-399)

Ainda no mesmo local, os prisioneiros sofreriam vastas humilhações, como a comida que lhes era servida: o café era uma bebida turva, com “cadáveres de moscas” em seu interior, e o pão “era uma massa mole” que se assemelhava a uma borracha. Quase todos os presos trabalhavam carregando tijolos, mas o tenente Bicicleta impediu que Graciliano exercesse essa tarefa, devido ao seu estado de saúde.

Outro momento de despersonalização lembrado nas *Memórias* se mostra quando o nome de Graciliano é substituído por uma série numérica, a saber, 3535 ou 3335 (o narrador admite não lembrar direito). Quem atribuíra tais algarismos ao personagem fora Cubano, um preso que chefiava os prisioneiros da Colônia Correcional. Mais um momento no qual os

prisioneiros são despidos de sua humanidade: trata-se da descrição dos banheiros da Colônia, que não tinham vasos sanitários, mas buracos no chão, que eram lavados por “frequentes descargas rumorosas. Em todas, viam-se homens de cócoras, e diante deles estiravam-se filas, esperando a vez, cabisbaixas na humilhação”. (RAMOS, 2020, p. 413). E o personagem afirma: “Essa mostra indecorosa, a falta mínima de dignidade, encheu-me de vergonha e medo, tolheu-me a ação” (RAMOS, 2020, p. 413).

Graciliano, na Colônia Correccional da Ilha Grande, sentia-se extremamente humilhado: “Sentia-me num enxurro, nivelava-me a ladrões, vagabundos, malandros, escória das favelas, reduzida a apanhar no chão pontas de cigarros (...)”. (RAMOS, 2020, p. 420). Ou seja, estamos diante de um narrador que também é um sobrevivente, assim como o Mendes das outras *memórias* lidas nesta tese.

Outro aspecto que talvez seja considerado como consequência da despersonalização dentro do cárcere consiste na noção de tempo, que se modifica dentro de uma prisão. Nesse espaço, o prisioneiro perde totalmente tanto a visão espacial, quanto o aspecto cronológico, perdendo a noção dos dias e das horas, como podemos observar no seguinte fragmento: “O tempo mudara: tornara-se confuso e lento, cheio de soluções de continuidade, e nesses hiatos vertiginosos perdia-me, escorregava, os olhos turvos, numa sensação de queda ou voo.” (RAMOS, 2020, p. 44)

Nos breves trechos iniciais em que o narrador ainda se encontra em liberdade, vale o tempo dos relógios e dos calendários: é esse tempo que o discurso acusa, por meio de advérbios e expressões adverbiais. Nos momentos em que o contexto da prisão se torna sufocante, insuportável, como no porão do *Manaus* ou na Colônia da Ilha Grande, o tempo psicológico é intenso, com episódios que são narrados quase que sem advérbios. Quando ocorrem, o narrador usa expressões temporais de sentido mais durativo: ‘lentamente’, ‘logo’, ‘longamente’, ‘depois de extensa demora’. Nesses momentos, a passagem das horas, dos minutos, é construída pelo narrador preferencialmente por meio de eventos, sensações e pensamentos justapostos.

Ainda vale a pena ressaltar mais uma passagem do Pavilhão dos Primários em que o memorialista faz referência à noção do tempo na prisão:

A noção do tempo ia-se apagando. Se não me caísse nas mãos um número de jornal entrado clandestinamente, desorientar-me-ia, perdido no calendário. Em que mês nos achávamos? Esquecia-me às vezes. Mas contando as laranjas era-me possível saber quantos dias mediavam entre duas turmas que vinham da Colônia Correccional. (RAMOS, 2020, p. 314).

O prisioneiro Graciliano, no capítulo 17 de “Colônia Correcional”, se defronta com alguns homens “comuns” que ganham relativa grandeza na narrativa. Esses homens se confessam a Graciliano, contando suas vidas e suas ocupações. Um deles é o preso “Gaúcho”, que admite ser um ladrão porco, que só sabe roubar, e muito mal. Para Gaúcho, os homens dividem-se em duas classes: a dos malandros e a dos otários. Graciliano, ouvindo a confissão do “amigo”, inclui-se na classe dos otários e demonstra interesse em ouvir as histórias do homem comum. Gaúcho relata para o protagonista que aprendera a roubar com sua mulher, que entrara na Casa de Detenção trinta e duas vezes. Graciliano demonstrava curiosidade em relação às histórias contadas pelo arrombador de portas, o qual, diante das perguntas do escritor, descrevia minuciosamente suas ações.

Há uma cena, (re)construída em “Colônia Correcional”, na qual fica evidente o hiato entre a linguagem de Graciliano e a dos homens “comuns”. Essa passagem envolve o escritor e o prisioneiro Gaúcho, como observamos no diálogo abaixo:

- (...) Estabelecia-me a posse e transferia-me o direito de me deitar na cama. Hesitei, receoso de trapaça, afinal me decidi.
- Está bem. Quanto custa isso?
- Uma gâmbia.
- Quanto?
- Cinco mangos.
- Fale direito, Gaúcho.
- Cinco mil-réis. Já disse. (RAMOS, 2020, p. 449).

Outros “tipos” apresentados nas *Memórias* de Graciliano são “Paraíba”, descrito como um mulato pretensioso, cheio de lábias e sorrisos, gestos brandos e fala dulçurosa. Já “Nunes”, considerado por Graciliano como uma besta e como um idiota, tendia a mencionar a importância da família e dizia que estava preso por engano, e que, a qualquer momento, os parentes, com influência no governo, viriam buscá-lo. Ainda é mencionado o ladrão “Marcelle”, cuja alcunha era oriunda de uma tatuagem que levava no peito. Marcelle só pensava em fugir da Colônia Correcional, mas ninguém o apoiava.

Não podemos nos esquecer de “Cubano”, um dos detentos designados para o papel de “cão de fila”, na falta de guardas; e do ansejada Aguiar, que comandava as formaturas e designava os castigos. Cubano torna-se uma espécie de anjo da guarda de Graciliano, havendo uma passagem das *Memórias* em que Cubano grita: “Formatura geral!”, mas ele mesmo impede que Graciliano entre na fila e o orienta a sentar-se em uma cama para descansar, gesto nobre que deixa Graciliano agradecido com a “bondade estranha” do detento. A relação entre Graciliano e Cubano ganha intensidade na escrita das *Memórias*, por meio de cenas e diálogos como os que se seguem, em que o narrador deixa claro o sentimento de humanidade de Cubano para com o escritor:

[Cubano] Era uma criatura esquisita, empenhada constantemente em nos prestar algum serviço, obrigando-nos às vezes a aceitá-lo à força. Nunca vi ninguém assim. Notando-me o apuro em descobrir lugar para a farpela enxovalhada [trouxa de roupa úmida que Graciliano recebe na Colônia Correccional], Cubano chegou-se, áspero e breve:

- Eu guardo a sua roupa.
- Será que você tem onde guardá-la, Cubano? Hesitei, receando furto.
- Não se preocupe, disse o moleque decifrando-me o pensamento. Estando comigo, eles não mexem. (RAMOS, 2020, p. 434).

O fragmento acima parece indicar que Graciliano se entendia melhor com os ladrões Cubano e Gaúcho – e com o militar Capitão Lobo, já referido anteriormente – do que com outros presos, de formação parecida com a sua ou da mesma classe social.

Enquanto Cubano era um preso solidário a Graciliano, o anspeçada Aguiar:

(...) nanico, tinha péssimas entranhas, compensava a escassez física normalizando a violência; arrogava-se poder imenso, de fato ali dentro superava as autoridades comuns, adstritas à censura e à regra. Já me haviam falado nesse tipo. Exigia um respeito absurdo, e na presença dele todos nós devíamos guardar silêncio e cruzar os braços. (RAMOS, 2020, p.390).

Depois dessa avaliação, feita, em um primeiro momento, do anspeçada Aguiar, posteriormente, Graciliano percebe que o homem não correspondia à descrição que faziam dele, uma vez que, diante da afirmação do escritor de que estava doente, o anspeçada lhe trouxera uma cadeira.

Outro ladrão que faz a confissão de seus crimes a Graciliano é o vagabundo José, um mulato que, desde criança, devido à repulsa da mãe e às sovas do padrasto, se envolvia em caminhos errados: fugia de casa, aguentava as surras do pai e voltava a fugir, não frequentando a escola e nem trabalhando. O memorialista compara a infância de José à sua, pois, assim como José, Graciliano não tivera um bom relacionamento com seus pais, como podemos observar no fragmento a seguir:

O vagabundo [José] falava manso e baixo, como num confessionário, e a precisão de responsabilizar a família, justificar-se a um desconhecido, trazia-me ao espírito uma dúvida. Haveria alguma semelhança entre nós? Na verdade a minha infância não devia ter sido muito melhor que a dele. Meu pai fora um violento padrasto, minha mãe parecia odiar-me, e a lembrança deles me instigava a fazer um livro a respeito da bárbara educação nordestina. (...) (RAMOS, 2020, p. 506).

O preso José, apresentado no parágrafo acima, se assemelha em demasia com o outro memorialista, estudado por nós, que é um homem “comum” – Luiz Alberto Mendes. Este, assim como José e, como o próprio Graciliano, não apresentaram um bom relacionamento com seus pais. José e Graciliano têm uma experiência parecida no que se refere aos maus-tratos sofridos pelos pais; já Luiz Mendes tinha uma violenta relação com seu pai, que era um alcohólatra e, sempre que bebia, batia muito no filho, o que levava Mendes a fugir de casa

(assim como o personagem José das *Memórias do cárcere*) e a ficar dias nas ruas de São Paulo, momento em que conheceu outros garotos e aprendeu a criminalidade.

Ainda na Colônia Correcional, Graciliano recebe um telegrama chamando-o com urgência ao Rio de Janeiro. Citemos Fabiana Carelli:

Arrastando a perna trôpega sob uma chuva torrencial que o cegava, a roupa encharcada e coberta pela lama vermelha da ilha, Graciliano é escoltado da Colônia Correcional para o povoado de Abrão, onde ele e os demais presos transferidos tomariam a barca para Mangaratiba. À primeira hora da manhã, o grupo se detém num botequim próximo ao embarcadouro. Embora fosse proibido, vendo que ele tiritava de frio, o sargento atende ao pedido do narrador, que quer um copo de aguardente, mandando o dono do lugar disfarçar o líquido numa xícara. Graciliano, em completo jejum desde que chegara à colônia, toma quatro. (CARELLI, 1997, p. 102).

Na primeira etapa da viagem de volta para o Rio de Janeiro, na qual Graciliano teria de caminhar, estando muito debilitado, novamente, há uma surpresa em relação ao comportamento de um soldado que lhe oferece ajuda, praticamente levando o escritor em suas costas durante todo o caminho: “O sujeito amparou-me com um braço; em posição incômoda e torcida, levou-me a reboque, aguentando parte do meu peso” (RAMOS, 2020, p. 495). Quando amanhece e a chuva “amansa”, Graciliano vê os seus sapatos deformados, sob camadas grossas de barro, e percebe que suas meias, que eram pretas, estavam vermelhas. Era como se o personagem tivesse lavado as pernas em uma gelatina sangrenta – em mais uma metáfora concreta e expressiva, tão ao gosto do autor. Depois dessa experiência tão penosa, Graciliano procura no homem moreno que o ajudou alguma divisa ou sinal de comando e nada encontra, observando que ele é apenas um “soldado raso”. (RAMOS, 2020, p. 495). Mais uma vez, o memorialista registra a surpresa que vivenciou diante do gesto do soldado que o ajudara a caminhar, suportando seu peso, pois o prisioneiro Graciliano esperava que o rapaz fosse um tenente ou um sargento, mas não: tratava-se de um humilde soldado sem divisas, que demonstrou um ato de solidariedade em relação ao prisioneiro que apresentava dificuldade por estar doente. Um gesto de humanidade, portanto, que, como outros, ganha ênfase nas *Memórias*.

Finalmente, Graciliano é transportado, num veículo cheio de corpos caindo uns sobre os outros, à Casa de Detenção. Provavelmente, retornaria ao Pavilhão dos Primários, situação que, em alguma medida, agradava ao prisioneiro, pois ali reencontraria pessoas amáveis, distrair-se-ia jogando xadrez, e escutaria, novamente, as conferências de Rodolfo Ghioldi.

Graciliano acaba não indo para o Pavilhão dos Primários, mas seguindo em direção à “Casa de Correção” – última parte das *Memórias do cárcere*. Na Casa de Correção, o

ambiente era melhor: as grades eram abertas e não havia vigias. Nesse espaço, em que o escritor recebe um pijama novo, os prisioneiros eram médicos, engenheiros, advogados, jornalistas e oficiais do Exército; enfim, ali estavam burgueses e intelectuais, como é possível verificar no fragmento em destaque:

(...) Bicho faminto, surdo, mudo. Não me achava inteiramente cego: via em redor médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, oficiais do exército, gente que, meses atrás, lia e jogava xadrez no Pavilhão. A ausência de operários deu-me uma indicação: provavelmente estávamos na Sala da Capela, destinada a burgueses e intelectuais. (RAMOS, 2020, p.522).

Na Sala da Capela, o escritor recebe a ajuda de um guarda português, chamado Marques, que possuía trinta anos de serviço. Vendo que Graciliano estava doente, Marques envolveu as pernas deste, colocou-as em cima de um tamborete, puxou uma cadeira e sentou-se junto a Graciliano, iniciando um diálogo com ele. Marques diz para Graciliano que ali eles não eram presos, mas hóspedes, e acrescenta que os guardas estavam naquele lugar para servi-los. Nesse novo espaço prisional, menos opressivo e mais civilizado, Graciliano volta a escrever, concluindo o conto “Relógio do hospital”. E o escritor tem a notícia da publicação do romance *Angústia*, que é elogiado por todos os presos que o leem. Na mesma ocasião, os prisioneiros (dentre eles Eneida e Nise da Silveira) surpreendem Graciliano com uma festa “em honra do livro infeliz” – comentário do memorialista acerca do seu romance, evidenciando, como em outras passagens das *Memórias*, a implacável autocrítica do escritor, diferentemente de Luiz Alberto Mendes, que não apresenta tal posicionamento.

Confirma-se, então, o que disseram os diversos estudiosos das *Memórias do cárcere* lembrados no capítulo anterior: na obra de Graciliano, quase tudo é questionamento, perplexidade, busca de sentido que não se completa: o narrador é um entre vários outros narradores que se configuram nos outros prisioneiros que comparecem nas *Memórias* e aos quais Graciliano cede o turno de fala, dando-lhes espaço nas *Memórias do cárcere*; os ladrões demonstram escrúpulos e os heróis se revelam mesquinhos; os inimigos mostram compreensão. Assim, a história é apenas uma das narrativas possíveis, por um dos narradores possíveis.

Ao final de nossa reflexão sobre “Graciliano e a aprendizagem com o *outro* no cárcere”, foi possível observar que o Pavilhão dos Primários e a Casa de Correção mostraram-se como locais menos ultrajantes para os presos, enquanto o porão do navio *Manaus* e a Colônia Correcional foram apresentados nas *Memórias* como lugares sub-humanos, onde os prisioneiros vivenciaram extremas condições de degradação física e moral. Porém, mesmo nesses ambientes de extrema insalubridade, Graciliano nunca deixou de ouvir o *outro*, de

querer conhecê-lo, de perscrutá-lo e de se comparar a esse *outro*, sempre se avaliando criticamente. Todos os espaços pelos quais o escritor passou foram lugares de aprendizagem com o *outro*, um *outro* que é plural, pois ora é um militar, ora é um homem comum, e, em alguns momentos, os próprios locais onde Graciliano esteve.

3.2 Graciliano e os modos de narrar as *Memórias do cárcere*

Neste subcapítulo acerca das *Memórias do cárcere*, temos como finalidade investigar os modos de narrar, isto é, o estilo de Graciliano em suas memórias prisionais.

Depois de várias releituras da obra supracitada, observamos que um recurso fundamental utilizado pelo narrador das *Memórias* é a alternância da primeira pessoa do singular com a primeira pessoa do plural, variação que aparece em todo o livro. Parece-nos que, quando o narrador lança mão da primeira pessoa do singular, geralmente, volta-se sobre si mesmo, sobre sua escrita, sobre sua condição de prisioneiro, desenvolvendo, com frequência, reflexões acerca do narrado. Já no momento em que o narrador usa a primeira pessoa do plural, estaria reduzindo o peso do que é mais pessoal, mais subjetivo, tornando, assim, coletivas as reflexões e indagações que faz. Além disso, ao usar a primeira pessoa do plural, o narrador estaria enfatizando os outros prisioneiros, irmanando-se a eles.

Outra estratégia utilizada pelo narrador para reconstruir o vivido e fazer esse “vivido” invadir seu relato seria o uso da “pergunta como bordão” (nas palavras já citadas de Alfredo Bosi), que consiste no recorrente ato de questionar-se e de questionar sua escrita, refletindo, posteriormente, sobre o seu próprio questionamento. Dessa forma, o narrador faz uma indagação e, logo em seguida, problematiza tal indagação. Muitas vezes, esses momentos de autorreflexão que retornam sobre a própria escrita se fazem com o verbo no presente. E, nesse ato de problematizar a narrativa, estaria incluída a constante hesitação do narrador ao (re)elaborar a experiência do cárcere e o seu modo peculiar de interrogar a memória: o narrador das *Memórias do cárcere* quase sempre se posiciona com determinada ponderação acerca do que escreve, o que nos remete ao poema “Traduzir-se” de Ferreira Gullar, mais especificamente ao fragmento transcrito em negrito: **“Uma parte de mim pesa, pondera; outra parte delira”**. (GULLAR, 2004, p. 335, grifos nossos). Vale dizer que, nas *Memórias do cárcere*, o narrador, ao buscar traduzir o si mesmo de outrora e ao projetar o “si mesmo” que escreve, em nenhum momento delira, como o “eu lírico” do poema de Gullar; entretanto, ele

pesa, pondera o uso das palavras, o que sinaliza para o leitor uma inquietação do narrador com a própria escrita e com o uso da língua, quase sempre relativizando as palavras que emprega.

Outro recurso do qual o narrador das *Memórias do cárcere* lança mão é o uso das metáforas objetivas e concretas. Com metáforas originais, ele procura tornar sua linguagem cada vez mais “desengordurada”, mais seca, mais próxima da realidade prisional vivida, o que nos leva a pensar em uma tentativa do narrador em atribuir mais verossimilhança ao narrado. Incluímos, nas referidas metáforas, o que chamamos de zoomorfização – estratégia usada pelo narrador para atribuir aos prisioneiros com os quais conviveu (e a si mesmo) traços animalescos, de modo a acentuar, até o grotesco, a sub-humanidade a que estão condenados, na prisão.

Mais um procedimento utilizado pelo narrador das *Memórias do cárcere* é a minúcia descritiva. O narrador detalha as cenas e seus personagens com tanta ênfase, que desenvolve um olhar marcado pelo “microscopismo”, ou seja, é como se o narrador usasse um microscópio para tornar mais “vivas” (sensíveis, visíveis, fortes) as imagens que expressariam o que ele viu e viveu, sensações e vivências que são presentificadas no relato. Talvez, também, sensações que ele teria ouvido, ou que teria lido em outros relatos, uma vez que os textos memorialísticos também se fazem, de modo geral, com as sensações dos outros, que, lidas ou ouvidas, se somam às de quem recompõe a própria experiência. Importa salientar que, nas *Memórias de Graciliano*, aquelas descrições detalhadas, como passam pelo crivo do microscópio, são marcadas por imagens fragmentadas, por pedaços de imagens, e, ao detalhar demasiadamente uma cena, o narrador termina por ampliá-la, compondo, por sua vez, imagens que poderiam ser caracterizadas como deformadas, à maneira dos artistas expressionistas.

O método aqui usado será o de analisar como cada um dos quatro procedimentos apontados acima se realiza nas quatro partes em que estão divididas as *Memórias do cárcere*, a saber: “Viagens”, “Pavilhão dos Primários”, “Colônia Correcional” e “Casa de Correção”. Ainda temos como objetivo, neste subcapítulo, investigar o recurso estilístico – entre os acima apontados – que mais se destaca em cada uma das “estações” pelas quais transitam Graciliano Ramos e os outros prisioneiros.

Cada uma das partes das *Memórias* apresenta um modo de narrar característico: “Viagens”, a primeira parte, é marcada por um fluxo de consciência intenso, como uma espécie de mergulho para a interioridade do narrador; “Pavilhão dos Primários”, a segunda parte, emerge para uma linguagem mais referencial, pontuada pelo discurso direto. Em

“Colônia Correcional”, a voz do narrador perde sua preponderância e cede amplos espaços para a intromissão de outros narradores; e, em “Casa de Correção”, a referencialidade retorna, embora contaminada pelos modos de narrar anteriores.

Iniciemos a análise da primeira parte das *Memórias do cárcere*, cujo título é “Viagens”, citando um fragmento do primeiro capítulo. Neste primeiro capítulo, o narrador faz uma espécie de análise metodológica do próprio relato, isto é, ele realiza uma reflexão acerca de seu modo de escrever, de seu modo de (re)fazer o passado. Para tanto, lança mão de termos como “cenas confusas”, “esforço desesperado”, “fragmentos”, “dúvidas terríveis”, “vacilações dolorosas”, “falhas”. Por meio dessas palavras, observamos a dificuldade do narrador em recriar o passado no presente da enunciação. Selecionamos um fragmento longo, mas que, por ser rico quanto aos recursos utilizados, será importante para a nossa abordagem. Vejamos:

(...) Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis. E se esmoreceram, deixá-las no esquecimento: valiam pouco, **pelo menos** imagino que valiam pouco. Outras, porém, conservaram-se, cresceram, associaram-se, e é inevitável mencioná-las. Afirmarei que sejam absolutamente exatas? Leviandade. Em conversa ouvida na rua, a ausência de algumas sílabas me levou a conclusão falsa – e involuntariamente criei um boato. **Estarei mentindo? Julgo que não.** (...) Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, **o que julgo ter notado**. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e **me dão hoje impressão de realidade**. **Formamos** um grupo muito complexo, que se desagregou. De repente nos surge a necessidade urgente de recompô-lo. Define-se o ambiente, **as figuras se delineiam, vacilantes**, ganham relevo, a ação começa. Com esforço desesperado **arrancamos de cenas confusas alguns fragmentos**. Dúvidas terríveis nos assaltam. De que modo reagiram os caracteres em determinadas circunstâncias? **O ato que nos ocorre, nítido, irrecusável, terá sido realmente praticado? Não será incongruência?** Certo a vida é cheia de incongruências, mas estaremos seguros de não nos haveremos enganado? Nessas vacilações dolorosas, às vezes necessitamos confirmação, apelamos para reminiscências alheias, convencemo-nos de que a minúcia discrepante não é ilusão. **Difícil é sabermos a causa dela, desenterrarmos pacientemente as condições que a determinaram**. Como isso variava em excesso, **era natural que variássemos também, apresentássemos falhas**. Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos. (...) (RAMOS, 2020, p. 12-13, grifos nossos).

A sequência acima nos parece fundamental, por apresentar com nitidez alguns dos recursos elucidados há pouco. Primeiramente, observamos a alternância da primeira pessoa do singular com a primeira pessoa do plural em “me dão hoje impressão de realidade” e em “arrancamos de cenas confusas alguns fragmentos”. O narrador, várias vezes, relativiza a sua escrita, ao usar as expressões “pelo menos”, em “pelo menos imagino que valiam pouco”, e “o que julgo ter notado”, em “exponho o que notei, o que julgo ter notado”. Isto é, o narrador não narra com a certeza dos fatos, mas sempre se posiciona enviesadamente, confessando que

tem dúvidas sobre como reinventar o passado. Além disso, o fragmento em questão é composto por autoquestionamentos que sinalizam as incertezas e hesitações na escrita. Em “O ato que nos ocorre, nítido, irrecusável, terá sido realmente praticado? Não será incongruência?”, o narrador se interroga, questionando sua memória, ao problematizar o ato por ele narrado, apresentando uma escrita demarcada por lacunas, imprecisões, falhas e o resultado são “idas e vindas, interrupções e retomadas da matéria narrada, anexações parciais e nunca integrais dos conteúdos da experiência vivida (...)” (MIRANDA, 2004, p.62).

O resultado da reflexão nas *Memórias do cárcere* é, muitas vezes, uma conclusão aberta, já que, para o narrador, não é possível compreender: ele deve esforçar-se por apresentar os fatos ao leitor, juntamente com as reflexões que suscitam. Assim, evitam-se as explicações fáceis.

Nos capítulos 4, 5 e 7 de “Viagens”, defrontamo-nos com situações em que comparece o recurso estilístico da zoomorfização, como podemos observar nos fragmentos abaixo:

(...) Uma beatice exagerada queimava incenso defumando letras e artes corrompidas, e a crítica policial **farejava** quadros e poemas, entrava nas escolas, denunciava extremismos. (...) (RAMOS, 2020, p.26, grifos nossos).

(...) Esmorecida a resistência, dissolvidos os últimos comícios, mortos ou torturados operários e pequeno-burgueses comprometidos, escritores e jornalistas a desdizer-se, a gaguejar, todas as poltronices a inclinar-se para a direita, quase nada poderíamos fazer **perdidos na multidão de carneiros**. (RAMOS, 2020, p. 26, grifos nossos).

(...) Experimentei dormir. A sentinela continuava sob o alpendre, na firmeza inútil, vendo-me ocupar e abandonar a cama inútil. Avizinhei-me da janela, arredei-me, estive longas horas a mover-me à toa na **jaula** sombria. (RAMOS, 2020, p. 42, grifos nossos).

Na primeira sequência textual, verificamos um posicionamento reflexivo do narrador, a partir do momento em que se refere aos policiais como cães que farejam, que perseguem, que matam. No segundo fragmento, o narrador adere a uma espécie de coletivização, partilhando com os outros prisioneiros a sensação de desindividuação, como sugere a imagem da multidão de carneiros. Na terceira sequência textual, o narrador, na condição de prisioneiro, compara a prisão a uma jaula sombria e solitária, onde o prisioneiro perde seus direitos de cidadão de ir e vir, movimentando-se num espaço confinado e exíguo, à maneira dos animais encarcerados – metáfora, aliás, de grande efeito visual e existencial.

O capítulo 9 de “Viagens” – no qual Graciliano se encontra preso em um quartel – se inicia assim: “Esses acontecimentos de três dias foram relatados **mais ou menos em ordem**, apesar de **apresentarem falhas, os lugares surgirem imprecisos**, as figuras não se destacarem bem no ambiente novo. (...)” (RAMOS, 2020, p. 53, grifos nossos). Aqui, o

narrador continua a refletir sobre o texto que está compondo, ao usar a expressão “mais ou menos em ordem”, posicionando-se diante da possibilidade de uma ordenação cronológica com as claras referências a falhas e à imprecisão de sua escrita, como se o ambiente novo estivesse coberto por um nevoeiro que o impedisse de enxergar com precisão. Isto é, o narrador hesita ao narrar, numa evidente manifestação do que a estudiosa Sylvia Molloy chamou de “trabalho da memória”. Junto a Wander Melo Miranda (2006), poderíamos dizer que esse modo de narrar trata-se de uma prática memorialística “suspensiva”, que se distingue pela natureza fragmentária, nebulosa e lacunar da reminiscência.

No capítulo 15 de “Viagens”, Graciliano recebe uma oferta de empréstimo em dinheiro de capitão Lobo e apresenta um movimento reflexivo acerca do gesto tão inusitado, como podemos observar:

(...) **Era possível então alguém proceder de tal maneira? Por quê?** Não conseguia orientar-me, agarrar um móvel qualquer, justificar o disparate. Sem dúvida um homem que resolvia prejudicar-se em benefício de um estranho não estava no seu juízo perfeito. Razoável, normal, não me comportaria nunca de tal modo: **Não me comportaria? Nem sequer imaginava que alguém pudesse ter aquele procedimento.** E chocava-me em demasia ver a insensatez realizada por um cavalheiro grave, afeito à regra, de aspereza firme e autoritária. (...) (RAMOS, 2020, p. 83, grifos nossos).

Novamente, vemos a pergunta funcionando como “bordão” na escrita de Graciliano. O narrador, com suas indagações, revela surpresa diante do comportamento de um militar que lhe oferece ajuda financeira, e, depois de “não entender” a oferta de capitão Lobo, coloca-se no lugar do militar e observa que não teria tal comportamento em uma situação semelhante. E o militar, com sua atitude generosa, surpreende Graciliano, que julgava os militares de maneira negativa, generalizando-os:

Capitão Lobo, portanto, fugia ao preceito. De certo modo havia no caso uma espécie de deserção. Impossível explicá-la. Se ele condenava as minhas ideias, sem conhecê-las direito, por que me trazia aquele apoio incoerente? Insolência e brutalidade com certeza me atirariam ódio, mas seriam compreensíveis, e nada pior que nos encontrarmos diante de uma situação inexplicável. **Admitimos certo número de princípios, julgamo-los firmes, notamos de repente uma falha neles – e as coisas não se passam como havíamos previsto: passam-se de modo contrário. A exceção nos atrapalha, temos de reformar julgamentos.** Qual seria a razão daquilo? Afinal aceitamos as defecções. Conflitos internos, zangas, ressentimentos, levam muitas vezes um indivíduo a combater os amigos da véspera. Difícil era conceber que alguém se despojasse voluntariamente, em benefício de um adversário. Essa renúncia da propriedade me entontecia. (...) **Afinal capitão Lobo devia ser muito mais revolucionário que eu. Tinha-me alargado em conversas no café, dissera cobras e lagartos do fascismo, escrevera algumas histórias. Apenas. Conservara-me na superfície, nunca fizera à ordem ataque sério, realmente era um diletante.** (RAMOS, 2020, p. 86, grifos nossos).

No fragmento reflexivo acima, podemos perceber a reação de Graciliano diante da imprevisibilidade da atitude de capitão Lobo. Como afirma Antonio Candido, é possível

verificar, na passagem acima, um nítido processo de descoberta do próximo e de revisão de si mesmo. A atitude de capitão Lobo leva Graciliano a admitir que seu julgamento acerca dos militares é precipitado, sendo, por isso, desconstruído. A partir do gesto de capitão Lobo, o narrador se autoanalisa e tira novas medidas de sua alma, “apalpando-se” (CANDIDO, 1992, p.55), e elaborando uma outra imagem de si mesmo: a de um indivíduo que não é tão revolucionário quanto imaginava, e que se comportara “apenas” (essa palavra está destacada no texto, constituindo um sintético segmento oracional) de modo superficial diante dos problemas políticos e sociais que havia criticado, em suas falas ou em seus escritos. Ou seja, o narrador reconhece a grandeza da atitude do outro e, por contraste, reduz-se a um diletante. Vale a pena ressaltar que o primeiro trecho em negrito traz uma reflexão do narrador com o verbo no tempo presente: “Admitimos”. Isso nos revela que é no tempo do “hoje”, o da escrita, que ele elabora suas reflexões acerca da situação evocada, que já lhe parecera, ao revivê-la, surpreendente. Na reflexão que Graciliano faz ao narrar o “vivido”, a primeira pessoa do singular se converte na primeira do plural e o verbo no pretérito é substituído, como dissemos, pela forma no presente, procedimentos que assinalam a “atualidade” das inquietações que a escrita traz à luz.

Logo depois do episódio em que Capitão Lobo o surpreende com seu gesto, Graciliano é obrigado, mais uma vez, a viajar sem saber seu destino. Ao referir-se a essa outra viagem, o narrador compõe uma imagem zoomorfizada de si e dos outros prisioneiros, amplificando, dessa forma, as condições ignóbeis com as quais eles eram tratados nessas mudanças rotineiras, como podemos visualizar nos fragmentos a seguir:

Afinal íamos ser transferidos para o sul. Que lugar nos destinavam? Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo? Ou qualquer cidadezinha do interior? Quando lhes desse na veneta, mandar-nos-iam fazer meia-volta, desembarcar-nos-iam no Amazonas, obrigar-nos-iam à convivência dos jacarés. Nenhuma lógica nessas reviravoltas, nenhum senso. (...) **Os nossos músculos renderiam pouco, os nossos cérebros entorpecidos eram como limões secos; com esforço espremeríamos da carne e dos nervos alguma coisa – e enfim teríamos a certeza de não sermos uns miseráveis parasitas imóveis. Onde estava a nossa utilidade? Para que servíamos?** (...) (RAMOS, 2020, p. 89, grifos nossos).

(...) A nossa escolta se compunha de tipos silenciosos, mal-encarados. Não vi as divisas do comandante; devia ser cabo: naquela mistura de homens, trouxas e caixões, aos solavancos, **espremidos como galinhas em jacás**, não seríamos confiados a sargento. (RAMOS, 2020, p. 93, grifos nossos).

(...) Chegamos ao fim da escada, paramos à entrada de um porão, mas durante minutos não compreendi onde me achava. Espaço vago, de limites imprecisos, envolto em sombra leitosa. Lá fora anoitecera; ali duvidaríamos se era dia ou noite.

(...) **Era como se fôssemos gado e nos empurrassem para dentro de um banheiro carrapaticida.** Resvaláramos até ali, não podíamos recuar, obrigavam-nos ao mergulho. **Simples rebanho, apenas, rebanho gafento, na opinião dos nossos proprietários, necessitando creolina.** Os vaqueiros, armados e fardados, se impacientavam. (RAMOS, 2020, p. 95, grifos nossos).

Na primeira sequência narrativa acima, observamos o uso do recurso, anteriormente mencionado, da metáfora concreta ou objetiva, a partir do momento em que Graciliano compara seu cérebro e o de seus companheiros a limões secos. Já na segunda e na terceira sequência textuais, as metáforas e comparações animalizantes também conferem concretude à linguagem do narrador, que se esforça por representar – ou inventar? – as sensações que teria vivido naquela situação de confinamento, violência, discriminação e “desindividualização”.

O vezo animalizante – com o desdobramento e a intensificação das imagens empregadas anteriormente – se repete quando Graciliano relembra a sua chegada ao porão do *Manaus*:

Arrisquei alguns passos, maquinalmente, parei meio sufocado por um cheiro acre, forte, desagradável, começando a perceber em redor um indeciso fervilhar. Antes que isto se precisasse, confuso burburinho anunciou a multidão que ali se achava. **Agora já não éramos pequeno rebanho a escorregar num declive: constituíamos boiada numerosa; à ideia do banheiro carrapaticida sucedeu a de um vasto curral.** Certamente a perturbação visual durou um instante, mas ali de pé, sobraçando a valise, a abanar-me com o chapéu de palha, tentando reduzir o calor, afastar o cheiro horrível, mistura de suor e amoníaco, um pensamento me assaltou, fez-me perder a noção do tempo. (...) (RAMOS, 2020, p. 95, grifos nossos).

Nas cenas que (re)compõem as condições aviltantes sofridas pelo escritor no porão do *Manaus*, o narrador continua a empregar a linguagem seca e bruta que o caracteriza: em vez de “lábios”, diz ter seus “beiços” gretados e a língua ardente. Observemos:

(...) Ignoro quem me conseguiu alojamento numa espécie de jirau onde havia prateleiras. A minha ficava em cima. Ausência de colchão, naturalmente. Subi, alonguei-me na tábua suja, vestido e calçado, fiz da valise travesseiro, deixei ao alcance da mão o chapéu de palha, que me servira de leque. E entrei a fumar, ou antes continuei a fumar, pois desde a chegada não tirara o cigarro da boca. Por isso **os beiços estavam gretados e a língua ardia.** Não, não era por isso: era por causa da sede, que provavelmente durava horas e passara despercebida. (RAMOS, 2020, p. 99, grifos nossos).

(...) A camisa e a cueca molhadas grudavam-se ao corpo, a calça e o paletó molhados colavam-se à madeira, dissolviam espessa crosta de imundície; despegando-me, afastando-me um pouco, deixava ao lado uma grande mancha escura. As gotinhas perversas animavam-se, corriam, fervilhavam-me como bichos miúdos nas virilhas e no pescoço. **Liquefazia-me, evaporava-me, reduzia-me a bagaço, limão espremido.** (...) (RAMOS, 2020, p. 99, grifos nossos).

As passagens acima nos remetem ao que diz Eliane Zagury, em *A palavra e os ecos*. Segundo a estudiosa, Graciliano, em sua obra ficcional, costuma ter uma atitude “realista” (ZAGURY, 1971, p. 64), sendo sua literatura baseada na observação e não na imaginação, com a penetração de um vocabulário de palavras concretas, anteriormente restritas à linguagem oral. Sendo assim, em seus textos literários, frequentemente encontraremos “beijos” em lugar de “lábios”; “machos e fêmeas” em lugar de “homens e mulheres”; “cara” em lugar de “rosto”, desenvolvendo-se, dessa forma, toda uma diretriz de animalização do personagem, levada a efeito principalmente através de comparações. A propósito, na segunda sequência textual transcrita acima, a metáfora do “limão espremido” não poderia ser mais representativa das sensações do suor grudado ao corpo e, ao mesmo tempo, da impressão de que este murchava, sob o efeito do calor e da estagnação que predominavam no porão.

Dessa forma, ainda nas passagens que figuram as cenas testemunhadas e protagonizadas no porão do navio *Manaus*, um homem que, com frequência, coçava seus escrotos será chamado pelo narrador de “cachorro”, “patife”, “animal com a tromba caída”, “negro bestial de focinho dormente”. E ainda: sobre o prisioneiro Miguel Bezerra, o narrador afirma que ele tinha o rosto fino como um focinho de rato e que parecia uma coruja, por seu ar de desconfiança e por olhar com insistência para o próprio Graciliano.

Acerca das falhas da memória ao reconstituir as experiências vividas, vejamos mais um trecho de “Viagens”, ainda no ambiente do porão do *Manaus*:

Vendo-me a redigir as notas difíceis, sentado no caixão, enxergando mal na sombra densa, o nariz junto à folha, a valise sobre os joelhos servindo-me de escrivaninha, o padeiro ofereceu-me o seu camarote, perto do escotilhão e do mictório improvisado. **Não me lembro do oferecimento – e isto revela a minha perturbação. Nem consigo reconstituir a figura do padeiro.** Sei que era um homem baixo, moreno, de mangas arregaçadas. **O resto perdeu-se.** O indivíduo que me livrou daquele inferno e me facultou algumas horas de silêncio e repouso **sumiu-se e poucos traços me deixou no espírito. Esqueci as conversas que tive com ele.** Provavelmente não houve conversas. Algumas palavras apenas. (RAMOS, 2020, p. 138, grifos nossos).

Na segunda parte das *Memórias do cárcere*, intitulada “Pavilhão dos Primários”, o narrador apresenta poucos momentos de reflexão sobre a escrita, optando preferencialmente pela descrição do ambiente, dos personagens e do vestuário dos presos. É assim que conhecemos os outros prisioneiros do Pavilhão dos Primários, que vestiam pijamas ou apenas cuecas e tamancos: Adolfo Barbosa, “de ar doentio, feio, amável em excesso”; Sérgio ou Rafael Krampad, “bruxo amigo de Einstein e do infinito”, cuja presença era “um alfinete para a “ignorância” de Graciliano; José Medina, “sujeito de blusa russa e cachimbo”; Rodolfo

Ghioldi, “rapaz simpático e franzino, de cueca e tamancos, argentino e secretário do Partido Comunista Argentino”; Benjamin Snaider, “moço alto, magro, de cabeça pequena, vago feito de pernalta”; Enzamnn Cavalcante, “baixo, piloso”; Newton Freitas, “trigueiro, de cabelos encaracolados”; as presas mulheres da sala 4 – Nise da Silveira, Eneida, Olga Prestes, Elisa Berger, Cármem Ghioldi, Maria Werneck, Rosa Meireles, dentre outras; Gastão, “com sua careta medonha fixa na carne em rugas”; Mário Paiva, “silencioso, triste, com ar doentio”; Revi Carlindo Revoredo, “imóvel”; o estudante João Rocha; Van der Linden; Ramiro Magalhães, “estabanado, sempre correndo e gritando”; Sebastião Félix, “espírita”; Valdemar Birinyi; Anastácio Pessoa, “um sujeito cabeludo, baixinho”; Newton Freitas e “sua nudez escura”; o médico cearense Isnar Teixeira, “franzino e miúdo”; Octávio Malta, “jornalista pernambucano risonho e pequeno”; Lourenço Moreira Lima, “alto, magro, ligeiramente curvo, grande demais, com uma severidade imensa e estampada no rosto”; “o otimista panglossiano” Apporelly; Vanderlino Nunes, “homem útil, de numerosas habilidades, inalterável nas situações mais difíceis”; Valério Konder, médico “alto, louro, de olhos enérgicos”; Benigno Fernandes, “advogado tuberculoso”; dentre outros prisioneiros.

Vejamos um momento em que o narrador analisa as regras do cárcere, estabelecidas pelos próprios prisioneiros:

Percebi entre os meus companheiros uma **esquisita amabilidade**: antes de pedir, ofereciam. Alguém me veio perguntar se necessitava qualquer coisa, dinheiro, cigarros. Nada me faltava, agradei. A resposta era infalível: os meus escrúpulos me levariam a recusar assistência, ainda que me achasse em penúria. Bem. Tratava-se então de saber se me era possível contribuir com o Coletivo. **Sem dúvida, mas que vinha a ser aquilo? Um organismo a funcionar, com excelentes resultados, em prisão política.** A oferta e o pedido me revelavam de pronto um dos seus fins: estabelecer o equilíbrio. À testa dele, uma comissão de cinco membros, eleitos por alguns meses, zelava a ordem, a higiene, entendia-se com o mundo lá fora utilizando as visitas, levava à administração exigências e protestos. (...) (RAMOS, 2020, p. 183-184, grifos nossos).

Usando a primeira pessoa do singular, o narrador enuncia uma das regras da convivência na prisão: a obrigação de contribuir financeiramente para a vida em comum, que também era regida pela assistência ao companheiro de cárcere. Acerca do emprego da primeira pessoa, Beatriz Sarlo adverte que esta primeira pessoa, no que tange à reconstituição do passado, é indispensável para restituir aquilo que foi apagado pela violência do terrorismo do Estado. E, ao mesmo tempo, afirma a estudiosa, não é possível ignorar as interrogações que se abrem quando a primeira pessoa oferece seu testemunho daquilo que, de outro modo, nunca seria conhecido, e, também, de muitas situações em que ela, a primeira pessoa, não pode demonstrar a mesma autoridade. Para a estudiosa, de todas as matérias com que se pode compor uma história, os relatos em primeira pessoa são os que demandam maior confiança, e,

por outro lado, são os que se prestam menos abertamente à comparação com outras fontes. (SARLO, 2007, p. 116-117)

Se, em muitas passagens da segunda parte das *Memórias*, o testemunho de Graciliano poderia ser comparado a outros relatos, já que essa segunda parte tem um caráter mais descritivo, as sensações que, conforme observamos, compõem tão incisivamente a primeira parte – “Viagens” – mais dificilmente seriam partilhadas e enunciadas por outros prisioneiros que viveram condições semelhantes.

Vejamos, então, mais um fragmento descritivo retirado do terceiro capítulo de “Pavilhão dos Primários”:

Levantei-me cedo. E acabava de lavar-me e escovar-me na pia quando ouvi rumor no passadiço e o alimento da manhã chegou à porta. O **longo** bico de um bule **enorme** passou entre os ferros da grade. **Fomos** buscar os canecos **de alumínio recebidos na véspera**, um homem **de roupa zebreada** encheu-os, a cada um de nós ofereceu um pão, afastou-se. Sentado na cama, **que servia de mesa, de cadeira, substituía outros móveis**, mastiguei pedaços **de crosta dura**, sentindo a manteiga **rançosa**, bebi o café **adocicado, enjoativo**. (...) (RAMOS, 2020, p. 187, grifos nossos).

Na sequência textual acima, observamos novamente a estratégia da alternância entre a primeira pessoa do singular (“Levantei-me”) e a primeira pessoa do plural (“Fomos buscar os canecos”). Chamou-nos a atenção, ainda, o número de adjetivos, de locuções adjetivas e de orações adjetivas utilizados na descrição da cena, o que parece ir de encontro ao estilo de Graciliano Ramos – um estilo seco, sóbrio. É o que percebemos em “canecos **de alumínio recebidos na véspera**”; “homem **de roupa zebreada**”; “cama, **que servia de mesa, de cadeira**”; “pedaços **de crosta dura**”; “manteiga **rançosa**” e “café **adocicado, enjoativo**”. Alguns desses termos descritivos talvez pudessem ter sido eliminados; entretanto, o narrador, na segunda parte das *Memórias do cárcere*, preza pelos detalhes, como apontaremos nos próximos parágrafos.

Esse apreço pelos detalhes, em “Pavilhão dos Primários”, é mencionado claramente pelo narrador: “São as minúcias que me prendem, fixo-me nelas, utilizo insignificâncias na demorada construção das minhas histórias” (RAMOS, 2020, p. 198). Tal gesto de narrar de Graciliano nas *Memórias do cárcere* – na segunda parte, mostrando-se por meio de um detalhismo mais “objetivo” – nos lembra o avô do narrador de *Infância*, que também se ocupava com minúcias, ao compor suas urupemas: “Meu avô nunca aprendera nenhum ofício. Conhecia, porém, diversos, e a carência de mestre não lhe trouxe desvantagem. Suou na composição das urupemas” (RAMOS, 2015, p. 23). Se nos lembramos do narrador de *Infância*, o fizemos na esteira de Wander Melo Miranda (2006), para quem o narrador, na obra de Graciliano, identifica-se com o avô referido em *Infância*, sugerindo que, para o

escritor, trançar urupemas e trançar letras no papel são atividades semelhantes. Em ambas predomina o ato de “fazer” (MIRANDA, 2006), a lida artesanal, paciente e obsessiva com as fibras vegetais ou com as palavras, tratando-se de atividades “desinteressadas” (MIRANDA, 2006), alheias à função utilitária que talvez possam ter.

Outra característica da parte “Pavilhão dos Primários” das *Memórias* é a presença do discurso direto, que não compareceu com tanta frequência em “Viagens”. Na segunda parte, Graciliano é figurado, em várias situações, dialogando com os outros presos políticos do espaço prisional, como podemos observar no fragmento a seguir:

(...) Ao deixar a sala de tortura, Sérgio mexia-se a custo: andava nas pontas dos pés feridos, arrastando os sapatos, os calcanhares fora dos tacões: a rigidez do couro magoava-lhe a carne viva, sangrenta. Num corredor enxergara de longe a cabeça da mulher. E enviara-lhe um aceno, tentara apagar no rosto qualquer vestígio de padecimento. Ouvindo isso, falei no ódio que ele devia experimentar. Olhou-me atônito:

- Ódio? A quem?
- Aos indivíduos que o supliciaram, já se vê.
- Mas são instrumentos, sussurrou a criatura singular.
- Aos que os dirigem. Aos responsáveis por isso.
- Não há responsáveis, todos são instrumentos.

Na verdade ele tinha razão. Contudo, se me houvessem atormentado, não me livraria da cólera, pediria todas as desgraças para os meus carrascos. (...) (RAMOS, 2020, p. 198)

Na cena acima, além da presença do discurso direto, podemos ver um dos aspectos da violência física provocada pela ditadura do Estado Novo, que se caracterizou pela aplicação da tortura: Sérgio estava ferido, machucado, em carne viva, devido aos atos de barbárie que sofrera. Nas *Memórias do cárcere*, diferentemente de *Memórias de um sobrevivente*, tais cenas de violência física não são descritas com minúcias, mas, quando apresentadas, são incisivas.

Além dos diálogos e das descrições, há, em “Pavilhão dos Primários”, passagens reflexivas como a que se segue, em que Graciliano afirma que, embora estivesse na companhia de pequenos burgueses e de presos políticos, havia um abismo na comunicação entre eles:

(...)Na verdade **essa gente me parecia estranha**: insatisfeita, desejava impossíveis reconstruções, mergulhando no sonho, restaurando velharias. Devia recolher-me, evitar choques inúteis. (...) Embora usando pijamas e cuecas, **vivíamos em público, éramos obrigados a familiarizar-nos com indivíduos muito diferentes de nós**. O desleixo na indumentária de algum modo nos nivelava. (...) (RAMOS, 2020, p. 225, grifos nossos).

Nesta segunda parte das *Memórias*, também verificamos o recurso estilístico da zoomorfização, como podemos observar nos fragmentos a seguir:

O capitão de nariz comprido esteve conosco dois ou três dias. Nunca lhe ouvi uma palavra, mas vi-o falar em excesso a grupos pequenos, afirmativo, açodado, a

examinar os arredores com jeito de conspirador. Sem revelar em público nenhuma opinião, **estava sempre a sussurrar um cacarejo indistinto**, passeava na assistência minguada os **inexpressivos olhos de ave**, **erguia o bico longo**, baixava-o, **reproduzia movimentos sacudidos de galinha a colher grãos**. (...) Findos esses manejos, **bateu asas na fuga definitiva**, nem nos deu tempo de gravar-lhe o nome: para mim ficou sendo o capitão de nariz comprido. (RAMOS, 2020, p. 222, grifos nossos).

Desconhecida e insignificante, iniciara em seu favor um trabalho de aranha, estendendo fios em várias direções, e ainda hoje não sei se a impelia o desejo de me ser útil ou o prazer de mexer-se, avançar, recuar, preparando a sua teia. (RAMOS, 2020, p. 244, grifos nossos).

Na última sequência textual, o narrador se refere à sua esposa Heloísa, metaforizando-a com a imagem da aranha pelo fato de a mulher seguir “com sua teia” em várias direções: ir ao Ministério da Guerra, ao Ministério da Justiça, ao palácio do Catete, à Chefatura da Polícia, começando a abandonar a “língua” nordestina e a adotar uma gíria burocrática, confundindo-se ao usar algumas expressões. Também na primeira passagem acima, em que o capitão é representado pela sequência de imagens que o figuram como uma galinha, tais imagens têm um efeito sinestésico, caracterizando com precisão visual e sonora o referido capitão, também flagrado no jeito singular com que exercia a sua atividade.

Acerca da publicação de um romance inédito – *Angústia* –, intermediada por Jorge Amado, o narrador reflete e se questiona:

Se o livro se salvasse, ocupar-me-ia mais tarde em corrigi-lo, sobretudo amputar-lhe numerosas excrescências. Antes disso, consideravam-no objeto de comércio, desejavam transformá-lo em dinheiro. Recruta literário da província, acostumara-me a buscar nele algum valor artístico, embora fraco; economicamente seria um desastre, como os anteriores, dois naufrágios. (...) Entrei, porém, a verrumar o espírito curioso. **Se os papéis escapassem à tormenta, quanto valeriam? Qual seria a tiragem?** Uma ligeira brecha clara abria-se no horizonte nebuloso, as desgraças futuras, consideradas certas, diluíam-se um pouco. Embalava-me em frágeis e duvidosas esperanças, quando o chefe dos guardas me berrou o nome, ao pé da escada (...) (RAMOS, 2020, p. 233-234, grifos nossos).

Chamou-nos a atenção no fragmento acima o que podemos chamar de monólogo interior do narrador-escritor, que se põe a refletir acerca da possível publicação de um livro. O prisioneiro dialoga consigo mesmo, interroga-se, expondo suas preocupações com a qualidade do livro, com o valor e com o número da tiragem. A predominância do monólogo interior intensifica a visão da experiência como algo individual e intransmissível, sendo, também, indício da perplexidade que percorre as *Memórias do cárcere*: isto é, para certas perguntas não há respostas. Vale a pena observar que o narrador sempre trabalha com a hipótese, com a possibilidade, nunca com a certeza.

Analisemos mais uma seleção de fragmentos de “Pavilhão dos Primários”:

[Moésia Rolim] Pequeno, sacudindo os braços curtos, **lembrava um periquito a maquinar bicoradas em Moreira Lima**, que o ouvia tranquilo, com dignidade mansa de boi. (...) (RAMOS, 2020, p. 283-284, grifos nossos).

(...) Por não lhe reconhecerem a literatura, composição de noticiário, psicologia de nota policial, **Amadeu Amaral Júnior, ressentido e quase nu, a barba loura mais longa, a cueca mais escura, tinha rompantes ásperos, estridências de pavão, um grande pavão solitário. Insistente, o cocorocó do português rolava no Pavilhão, arrancando pragas.** (RAMOS, 2020, p. 287, grifos nossos).

(...) Quando entrei a falar, notei que nos faltavam diversas coisas. Peguei-me a uma, exagerando a importância dela, os olhos na cara do tipo, com gestos e loquacidade contrários ao meu temperamento. Enquanto me expandia, **Adolfo saltou os degraus com passos de gato**, colou-se à parede, escorregou até a grade, meteu-se no vestibulo, subiu a escada. (...) (RAMOS, 2020, p. 333, grifos nossos).

(...) Afinal o desertor ressurgiu, desviando-se do corrimão, agachando-se, colando-se ao muro. Desceu, executou uma curva larga, alcançou a grade, **insinuou-se como um rato na Praça Vermelha.** (RAMOS, 2020, p. 334, grifos nossos).

Nos trechos acima, observamos, novamente, a representação zoomórfica nas *Memórias* prisionais de Graciliano Ramos, representação esta que obtém, mais uma vez, expressivos efeitos visuais, sonoros e até táteis, como “com passos de gato”.

Em outros trechos, os companheiros do “Pavilhão dos Primários” ora são gigantescos, possuindo partes do corpo desproporcionais (os pés de Sérgio, a boca de Lacerdão), ora são miúdos, mesquinhos: Birinyi é uma barata, o português transforma-se num galo, Agrícola Baptista vira tamanduá, dentre muitas situações já apresentadas aqui. Vale ressaltar que o único personagem que foge à animalização no “Pavilhão dos Primários” é Rodolfo Ghioldi, e o que o diferencia dos demais é justamente sua extraordinária capacidade verbal: “(...) nunca ouvira ninguém expressar-se com tamanha facilidade. Enérgico e sereno, dominava perfeitamente o assunto, as palavras fluíam sem descontinuar, singelas e precisas. Admiravam-me a rapidez do pensamento e a elegância da frase. (...)” (RAMOS, 2020, p. 181).

Mais adiante, ao lembrar o momento em que se defrontou com Francisco Chermont, quando este retornou da “Colônia Correccional” completamente transformado, o narrador diz: “Lembrei-me **vagamente** de já ter ouvido aquela voz, mas, **por muito que esquadrinhasse a memória**, não me seria possível reconhecer a figura lastimosa.” (RAMOS, 2020, p. 293, grifos nossos). Além da evidência dolorosa dos efeitos da violência sofrida pelo companheiro de prisão, chamou-nos a atenção o advérbio “vagamente” referindo-se ao ato de lembrar, expressão que nos remeteu, novamente, ao livro *Tempo passado*, em que Beatriz Sarlo adverte que o passado é sempre conflituoso, e que o retorno ao passado nem sempre é um

momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente. Ou seja, a intensidade do vivido, assim como a lembrança, resulta num texto que se faz aos cacos.

Na sequência das *Memórias*, referindo-se ao relato de Francisco Chermont sobre os maus-tratos de que fora vítima e às marcas deixadas em seu corpo pela tortura física, o narrador compõe uma metáfora de forte carga expressiva: “riachos a gemer no escuro” – imagem também sinestésica que, ao condensar o visual e o auditivo, potencializa, como poucas em nossa literatura carcerária, as marcas da tortura física:

(...) A aparência estranha de Chermont fazia-me supor que ele estava a devanear. Contudo esse desarranjo possível no juízo, a metamorfose realizada tão depressa, a coisa interna e externa a conjugar-se deviam ser consequência da vida anormal descrita. As marcas horríveis não eram fantasia. Tinham-se originado no porão, ganho relevo nos padecimentos físicos e morais consecutivos. As causas deles chegavam-me aos ouvidos, fora do tempo, desconexas. **Riachos a gemer no escuro.** (RAMOS, 2020, p. 299, grifos nossos).

Ainda em “Pavilhão dos Primários”, há uma passagem na qual Graciliano, para não perder o lugar na fila, pede ao prisioneiro Sebastião Hora que receba seu prato, obtendo uma resposta negativa. Diante de tal falta de solidariedade dentro da prisão, o narrador reflete:

Uma pergunta me vinha com insistência: **qual seria o meu comportamento se alguém ali me solicitasse um minúsculo obséquio? Eriçar-me-ia, coberto de melindres? Não decerto, nem indagaria motivos.** Excluía-se a hipótese de qualquer indivíduo tencionar reduzir-me confiando-me um serviço. **Meu Deus! Como era possível cultivarmos tais vaidades?** Seria ridículo. Miseráveis bagatelas sociais a flutuar no enxurro, aproximando-nos, separando-nos, buscávamos amparar-nos uns aos outros. Difícil viver sem isso. De repente uma decepção, barreira a erguer-se na familiaridade obrigatória. Dirigia-me crédulo a uma pessoa, julgava encontrar solidariedade – e batia num muro de gelo. Convenções exteriores, preconceitos, nos separavam. (RAMOS, 2020, p. 316, grifos nossos).

Dando continuidade às reflexões que teria feito sobre a negativa de Sebastião Hora, o narrador traz à cena as hesitações que o teriam assaltado, e, para expor aquelas hesitações, usa uma expressão que evidencia o ato de esquadrihar a memória, descrito em parágrafos anteriores deste trabalho:

Lembrava-me das palavras: - “Não recebo prato de ninguém não.” O desconchavo inteiro vinha dali; arrependera-me da inconveniência: molestara-o sem querer. Súbito a declaração estapafúrdia: não me dera aquela resposta. **Parecia-me** ter distinguido bem todas as sílabas. E reproduzi-as. **Vascolejei a memória**, firmei-me na convicção. Apesar de rosnada, a negativa permanecia com muita clareza. (...) (RAMOS, 2020, p. 317, grifos nossos).

Atentemos à expressão “Vascolejei a memória”, da qual o narrador lança mão. Tal expressão dialoga com outra citada, anteriormente, pelo próprio narrador: “esquadrihar a memória” (RAMOS, 2020, p. 293). Ou seja, o narrador, para (re)inventar seu passado, necessita de, como se procurasse em uma caixa de “achados e perdidos”, vascolear, esquadrihar, interrogar sua memória. Além de usar a expressão mencionada, Graciliano

emprega a forma verbal “Parecia-me”, em “Parecia-me ter distinguido bem todas as sílabas”. Isto é, como já dissemos, o narrador nunca se posiciona afirmando ou negando uma situação passada; sempre se posiciona de viés em relação ao evento narrado e/ou à “forma de narrar” aquele evento.

Em outro momento de reflexão do narrador em “Pavilhão dos Primários”, lemos: “A prisão nos sujeitava a duros abalos e surpresas constantes. Observadas nos outros, certas mudanças me assustavam; depois descobria em mim mesmo sinais de anormalidade – e tornava-me apreensivo” (RAMOS, 2020, p. 313). Nessa avaliação do narrador, vemos, como já foi comentado anteriormente, que o convívio com o outro leva Graciliano a mudar seus pontos de vista e a perceber em si mesmo os sinais de anormalidade dos quais acreditava estar isento. Vale ressaltar que o narrador inicia o segmento com a primeira pessoa do plural, evidenciando que a prisão sujeitava a duros abalos o conjunto dos prisioneiros que ali estavam, e termina o segmento com a primeira pessoa do singular, mostrando o impacto desses duros abalos e surpresas constantes sob uma perspectiva mais pessoal.

Passando agora para a terceira parte das *Memórias do cárcere*, intitulada “Colônia Correcional”, nela constatamos um teor mais fragmentário, pois alguns capítulos são compostos pelas histórias contadas por outros personagens (em sua maioria homens comuns), histórias que compõem, por sua vez – numa polifonia de vozes –, a história e o testemunho de Graciliano.

A entrada dessas outras vozes é geralmente marcada pelo travessão. Wander Melo Miranda a elas se refere como “micronarrativas dos companheiros de prisão” (as quais já foram aqui comentadas no capítulo “Leituras críticas sobre *Memórias do cárcere* e *Memórias de um sobrevivente*”). Tais relatos não se restringem a uma função meramente documental ou ilustrativa do mundo representado, mas, em decorrência da relação de reciprocidade com a narrativa maior que os contém, contribuem para o esclarecimento de aspectos determinantes do exercício de narrar e do papel do narrador. Além disso, o contato de Graciliano com essas micronarrativas lhe possibilita um saber até então desconhecido, e que, por fundar-se na experiência do outro, lhe permite suportar o vivido para depois compreender a própria experiência, tornando-a comunicável. Um exemplo dessas micronarrativas se mostra no diálogo, transcrito abaixo, entre Graciliano e o prisioneiro Gaúcho:

(...) – É terrível, Gaúcho.

- Não senhor. A gente nas vigas tem algumas vantagens. Há comida. Ruim, mas há. Aqui nós morremos de fome. É de lá que eu vou fugir.

Olhou em roda, baixou a voz, desenvolveu o projeto:

- Arranjo o saco, o pau, o cordão, meto isso debaixo da camisa e, na hora do trabalho, guardo tudo no mato, longe das vistas. Escondo nos bolsos o que pegar na

cozinha, restos de pão, carne, qualquer boia, e, no corte de madeira, arrumo no saco esses mantimentos. É preciso ter paciência, não há pressa.

- E o cordão, Gaúcho? E o cacete?

- Bem. O cordão serve para amarrar a boca do saco, por causa das formigas. O cacete o senhor vai ver depois. Um dia, no transporte das vigas, corto o pé com um caco de vidro e vou-me atrasando, manquejando. Sapecam-me o lombo, querem obrigar-me a andar como os outros, mas estão vendo muito sangue, sabem que me estrepei e largam-me. Não posso acompanhar a turma, dão-me um carregado leve; continuo remanchando e depois de algumas horas estou na ponta da fila. Numa volta do caminho, quando não me avistam, jogo fora a madeira, corro à moita onde escondi os troços, agarro tudo e caio na mata. Aí não me acham. Descubrem a fuga tarde: estou longe, ninguém adivinha que rumo tomei. A ilha é grande. (...)

Calou-se, e apresentei-lhe esta objeção:

- Você fala com uma certeza esquisita. Pode ser que as coisas não se passem como você imagina.

- Ora essa! Falo porque tenho prática, não é a primeira vez que me desenrasco. É assim que se faz. (RAMOS, 2020, p.474-475).

No diálogo entre Graciliano e o prisioneiro, chamou-nos a atenção o modo ardiloso usado por Gaúcho para conseguir sua liberdade. Além disso, no final do diálogo, Graciliano, com sua objeção, desconstrói a narrativa de Gaúcho a partir do momento em que alude à possibilidade de a fuga não se concretizar, e Gaúcho retruca, afirmando que tem o conhecimento da prática. Desse modo, temos um contraste entre o posicionamento questionador de Graciliano e o posicionamento categórico de Gaúcho.

Graciliano Ramos parece ter descoberto um determinado grupo de narradores: o dos ladrões encarcerados, que passam seu tempo ocioso a narrar suas façanhas e a imaginar projetos mirabolantes. Na visão do narrador das *Memórias*, essa extraordinária capacidade verbal talvez os fizesse melhores do que os outros presos, provenientes de classes sociais mais altas e detentores de maior estudo, todavia teóricos demais: isto é, a vida estava entre os menores.

Em “Colônia Correcional”, observamos a menor frequência das descrições, quando comparamos esta terceira parte com a segunda das *Memórias* de Graciliano. Entretanto, os outros modos de narrar se mantêm: a zoomorfização; a pergunta como bordão; as metáforas concretas e sinestésicas; a alternância da primeira pessoa do singular com a primeira pessoa do plural; e do verbo no pretérito com o verbo no tempo presente. Alguns desses recursos estilísticos se mostram no trecho abaixo, em que a metáfora incisiva – “farrapos”, expressão possivelmente motivada pelo “pijama curto e rasgado” – ganha destaque pela repetição e pelas construções sintáticas de que faz parte:

As figuras estranhas apinhadas ali riam. Riam para mim, como se eu fosse uma carcaça também. **Quantos meses fazia que tinham vivido comigo no Pavilhão dos Primários?** Dois meses. Era, dois meses, pouco mais. E estavam assim. Talvez ignorassem que estavam assim. Estremeci. **Não me acharia daquele jeito?** Olhei o pijama curto e rasgado. Ultimamente dormia pouco, alimentava-me com dificuldade. Extingui a comparação desagradável. **Farrapos.** Regressavam da Colônia, **farrapos.**

Iriam reconstituir-se, renascer, mas ali eram **farrapos**. Examinei-os. (RAMOS, 2020, p. 353, grifos nossos).

A zoomorfização, que parece reproduzir o padrão já evidenciado nas duas primeiras partes das *Memórias*, pode ser observada nos trechos que se seguem:

No dia seguinte pela manhã, Herculano trepou-se a uma janela e, agarrado aos varões, ficou lá de poleiro **como papagaio**, buscando entender-se com as outras celas. (RAMOS, 2020, p. 352, grifos nossos).

(...) Mas a sujeira imensa, a disenteria, a falta d'água, **um milheiro de homens a apertar-se num curral de arame** não me deixavam sossegar. Aquilo merecia ser visto, pelo menos serviria para indicar a nossa resistência, de algum modo fortalecer-nos. Havia nesse desejo mórbido quase um desafio aos maus-tratos, às humilhações, e se de repente nos largassem na rua, nem sei se me consideraria em liberdade ou vítima de um logro. (RAMOS, 2020, p. 356, grifos nossos).

(...) Desordem no Pavilhão, gritos e pancadaria; certamente Agildo se comprometera elevando no fuzuê a voz fina e o **gesto macio de gato**. (...) (RAMOS, 2020, p. 365, grifos nossos).

Lembramos que a linguagem crua e a descrição animalizada dos prisioneiros e da situação da cadeia remetem a uma estética de cunho naturalista. Citando Flora Süssekind, Carelli ainda afirma que, se a prosa da geração de 30 significou um “neonaturalismo”, em que se abandonou o saber calcado nas ciências naturais em prol de outro, baseado nas ciências sociais e na economia, Graciliano Ramos foi além: quando o escritor explicita, em seus romances, o trabalho com a linguagem, termina por jogar por terra a obsessão fotográfica e documental dominante no neonaturalismo de trinta. Entretanto, nas *Memórias do cárcere*, observamos a retomada do que Careli chama de obsessão fotográfica e documental.

Já no fragmento transcrito abaixo, é possível identificar o microscopismo anteriormente mencionado, que dá ao estilo de Graciliano certos traços da estética expressionista, como a predileção pelo feio e pelo repugnante, ampliados pelas “lentes” ou pelas “tintas” do narrador:

Um berro medonho nos interrompeu. Virei-me, enxerguei por cima do ombro o malandro cafuzo que, dias e dias, uivava junto à grade pedindo uma injeção de morfina. Rolara de uma tábua e espojava-se na areia do alojamento, em gritos, **a barriga nua exposta a uma nuvem de moscas**. De relance **notei uma ferida aberta, um jorro de sangue preto derramando-se nas virilhas, nos pelos do ventre, nas pernas, formando uma poça no chão**. Sacudi-me, librei-me das garras fortes do vagabundo [Cubano]:

- Vá para o inferno, Cubano. Eu posso comer vendo uma desgraça desta?

(...) Fui à porta, olhei pelas barras de ferro, procurei um soldado, um funcionário, chamei. Ninguém. (...) **Voltei para junto dele, fiquei algum tempo a ver o líquido escuro esguichar do buraco, sob o voo das moscas. Faltavam desinfetantes. Aquilo arruinara, apodrecera ao abandono, e o sujeito, com os intestinos avariados, manifestava a dor e o medo em queixas estertorosas**. (RAMOS, 2020, p. 479, grifos nossos).

Nos trechos abaixo, ainda presentes em “Colônia Correcional”, evidencia-se um aspecto até então pouco frequente no “modo de narrar” de Graciliano, aspecto este que ganha relevo na terceira parte da obra. Trata-se do uso de advérbios como “hoje” e “agora”, que sinalizam o tempo presente da enunciação, marcando também, com muita clareza, a distância temporal e existencial que separa o narrador Graciliano do prisioneiro Graciliano – distância tão tênue nas *Memórias do cárcere*:

(...) Voltamos à gaiola. Desatei os barbantes, desdobrei a coisa sórdida: a calça e o paletó surgiram, mudados em trapos de mendigo. Aí principiou a revelar-se a bondade estranha de Cubano, imperceptível quando ele cantava a lista da chamada e reunia o pessoal nas formaturas. O ar de tédio, gestos maquinais de fantoche; ninguém adivinharia aí um coração. Achei, contudo, que me ia tomar amigo daquele negro vagabundo, e não me iludi: **a amizade até hoje resistiu**. (RAMOS, 2020, p. 434, grifos nossos).

(...) A leitura se havia tornado impossível; contudo aventurava-me a escrever. **Se aquelas folhas me aparecessem hoje**, desconexas, medonhas, revelariam a minha perturbação, a fraqueza do espírito. As horas longas arrastavam-se, e era preciso enchê-las. (RAMOS, 2020, p. 440, grifos nossos).

(...) As dores na barriga e o torpor na coxa tinham desaparecido. Na posição desagradável, em pé, olhando grupos de soldados, ondas revoltas, a praia distante, devo ter me arrimado a qualquer coisa para resistir aos balanços fortes da lancha: encosto de cadeira, uma balaustrada, coluna, amparo assim. Realmente me sentia firme na oscilação. **Hoje** presumo que a aguardente suprimiu a Colônia, Alfeu e Aguiar, fomes, disenterias, quatro ou seis chuveiros para novecentos homens. (...) (RAMOS, 2020, p. 499, grifos nossos).

As passagens acima nos lembram Beatriz Sarlo, que afirma, em *Tempo passado*, a inevitabilidade da marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque, no discurso, o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável, e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma “experiência fenomenológica” (grifo da autora) do tempo presente da enunciação. A autora cita Italo Svevo: “O presente dirige o passado assim como um maestro, seus músicos” (SARLO, 2007, p. 49).

Vejamos, em seguida, o trecho abaixo, também elaborado com o advérbio “agora”:

(...) Na verdade me achava bem mal, embora não vivesse a queixar-me nem avaliasse os estragos, mas cada vez me arrasava mais. Só pensar no refeitório me causava náusea, as mucuranas e os mosquitos perseguiam-me, e, **agora**, na esteira suja, enrolado em trapos vermelhos de vômitos sangrentos, pensava na invasão dos bacilos, no rápido extermínio do organismo indefeso. (RAMOS, 2020, p. 452, grifos nossos).

Fica evidente, no fragmento acima, que o advérbio “agora” faz referência à situação vivenciada por Graciliano ainda na condição de prisioneiro, o qual, naquele momento, se

encontrava em uma esteira suja, enrolado em trapos vermelhos de vômitos sangrentos. Trata-se do presente do enunciado, não da enunciação. De todo modo, o emprego do “agora” tem o efeito de presentificar o lastimável estado físico de Graciliano naquele momento e o seu temor diante da possibilidade de ser atacado pelos “bacilos”.

Analiseemos mais um conjunto de fragmentos da terceira parte das *Memórias do cárcere*, os quais revelam o ato de o narrador interrogar sua memória no momento da escrita:

(...) Movemo-nos algum tempo entre árvores, deixamos a prisão. Um tintureiro nos aguardava na rua, abriu-se para receber-nos. **Ignoro como entrei, acho** que subi por uma pequena escada. **Provavelmente** com receio instintivo de maus-tratos, empurrões, muitas vezes referidos, mergulhei rápido na abertura, à traseira do veículo, **se não me engano**. Outros me haviam precedido, e no exíguo espaço não descobri meio de acomodar-me. Arriei sentado **não sei onde**, em posição má, sem poder virar-me. (...) (RAMOS, 2020, p. 368, grifos nossos).

(...) **Tento lembrar-me de qualquer coisa exterior, vista nos campos, nas plataformas das estações. Não me lembro de nada, inúteis as pessoas, inútil a paisagem.** (...) (RAMOS, 2020, p. 371, grifos nossos).

Pedimos desculpas pelo excesso de citações, mas almejamos, com esses recortes textuais, mostrar a frequência com que cada traço estilístico apontado no início deste subcapítulo se repete em cada uma das partes das *Memórias do cárcere*. Nos fragmentos acima, ressaltamos a constante hesitação do narrador com respeito à reconstituição das experiências que teria vivido, hesitação indicada pelas expressões grifadas nos referidos fragmentos, como, por exemplo: “ignoro”, “provavelmente”, “se não me engano”, “não sei onde”, “não me lembro de nada”. Assim, o narrador se recusa a assumir qualquer pretensão à verdade, a uma versão definitiva dos fatos narrados, optando por recortar enviesadamente a narração e a escrita.

Analiseemos mais um fragmento da “Colônia Correccional”:

Torrando ao sol ardente, **ficamos** bem duas horas sentados no chão, esperando que o médico **nos** mandasse chamar para a consulta. **Éramos** uns vinte doentes, os mais arruinados, a tossir, a expor as horríveis chagas escuras, trabalho das mucuranas. Bocejando na demora longa, **procurei** distrair-me vendo o serviço na lavanderia próxima (...) (RAMOS, 2020, p. 436, grifos nossos).

Nesse fragmento, verificamos a alternância entre o uso da primeira pessoa do plural e da primeira pessoa do singular. Novamente, a primeira pessoa do plural traduz uma ideia de coletividade: com sua utilização, Graciliano se refere a si mesmo e aos outros prisioneiros. Já ao usar a primeira pessoa do singular, o narrador faz um recorte subjetivo. Esse movimento narrativo é recorrente, como podemos ver a seguir:

Éramos frangalhos; éramos fontes secas; éramos desgraçados egoísmos cheios de pavor. Tinham-nos reduzido a isso. **Qual a razão daquela ferocidade?** A

cabeça fervia-me; as dores no pé da barriga tornavam difícil a posição vertical: de balde tentava aprumar-me, inclinava-me para a direita. Precisava descansar. **Já nem me importava saber a causa da sérvia imprevista.** Falta ligeira: algum descuido, gesto involuntário, cochicho a perturbar o silêncio. **Estávamos reduzidos àquilo. (...) Estávamos reduzidos a isso.** (RAMOS, 2020, p. 400, grifos nossos).

Aqui, mais uma vez, o narrador inicia seus comentários com a primeira pessoa do plural, que agrega seus companheiros de cárcere a ele mesmo, lançando mão, logo em seguida, de metáforas concretas para caracterizar a penúria e o apequenamento daquele grupo de prisioneiros submetidos à violência: “frangalhos”, “fontes secas”. Esta última metáfora nos lembra a do “limão espremido”, utilizada em “Viagens”: tanto lá como nesta terceira parte das *Memórias*, vemos a ênfase na perda da vitalidade, expressa pela secura no corpo e na alma dos personagens das *Memórias do cárcere*. Ainda no referido fragmento, às metáforas contundentes se segue a problematização daquela situação cruel, novamente por meio da interrogação: “Qual a razão daquela ferocidade?”. E, depois de empregar a primeira pessoa do singular, assumindo uma perspectiva mais pessoal, o narrador retoma a primeira pessoa do plural, mais uma vez fazendo-se porta-voz daquela comunidade reduzida à sub-humanidade.

Chegamos à análise dos modos de narrar de Graciliano na quarta parte das *Memórias do cárcere*, intitulada “Casa de correção”. Nesta parte, o memorialista retoma a referencialidade presente em “Pavilhão dos Primários”, sendo que essa linguagem mais referencial é contaminada pelos modos de narrar anteriores, como se observa, por exemplo, no emprego dos diálogos e na mescla de narração e descrição. Ambos os recursos se mostram no fragmento abaixo, em que Graciliano recria o diálogo com Eneida (em outras passagens, reconstituem-se os diálogos de Graciliano com Nise da Silveira):

Tomei um copo de leite, fui ao consultório, onde o médico me aplicou a injeção de vitamina. Ao regressar, notei que haviam recolhido a mesinha do crapaud deixada à porta.
 - Vá tomar banho e mudar a roupa, disse-me Eneida. Você não vai receber sua mulher assim vestido em pijama.
 O diretor me anunciara na véspera uma visita para aquela manhã. Achava-me com bastante preguiça:
 - Minha mulher não é de cerimônia. Já me viu deste jeito muitas vezes.
 - Não senhor. Mude a roupa.
 - Que impertinência! Vá lá.
 Agora conseguia mexer-me, já não precisava amolar os faxinas pedindo as latas de água morna. Com duas ou três semanas de tratamento, as pernas pareciam consolidar-se, mas as picadas renitentes no pé da barriga ainda continuavam a importunar-me.
 - Está bem. (RAMOS, 2020, p. 581).

No trecho abaixo, em que o narrador conversa com o prisioneiro Sócrates, há, mais uma vez, a mescla de discurso direto e de descrição:

- Precisamos arranjar meio de sair daqui.

A barba o disfarçava algum tempo, era uma espécie de máscara. Mas não servira: Sócrates estava preso e varrerá uma prisão no Paraguai.

- Ah! Preciso fugir. Não fico, não me submeto. Preciso fugir de qualquer modo. Já pensou nisso?

- Fugir? Não. Como? Não pensei. Fugir como? Pretende escalar este muro?

- Não pretendo coisa nenhuma. Não. Mas de qualquer modo tenho de sair. Você tem processo?

- Não. Sou um pobre-diabo.

- Por isso fala assim. Mas eu vou aguentar pena dura. Preciso fugir. Qual é o medo?

- Sei lá. Nunca pensei em fuga. E lá fora as coisas estão piores que aqui. Na opinião dos nossos companheiros, o único lugar onde existe um pouco de liberdade é a cadeia. Viver uma pessoa a esconder-se, com medo, sem achar trabalho, é horrível. (RAMOS, 2020, p. 553).

Na “Casa de Correção”, também estavam homens comuns, como Pai João, que, fora da prisão era conhecido por ser um salteador e, na prisão com Graciliano, era conhecido por contrabandear álcool; Paulo Turco, assassino e ladrão; Nestor, faxina e arrombador; Júlio, que matara a mulher e culpava-se por isso, sendo o único prisioneiro que sentia remorso; Barbadinho, responsável por rodar uma carroça o dia inteiro; e Maria Gorda, que lavava a roupa dos presos.

No que tange ao recurso da zoomorfização, ele também comparece nos próximos fragmentos de “Casa de Correção”:

Agildo Barata me dava a impressão de uma aranha diligente, a fabricar dia e noite, meses a meses a teia difícil. As visitas, às sextas-feiras, levavam para o exterior os fios de uma vasta composição que se alargava pela cidade, pelo país. Criaturas dessa natureza não me desculpariam facilmente a inércia. Devia estar aí a causa do afastamento. Enganei-me. Um companheiro veio contar-me que alguém afirmara ter-me ouvido, em zanga indiscreta, dizer de Prestes cobras e lagartos. O informante queria saber se aquilo era verdade. (RAMOS, 2020, p. 593, grifos nossos).

(...) Surgiu-nos, com certeza por isso, um funcionário de modos policiais. **Chegou-se com pés de gato às tábuas dos cavaletes**, abriu uma pasta, desdobrou os papéis, **rosnou sons indistintos**. Aproximando-me, conheci o intuito dele: convidava algumas pessoas a prestar declarações. (...) (RAMOS, 2020, p. 604-605, grifos nossos).

Afastei-me, fui debruçar-me a uma das janelas próximas aos cavaletes. Lá embaixo havia metralhadoras dirigidas a nós, e **homens fortes de bíceps enormes, cabeças vermelhas de galos-de-campina**, andavam firmes, a expor energia. (RAMOS, 2020, p. 605, grifos nossos).

É possível concluir que se a animalização naturalista dava forma literária às teorias científicas em voga no final do século XIX, a animalização em *Memórias do cárcere* enfatiza a reversão do estado “civilizado”, vigente fora das grades, para uma situação “mais ou menos selvagem”, de subterrâneo social, imposta pelo sistema. Dessa forma, sem direitos, sem voz ativa fora da cadeia, vivendo sob o medo de delações e de torturas, enfrentando situações ignóbeis e até então desconhecidas, a visão dos prisioneiros só podia arrancar do narrador a afirmação simples, direta: “Na verdade éramos bichos”. Não os bichos de Aluísio de

Azevedo, bichos “por natureza”, resultantes da hereditariedade ou de leis naturais, mas bichos “fabricados”, como já afirmamos anteriormente.

Investiguemos um penúltimo fragmento retirado de “Casa de Correção”:

(...) Lembrei-me da viagem à Colônia Correcional. Demorara-me diante dos cubículos, a despedir-me dos companheiros. No pavimento de baixo, ao transpor a larga porta, lembraram-me de ver as mulheres da sala 4: encaminhara-me à direita, subira a escada. No atordoamento, não me era possível examiná-las direito. Estavam à grade, em filas, umas no solo, outras suspensas, os tamancos pisando as traves, as saias entaladas, as pernas entre os varões de ferro, seguras a eles. – “Adeus.” – “Boa viagem.” **Pedaços de rostos, mãos, coxas, tamancos, frases amáveis, sorrisos, misturavam-se, vagos, inconsistentes. Na ala inferior, branca e serena, Olga me atirara alguns sons guturais, provavelmente a expressão de bom desejo, difícil de perceber naquela situação. A pequena distância, os bugalhos de Nise e os lábios sangrentos de Valentina.** Desviara-me zozzo, descera, levando fragmentos vivos, a grulhada imperceptível e, dominando tudo, a fisionomia tranquila, a alvura de nata, algumas palavras lançadas com pronúncia exótica. (RAMOS, 2020, p. 602, grifos nossos).

Na sequência acima, chamou-nos a atenção a descrição fragmentada, “aos cacos”, das mulheres da sala 4. Em vez de citar o nome de cada mulher com suas respectivas características, o narrador opta por apresentar pedaços, partes de seus corpos (pedaços de rostos, mãos, coxas, tamancos, bugalhos e lábios) e dos gestos das prisioneiras, como, por exemplo, seus sorrisos e suas expressões.

Acerca do traço estilístico da fragmentação, Wander Melo Miranda (2004) afirma que o processo retrospectivo que resulta da experiência carcerária se especifica pela visão de “gente incompleta, pedaços humanos, olhos, bocas, orelhas a aparecer e desaparecer continuamente” (MIRANDA, 2004, p.62). Aí encontramos o desejo dilacerante do narrador em dar forma ou sentido às “distorções ópticas” (MIRANDA, 2004, p. 62) da memória, com o intuito de transformar em história significativa a vida ou as vidas que escapam e fogem a todo momento, fragmentadas e dispersas no tempo.

Essa visão fragmentada das pessoas e dos objetos também comparece no livro *Infância*, do mesmo autor:

(...) Datam desse tempo as minhas mais antigas recordações do ambiente onde me desenvolvi como um pequeno animal. Até então algumas pessoas, ou fragmentos de pessoas, tinham-se manifestado, mas para bem dizer viviam fora do espaço. Apareceram lugares imprecisos, e entre eles não havia continuidade. Pontos nebulosos, ilhas esboçando-se no universo vazio (RAMOS, 2015, p. 12).

No trecho acima, a explicação, oferecida pelo narrador de *Infância*, da imagem dos fragmentos de pessoas se deve à imprecisão da memória. Apontando a memória fragmentada do narrador de *Infância* e de *Memórias do cárcere*, encerramos nossa análise de “Casa de Correção” com as palavras de Graciliano retiradas do penúltimo capítulo da quarta parte do

livro: “Havia saltos nas minhas ideias, lacunas e discrepâncias. Farrapos de ideias.” (RAMOS, 2020, p. 630).

Após a investigação dos modos de narrar que constituem as quatro partes de *Memórias do cárcere*, podemos dizer que o narrador, embora empregue variados procedimentos narrativos, também apresenta recursos estilísticos que se repetem incisivamente em cada uma das quatro partes de suas *Memórias* de cadeia. Observamos também que, nas *Memórias* prisionais de Graciliano, diferentemente do que acontece nos romances do escritor, o narrador não apresenta a seu leitor um texto “enxuto”, “seco”, “magro”, porém nos presenteia com um relato marcado por minúcias descritivas dos prisioneiros com quem convive e de si mesmo, agindo como o avô do narrador de *Infância*, que trabalha cuidadosamente em suas urupemas.

4 LUIZ ALBERTO MENDES: O ENCANTO PELAS LUZES E PELOS LIVROS

4.1 Como o narrador (re)constrói sua vivência na criminalidade

Memórias de um sobrevivente, de Luiz Alberto Mendes, nos conta a história de vida de um menino que nasceu em Vila Maria, na periferia da cidade de São Paulo, e que viveu nesta cidade durante os anos 1960/70, menino este que, em sua trajetória de vida, sofre uma dupla metamorfose: primeiramente, ele é transformado (em decorrência, também, dos espancamentos terríveis de seu pai e, posteriormente, devido às torturas sofridas por parte do aparelho militar de repressão) em um indivíduo “antissocial”, um ladrão que viria a participar de vários assaltos, um latrocínio e um homicídio; em segundo lugar, o livro mostra sua transformação em um ser social e sociável, leitor incansável de boa literatura e de filosofia, que está na origem do Luiz Mendes, autor desse livro autobiográfico.

Neste subcapítulo, intitulado “Como o narrador (re)constrói sua vivência na criminalidade”, temos como finalidade o estudo das estratégias por meio das quais o narrador representa a primeira metamorfose que teria sofrido numa primeira etapa de sua vida que abrange o período de aproximadamente dez anos de idade até alcançar sua maioridade aos 18 anos. No próximo subcapítulo, cujo título é “Como o narrador (re)elabora sua transformação em um ser social e sociável”, apresentaremos a segunda metamorfose encenada pelo narrador-protagonista.

Em *Memórias de um sobrevivente*, a narrativa se inicia pela infância. Trata-se de uma completa “história de vida”, já que toda ela, desde o início, está marcada pela exclusão e pela violência. Nos relatos prisionais, não é incomum este tipo de enquadramento da experiência do cárcere no plano mais amplo da vida, da família e do *background* social. Assim, a moldura da narrativa, além de ser político-social, é familiar.

Conforme Seligmann-Silva, Mendes opta por um modelo literário mais tradicional, mais próximo de um realismo convencional, ao invés de aderir a uma estética da fragmentação, que, na sua forma descontínua, mimetizaria a catástrofe representada. Também, a linguagem de Mendes é mais isenta da gíria e do jargão das prisões, se a confrontarmos com as demais obras dos cárceres publicadas nos últimos anos.

O relato se inicia com o narrador-protagonista “(re)construindo”, com base na memória, sua relação com a família. Mendes morava com a mãe e o pai: a mãe era omissa, e o

pai, um alcóolatra, sendo, por isso, um homem violento. O narrador, quando criança, não tinha liberdade. E, quando fugia de casa, era vítima de espancamentos por parte do pai.

É considerável dizer que, na elaboração do narrador-protagonista, apesar de ele narrar sua trajetória de vida a partir da memória das experiências que teria vivenciado, não se verifica, durante a narrativa, o questionamento de tal memória. Vale ressaltar que, ainda assim, há um espaço, no livro, dedicado à reflexão sobre si mesmo e sobre sua escrita. Trata-se do Epílogo, conforme já salientamos; porém, as reflexões elaboradas por Mendes são diferentes das que encontramos nas *Memórias do cárcere*, obra na qual o narrador, durante toda a narrativa, interroga sua memória, a partir do momento em que também se interroga acerca da escrita e da significação e repercussões das situações que teria experimentado no cárcere.

Logo no início, as *Memórias de um sobrevivente* apresentam uma das cenas de espancamento referidas acima, cenas estas que se repetem:

Já tremendo, acovardado, quebrado em minha vontade, trazia a cinta o mais lentamente possível. Suas cintas estavam todas arrebatadas de tanto ele me bater com elas. Começava a bater e eu a gritar; se ele descuidasse das portas e as deixasse abertas, Dinda [a cadela] entrava e avançava em cima dele, para me defender. Ele a chutava e tornava a me bater. Depois, já cansado, ia bater nela no quintal. Aquilo me doía mais que a surra. Corria para a casinha da cadela, e ela, esquecida já do que apanhara, ficava me lambendo os vergões, qual pudesse suavizá-los. Dinda, sem dúvida, foi o melhor amigo de minha infância. (MENDES, 2001, p. 16).

O fragmento acima, entre vários outros, nos permite afirmar que a família, em *Memórias de um sobrevivente*, aparece como uma espécie de microcosmo que reproduz a mesma estrutura violenta da sociedade. Fora de casa, também, desde muito pequeno, Mendes, como iremos observar mais adiante, será submetido à educação pela violência, que atinge graus tão bárbaros de tortura que o deixa algumas vezes à beira da morte. Essas cenas de violência do livro de Mendes nos remetem ao livro *Infância*, de Graciliano Ramos, em que o narrador também chama a atenção para o modo como era tratado pelos pais:

As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural. (RAMOS, 2015, p.34).

Como é possível perceber, tanto a infância de Mendes, quanto a infância do “menino” de Graciliano revelam personagens “machucados” em seu relacionamento com a família, para nos referirmos a uma avaliação do crítico Antonio Candido sobre o protagonista do livro *Infância*. E mais uma passagem do livro de Mendes nos leva ao encontro de *Infância*: trata-se

do momento em que o pai do garoto Luiz Mendes, em *Memórias de um sobrevivente*, chama seu próprio filho de “prostituto”, “mentecapto”, “bucéfalo”, “debiloide”: “Havia um prazer mórbido em me irritar, em me enervar; esticar ao máximo meus nervos era uma de suas brincadeiras favoritas.” (MENDES, 2001, p. 19). Já em *Infância*, há um momento no qual o menino adquire uma doença que o deixa cego por um período de tempo. Sua mãe o chama, então, de “bezerro-encourado” e de “cabra-cega”: “Minha mãe tinha a franqueza de manifestar-me viva antipatia. Dava-me dois apelidos: bezerro-encourado e cabra-cega.” (RAMOS, 2015, p. 144).

Um acontecimento, novamente, aproxima o escritor Luiz Alberto Mendes do narrador de *Infância*, de Graciliano Ramos: a cena do cinturão. Na entrevista concedida à revista *Getúlio*, em 2010, Luiz Mendes nos fala: “Meu pai me prendeu a vida toda, tinha uma pegada violenta, posso falar isso, pois apanhei muito. ‘Vai buscar o cinturão para a gente conversar.’ Quando ouvia isso: *pimba!* Fugia para a cidade” (MENDES, 2010, p. 54). Em *Infância*, defrontamo-nos com um capítulo intitulado “Um cinturão”, no qual o narrador-protagonista sofre as mesmas ameaças que Luiz Mendes vivenciou, em virtude de seu pai ter perdido um cinturão e, logo, ter colocado a culpa no filho. Vejamos esta cena:

O homem não me perguntava se eu tinha guardado a miserável correia: ordenava que a entregasse imediatamente. Os seus gritos me entravam na cabeça, nunca ninguém se esgoelou de semelhante maneira. Onde estava o cinturão? Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate-me forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperra, a vista escurece, uma cólera doida adormecidas cá dentro. **A horrível sensação de que me furam os tímpanos com pontas de ferro.** (RAMOS, 2015, p. 35, grifos nossos).

A diferença entre Graciliano e Mendes está na intensidade e na escolha das palavras utilizadas. Graciliano é muito mais incisivo e mais enfático do que Mendes em sua entrevista. Luiz Mendes apenas menciona o acontecimento (haja vista o fato de ser uma entrevista informal); já Graciliano, ao elaborar seu texto, lança mão de palavras cruas, secas. É o que vemos em “A horrível sensação de que me furam os tímpanos com pontas de ferro.” (RAMOS, 2015, p. 35)

Importa ressaltar que, apesar de os dois serem livros que (re)constroem infâncias marcadas pela violência, em *Infância*, a violência faz parte da dinâmica das relações familiares (“era natural”); no caso de *Memórias de um sobrevivente*, a violência é também motivada pela bebida. Logo, no segundo livro, as memórias do narrador são atravessadas, de ponta a ponta, pela violência.

Como o pai de Mendes, além de embriagar-se com frequência, estava constantemente desempregado, a família contava com a ajuda da avó materna do garoto. E Dona Eida, mãe de

Mendes, se esforçava até altas horas da noite, em sua máquina de costura, para ajudar a família. Ainda que o núcleo familiar se mantivesse com a ajuda da avó, o narrador afirma, com relação aos seus sentimentos por ela: “Acho que eu não sabia amar, ou amava de forma diferente.” (MENDES, 2001, p. 17). Neste momento, já observamos uma “confissão” de Mendes referente à incapacidade de amar o outro. Entretanto, logo depois que Mendes afirma não saber amar a avó materna, ele diz: “Apesar de tudo, eu amava aquele meu rude pai, apesar de odiá-lo também. Vivia atrás dele, quando sabia que estava sóbrio (o que era raro). Ele era até certo ponto, um herói para mim.” (MENDES, 2001, p. 17). Aqui, verificamos um movimento contraditório no posicionamento do personagem principal em relação à avó materna e ao pai, dado que ele não conseguia amar a avó, que lhe dava brinquedos e dinheiro, porém amava o pai, que o maltratava. Esse posicionamento, que estamos chamando de ambíguo, vai se mostrar em outros momentos da narrativa, como pretendemos evidenciar.

Mendes tinha grande carinho pela mãe: “Eu e dona Eida éramos muito apegados. Sentíamos que, na verdade, só tínhamos um ao outro no mundo.” (MENDES, 2001, p. 19). Dona Eida escondia muitas das “traquinagens” do filho, porque sabia que, se o pai do menino os descobrisse, haveria mais uma cena de violência em casa. Nessa passagem do livro, lembramo-nos de uma composição de Chico Buarque, intitulada “O meu guri”, na qual o garoto faz pequenos furtos, leva-os para casa, e a mãe se coloca em uma posição de cegueira em relação às atitudes do filho, como é possível verificar nos segmentos a seguir da canção:

Chega no morro com o carregamento
Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos tá um horror
Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo, olho pro lado
E o danado já foi trabalhar, olha aí. (HOLANDA, 1981).

A composição de Chico Buarque, assim como *Memórias de um sobrevivente*, compõe a figura de uma mãe que, por amor, tenta proteger o filho, ainda que “seu rebento” esteja trilhando um caminho que leva ao crime. Na canção, o “danado que já foi trabalhar” termina morto em um matagal; já no livro de Luiz Alberto Mendes, o garoto acaba por se transformar em um homem que, na prisão, entra em contato com a literatura canônica, e, a partir desse promissor e fértil “encontro”, reflete sobre as próprias atitudes e termina por (re)construí-las em seu livro; ou seja, Mendes tem uma oportunidade à qual o menino da canção de Chico Buarque não tem acesso.

Adiantamos, neste espaço, que Mendes entra em contato com a literatura canônica a partir do momento em que, na cela forte – uma espécie de solitária –, conversa com outros

prisioneiros através do encanamento do vaso (conhecido como “boi”). Quando sai do castigo da cela forte, o narrador recebe de presente vários livros de literatura e de filosofia do amigo Henrique Moreno, que conheceu nas conversas solitárias. Tal contato e tal encantamento com a literatura serão estudados no último subcapítulo deste trabalho.

Outro aspecto a ser ressaltado nas *Memórias de um sobrevivente* é o modo como Mendes elabora uma imagem de si pautada pela condição de vítima, o que pode ser observado nessa passagem em que o narrador relembra as ocasiões em que sua mãe demorava a buscá-lo na creche: “Muitas vezes minha mãe se atrasava, era longe de casa a creche, eu me desesperava. Ficava ali no portão chorando, sentindo-me miseravelmente abandonado.” (MENDES, 2001, p. 20). Salientamos que o narrador poderia dizer “apenas” que se sentia abandonado, mas não titubeia em enfatizar tal abandono com o advérbio “miseravelmente”.

Esse posicionamento que estamos caracterizando como “vitimização” ou “autocomiseração”, Mendes também demonstra no conto intitulado “Cela forte”, escrito com base no confinamento em uma cela, por meses, isolado, conforme podemos observar na seguinte passagem do conto: “– Pô, meu, cê tá azul de frio! / Em seus olhos havia uma piedade profunda, quase chorava ao me olhar. Também quase chorei de dó de mim mesmo.” (MENDES, 2005, p. 115).

É importante salientar que o modo como Luiz Alberto Mendes relembra a mesma cena, na entrevista à revista *Getúlio*, em 2010, é diferente do modo como o narrador do conto “Cela forte” e o narrador de *Memórias de um sobrevivente* se posicionam, diante da realidade do cárcere, diante da dor. Vejamos um trecho da entrevista, em que Mendes afirma:

Nunca falei que era coitado ou inocente. Meu pai se enchia de pinga e chegava em casa querendo brigar, acordava de ressaca procurando motivo para bater. Minha mãe costurava e trabalhava de faxineira para sustentar a casa. A gente poderia ter tido um futuro legal, mas ele desgraçou tudo. Morreu há quinze anos, de tanto beber. Não ficou nenhum sentimento. Meu pai tem responsabilidade, porque tem mesmo, mas **tudo o que me aconteceu na vida foi culpa minha, quis ser bandido, assaltar ou roubar e zoar.** Aos 7 anos, quando entrei para a escola, me tornei o diabo. De menino santo virei diabo [*Risos*]. (MENDES, 2010, p. 53, grifos nossos)

Enquanto o narrador do conto “Cela forte” e o das *Memórias de um sobrevivente* revelam, muitas vezes, um sentimento de autocomplacência, o escritor Luiz Alberto Mendes Jr. (como se nomeia na entrevista à *Getúlio*) se posiciona de forma peremptória, declarando que sua prisão é o resultado de seus atos perversos, renunciando, assim, aos adjetivos “coitado” e “inocente”.

Em outra cena de *Memórias de um sobrevivente*, o narrador-protagonista, no caminho para a escola, vê, na vitrine de uma loja, o que ele julga ser uma arma; ele para, então, com o fito de admirar o objeto: “Fiquei namorando aquela arma qual fosse o mais belo brinquedo do

mundo” (MENDES, 2001, p. 23), e diz aos colegas: ““Quer apostar que passo por trás dessa vitrine e roubo aquela arma?”, falei de brincado, como qualquer menino que fantasia poder fazer coisas impossíveis, como voar, por exemplo.” (MENDES, 2001, p. 23). Ao (re)criar esta cena, o narrador comenta o seu próprio gesto no passado, que teria sido o da “bravata”: o narrador a naturaliza, avaliando-a como a manifestação de uma fantasia de qualquer menino. No desdobramento da cena, o garoto é posto em descrédito pelos colegas ao dizer que roubaria a arma da vitrine, e, por isso, comete o roubo, mas se decepçiona, uma vez que não se tratava de uma arma, mas de um isqueiro antigo com o formato de uma pequena pistola. Com essa atitude, Mendes “Já era respeitado na rua pelos outros garotos como um sujeito com quem não se podia mexer sem receber o troco. Criara essa imagem, cuidadosamente. Depois dessa façanha, o respeito cresceu enorme. E isso era tudo o que eu queria: ser famoso e temido.” (MENDES, 2001, p. 23). Observamos, neste trecho, um outro traço da imagem de si mesmo “menino” que o narrador vai elaborando: a imagem de um garoto que busca seguir os passos do Bandido da Luz Vermelha⁴, homem pelo qual o menino tinha veneração.

Depois da mencionada “façanha”, Mendes e seu amigo Renato começaram a roubar fios de eletricidade. Logo depois, eles queimavam o revestimento dos fios e os vendiam no depósito de ferro-velho. O garoto não podia ver nenhum material de cobre, metal ou alumínio: de imediato, transformava-os em dinheiro, sem se importar com o local onde estavam aqueles materiais.

A mãe de Mendes descobriu, na gaveta do filho, o isqueiro roubado, e o fez devolver o objeto à relojoaria. O narrador-protagonista, em uma brevíssima avaliação de sua atitude, reflete: “Aquilo me matou de vergonha! Mas, no fundo, me senti **apenas** aliviado. Havia encenado bastante, fora fácil escapar daquela; eu já não tinha vergonha na cara.” (MENDES, 2001, p. 24, grifos nossos). Como podemos observar no uso da palavra “apenas”, e nos atos que relembra, o narrador-protagonista avalia que, ainda criança, já havia se inserido no mundo da criminalidade.

Apesar de Mendes ter frequentado a escola “na marra” – em suas próprias palavras –, ele consegue concluir o curso primário com dez anos de idade e ganha um presente do pai: uma bicicleta. Ainda assim, uma das imagens construídas de si é esta: “Jamais aprendi a conquistar as pessoas. Sempre fui um fracasso nessa arte.” (MENDES, 2001, p. 26). Nesse

⁴ João Acácio Pereira da Costa, popularmente conhecido como “Bandido da Luz Vermelha” foi um criminoso popular, que teve sua prisão decretada no dia 08 de agosto de 1967 na cidade de Curitiba depois de a polícia descobrir que ele vivia sob a identidade falsa de Roberto da Silva. João Acácio confessou 4 crimes que lhe renderam uma pena de 351 anos, 9 meses e três dias de prisão. Após cumprir os 30 anos previstos em lei, obteve sua liberdade no dia 26 de agosto de 1997, retornando para a cidade de Joinville, onde nasceu. Seu codinome se deve ao fato de o detento ter uma obsessão por vestir roupas vermelhas.

“ângulo” da imagem do “menino” construída pelo narrador, observamos que o narrador faz de si mesmo uma avaliação depreciativa, marcada pela autocomiseração.

O narrador-protagonista relembra que, aos dez anos, iniciou o ginásio em uma escola particular cujas mensalidades eram pagas por tia Ercy, mas faltava às aulas, com frequência, para assistir a filmes de um cinema que ficava localizado em frente à escola e para pescar numa lagoa próxima. O dinheiro para todo esse lazer vinha dos “assaltos” ao bolso do pai, das vendas dos metais roubados e de pequenos furtos. O narrador avalia: “Aos dez anos já era um ladrãozinho bastante bem-sucedido e oportunista.” (MENDES, 2001, p. 30).

Aos onze anos, Mendes já comprava suas relações com as meninas. A respeito desse aspecto de seu comportamento, o narrador declara: “Não sabia conquistar amigos. Sentia-me desinteressante e tinha a impressão de que ninguém ligava para mim. Julgava-me diferente dos outros, e para pior. Pagava as contas para que ficassem comigo e para ser diferenciado para melhor.” (MENDES, 2001, p. 31). Nesta passagem, observamos, mais uma vez, a composição de uma imagem de si, como menino, marcada pela autodepreciação. Ou seja, na avaliação do narrador, o “menino” se reconhecia como incapaz de estabelecer relações afetivas com os outros. Ao rever-se menino, o narrador compõe uma imagem marcada pela ambiguidade – e por isso mesmo, mais complexa –, no sentido de que o narrador ora enfatiza o seu comportamento violento contra a sociedade, ora a sua condição de vítima dessa mesma sociedade. Essa ambiguidade é característica da escrita de Mendes, mas não é encontrada na escrita de outros presidiários. Valemo-nos das palavras de Maria Rita Sigaud Palmeira, que estudou quatro autobiografias prisionais; para a pesquisadora, em *Memórias de um sobrevivente*, não há a tentativa de negação dos crimes cometidos, nem da justificativa deles, ao contrário, o narrador associa seus crimes à busca pela felicidade a qual tinha, para ele, estreita relação com a necessidade de consumo.

Prosseguindo em seu relato linear, o narrador assinala que, na adolescência, a necessidade de dinheiro aumentou radicalmente, tanto que o rapaz furtava a tia, a avó, a mãe, o pai e os vizinhos. Segundo o narrador-protagonista, era uma compulsão: ele precisava de dinheiro. O jovem começa, por orientação dos próprios pais, a frequentar uma escola noturna para poder trabalhar, durante o dia, e ter, dessa forma, seus próprios recursos. Entretanto, Mendes continuava faltando à escola, pois sentia o desejo de ter liberdade, de ganhar a rua, à noite, com seus “colegas”. Ele era fascinado, diz o narrador, pelas luzes noturnas da cidade de São Paulo – fascínio que o memorialista vai enfatizar em seu relato: “As luzes da cidade, as cores, as vitrines, as pessoas, tudo me enchia de vontade de fazer parte daquilo, daquela vida.”

(MENDES, 2001, p. 32). Por fim, devido ao excesso de faltas e às mensalidades não pagas, o garoto foi expulso da escola.

Cabe aqui um parêntese: essa fascinação e encantamento do narrador, quando criança, pelas luzes noturnas da cidade de São Paulo nos remete a uma cena de *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, em que os meninos de rua, também crianças, visitam o carrossel de Nhozinho França. O capítulo é belo e se chama “As luzes do carrossel”. Os meninos que compõem o grupo de Pedro Bala ficam extremamente seduzidos pelas luzes do brinquedo infantil e, com isso, a máscara de indivíduos que agem fora da lei cai, nem que seja por um momento. Convidamos o leitor a observar essa passagem de *Capitães da Areia* no fragmento a seguir:

(...) - Que ver uma coisa bonita?

Todos queriam. O sertanejo trepou no carrossel, deu corda na pianola e começou a música de uma valsa antiga. O rosto sombrio de Volta Seca se abria num sorriso. Espiava a pianola, espiava os meninos envoltos em alegria. Escutavam religiosamente aquela música que saía do bojo do carrossel na magia da noite da cidade da Bahia só para os ouvidos aventureiros e pobres dos Capitães da Areia. Todos estavam silenciosos. Um operário que vinha pela rua, vendo a aglomeração de meninos na praça, veio para o lado deles. E ficou também parado, escutando a velha música. Então a luz da lua se estendeu sobre todos, as estrelas brilharam ainda mais no céu, o mar ficou de todo manso (talvez que Iemanjá tivesse vindo também ouvir a música) e a cidade era como que um grande carrossel onde giravam em invisíveis cavalos os Capitães da Areia. Neste momento de música eles sentiram-se irmãos porque eram todos eles sem carinho e sem conforto e agora tinham o carinho e conforto da música. Volta Seca não pensava com certeza em Lampião neste momento. Pedro Bala não pensava em ser um dia o chefe de todos os malandros da cidade. O Sem-Pernas em se jogar no mar, onde os sonhos são todos belos. Porque a música saía do bojo do velho carrossel só para eles e para o operário que parara. E era uma valsa velha e triste, já esquecida por todos os homens da cidade. (AMADO, 2008, p.68)

Conforme podemos ver no segmento acima, os meninos que compunham os Capitães da Areia cometiam suas faltas à medida que roubavam as pessoas, sendo vistos pelas senhoras religiosas da cidade da Bahia como ladrões. Entretanto, o fragmento nos revela que eles não passavam de crianças rebeldes, de crianças sofridas, de crianças “machucadas”. O narrador de *Capitães da Areia* narra em terceira pessoa os episódios dos quais os meninos são protagonistas, mas é uma terceira pessoa que, em alguns momentos, revela o ponto de vista dos garotos, seus sentimentos, suas emoções. O romance *Capitães da Areia* traz como protagonistas um grupo de meninos que cometem atos ilícitos, chefiados por Pedro Bala. Trata-se de um texto literário. Por outro lado, *Memórias de um sobrevivente* é narrado em primeira pessoa e, por isso, nos revela o mundo da criminalidade sob o ponto de vista do narrador, que, gradativamente, se tornara um “criminoso”. Além disso, acreditamos que *Memórias de um sobrevivente*, assim como *Memórias do cárcere*, são exemplos de narrativas

memorialísticas, até porque, no título, apresentam o vocábulo “memórias”, que não deixa de ser um índice para uma escrita de si.

Retornando à narrativa de Mendes, o narrador relembra que, certa vez, roubou todo o dinheiro que havia em sua casa para se vestir com a melhor roupa: usando pela primeira vez uma camisa de náilon, fugiu para o centro da cidade de São Paulo. Lá, Mendes dormia debaixo de marquises, dentro de carros velhos estacionados ou em jardins. Quando o dinheiro acabou, ele não podia voltar para casa com receio da surra que levaria do pai. E, embora já tivesse doze anos, parecia ser mais novo.

O garoto vivia sujo pelas ruas da cidade de São Paulo, até ser recolhido pela polícia, que o levou ao Juizado de Menores, onde ficou junto a outras crianças sujas e maltrapilhas, em sua maioria crianças pretas. Depois, foi recolhido, com outros meninos de rua, no SAT (Serviço de Assistência e Triagem), lugar em que ficavam os meninos de rua com menos de quatorze anos, garotos que viviam de pequenos roubos na cidade.

Ao (re)construir sua permanência no SAT, Mendes diz que logo fez amizade com outros meninos, como o Chepa, que mais tarde seria um “superbandido”. Em uma primeira tentativa de fuga frustrada, os garotos maiores bateram muito em Mendes, fazendo-o desmaiar. Ao (re)compor a cena, Mendes ressalta que, quando era espancado pelos meninos maiores, os funcionários do SAT riam, demonstrando prazer em assistir àquela demonstração de violência. Como o segredo, no SAT, era não denunciar, os funcionários, no dia seguinte, trataram Mendes bem e lhe deram doces.

Luiz Mendes relembra que, quando saiu do SAT, pôde rever sua mãe, que propôs que seu filho ficasse na casa de dona Cida (conhecida da família), com os seis filhos dela. No início, o garoto se comportou, brincando com as outras crianças; mas, posteriormente, começou a frequentar um local chamado “boca-do-lixo”, onde havia mulheres em trajes sumários.

Continuando a (re)compor a sua trajetória, o memorialista relembra que, com treze anos, desistiu de frequentar a escola, tendo começado a trabalhar no escritório de seu Júlio: Mendes limpava o escritório pela manhã e depois fazia o serviço bancário na Vila e no centro da cidade. O garoto ficou decepcionado ao receber o primeiro salário: a metade de um salário-mínimo, com o qual sua mãe ficou dado que seu pai estava desempregado.

Nesse momento, Mendes começou a observar como seu Júlio abria o cofre. Depois, todos os dias, passou a abrir o cofre e pegar uma determinada quantia de dinheiro, que era usado em festas, em almoços em restaurantes caros, em viagens de táxi e na “boca-do-lixo”. Mendes roubava não só o cofre de seu Júlio, mas também seus maços de cigarro. Depois de

relembrar a primeira experiência sexual frustrada com uma mulher, Luiz Mendes afirma que, à época, estava viciado em dinheiro: “Quanto mais dinheiro tinha, mais gastava” (MENDES, 2001, p.43). Também naquele período, Mendes começou a fumar maconha. Ao avaliar aquela fase de sua “vida”, o memorialista diz: “Não havia uma ideia de roubo em mim, era mais como uma peraltice, um brinquedo. Eu pegava, não roubava.” (MENDES, 2001, p. 43). Descoberto, o garoto foi despedido e apanhou bastante do pai. Neste ponto, vale salientar que esta reconstituição, aqui feita, das diversas experiências de Mendes na etapa da pré-adolescência e adolescência procura destacar, não só o modo minucioso como o narrador vai desenhando o seu passado, mas também as motivações – externas, como a sedução exercida pela cidade, e internas, como o medo da violência do pai – arroladas pelo memorialista para a sua entrada no mundo da criminalidade. No fragmento do livro transcrito há pouco, é possível perceber que a imagem do adolescente, elaborada pelo narrador, pode demonstrar, por vezes, uma avaliação de si mesmo pautada numa certa “inocência” diante de suas atitudes. Segundo Seligmann-Silva, tal imagem de inocência constitui uma autoencenação apresentada por Mendes como alguém pequeno e fraco: sendo assim, a fortaleza do protagonista é duramente conquistada, em grande parte, devido à astúcia e ao uso de armas. Neste sentido, ao ressaltar seu medo e sua fragilidade – principalmente diante do brutal aparato de polícia –, o protagonista também gera um apelo à piedade do leitor.

O segundo emprego de Mendes foi um trabalho como *office-boy* numa loja na avenida Liberdade. Ele fazia o serviço de rua do escritório, lidando com cobranças bancárias e depósitos. Mendes destaca que, naquela fase, estava interessado em namoradas e em roupas bonitas e da moda – como calças boca-de-sino, jaqueta três-quartos, camisa com gola olímpica e salto-carrapeta –, que davam *status* social. Inserindo, portanto, suas vivências em uma moldura histórica, cultural e social, Mendes assinala que era fã de Elvis Presley, de Roberto Carlos e da grife Calhambeque, lançada pelo cantor, assim como era fã do Bandido da Luz Vermelha e do Bando do Fusca, destaques dos noticiários policiais. O garoto, diz o narrador, admirava os assaltantes de banco que começavam a surgir em São Paulo, julgando-os corajosos.

Prosseguindo na (re)constituição de sua trajetória, Mendes recorda que, no segundo emprego, fazia depósitos em bancos, passando por suas mãos valores cada vez maiores, até o dia em que decidiu fugir com o dinheiro da empresa. Dirigiu-se, em seguida, a várias lojas, cujas vitrines ele já “namorava”, tendo comprado uma calça de helanca, jaqueta três-quartos e outros acessórios da moda. Com outro adolescente, o Quinha, o jovem viajou de táxi de São Paulo para o Rio de Janeiro, lugar onde teve seu primeiro orgasmo com uma prostituta. Esse

percurso recriado por Mendes destaca o comportamento compulsivo do personagem: sua compulsão pelo dinheiro e pelo roubo leva-o sempre a, diante das oportunidades de trabalho digno, terminar por sabotá-las com seus atos ilícitos.

Ao retornar de táxi para São Paulo, o adolescente descobre que estava sendo procurado pela polícia. Junta-se, então, a Saci, um adolescente que conhecera no SAT, e lhe conta a “façanha” do roubo da loja: “Para eles, eu já era malandro (e esse era um título que eu queria muito), sujeito esperto a ser respeitado. Adorei o jeito reverente como me tratavam! (...) Quis fumar um baseado (...)”. (MENDES, 2001, p. 49). O memorialista traça, assim, com seu relato, o percurso de um “criminoso”, chamando a atenção para o prazer do adolescente ao ser reconhecido como malandro, categoria que lhe proporcionava o respeito dos colegas, intensificando a sua satisfação.

Abrindo um parêntese, é imprescindível explorar a condição de malandro, que é tão recorrente na literatura e na cultura brasileira. Para isso, vale a pena nos remetermos ao texto “Dialética da Malandragem”, de Antonio Candido, que analisa o primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira – Leonardo filho, do romance *Memórias de um sargento de milícias*. Segundo Candido, Leonardo filho se assemelha a vários heróis das histórias populares e folclóricas, sendo amável e risonho, espontâneo nos atos e estreitamente aderente aos fatos, que o vão rolando pela vida; ainda, o personagem da obra de Manuel Antônio de Almeida se trata de um títere, esvaziado de lastro psicológico e caracterizado apenas pelos solavancos do enredo, vivendo um pouco ao sabor da sorte, sem plano de reflexão. Depois do personagem Leonardo Filho, outro malandro que, para Candido, seria elevado à categoria de símbolo, por Mário de Andrade, é Macunaíma. Esse conceito de malandro foi se modificando. Na literatura mais recente, João Antônio, em seu conto “Malagueta, Perus e Bacanaço”, traz três personagens que podem ser caracterizados como malandros por ludibriarem os jogadores nos “muquifos”. Conforme o estudioso Manoel Freire, o malandro do livro de João Antônio é representativo da esfera da desordem, uma vez que sobrevive quase que somente por meio de atividades marginais, geralmente ilícitas. Nos contos de João Antônio, segundo Freire, a malandragem está intimamente vinculada ao universo marginal, de modo que a experiência da marginalidade potencializa no sujeito o aprendizado da “arte da malandragem”, que funciona como estratégia de sobrevivência dos marginalizados.

Quanto ao narrador de *Memórias de um sobrevivente*, podemos dizer que ele constrói uma imagem de si mesmo, quando adolescente, que se aproxima, em nossa opinião, do malandro que comparece nos contos de João Antônio, dado que o rapaz queria ser um

malandro para ser ovacionado pelos outros menores, encenando-se como um malandro que buscava ter o respeito dos outros malandros com quem convivia.

Retornando à narrativa de *Memórias de um sobrevivente*, unido a Saci, Mendes conhece mais uma espécie de droga, a Instilaza. (Re)criando esta etapa de sua adolescência, o memorialista assinala que gastava todo o seu dinheiro pagando refrigerantes e sanduíches para os colegas e para as garotas que se aproximavam em troca de bebidas e drogas. Cabe aqui outro parêntese sobre os anos 60 – período no qual, em vários países, se vivia uma época de plena revolução social, sexual e comportamental. De acordo com o narrador de *Memórias de um sobrevivente*, sua juventude foi influenciada por essas revoluções características dos anos 60. Foi nos anos 60, por exemplo, que surgiu a pílula anticoncepcional, possibilitando o sexo sem compromisso, vivenciado de forma livre.

O quadro que vai sendo traçado pelo narrador ganha mais um episódio: em uma noite, Mendes e Saci foram surpreendidos por policiais, que os abordaram, bateram neles e levaram todo o dinheiro de Mendes. O adolescente, então, recebeu os cuidados de Zoião, uma menina de dezesseis anos que se prostituía, e com a qual Mendes também teve uma relação marcada pela violência: o que começou muito bem terminou com “olhos roxos, bocas partidas e hematomas.” (MENDES, 2001, p. 58).

Neste ponto de nossas considerações, destacamos que, além de organizar cronologicamente o seu relato, o narrador, em *Memórias de um sobrevivente*, assume uma perspectiva onisciente. A narrativa de Mendes, como se dá no relato memorialístico tradicional, se inicia pela cena da infância e se desenvolve como uma completa “história de vida”, marcada pela exclusão e pela violência. Apresentando uma dimensão pessoal e político-social, o relato de Mendes dá testemunho das experiências que teriam sido vivenciadas pelo autor, o qual expõe – assim afirma o narrador – o que viu e sofreu, na mesma medida em que se “confessa” diante do público. No relato de Mendes, suas faltas são confessadas – os crimes e contravenções cometidos –, assim como sua fé na vida criminosa, nas suas regras e em seu estrito código de conduta, pelos quais ele se deixa torturar sem “dar com a língua nos dentes”.

A propósito, uma das regras do código de conduta dos presos, segundo Mendes, é não delatar, isto é, não denunciar, e Mendes obedecia rigorosamente a esse código de conduta: desse modo, quando era agredido pelos colegas (também menores como ele) ou quando era agredido por policiais, o jovem procurava não denunciar nem um grupo, nem outro. Na cadeia, as punições são severas para o delator, podendo, inclusive, levar à morte.

Nas ruas, Mendes sobrevivia do roubo de carteiras, tarefa em que agia com Saci. Ele não ficava sem dinheiro: ia ao centro da cidade e já retornava capitalizado. Salientamos, então, que as experiências que compõem a história de vida elaborada pelo memorialista ganham, como dissemos, uma dimensão mais ampla, compondo também o perfil – e o percurso – do criminoso de um grande centro urbano.

Em vários momentos da narrativa, o narrador ressalta que, naquela fase, ele, compulsivamente, comprava produtos e os descartava, assim como abandonava as mulheres com as quais se envolvia, a partir do momento em que não precisava mais delas para a satisfação de necessidades momentâneas:

Minha **necessidade de dinheiro** aumentava geometricamente. Queria levar as meninas ao cinema para passar a mão, dar beijinhos... **Precisava pagar sorvetes, sundae, banana-split, frapê de coco, milk-shake etc. para as garotas a fim de suborná-las para sair com elas.** (...) Com onze anos já **comprava** minhas relações. Não sabia conquistar amigos. **Sentia-me desinteressante e tinha a impressão de que ninguém ligava para mim. Julgava-me diferente dos outros, e para pior. Pagava as contas para que ficassem comigo e para ser diferenciado para melhor.** (MENDES, 2001, p.31, grifos nossos)

Na sequência textual acima, além da necessidade constante de dinheiro, podemos observar, novamente, no narrador-protagonista, um sentimento de autocomiseração, isto é, o narrador tem compaixão por si mesmo e se posiciona como um ser inferior, abandonado, como alguém que só era valorizado pelos outros quando possuía o dinheiro para “possuir” as pessoas e as relações sociais.

Na mesma entrevista concedida à revista *Getúlio*, de forma semelhante, Luiz Alberto Mendes assume aquela espécie de “cegueira” diante do dinheiro e do consumismo imediatista. Ele diz: “Não éramos bandidos, a onda era vandalismo, tomar droga, minas, velocidade. Roubávamos hoje para gastar amanhã. (...)” (MENDES, 2010, p. 54). Ou seja, na entrevista, Mendes afirma que eles roubavam e consumiam drogas e meninas sem pensar no tempo futuro: para eles, apenas existia o tempo “presente”, do “aqui” e do “agora”.

E, em mais uma passagem do livro, verificamos esse relacionamento fortuito do jovem com os “amigos”, com as roupas e com as mulheres:

Nessa época também comecei a fumar maconha. Era bem caro. Havia um sujeito da turma da rua de cima que vendia para os rapazes. Eu comprava através de Benê e Dirceu. Fumava com eles. Ficava cheio de fome e rindo à toa. Às vezes ficava parado, sentindo uma sonolência terrível. A maconha também era status em nosso meio. **Eu era aceito pelos rapazes porque eles jamais tinham dinheiro, e eu sempre tinha e financiava tudo. Desde droga até roupas e prostitutas.** (MENDES, 2001, p. 43, grifos nossos).

Como podemos observar, as relações sociais de Luiz Mendes eram “compradas” e não cultivadas, conquistadas. Dessa forma, ao figurar-se na etapa da adolescência, o narrador assinala que ele era aceito pelos colegas apenas por ter recursos financeiros. Outra passagem do livro que compõe esta autofiguração marcada pelo consumismo pode ser vista no segmento a seguir, em que o narrador procura explicar o seu comportamento a partir de sua inserção no contexto cultural dos anos 1960:

A vontade de possuir as coisas expostas nas vitrines já se instalava em meu espírito. Já gostava de roupas bonitas e da moda. Andava atrás das meninas, louco para arrumar namorada. Eram os mágicos anos 1960. As roupas ganhavam enorme importância para a juventude. As técnicas de venda estavam se sofisticando e fazendo a cabeça dos jovens, mais inocentes e despreparados. Queria usar calça boca-de-sino, jaqueta três-quartos, camisa com gola olímpica, salto-carrapeta, coisas da moda, que traduziam status social, embora esse processo ainda não fosse consciente para mim. (MENDES, 2001, p. 45).

Ainda na fase da adolescência, Mendes se une a um grupo de moleques de rua especializado em roubos de casas cujo dono viajara ou ali não se encontrava no momento do assalto. Nessa etapa da narrativa, observamos dois posicionamentos do narrador com relação às suas atitudes no passado. Em determinado momento da narrativa, ele afirma, no plural: “Éramos crianças, e tudo era brinquedo, alegria e farra para nós” (MENDES, 2001, p. 24). Posteriormente, em outra passagem do livro, o memorialista declara:

Juntei-me a eles. Éramos vândalos e da pior espécie, aquela que destrói pelo prazer de destruir. Cagávamos nas mesas das casas; cortávamos estofamentos, cortinas, quadros; quebrávamos vasos, bibelôs, estatuetas, móveis; rasgávamos tudo o que fosse papel. Sei lá por que, mas ao ver coisas bonitas, coloridas, delicadas, o instinto destruidor vinha à tona. Arrebatamos e destruimos por dentro muitas mansões e casas. Chegamos até a derrubar paredes. Andava com um canivete espanhol de mola que destruía o que aparecesse pela frente. Rasgávamos tudo o que víssemos. Adorava aquilo! Parecia haver encontrado minha família, e aquela era minha diversão favorita. Colocava toda a minha raiva, meu ódio naquela atividade destruidora. (MENDES, 2001, p. 60).

Mais uma vez, observamos, na (re)composição de si mesmo, por parte do memorialista, uma ambiguidade: ora ele constrói a imagem de uma criança ingênua que roubava como se estivesse brincando; ora, quando se revê como parte integrante de um bando de moleques, elabora uma outra imagem de si mesmo, a de um “selvagenzinho alucinado” que vivia dopado das “bolinhas” que os malandros vendiam: Preludin, Dexamil, Anorexil, Extenamina; ou, então, bêbado, “maconhado”.

Novamente, revendo-se como um “selvagem”, junto ao grupo, o narrador-protagonista afirma:

Não podíamos encontrar um bêbado sozinho (chamávamos de “balão apagado”). Às vezes, saíamos à noite a procurá-los na zona das boates. Em bando, tomávamos tudo, até roupa. Depois, massacrávamos a pontapés e pauladas. Nós os deixávamos quase mortos pelas calçadas, quando não jogávamos fluido de isqueiro e

colocávamos fogo, só para vê-los correr, e ríamos, ríamos... Eu tinha um ódio todo especial contra os bêbados, aí daquele que pegasse! (MENDES, 2001, p. 60).

No fragmento acima, o memorialista, ao (re)construir a sua trajetória pelo mundo da criminalidade, expõe ao leitor os atos perversos que cometeu no passado, vitimando pessoas que se encontravam em situação de fragilidade. Assim, no relato de Mendes, a obediência a um determinado código de conduta, baseado na violência extrema e gratuita, era fundamental no universo da malandragem, tal como esta funcionava naquela época. Nesse âmbito, entre as “regras” ressaltadas por Mendes, destacam-se: o adolescente que brigava de canivete com outro tinha de mostrar resistência, ainda que perdesse; caso contrário, seria linchado por vários adolescentes e viraria “menina” de um ou de vários rapazes. Outra regra da malandragem, como já assinalamos em parágrafos anteriores, era não “caguetar”, isto é, não entregar um colega, caso fosse preso e torturado; o “cagete” era escorraçado e evitado como se tivesse uma doença contagiosa, quando não era morto, conforme já salientamos.

Ao re(construir) essa fase de sua vida, o narrador de *Memórias de um sobrevivente* nos mostra uma diferença entre cometer atos de vandalismo sozinho ou em grupo. Mendes admite que, quando sozinho, sentia medo, tinha dificuldade para assaltar, necessitando, para tanto, do uso de drogas. Porém, quando estava com outros garotos, afirma o narrador, o jovem queria se igualar a eles ou até fazer pior do que eles, pois, segundo Mendes: “sempre queria aparecer mais” (MENDES, 2001, p. 63).

Em seu relato, Mendes também denuncia o suborno praticado por policiais que, certa vez, o prenderam, assim como ao seu amigo Bidu; os guardas bateram muito nos adolescentes, mas logo os soltaram, por serem menores de idade, e, além disso, levaram todo o dinheiro que ambos possuíam. Ao comentar essa passagem, o narrador-protagonista denuncia, pela segunda vez, a corrupção praticada por determinados policiais.

Adotando, como dissemos, uma perspectiva cronológica e linear, o narrador-protagonista se revê aos quatorze anos, quando teve um relacionamento com um homossexual, acabando por roubar todos os objetos de valor que o homem possuía, deixando-o trancado no próprio apartamento e jogando as chaves no poço do elevador, “só por maldade” (MENDES, 2001, p. 67). Em seguida, o adolescente vendeu todos os objetos roubados para o colega China, em troca de dinheiro e de uma arma.

Ao encenar a sensação experimentada diante da primeira arma, o narrador destaca o prazer por se integrar à ética do malandro, realizando também, naquele momento, o desejo da notoriedade: “Saí da boate de arma na cinta sentindo-me malandro. Meu sonho era ser malandro, daqueles que saíam nos jornais” (MENDES, 2001, p. 68). Logo em seguida, o

narrador adota uma outra perspectiva, “retratando-se” como uma criança – “Era o mais belo brinquedo que jamais possuía” (MENDES, 2001, p. 68) –, o que pode evidenciar uma oscilação entre a malandragem e a infância. Tal “oscilação” parece ser uma característica da malandragem, no sentido de que esta supõe uma certa irresponsabilidade. Orestes Barbosa, na crônica intitulada “A origem da malandragem”, de seu livro *Bambambã*, tece dois comentários acerca da figura do malandro, como verificamos nos fragmentos a seguir:

O malandro – o homem que vive misteriosamente, trabalhando a seu modo, porque malandro quer dizer esperto, sabido, e não ocioso como erradamente se supõe, sai da figura interessante do garoto de rua, de calças de suspensório de tiras de pano – moleques vendedores de bala, saltadores de papagaios e tascadores de balão a cujo bando alegre eu pertenci. (BARBOSA, 1993, p. 103).

E a malandragem, mesmo bem vestida, há de existir sempre.
Ninguém cuida da educação das crianças.
É difícil colocar um menor numa escola dessas feitas para os pobres.
A polícia arrebanha-os para a Colônia e para a Casa de Detenção que são escolas de aperfeiçoamento. (BARBOSA, 1993, p. 105).

Nos trechos acima, observamos que o malandro é alguém que é esperto e, com essa esperteza, encontra um modo de viver, modo este que pode estar fora dos padrões legais, como seria um trabalho com carteira assinada, por exemplo. Chamou-nos a atenção a opinião de Orestes Barbosa de que o malandro gosta de andar bem-vestido, pois esta afirmação condiz com a atitude do jovem Mendes, tal como reelaborado pelo narrador de *Memórias de um sobrevivente*: o rapaz apresenta uma fixação por roupas de marca, para, talvez, surpreender e conquistar as meninas e, depois, as mulheres. Orestes Barbosa faz uma crítica ao fato de as crianças pobres não conseguirem vagas em escolas públicas, o que tem como consequência imediata o “arrebanhamento” dessas crianças de rua pela polícia nas prisões da época. Uma diferença entre essas crianças e o “rapaz” encenado por Mendes pode ser encontrada no fato de que o jovem Luiz Mendes tem uma tia que lhe paga uma escola particular, mas o adolescente escolhe a vida nas ruas, não resistindo à sedução das luzes noturnas, das drogas e das prostitutas. Ou seja, o destino do jovem, em *Memórias de um sobrevivente*, é abordado como uma espécie de opção, de uma escolha feita por ele mesmo. Além disso, o narrador, em nenhum momento do relato, nega as oportunidades que teve e às quais renunciou em prol do que ele chama de liberdade – uma palavra repetida enfaticamente pelo protagonista. Ainda na mesma fase, depois de roubar a bolsa de uma mulher, o adolescente é preso por dois guardas. O narrador-protagonista compõe, então, a primeira cena de tortura do seu relato, em que o jovem Mendes, despido, leva vários choques, gritando tanto que até perde a voz. Além dos choques, os policiais usaram uma palmatória, cujo efeito é descrito minuciosa e expressivamente:

Era um estilhaçamento, desintegração da carne dos pés e dor nos ossos, qual não houvesse carne protegendo-os. Gritei, mesmo sem voz, do fundo do estômago. (...) A palmatória descia e subia, numa sucessão de dores e sensações dilacerantes que, de repente, uniam-se num estado único e insuportável de dor. (MENDES, 2001, p. 73).

As dores do corpo, enfatizadas no fragmento acima, são descritas minuciosamente em ambas as *Memórias* prisionais aqui estudadas, mas exploradas, em cada relato, de modo distinto. Nas *Memórias de um sobrevivente*, há uma descrição pormenorizada da dor física decorrente dos constantes flagelos causados ao corpo do protagonista. Já em *Memórias do cárcere*, o corpo de Graciliano sofre: as dores correspondentes às idas e voltas de um lugar para o outro, conforme se mostra em “Viagens”; os incômodos físicos causados por ter de ficar muitos dias sem banho, como acontece no porão do navio *Manaus*; e a dor do envelhecimento voluntário provocado pela prisão sem justificativa oficial.

Retomando o segmento transcrito acima, que revela as dores físicas provocadas pela prática da tortura, Mendes, em decorrência da dor física e bruta, termina por assumir o assalto ao homossexual com o qual se relacionara, delatando, além de um contraventor, o seu próprio comparsa, o Zito. Os policiais retiram Mendes do pau-de-arara e o colocam em uma cela, onde ele é ajudado por outros presos.

Tendo permanecido preso por dez dias, Mendes é encaminhado, em seguida, para o Juizado de Menores, lugar onde, mal chega, já se envolve em uma fuga, em que destranca o tornozelo e é pego pelos funcionários do alojamento, que batem nele com pedaços de pau. Depois de mais uma cena de violência, Mendes é jogado, nu, em um quarto escuro. Na reconstituição de mais um episódio em que foi vítima da violência carcerária, o memorialista chama a atenção para as reações que teria vivenciado, aproximando-as da reação de uma criança: “Estava todo quebrado, dolorido demais, querendo minha mãe. Ainda gritava por minha mãe quando me batiam, como uma criança.” (MENDES, 2001, p. 84).

Ao (re)elaborar aquela etapa de sua imersão no mundo do crime, o narrador desenha-se como um jovem que vivia sentimentos contraditórios, dividido entre o desejo da proteção materna e a sedução das ruas:

Naquele momento, eu não gostava da vida das ruas. Embora soubesse que, depois de um tempo em casa, voltaria a gostar. Era uma confusão. Minha casa, meu pai, a miséria, a falta de liberdade, o clima de guerra que havia, me sufocavam, depois de um tempo com eles. Então voava para as ruas, que me enchiam de liberdade o coração. A aventura me embriagava os sentidos. Mas, quando muito tempo longe de minha mãe, a paz, a segurança que o amor dela me trazia, a falta, me faziam querer voltar (MENDES, 2001, p. 87).

Mendes relembra que, quando retornou para casa, prometeu ao pai que voltaria a trabalhar. Com efeito, ele consegue, novamente, um emprego como *office-boy*. Naquele período, a relação do jovem com o pai mudara: um laço havia sido desfeito, pois o pai nem se interessava mais em bater no filho, nova atitude que, nas palavras do narrador, deixava o rapaz confuso, numa mistura de sentimentos que o narrador procura ressaltar, no “retrato” que faz de si mesmo. Desta vez, o narrador emprega uma expressão – “Tenho a impressão” – que relativiza a segurança e certeza com que “recorda”, de modo geral, situações, sensações e reflexões que teria experimentado:

Só não entendia uma coisa: por que não o odiava mais? Acho que porque agora não me batia. Tentei ser amigo dele. Por estranho que pareça, até amava aquele homem tão misterioso que jamais conheci. **Tenho a impressão** de que meus sentimentos por ele mudavam de minuto a minuto (MENDES, 2001, p.89, grifos nossos).

Como *office-boy*, Mendes trabalha por três meses para um grupo de chineses dos quais não gostava, até chegar o momento em que a história se repete: o garoto se esconde em um armário e rouba todo o dinheiro que havia no cofre dos chineses. A primeira atitude que toma é a de correr às lojas para comprar roupas que vinha observando há dias. Depois, viaja para Santos, onde morava a tia Ercy. Lá, Mendes se envolve com a prostituta Vívian, com quem mantém, assim como ocorria com Zoião, um relacionamento intensamente violento: “Joguei-a no chão, pisei, chutei, fiquei furioso, queria matá-la!” (MENDES, 2001, p. 97). Tudo isso porque Vívian o deixara para se amigar com um velho, pois ela pensava no futuro do filho pequeno.

Retornando para São Paulo e vivendo na casa de Zoião, Luiz Mendes decide visitar a mãe, em um momento no qual seu pai não estava em casa. Quando recompõe esse episódio, o memorialista figura as reflexões e autoquestionamentos que aquela visita teria provocado em sua consciência, além de “confessar” que o que o levava à contravenção e à vida nas ruas era o desejo incontrolável de ter dinheiro e fazer com ele o que quisesse – condição que o rapaz identificava com a vivência da “liberdade”:

Como sofria minha mãe por minha causa! Deu-me uma dor no coração vê-la desesperando daquele jeito, vontade de chorar, não pude me conter. Por que eu era assim louco? Estava tudo bem, de repente colocava tudo a perder. Não conseguia compreender aquilo. Sempre acabava por fazer sofrer a pessoa que mais amava no mundo. Bem que eu poderia suportar meu pai, ela [a mãe] merecia que eu fizesse isso. Mas agora o problema já não era mais meu pai. A sede de viver livre e com dinheiro para fazer o que quisesse era avassaladora. Não conseguia controlar. (MENDES, 2001, p. 101).

Aos quinze anos, Luiz Mendes é preso novamente e encaminhado para o RPM – Recolhimento Provisório de Menores. Estava, na época, passando por uma fase difícil, pois a

polícia tinha executado Bidu, seu companheiro nos roubos a madames. No RPM, o adolescente vive mais uma cena de violência, em que um policial bate nele, várias vezes, com um fio de telefone. (Re)criando essa cena, o narrador volta a ressaltar a falta que sentia da mãe e a própria solidão: “Comecei a chorar baixinho, querendo minha mãe, sentindo a maior solidão do mundo.” (MENDES, 2001, p. 114).

Logo adiante, o narrador faz uma reflexão mais generalizadora – inserida, portanto, num âmbito mais coletivo – acerca da tortura, dizendo que esta atingia as emoções e a psiquê do torturado, diferentemente de apanhar de borracha, que causava apenas a dor física: “Tortura era uma instituição no país, praticada nos mais altos escalões da nação. **Não acreditávamos** em justiça. Quem iria se importar **conosco**?” (MENDES, 2001, p. 118, grifos nossos). Também uma atitude semelhante à do memorialista Graciliano a partir do momento em que lança mão da primeira pessoa do plural.

Assim como, nas *Memórias do cárcere*, Graciliano Ramos foi picado por terríveis percevejos, Mendes, no RPM, sofreu com as muquiranas – bicho de muitas patas, que corre rápido e se camufla nas roupas. De acordo com o memorialista, as picadas das muquiranas coçavam tanto que dilaceravam a pele, de tanto arranhá-la.

O livro *Memórias de um sobrevivente* também revela o sofrimento da família do preso enquanto ele está detido, como podemos observar no diálogo entre mãe e filho, em uma visita que Dona Eida faz a Luiz no RPM:

“Como você está magro, Luizinho!”
 “A vida aqui está ruim demais, por isso estou assim, mãe.”
 “O que você fez para vir parar aqui, meu filho?”
 “Fui preso com uma seringa.”
 “Será que não é pelo roubo das empresas?”
 “Acho que não.”
 “Que alívio te ver! Não sabia onde você estava, como estava, por que você faz isso comigo, meu filho?”
 “Não é a senhora, mãe. É mais com o pai. Não aguento viver com ele! E a cidade me atrai, fico louco para andar nas ruas da cidade, ser livre, ter dinheiro, comprar as coisas que gosto, comer bem, me divertir... Morri de saudades da senhora. Mas não dava para voltar para casa, o pai também não me aceitava, a senhora mesmo disse.”
 (...) (MENDES, 2001, p. 126).

Faço aqui um parêntese para dizer que, assim como Dona Eida, milhares de familiares sofrem indo visitar seus parentes na prisão. No Complexo de Gericinó, em Bangu, vejo mulheres com crianças de colo e com bolsas extremamente pesadas andando mais de um quilômetro e meio para visitar seus familiares apenados. Às vezes, são esposas, às vezes são mães, pais. Já vi uma senhora com cadeira de rodas fazer aquele trajeto extenso para visitar seu filho, ou seu neto. Também já observei, mais de uma vez, mulheres caírem no chão, por não aguentarem o peso levado, ou a bolsa (levadas por elas) arrebentar e todos os alimentos

irem para o chão. Portanto, o fragmento transcrito acima é um dos muitos que fazem do relato de Mendes uma ilustração do sofrimento dos familiares de um presidiário.

Ainda dentro do mesmo parêntese, essa cena em que a mãe visita o filho na cadeia de Mendes de certa forma dialoga com um texto de Allan dos Santos Rosa (2005) – escritor da Literatura Marginal (abordaremos o tema da Literatura Marginal no próximo subcapítulo) que tem um conto intitulado “Pérola”. O conteúdo do conto é uma mãe que faz todo um preparativo para a visita ao filho na cadeia no dia seguinte. O filho pede que ela esconda algo ilegal na vagina e, ela, mesmo temerosa, o faz, arriscando-se pelo filho. Chamou-nos a atenção a realidade apresentada no conto, que é bem semelhante à vivência das mulheres e mães que vejo visitarem seus filhos em Bangu. O conto mostra a dificuldade e a humilhação (a revista rigorosa) pela qual elas passam com os homens de preto que são os agentes da polícia; mostra também o comércio que existe em torno do presídio onde as comidas, os cigarros e outros objetos são vendidos a preços excessivamente faturados. Citemos um fragmento do conto “Pérola”, de Allan Santos Rosa:

A noite de sexta pra tantos é de balada, de TV, de samba. Pra Pérola é de trampo e expectativa. Sacola nova que semana passada a de lona arreventou. Trinta cruzeiros de nicotina. O cascalho faz falta mas deixá-lo sem guarida não rima com seu instinto. Salada de cenoura, peixe e um bolo de fubá... que é preferência dele desde pequeno. Já virou a meia-noite, o lance é dormir umas quatro horas, antes de levantar e embarrigar a pia, servir nas cumbucas de plástico e embrulhar sem miséria. Ainda decidir se tem apetite pra levar aquilo. “Como que o safado teve coragem de me pedir isso?” Deitar que amanhã é dia de sorrisos salgados, na CDPI de Osasco.

“Pronto. Embalado. Uma penca de jornal e o rango chega ainda quente. Cadê as havaianas, a saia? Os gibis que a Jocélia descolou?” No escuro, muita sacola, pouca mão, o canto do galo do grilo. E o encosto bagunçando a cabeça. “Será que eu levo?” (ROSA, 2005, p. 95)

No fragmento do conto de Allan Santos Rosa, leva-nos à reflexão o momento em que o narrador diz: “No escuro, muita sacola, pouca mão, o canto do galo do grilo”, porque a realidade prisional é exatamente assim: as mulheres levam várias sacolas reforçadas e pesadas, conforme já afirmamos. Além disso, é importante observar a hesitação da personagem do conto se leva ou não o conteúdo ilegal que seu filho solicitou. No final do conto, ela consegue passar com o objeto dentro da vagina, mesmo tendo que realizar vários agachamentos e tendo que respirar fundo – técnicas propostas pelos agentes de segurança: “A terceira abaixada e o pânico. Eletricidade bufando, chamando nas veias, no peso da respirada, na cabeça tonelada. Mas nada sai da vagina. ‘Podem levantar’. Alívio.” (ROSA, 2005, p. 98).

Retomando o percurso traçado por Mendes no seu livro, este relembra o momento em que começou a trabalhar na horta do RPM, a qual, segundo o narrador, tinha a finalidade de mascarar o modo desumano e brutal como os policiais tratavam os menores. Entre mais de

duzentos adolescentes, apenas quinze menores – vistos como privilegiados pelos demais – trabalhavam na horta: eles não recebiam pelas oito horas de trabalho e o que produziam era vendido para os funcionários. Luiz Mendes acabou por se destacar no trabalho da horta, conquistando o direito de ter seus próprios canteiros, seu enxadão e o próprio carrinho de mão. Ele trabalhou na horta por aproximadamente quatro meses, o que, na avaliação do memorialista, provocou uma pequena transformação no seu comportamento, no sentido de um comprometimento com o manuseio da terra e o orgulho pela qualidade do que produzia:

Vivia emoções indescritíveis diante da natureza sempre exuberante que nascia de minhas mãos. Criar, com meu suor, aquele montão de verduras era o máximo para mim. E os meus produtos eram sempre os melhores e mais bonitos. Zelava pelas plantas com a intenção de que superassem as outras mesmo. Lutava contra as tiriricas e doenças como fossem inimigas pessoais. (MENDES, 2001, p. 135).

Ainda no período de sua permanência no RPM, um sargento que acompanhava Mendes no trabalho agrícola aconselhou-o a, na entrevista com o psicólogo, ser o mais sincero possível, pois, dessa forma, sairia do RPM com maior facilidade. O memorialista salienta que confiou no psicólogo, relatando-lhe todos os seus atos perversos, acreditando que o especialista iria compreendê-lo e, dessa forma, ajudá-lo a conquistar a liberdade tão sonhada; mas o terapeuta atribuiu-lhe uma avaliação negativa, o que levou Mendes à proibição de sair para trabalhar e a ser transferido do RPM para a Triagem, sem nada compreender, uma vez que a Triagem era destinada a arrombadores, assaltantes, homicidas etc. Nesse local, o adolescente foi ferido em várias partes do corpo, com estilete, por outros menores, que queriam possuí-lo. Bastante machucado, Mendes, novamente, foi vítima de espancamentos, agora por parte dos guardas, que queriam que ele dissesse o nome dos adolescentes que o feriram, mas Luiz é renitente e não os denuncia, pois sabe que, caso o fizesse, sofreria, depois, retaliações. Figurando o seu estado físico e emocional naquele episódio, o narrador-protagonista enfatiza a sua condição de “menino”, indefeso e necessitado do carinho da mãe: “Massacrado, todo dolorido, querendo minha mãe, com dó de mim mesmo, fui conduzido ao médico.” (MENDES, 2001, p. 142).

Mendes esclarece que, na entrevista com o psicólogo, de apenas dez minutos, na qual ele confessou os seus crimes, o profissional o classificou como perigoso. Depois desse “enquadramento”, Luiz Mendes seria transferido da Triagem para o Instituto de Menores de Mogi-Mirim, para onde eram enviados os menores considerados de máxima periculosidade.

Vale destacar que, no que se refere, à figuração de si mesmo como um adolescente que, quando preso, se envolve em conflitos marcados pela violência física, há passagens em

que o narrador destaca a sua coragem, ao invés da vulnerabilidade afirmada em outros momentos; naquelas passagens, o jovem Mendes age com violência para defender-se de outros menores que queriam violentá-lo. Os guardas, observando o conflito entre os menores, buscaram dispersá-los, também com o uso da violência:

No xadrez o Índio, o tuberculoso, queria me comer também. Quis bater para intimidar. Reagi, trocamos socos, dentadas e pontapés. Apanhei, ele era bem maior que eu, mas bati também, e bati firme, cheio de raiva. O Hepatite não entrou, deixou que brigássemos à vontade. Na noite seguinte, me agrediu novamente, e já achando que dava para encarar, reagi com toda a violência e ódio que acumulara. Levei-o de roldão, não esperava aquela violência, bati com ele pelas paredes e camas, com uma força saída sei lá de onde. O Hepatite me pegou pelo pescoço, pelas costas, joguei-o para a frente, estava possesso, fora de mim. Rasguei a cara do Índio com as unhas e fui dando com a cabeça do Hepatite no chão para acabar com ele. Nisso os guardas invadiram a cela e me arrancaram a borrachadas de cima do Hepatite. Apanhamos os três, nas mãos e nos pés. Aguardei firme, sem chorar, como homem: dessa vez eu merecia. (...) (MENDES, 2001, p. 143-144).

Acerca da própria condição – a de um jovem delinquente aprisionado e submetido a constantes episódios de violência física –, o narrador reflete e indaga, num dos poucos momentos em que interrompe a narração (que é, em geral, contínua e linear) para fazer esse tipo de reflexão e problematização:

Certa vez, li, não sei onde, que condenava-se o rio por ser caudaloso e devastador em sua corrente, mas nada se dizia das margens que o limitavam e comprimiam, tornando-o tão violento. Era o caso ali. Queriam proteger a sociedade de nós, mas **talvez** a solução fosse nos proteger da proteção social. **Daí é para se perguntar se éramos animais, como queriam, ou se éramos animalizados, como nos faziam.** Marginais e criminosos ou “marginalizados” e “criminalizados”? O resultado se observaria no estrago, na devastação que retribuiríamos, no futuro, à sociedade. (MENDES, 2001, p. 146, grifos nossos).

O trecho acima faz pensar sobre a função do sistema penitenciário de ressocialização dos presos: a prisão é uma forma de reinserir o detento na sociedade? Com comidas que, em sua maioria, chegam azedas, com mau cheiro; com a falta frequente de água nas galerias e outras formas de humilhação, a prisão significa, de fato, ressocialização? Como diz Mendes, a prisão fabrica “animais” que, quando livres, tendem a “devolver” à sociedade o que sofreram quando estavam inseridos nela. Essas reflexões de Mendes vão ao encontro do que afirma Michel Foucault, no texto intitulado “Sobre a prisão”: “(...) sabe-se que a prisão não reforma, mas fabrica a delinquência e os delinquentes. É este o momento em que se percebem os benefícios que se pode tirar desta fabricação.” (FOUCAULT, 2010, p. 136). O filósofo afirma também que a sociedade sem delinquência foi um sonho do século XVIII, que depois acabou. Para Foucault, sem delinquência não há polícia:

O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinquente (...). Esta instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justifica senão por isto. Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada, enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse delinquentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinquentes? (FOUCAULT, 2010, p. 137-138).

Não há dúvida, portanto, de que a problematização levada a efeito por Luiz Alberto Mendes, em seu relato, vai ao encontro das considerações de Michel Foucault sobre a impossibilidade de ressocialização na prisão, diante de tantas aviltações sofridas pelo prisioneiro.

Voltando às experiências (re)compostas em *Memórias de um sobrevivente*, Mendes diz que, aos poucos, na medida em que era alvo de frequentes torturas praticadas por outros menores e pelos guardas, foi se desvencilhando da autopercepção como uma criança que precisava da proteção materna, como é possível observar no trecho abaixo:

Minha mãe jamais soube que eu fora alvo de tanta violência. Jamais contei as estiletagens, as surras, as pressões. Ela não podia saber, nem iria acreditar; era um mundo muito diverso do dela. **E eu já ia me afastando, daí por diante, da necessidade que sentia dela. Estava sofrendo e me virando por mim mesmo.** (MENDES, 2001, p. 148, grifos nossos).

Prosseguindo o seu relato, o narrador diz que, ainda quando estava na Triagem, começou a se destacar: por saber ler e escrever, num ambiente em que os outros adolescentes eram analfabetos, ele escrevia, para estes, cartas às suas mães, às suas namoradas; fazia até poesia, “para enfeitar”. Luiz ficou na Triagem por seis meses, ali tendo aprendido a odiar os guardas, por suas atitudes violentas:

Odiava os guardas. Odiava do fundo do coração. Eram nossos carrascos e torturadores, maus e impiedosos. Daí para a frente, usou farda, era meu inimigo pessoal, nem bombeiro escapava a meu ódio. Não éramos flores que cheirassem. Se não fôssemos tratados com disciplina, dificilmente seríamos mantidos ali presos ou os respeitáramos. Mas eles eram sádicos. Exageravam e tinham prazer mórbido em nos bater. (MENDES, 2001, p.150-151).

E, diante da violência dos guardas e dos outros menores, o narrador relembra que começou a unir-se a outros menores e a andar em grupos. Ou seja, na avaliação do narrador-protagonista, o jovem foi encontrando as estratégias de sobrevivência na prisão:

Já não podiam mais bater em mim em grupos. Já possuía meu grupo, e agíamos também em bloco, quando um grandão mexia com um de nós. Já usávamos pedaços de pau, pedras e estiletes nas brigas, estava me tornando um animalzinho mau, agressivo e perigoso. (MENDES, 2001, p. 150).

Transferido para Mogi-Mirim, Mendes passa pelo mesmo processo de despersonalização que Graciliano vivenciou ao chegar à Colônia Correcional: tem a cabeça raspada e é obrigado a usar uniforme (calça, camisa, calções e botas). Em Mogi-Mirim, o procedimento habitual era resolver os impasses de surpresa: “uma botinada na cara, uma estilexada nas costas, uma giletada, uma pombada (pombo-sem-asa: um tijolo embrulhado em roupa arremessado contra o oponente de surpresa), um soco etc.” (MENDES, 2001, p. 159). A vítima precisava cuidar rápido dos ferimentos, pois, se a polícia percebesse, iria averiguar e exigir que se dissesse o nome do agressor, e, como, ali também, a regra era não delatar, a vítima sofreria mais violência, sendo que, agora, militar.

Em outra passagem em que predomina a reflexão sobre o procedimento mais usual de, num tom quase que de relatório, organizar cronológica e linearmente a narrativa de suas agruras na prisão, o memorialista reflete sobre a personalidade do torturador e sobre o que ele chama de “ritual da tortura”. Segundo o narrador, um bom torturador nunca é emotivo, ele tortura desapaixonadamente. Metódicos, os guardas ultrapassavam a violência considerada corriqueira:

Havia um pico, um ponto de dor e sofrimento a ser infligido à vítima, o qual devia, ao mesmo tempo, dobrar o sujeito e transmitir exemplo saneador aos demais. Depois, o elemento era jogado em uma tina contendo água quente e sal grosso. Dessa forma queimavam-se bem todas as feridas e cortes para não infeccionar. Diziam os que passaram por essa experiência que essa era a pior parte. Que o corpo parecia pegar fogo, transformava-se em uma ferida só. (MENDES, 2001, p. 161).

Mais uma vez, o memorialista faz uma reflexão de caráter generalizador acerca da reeducação do prisioneiro no cárcere, empregando, inclusive, o verbo no presente (“Tenho certeza”), num dos raros momentos em que o narrador se “presentifica” em seu relato:

A sociedade da época, enganada, julgava que estávamos sendo reeducados. Mas estávamos era desenvolvendo, ampliando e trocando nossos conhecimentos relacionados com o crime. **Tenho certeza** de que aqueles que executavam aquele trabalho de nos manter presos, como o juiz de menores, guardas e funcionários públicos, sabiam que não estavam nos reeducando. Isso fica claro pelo fato de que a maioria de nós estava condenada a ali permanecer até completar a maioridade. (MENDES, 2001, p. 180, grifos nossos).

Além da reflexão acima sobre o ato de reeducar o menor, encontramos mais uma passagem em que Mendes critica a sociedade que, em lugar de reeducar, dando ensino e oportunidades, alimentava o ódio e o desejo de vingança nos menores: “(...) jamais houve nenhuma preocupação em nos reeducar. O Instituto era apenas uma vitrine que o Estado ditatorial mostrava para a sociedade. E esta engolia, aliviando sua consciência de comunidade culpada.” (MENDES, 2001, p.181). E Mendes ameaça e alerta: “Criava-se uma geração de

predadores que iria aterrorizar São Paulo. A maioria seria morta pela polícia em pouquíssimo tempo, mas antes disso (...).” (MENDES, 2001, p. 182). E acrescenta:

Nunca ninguém se preocupou em nos trazer uma mensagem positiva, nos transmitir valores ou discutir os nossos. Não havia nenhum movimento religioso ali, nem o padre da cidade se interessava por nós. Estávamos abandonados à nossa capacidade de produzir uma cultura nossa e à mercê de nossos sicários. A cultura que conhecíamos era a que milhares de meninos que ali sofreram nos deixaram. A cultura do oprimido que espera sua oportunidade de vingar-se. (MENDES, 2001, p. 182).

Essa cultura do oprimido à qual o narrador-protagonista faz referência vai ao encontro de uma entrevista que o escritor Luiz Alberto Mendes concedeu à revista *Revestres* (2020), entrevista intitulada “O homem reinventado”. Conforme o próprio escritor, na prisão, o que ele chama de “cultura do crime” é aperfeiçoada, dado que se coloca, em um mesmo espaço prisional, “o moleque que roubou um xampu” com o “cara que assaltou um banco, ou que sequestrou ou matou”, e depois ambos os detentos que cometeram crimes distintos ficam anos e anos esquecidos pela justiça. Logo, quando o garoto que roubou um xampu sair da prisão, ele terá aprendido com esse outro preso, que cometeu um crime bárbaro, a ser um criminoso em potencial.

Atualmente, nos presídios do Complexo Penitenciário de Bangu, a Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro atua com escolas, oferecendo Educação para Jovens e Adultos. Os alunos têm a oportunidade de estudar todas as disciplinas, de cursar o Ensino Fundamental e o Médio e, ainda, podem realizar provas de vestibular como o da Uerj, que são aplicadas dentro do presídio. Além disso, alguns detentos recebem visitas de suas famílias todas as semanas, têm direito a tratamento dentário e são assistidos por movimentos religiosos que atuam no presídio. A religião predominante é a evangélica, e há dias específicos de cultos no interior do presídio. Mas, ainda assim, o trabalho de ressocialização é muito precário, pois a maior dificuldade que os detentos enfrentam é o momento em que ganham a liberdade. A sociedade os rejeita: são impedidos de realizar um concurso público, e é difícil encontrar um emprego com carteira assinada. A maioria trabalha informalmente, vendendo balas nos trens, atuando como pedreiros, motoristas de vans etc.

Retornando ao relato de Mendes, este destaca que completou dezoito anos em maio de 1970, em Mogi-Mirim. Encerramos, então, este subcapítulo que abordou a re(constituição), pelo memorialista, de sua infância e adolescência. É importante destacar dois recursos usados pelo memorialista para re(constituir) a imagem do menino e do adolescente que se encanta pelo mundo da criminalidade, nele se inserindo: em alguns momentos dessa parte inicial do relato autobiográfico, a imagem elaborada do menino apresenta um contorno marcado pela

ambiguidade, tendo em vista que, às vezes, Luiz Mendes se posiciona como um ser destrutivo, e, em alguns momentos, até vingativo; e, em outras circunstâncias, principalmente quando se encontra privado de liberdade, representa-se como um ser frágil e dócil, que sente a necessidade do acalanto materno.

No próximo subcapítulo, analisaremos, como já foi enunciado aqui, a segunda metamorfose pela qual Luiz Mendes passa: apresentaremos como foi a vida de Mendes após sua saída de Mogi-Mirim, local que o transformou em um criminoso; e sua transformação em um ser social e sociável, a partir do momento em que entra em contato com um amigo (através do encanamento da cela forte) que lhe apresenta um outro mundo – um mundo cultural. Depois que Mendes sai da cela forte, esse detento lhe empresta vários livros de literatura e de filosofia que serão responsáveis por uma metamorfose existencial na vida do protagonista, que já não será mais um menino, e sim um homem.

Gostaríamos ainda de dizer que, atualmente, no presídio de Bangu 3, os detentos encontram várias formas de se transformarem em seres sociais e sociáveis. A principal fonte dessa mudança consiste na presença da escola que funciona dentro do presídio, oferecendo uma sala de artesanato (temos um aluno em específico que constrói belos barcos com palitos de fósforo); uma sala de vídeo, onde os alunos assistem a diversos tipos de filmes e têm acesso a vídeos do Youtube (relacionados às disciplinas) baixados pelos professores; e, ainda, a remição de pena pela leitura, que constitui um projeto no qual os alunos leem um livro por mês, e, com isso, conseguem reduzir sua pena, através da elaboração de resumos ou resenhas (dependendo do nível da turma) escritos a partir da leitura do livro selecionado.

4.2 Como o narrador (re)elabora sua transformação em um “ser social e sociável”

Aos 18 anos, Mendes alcança a maioridade e deseja, a todo custo, se libertar da prisão. Vejamos um parágrafo em que o narrador mostra como é o “modo de pensar” de alguém que cresceu na prisão:

Todos os meus parâmetros eram da prisão. Em tudo eu pensava como um preso. Estava condicionado a me defender sempre, em qualquer tempo. Sentia que o mundo e as pessoas só me prejudicaram e fizeram sofrer. Não era bem assim, mas era assim que eu via, destacava apenas o que me ferira, valorizava apenas o meu sofrimento, que se fodesse o dos outros. Imaginava não conhecer bondade nem amor. Amor para mim era sexo. Estava preparado apenas para defender e resistir. Se

me dessem uma chance, revidar com extrema violência, para matar, se facilitassem. Era aquela a educação de que as instituições do governo me dotaram. Era um produto, a ponta do iceberg. (MENDES, 2001, p. 189-190).

Ou seja, como podemos observar no fragmento acima, o narrador-protagonista, por ter vivenciado muitos momentos de violência, nas instituições para menores pelas quais passou, também se torna um ser violento, marcado pelo ódio, despido de sentimentos de “humanidade”.

Seguindo os passos da narrativa linear, Mendes consegue sua liberdade e sai de Mogi-Mirim, reagindo da seguinte forma:

(...) Meu pensamento era nunca mais roubar nem me meter em trapalhadas. Todas as ideias anteriores de revolta, assaltos, aventuras, diante da possibilidade de ser livre, sumiram como que por encanto. Agora era maior de idade. Se fosse preso, seria cadeia mesmo. Imaginava a cadeia como fosse um RPM grandão e mais cruel. Onde se matava e se morria. Tinha medo, e a liberdade me custava muito caro. Já ouvira conversas sobre a Casa de Detenção. Muitos menores davam idade de maior ao serem presos, para ir para a Casa de Detenção, com medo de serem mandados para Mogi-Mirim, caso fossem para o juizado. O que descriam era de arrepiar os cabelos. Por esse motivo e porque pretendia ter um pouco de paz, ao lado de minha mãe, estava me decidindo, **sem muita convicção**, a não roubar mais. (MENDES, 2001, p. 199, grifos nossos).

Diante do segmento textual acima, é possível dizer que, enquanto, em um momento da narrativa, o narrador-protagonista assume ter sido transformado em um ser violento devido a tudo o que vivenciara; agora, posiciona-se de forma ambígua ao afirmar que “Meu pensamento era nunca mais roubar nem me meter em trapalhadas”. No próprio parágrafo em destaque, tal ambiguidade se revela: primeiramente Mendes adverte que seu pensamento era não mais roubar, nem se envolver em confusões; porém, no final do trecho, lança mão da expressão “sem muita convicção”; isto é, estamos diante de um narrador-protagonista que, durante a narrativa, oscila, com determinada frequência, ficando dividido entre ter uma vida honesta ou se envolver com a vida criminal, afinal: “Havia o lado aventureiro, que reclamava novas aventuras, novas emoções, coisas fortes. A vontade de fumar um baseado, tomar umas bolas, bebida alcoólica era fortíssima em mim.” (MENDES, 2001, p. 199-200).

Diante das opções de ter uma vida honesta ou de se envolver com o mundo do crime, Mendes escolhe o retorno à vida criminal. Não sabemos se realmente se trata de uma “escolha”, ou de uma “opção”, dado que, conforme o próprio escritor já afirmou em uma entrevista que consta nos anexos deste trabalho, a sociedade é preconceituosa e não recebe de braços abertos um ex-presidiário; há um sentimento de medo e de rechaço diante do ex-detento. Referindo-se ao retorno à vida criminal, diante da impossibilidade de viver na

sociedade extramuros sem dinheiro (a mola propulsora daquela e desta sociedade), o narrador diz:

(...) Só que **eu não me conformava em ser apenas mais um deles**. Queria que todas aquelas garotas me pertencessem e adorava quando a rapaziada me rodeava e ficava me puxando o saco. Queria ser disputado por eles todos, o mais procurado, o mais importante e o mais querido.
Já não procurava mais documentos e muito menos emprego. **Descambava para o crime**. Procurava os batedores de carteira na cidade para juntos cometermos furtos.
(...). (MENDES, 2001, p. 220- 221, grifos nossos).

Após assaltar um transeunte, Mendes mais uma vez é preso e encaminhado para o extinto presídio da Tiradentes, antiga Casa de Detenção: “Despejaram-nos num pátio, todos sufocados, a maioria passando muito mal, vomitando e com falta de ar. (...)” (MENDES, 2001, p. 222). Mendes é solto após entrar em “acordo” com o investigador, alegando que daria dinheiro a eles, em um local marcado, quando saísse da prisão. Analisemos o posicionamento do narrador acerca desse desenlace:

Tudo aquilo era esquema, uma peça de teatro. Cada um desempenhou seu papel com perfeição. Nesse baralho de cartas marcadas, eles sabiam que eu não iria ao encontro, então ficariam com um trunfo com relação a mim, para o futuro. Eles jogavam sério, e eu sabia disso. Deram-me até dinheiro para a condução, o que pesava ainda mais contra mim. (MENDES, 2001, p. 226).

No parágrafo acima, Mendes denuncia o “acordo” negociado entre ele e os policiais. Através desse “acordo”, o narrador sairia da prisão, desde que contribuísse financeiramente. O narrador-protagonista denuncia, ainda, o dinheiro recebido pelos agentes de segurança para a condução, isto é, uma espécie de “corrupção” no interior do órgão de segurança do governo do Estado.

Ao sair da prisão, Mendes sente novamente uma intensa sensação de felicidade e o narrador, nessa passagem, enfatiza os sentimentos que o envolviam quando cometia algum ato ilícito. É importante salientar que Mendes é o único escritor-prisioneiro que se posiciona desta forma: assumindo suas atitudes. Os outros escritores sempre encontram uma justificativa para estarem presos. Vejamos as palavras do narrador, quando se refere à emoção que sentia ao agir de forma ilícita:

Havia também a aventura do roubo. Enfiar a mão em um bolso, sentir o dinheiro, trazê-lo até a mim sem que a vítima percebesse, era uma adrenalina pesada! Depois, ir contar quanto conseguira furtar era algo cheio de eletricidade e alegria. Parecido com o orgasmo. (...) (MENDES, 2001, p. 228).

Na sequência anterior, Mendes evidencia que, quando roubava, sentia um verdadeiro prazer. Parece-nos que o narrador, com suas palavras, busca convencer o leitor de que o dinheiro adquirido com o roubo justificava seus atos. Há uma comparação do ato de roubar ao

ato de ter um orgasmo, comparação que acentua a grande intensidade emotiva de Mendes quando agia.

Novamente, nas *Memórias de um sobrevivente*, temos a oportunidade de ver Mendes denunciar o suborno realizado por alguns agentes de segurança. Com relação a esse suborno, o narrador se posiciona da seguinte forma: “Eu odiava policiais, sentia-me profundamente agredido a cada tostão que me tomavam.” (MENDES, 2021, p. 228).

Vejamos mais um fragmento do texto de Mendes:

(...) Minha necessidade de dinheiro era constante, então me envolvia em várias quadrilhas. Era legal o conceito que estavam formando de mim, muitos me procuravam, e eu era considerado de confiança total. Sempre tinha várias armas, drogas de vários tipos, balas, e isso atraía malandros conceituados no crime. Aquilo, o respeito, era muito importante para mim. Era como se, finalmente, eu estivesse vencendo. (MENDES, 2001, p. 259).

No fragmento acima, o narrador salienta, de modo recorrente, sua sede insaciável pelo dinheiro e pelo poder: ele desejava ser um assaltante conceituado diante das outras quadrilhas. Esse respeito dos outros assaltantes incentivava Mendes a permanecer e a se envolver ainda mais com o mundo do crime. Mendes necessitava do olhar dos outros, da aprovação dos outros.

Em seguida, Mendes, mais uma vez, é preso por porte de arma em um bar no centro da cidade de São Paulo, sendo, mais uma vez, vítima de violência policial: “(...) após uma série de porradas e pontapés, como de praxe” (MENDES, 2001, p. 261). Posteriormente, depois de passar pela Delegacia de Vadiagem e pela Delegacia de Capturas do DEIC, Mendes é enviado à Casa de Detenção, onde sofre um processo de desumanização próprio de quem é prisioneiro: “Raspavam nossa cabeça, tomaram nossas roupas e nos deram calças bege. Só sapatos, cuecas e camisas podiam ser à paisana.” (MENDES, 2001, p. 264). O narrador relata, então, as condições em que, como prisioneiro, vivia, como podemos verificar na sequência textual a seguir:

(...) Passei três dias de cão ali, todos fazendo necessidades na frente de todos, alimentando-se em pratos sujos, um fedor de suor azedo impregnava tudo. Ocorreram várias brigas, o que era pior, pois caíam uns por cima dos outros, ninguém estava se aguentando nos nervos ali. **Depois de cinco dias naquele sufoco desumano, fomos distribuídos para os xadrezes comuns.** (...). (MENDES, 2001, p. 266-267, grifos nossos).

Relembrando a nova prisão para a qual foi transferido, o narrador denuncia o problema da superlotação nas prisões, como podemos observar: “**Éramos uns setenta, oitenta presos, em um xadrez de três por três. Não dava para sentar, todos falavam e fumavam ao**

mesmo tempo. Aquilo sabia a inferno, sentia tontura, dor de estômago, dor de cabeça, estava virando um bagaço.” (MENDES, 2001, p. 272, grifos nossos).

O fragmento da narrativa de Mendes ao qual nos referimos no parágrafo anterior induz-nos a uma reflexão acerca do tema da superlotação nas prisões brasileiras. Em relação à superlotação, em uma reportagem⁵ de José Carlos Oliveira, que consta no site da Câmara dos Deputados de 22 de setembro de 2021, dados do Depen (Departamento Penitenciário Nacional) – um órgão do Ministério da Justiça – informam que o total de presos no país é de 811 mil pessoas. Das 1381 unidades prisionais, 997 têm mais de 100% da capacidade ocupada e outras 276 estão com ocupação superior a 200%.

Vale a pena dizer, junto à pesquisadora em antropologia Juliana Borges (2019), que, além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Juliana Borges adverte que tanto o cárcere quanto o pós-encarceramento significam a morte social desses indivíduos que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. As prisões, para a estudiosa, dependem da violência para funcionarem e semelhante contexto de intensa violência corrobora o ambiente perverso de relacionamentos abusivos.

Após realizarmos uma breve reflexão sobre a superlotação e suas consequências para o indivíduo privado de liberdade, suscitada pelas *Memórias* de Luiz Alberto Mendes, retornemos à narrativa: o juiz concede o alvará de soltura a Mendes, desde que este consiga um emprego, com carteira assinada, no período de trinta dias. No momento em que Luiz consegue a liberdade, novamente, vemos seu encanto pelas luzes noturnas nos seguintes trechos: "Saí e nem olhei para trás, fui me perdendo na noite estrelada, louco de alegria e felicidade. Não havia felicidade maior do que estar livre. (...)" (MENDES, 2001, p. 280-281); e "(...) A noite me inebriava, meu coração abria-se ao mundo, comunicando a alegria selvagem de estar novamente naquelas calçadas. Aqueles carros, aquelas luzes, tudo era tão bonito..." (MENDES, 2001, p. 282).

Mendes, em um assalto à mão armada, é linchado por populares, sendo preso e indo parar na delegacia, sendo conduzido, posteriormente, até o presídio da avenida Tiradentes – lugar onde é torturado barbaramente pelos agentes de segurança, repetindo-se a mesma cena:

⁵ O site onde encontramos a reportagem acerca da superlotação prisional e da tortura no Brasil é o seguinte: [http://www.camara.leg.br/noticias/809067-onu-ve-tortura-em-presidios-como-problema-estrutural-do-brasil/#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%2085%25%20das%20unidades,7%25%20de%20mulheres%20trans\),](http://www.camara.leg.br/noticias/809067-onu-ve-tortura-em-presidios-como-problema-estrutural-do-brasil/#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%2085%25%20das%20unidades,7%25%20de%20mulheres%20trans),) (Acesso em 28 de nov. de 2022)

Mendes recebe a liberdade, os policiais lhe dão dinheiro para a condução, sob a condição de que ele, em um período de três dias, lhes trouxesse dinheiro.

Referindo-se a tais experiências, o narrador autotitula-se como um bandido perverso, em detrimento das “punições” que vivenciara no cárcere, conforme podemos observar no fragmento a seguir:

Nos últimos tempos, minha cabeça mudara muito. Tinha a ver com tudo o que vivera nas prisões. **Estava mais calculista, mais violento, prepotente, mais duro e até cruel. Já pouca coisa me importava. Já não me preocupava se tivesse que atirar em alguém. Atiraria agora, sem vacilar.** Achava que personificava o crime. Havia optado definitivamente. Conseguira me transformar em um bandido, colocava-me na postura de um assaltante perigoso e procurava divulgar essa imagem.

Vestia-me, caminhava e falava como um homem com poder de vida e morte. As armas eram quase extensão de meus braços, até ao banheiro ia armado. Adorava armas, vivia desmontando-as, limpando, azeitando, treinando tiro ao alvo com elas e, **infantilmente**, girando-as nos dedos, tipo banguê-banguê. Não ligava mais para a vida de quem não estivesse ao meu lado, e já não estava apaixonado por ninguém.

No fundo, paradoxalmente, eu não era nada disso. **Continuava a ser o menino assustado consigo mesmo, medroso e só, de sempre.** Carente, profundamente angustiado e agora tenso para conseguir manter a imagem que queria que cultivassem de mim. (MENDES, 2001, p. 313-314, grifos nossos).

No fragmento acima, observamos a predominância da violência nas palavras do narrador e duas imagens que ele constrói de si: a primeira imagem é a de um bandido cruel, como já havíamos sinalizado, e a segunda imagem é a de um menino assustado. Portanto, podemos dizer que há uma ambivalência no posicionamento desse narrador, ambivalência, nos parece, que comparecerá durante todo o livro. O próprio narrador reconhece a ambiguidade com a qual interpreta as suas reações. Prova disso é o uso da palavra “paradoxalmente” em “No fundo, paradoxalmente, eu não era nada disso.”

As cenas detalhadas de violência tomam conta das *Memórias de um sobrevivente*. Mendes estava preso, no DEIC, por ter tentado assaltar uma vítima japonesa e ter sido quase linchado, novamente, por populares. Onde estava detido, reencontrou Juninho, um amigo do RPM e da Vila – lugares onde esteve em sua adolescência. Esse conhecido de Mendes, momentos depois, seria morto de forma cruel por ter discutido com o homem de quem era “garoto” na cadeia. Consoante a lei da cadeia, Juninho teria que apanhar e se calar, pois não tinha moral para revidar. Convidamos o leitor a visualizar a cena brutal da morte do personagem Juninho:

Andava pela galeria, num sábado, quando ouvi uma gritaria. Fui observar, curioso. Quando cheguei ao local dos gritos, quis voltar, mas já era tarde demais. Fui novamente hipnotizado pela brutalidade. Havia um preso no chão e um outro com um cano de ferro nas mãos. Batia, com toda a força, com o cano na cabeça do sujeito prostrado no chão. Voava sangue e miolos para todo lado. A galeria parecia haver tomado um banho de sangue. E o sujeito não parava de bater. A cabeça da vítima estava esmigalhada, disforme. Assistia àquilo em pânico, transtornado.

Reparei, então, que conhecia a blusa do sujeito no chão. Era do Juninho, ele até já me emprestara para que fosse ao fórum. Olhei melhor e vi: aquele cara rebentado era o Juninho! Estava morto já! O choque foi paralisante. Não sabia o que pensar ou fazer, aquilo me abalava todo. Queria entrar e fazer o agressor parar de destruir meu amigo. Mas sentia que se entrasse, seria morto também, o agressor era enorme e estava bem armado. Juninho já era um cadáver.

(...)

O agressor parou, pegou o cadáver pelos cabelos e saiu puxando-o para a gaiola. Um rastro largo de sangue os acompanhava. A cara de meu amigo era uma massa disforme, horrível! Quando alcançou a gaiola, entregou o cano para o guarda que olhava horrorizado para o cadáver. Desceram os dois para a carceragem, e eu fiquei olhando o que restava do Júnior. (MENDES, 2001, p. 340-341)

Citando as palavras do crítico Jaime Ginzburg (2004), quando analisa uma cena de tortura do livro *Em câmera lenta*, de Renato Tapajós, é muito difícil examinar um texto como o transcrito acima, pois o impacto e o choque impedem uma fruição fluente. Alguns recursos analíticos a que estamos habituados parecem precários ou inócuos, diante do caráter extremo dos problemas colocados por tal narrativa.

Prosseguindo com *Memórias de um sobrevivente*, Mendes, no fórum, se declara réu confesso e o juiz lhe concede o sursis⁶. Ao sair do DEIC, retoma sua trajetória anterior no crime, une-se a seus “companheiros” e, juntos, iniciam uma série de assaltos a postos de gasolina: “(...) saímos assaltando todos os postos de gasolina que víamos. E sempre quebrando tudo o que havia, descendo coronhadas em quem se metia a não nos obedecer. (...)” (MENDES, 2001, p. 359). Em um desses assaltos, Mendes comete um latrocínio – assassina um guarda e, depois, afirma o narrador, sente-se muito mal:

(...) Estava em choque profundo. Matara um homem. Fora tão fácil... aquilo me deixava perplexo. Sempre pensara que seria difícil matar e em questão de segundos, apenas apertando gatilhos, havia tirado uma vida humana. Não conseguia pensar acerca, parecia que não havia sido eu. Fiz uma revista no escritório e encontrei mais uma arma. Estava com quatro agora. Queria sair dali o mais rápido possível. (MENDES, 2001, p. 361)

Luiz Mendes é preso pelo crime cometido e sofre uma série de torturas viscerais. Vejamos a narração de uma dessas cenas de tortura e de suas consequências para o corpo do preso:

Ele [o agente] jogava o corpo para trás e vinha com aquela haste de ferro a toda a velocidade e com todo o peso do corpo. Doía lá dentro do espírito, dilacerava as unhas, cortava os dedos, quebrava os ossos. As pernas estavam amortecidas, mas as unhas ao serem espatifadas, doíam em demasia, era uma dor insuportável. (...) (MENDES, 2001, p. 380).

⁶ (...), o sursis, ou a detenção parcial de meio período, é essencialmente uma maneira de retardar a prisão, de adiar o momento em que o sujeito vai para ela, ou é de alguma forma uma maneira de diluir o tempo de prisão ao longo de toda uma fase de existência, e que afinal não se trata de um outro sistema que não passaria pela detenção. (FOUCAULT, 2022, p. 25)

(...) Meu pênis era uma ferida só. Urinar era uma tortura. O ânus estava em carne viva, e foi aí que tive a minha primeira crise de hemorroidas. As mãos estavam carregadas de feridas e cheias de pus. Não havia mais unhas, só cacos. (MENDES, 2001, p. 382).

Flora Süssekind (1985), em seu livro *Literatura e vida literária*, ao analisar a linguagem utilizada pelos escritores do período da ditadura militar, chama a atenção para o fato de a narrativa desses autores ser semelhante a um registro de ocorrência, apresentando um tom frio e uma ampliação generalizada do campo de ação da violência policial, procurando representar literariamente o cotidiano de um país sob o regime autoritário. Segundo a estudiosa, ao analisar o livro *Em câmera lenta*, de Renato Tapajós, o escritor trabalha com uma descrição minuciosa de cenas de tortura que, para a delícia de certo tipo de leitor-vampiro, se alongam por quatro páginas. Renato Tapajós, para Süssekind, usa o alongamento das descrições e o relato em ritmo lento, superemocionalizado, como recursos narrativos privilegiados.

Aproximando a fala de Flora Süssekind do relato de Luiz Alberto Mendes, podemos dizer que Mendes também lança mão de um relato superemotivo e da descrição minuciosa de cenas de tortura, quase sempre marcadas pelo excesso descritivo, como observamos nos fragmentos anteriores. A seguir, selecionamos outra circunstância da narrativa de Luiz Mendes que apresenta esse relato detalhado de uma cena de tortura, sendo que a tortura não acontece com Mendes, mas com seu “companheiro” Bala, que fora preso:

Apanhou a noite toda. De manhã cedo, jogaram-no todo ensanguentado e arreventado no xadrez. Haviam estuprado o Bala com um cacete de pau, quando ele estava pendurado no pau-de-arara. O infeliz estava completamente ralado, esmerilhado. Dava pena de olhar, apesar de eu estar em pior situação, pois já estava apanhando havia três dias. Olhou para nós e desmaiou. (MENDES, 2001, p. 381).

Fazendo uma digressão, podemos, com base nos críticos literários aqui citados, nomear as *Memórias de um sobrevivente* como uma “literatura-denúncia” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 5); como uma “literatura-depoimento” (SÜSSEKIND, 1985, p. 49), que apresenta um “realismo cru de descrições”; e, também, como uma “Literatura do real”, que dá conta da fusão, própria à escrita do cárcere, entre o histórico e o literário, assim caracterizada: “o simbólico aparece esmagado sob o peso do real e determina um redimensionamento dessas fronteiras.” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.5).

Para Luciana Paiva Coronel (2015), que, em seu artigo, estuda as *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes e o *Diário de um detento*, de Jocenir, ambos os livros

constituem “relatos do cárcere” que apresentam uma forma híbrida, por comportar, em sua tessitura narrativa, aspectos históricos e literários. Citando Bosi (1995), Luciana Coronel afirma que os dois livros do cárcere derivam de uma feição bifronte, espécie de zona de fronteira entre o relato mimético de atos que realmente aconteceram e a construção narrativa desta experiência; sendo assim, a narrativa possui o traço da imaginação, que é acionada para preencher as zonas de sombra do próprio entendimento sobre o vivido, e apresenta, ainda, uma dimensão social e histórica.

Retornando à narrativa de Mendes, o narrador, em decorrência da morte de um guarda-noturno, foi condenado a trinta anos de prisão. Seus companheiros ficaram com a pena máxima também. A sensação de Mendes, ao assinar sua sentença, era a de estar sendo enterrado vivo: ele nunca mais sairia da cadeia e ainda tinha 19 anos.

Novamente, Mendes denuncia a corrupção dentro da cadeia, como podemos perceber:

A corrupção nos meios jurídicos era profunda. Estávamos convictos de que só estávamos presos porque não tínhamos capital. E não tínhamos capital porque não roubávamos pelo dinheiro somente. O dinheiro era apenas veículo de nossa liberdade. Liberdade para vivermos o que estava incutido em nós. (...). (MENDES, 2001, p 412).

A propósito das cenas de tortura e de corrupção denunciadas por Mendes em suas *Memórias*, Michel Foucault, em entrevista concedida a Jean Paul-Brodeur, afirma:

A prisão é um lugar de violência física e sexual exercida pelos detentos, pelos próprios detentos e pelos carcereiros. É um lugar de carências alimentares e é um lugar de frustrações sexuais constrangedoras. Ela é também, como sabemos, um lugar de tráfico incessante, e certamente ilegal, entre os detentos, mas também entre os detentos e os carcereiros, entre os carcereiros e o mundo exterior; tráficos que são aliás, absolutamente indispensáveis à sobrevivência dos detentos que, sem eles, não conseguiriam viver ali, sobreviver, às vezes mesmo fisicamente no sentido estrito do termo. Indispensáveis também à sobrevivência dos carcereiros que não suportariam sua situação e seu tratamento se não tivessem esse complemento constituído pelo tráfico ilegal permanente, que passa pelos muros da prisão. (...) (FOUCAULT, 2022, p. 33).

Mendes, como que corroborando o que Foucault afirma sobre os carcereiros, diz, em determinado momento de suas *Memórias*: “Os carcereiros eram todos corruptos. Era só ter dinheiro para conseguir tudo deles.” (MENDES, 2001, p. 393).

Mendes, em fevereiro de 1973, comete um homicídio – assassina o preso Toninho com a justificativa de que este queria violá-lo. Para que o ato não acontecesse, foi necessária a morte do detento à base de muitas facadas. Em uma entrevista à revista *Revestres*, o escritor Luiz Alberto Mendes afirma que matou Toninho com 37 facadas, mas acabou sendo absolvido do crime por este ter sido cometido em legítima defesa.

Devido ao incidente com o preso Toninho, Luiz fica de castigo na cela-forte, “uma celinha minúscula em que dava apenas para deitar, para andar não dava.” (MENDES, 2001, p. 419). No castigo, Luiz sente-se só e, reiterando o que temos afirmado na análise de *Memórias de um sobrevivente*, ao figurar a cena, o narrador posiciona-se como um menino que sente a falta da mãe, ainda que tenha cometido um crime bárbaro: “Fiquei apenas eu ali. Foi difícil a solidão, cheguei a chorar várias vezes e ainda querer minha mãe. Os anos haviam se passado, e eu ainda era um menino querendo sua mãe. (...)”. (MENDES, 2001, p. 420).

Novamente, o narrador descreve a cela-forte: “A cela estava nua como eu. Não havia nada ali. As paredes vertiam água. O chão era de caquinhos de cerâmica, geladíssimo. (...)” (MENDES, 2001, p. 429). Mendes foi condenado a seis meses de cela-forte, por determinação do diretor do antigo DIPE – Departamento dos Institutos Penais do Estado. É importante ressaltar que essa experiência gerou um conto intitulado “Cela forte”, publicado na antologia de contos *Literatura Marginal: talentos da escrita periférica*, organizada pelo escritor Ferréz (2005).

Mendes inicia, na cela-forte, uma conversa com o prisioneiro Carlão, conversa que ocorre através do encanamento de água da privada – conhecida como “boi”: “Era o telefone nosso fétido veículo de comunicação. O cheiro era terrível, era preciso ter estômago. Só podíamos nos comunicar de madrugada, quando os guardas dormiam.” (MENDES, 2001, p. 431)

Na cela-forte, Luiz Mendes faz amizade com Índio – uma amizade, segundo o narrador, verdadeira, de um “bem querer sem qualquer outro interesse” (MENDES, 2001, p. 437). Índio, por sua vez, apresenta a Mendes o prisioneiro Henrique Moreno, que será o responsável por iniciar o prisioneiro no universo dos livros: “O novo amigo [Henrique] falava em livros, contava-me romances que lera, falava em poesia, filosofia, um monte de coisas novas para mim. Foi a primeira pessoa no mundo, fora de minha mãe, em quem depusitei minha confiança total e irrestrita.” (MENDES, 2001, p. 438).

Após a saída do regime de cela-forte, Mendes recebe dois pacotes de livros, cadernos com poesia e textos de Henrique. Mendes reage à atitude do amigo com emoção: “Fiquei muito feliz em possuir um grande amigo.” (MENDES, 2001, p. 444). Mendes passou a ler, então, quatro, cinco livros por semana, preferindo os livros mais volumosos. Relatemos essa passagem importante das *Memórias* em que Luiz Mendes entra em contato com a literatura. Inicialmente, Luiz começa a ler literatura estrangeira; depois, conhecerá a literatura brasileira:

Fui me apaixonando por livros. Lia, em média, oito a dez horas por dia. Comecei com os romances. Li todos os clássicos como quem devora o prato mais saboroso. Era extremamente gostoso, um prazer especial, diferente. Não estava mais tão só, as

histórias, os personagens ficavam mais vivos para mim num passe de mágica. Só que, a cada livro terminado, dava uma angústia, um aperto no coração que jamais consegui explicar. Era livro atrás de livro, meu mundo se ampliou de tal modo que às vezes dava pane mental pelo acúmulo de informações.

Ler tornou-se um vício. Li todas as obras de Dostoiévski, Tolstói, Górkí, John Steinbeck, Cronin, Scott Fitzgerald, e livros de Guy de Maupassant, Françoise Sagan, Leon Uris, Walter Scott, James Michener, Harold Robbins, Morris West, Irving Wallace, Irving Stone, Irwin Shaw, Henry James, Stendhal, Balzac, Victor Hugo, Somerset Maugham, Virginia Woolf, Arthur Hailey, Sinclair Lewis, Henry Miller, Hemingway, Norman Mailer, Robert Ludlum etc.

Fui ampliando meu vocabulário e, a partir dos romances, comecei a me interessar por livros mais profundos. As relações criminosas já não me satisfaziam mais. Pouco tinham a me acrescentar. Poucos se interessavam pelo que estava começando a me interessar. O submundo do crime começou a me parecer estreito, limitado, e eu já não cabia mais só ali. Voava alto, conhecera novos costumes, novos países, novas relações com a vida.

Minha sensibilidade veio à tona, mais aguçada e requintada. **Comecei a compor poesias, produzir textos, discutir ideias de profundidade. Logo já estava indagando o que eu era, quem era, por que era, por que realmente estava preso. Tornei-me um feixe de perguntas cujas respostas procurava.** E era uma puta duma dificuldade, principalmente por não ter com quem conversar sobre minhas dúvidas. E no estágio que eu alcançara, não dava para aceitar respostas comuns ou fáceis.” (MENDES, 2001, p. 444-445, grifos nossos).

Importa ressaltar que a “cena de leitura” (Molloy, 2003) descrita pelo narrador das *Memórias de um sobrevivente* aparece junto a uma “cena de escrita”, ou seja, a leitura impulsiona o narrador à produção de textos. Segundo Molloy, o encontro do sujeito com o livro é crucial: o ato de ler é frequentemente dramatizado, evocado em uma particular cena da infância que subitamente confere sentido a toda uma vida. (MOLLOY, 2003, p. 33). Vale a pena dizer que aquilo a que estamos nomeando de “cena de leitura” nas memórias prisionais de Luiz Alberto Mendes não se dá na infância, mas na fase adulta, dentro da cela de um presídio. Estamos ousando realizar, desse modo, uma extensão do conceito de “cena de leitura” proposto por Sylvia Molloy.

Por intermédio de Denir Lopes – dirigente de uma entidade conhecida como “Círculo dos Missivistas Amigos”, Mendes conhece a irmã Mônica (tia Monic), que o colocará em contato, através de troca de cartas, com Eneida – uma mulher casada que cursava o último ano do curso de Letras, dando aulas de inglês e português. Vejamos a imagem que o narrador constrói de Eneida – que desempenha o papel de “guia”, de “mentora”, papel também recorrente nas memórias de escritores:

Eneida colocava-se numa posição de professora e orientadora. Dessa maneira, procurava sempre fazer uma crítica de meus pontos de vista. Questionava a fundo meus conceitos e ideias de revolta. Constantemente, colocava-me contra a parede, deixando-me sem argumentos, dada a precisão de sua crítica.

Em menos de três meses, demoliu ou depreciou todos os valores que eu demorara a vida toda para construir. Quase tudo o que eu acreditava, com muita lógica, destruiu, ridicularizou, e tornou flagrante minha inépcia para conceituar sobre o mundo, a

vida. Fiquei sem bases, sem estruturas, nu diante de sua argumentação sólida e equilibrada. (MENDES, 2001, p. 458-459)

A partir do contato, através de cartas, ratificamos, com a personagem Eneida, o narrador conhece a literatura brasileira. O primeiro autor lido por ele foi Érico Veríssimo: “O saudoso autor era vivo na época, e eu me apaixonei por sua obra, tão densamente humana, além de crítica e histórica” (MENDES, 2001, p. 461). Posteriormente, Mendes leu Jorge Amado, Mário Palmério, Machado de Assis, José de Alencar, Clarice Lispector, Nelson Rodrigues, Drummond, Quintana e Vinicius de Moraes, além de Fernando Pessoa.

O encontro com a literatura, fosse em prosa ou em verso, fosse estrangeira ou brasileira, provocou em Mendes uma fratura em sua vida criminal, uma mudança de perspectiva em relação àqueles sentimentos cristalizados de “ódio” e “vingança”. A literatura renovou a esperança do narrador na vida, ainda que continuasse preso, conforme podemos observar no fragmento abaixo:

(...) A esperança de que o mundo podia e devia ser melhor do que havia sido a meus olhos tornou-se uma certeza. Investi tudo num otimismo puro, numa mudança radical de mim mesmo. **De bandido-homicida-latrocida, quis ser cidadão honesto e até meio santo.** Larguei maconha, cigarro, malandragem, contatos no meio criminal, até os amigos envolvidos no submundo aos poucos fui abandonando. Não havia mais afinidades. **Dei uma virada total em minha existência.** O que acontecia comigo era simples. Possuía um conhecimento do mundo, ao aprender a ler e assim entender melhor esse mundo, tal conhecimento não se sustentava. Só me restava fazer uma releitura e reinterpretação desse mundo. Simples. (MENDES, 2001, p. 460-461, grifos nossos)

Mendes, agora, queria ser respeitado e conhecido não mais pelos seus crimes e constantes assaltos, mas como uma pessoa culta e sábia. Mesmo assim, continuava querendo impressionar os outros – característica marcante da imagem que o narrador elabora de si mesmo:

O crime, a malandragem, a ideia que perseguira desde a infância, de ser bandido, malandro, foram se afastando do meu foco de visão. Agora aquilo era muito pouco para mim, diante dos horizontes que divisava. A cultura, o aprendizado, levavam-me a fazer uma releitura do mundo. Havia um lado melhor, e eu queria pertencer a ele. Claro, a cultura do crime que assimilara desde a adolescência ainda era, de certa forma, dominante em mim, mesmo que então não conseguisse perceber. Estava no meu sangue, nos meus ossos, demoraria a vida toda para conseguir um certo equilíbrio com a cultura social. (MENDES, 2001, p. 469).

Segundo o estudioso Robson Coelho Tinoco (2020), autor do livro *Sob a custódia do tempo*: formação de leitores em penitenciárias do Distrito Federal, a literatura permite ao detento-leitor romper as conexões com a sociedade intramuros e estabelecer novos laços, ainda que distante da sociedade externa – sociedade dita “livre” (grifos do autor). Assim, as

experiências limítrofes do cárcere convivem paralelamente com aquelas habitadas no mundo desse leitor, mas já não são os únicos referenciais existentes.

Tinoco adverte, ainda, que a literatura, no contexto prisional, apresenta-se como espaço de resistência pacífica e produtiva diferente de todo aquele quadro de ócio, submissão e prisionização vivenciado pela grande maioria dos detentos. Desse modo, o livro surge como instrumento de interação do indivíduo com o meio e dessas relações existentes. O estudioso afirma que a importância da leitura no cárcere corresponde a um processo de vivificação do indivíduo, que, por alguns momentos, parece se desconectar daquela realidade e se sentir integrante de outras realidades. Geralmente, na prisão, as possibilidades de ausência e alheamento ocorrem por meio da televisão, do rádio, dos livros, das drogas; porém, a leitura não apresenta apenas esse aspecto de ausência, mas permite que o preso se afaste desse mundo associado ao crime, ampliando sua capacidade crítica e o contato com outra realidade – daí seu possível efeito ressocializador.

Importa frisar que, naquilo que tange ao ambiente prisional, apesar da existência de bibliotecas em algumas instituições penais, não são esses os espaços de leitura. Assim, é no “porão” (grifos de Tinoco) que o detento-leitor inicia sua prática. A cela representa o buraco convencional reservado à leitura, mas se acredita que, em um aprimoramento desse espaço “de sonho e devaneio” (grifos do estudioso), o texto poderia ser entendido como o espaço de leitura e, portanto, uma “casa” (grifos do estudioso) do detento-leitor, seu espaço de paz e privacidade.

Retornando às *Memórias de um sobrevivente*, o narrador enfatiza que, através do contato com a leitura, estava muito mais civilizado e não se importava mais em ter nome e fama de bandido. Vejamos o depoimento que revela uma metamorfose existencial, isto é, uma transformação na vida e nos hábitos do detento:

Aprendera a ser mais humilde e jamais mexia com ninguém, nem com os cabras (caguetes e aliados da polícia) safados que viviam prejudicando companheiros. Aprendera a respeitar o sofrimento de cada um. **Estava, finalmente, saindo da adolescência e sendo um homem.** Sofria minha solidão, o desespero de ser jovem, saber a vida colorida e iluminada lá de fora e não poder participar. (...). (MENDES, 2001, p. 448, grifos nossos).

No parágrafo acima, chamou nossa atenção a nova imagem que o narrador elabora de si mesmo: a imagem de um homem, um homem mais humanizado devido ao encontro de amizades verdadeiras e à sua relação com os livros. Essa nova percepção de si só aparecerá no último capítulo das *Memórias*, pois, durante todo o livro, durante toda a narrativa, o narrador autotfigurava-se como um menino, apesar de suas atitudes de “homem”.

Ainda no último capítulo do livro, o narrador descreve minuciosamente um procedimento realizado por policiais na cadeia:

Vinham com toda a sede dos vingadores da sociedade (...). No quinto andar, as portas começaram a se abrir. A cada uma que abria, começavam os berros e ganidos de dor. Eles estavam entrando em cela por cela e batendo em um por um, metodicamente. (MENDES, 2001, p. 450)

O que, nesse procedimento, nos interessa é o relato de Mendes sobre os policiais destruindo seus livros: “Passei o dia a gemer e colar livros estourados. A cultura, na prisão, era sempre a primeira a sofrer agressões. Os livros do preso sempre foram tratados com o maior desrespeito. (...)” (MENDES, 2001, p. 453).

Conforme Guilherme da Silva Batista (2022), em sua monografia do curso de especialização em Literatura Brasileira, no epílogo da obra *Memórias de um sobrevivente*, o narrador rememora a escrita da obra e faz uma reflexão acerca da vida, reconhecendo que, após mais de duas décadas cumprindo pena no sistema carcerário, o Brasil evoluiu em muitos aspectos, mas ele sente profunda tristeza por observar que, mesmo depois de tantos anos, o país pouco avançou em termos sociais.

Para Guilherme Batista, a obra contribui de forma significativa para iluminar a situação de vulnerabilidade a que muitos indivíduos são expostos desde a infância, assim como fica evidente que a violência dentro dos presídios só contribui para a geração de mais violência. Dessa forma, declara o estudioso, as *Memórias de um sobrevivente* funcionam como uma ferramenta de denúncia de uma mazela da sociedade brasileira, que inviabiliza os sujeitos em situação de reclusão como se esses não fossem retornar à sociedade. Além disso, todo indivíduo deve ter assegurado o direito à vida e à dignidade humana.

Cabe aqui fazermos uma problematização acerca do direito à literatura, do direito à fala e do direito à escrita pelo sujeito periférico, ou seja, pelo sujeito marginalizado da sociedade. Para tanto, nosso olhar segue amparado nas análises críticas de um escritor que foi um dos responsáveis por implantar a “Literatura Marginal” no Brasil, a saber, Ferréz (2005); de Antônio Candido (2011), com seu texto “O direito à literatura”; e de Paulo Tonani (2013), com sua obra *Escritos à margem*.

É importante ressaltar que essa “Literatura Marginal” não é a literatura produzida nos anos 70, porém a literatura produzida por escritores que estão à margem da sociedade por questões de classe, ou por questões raciais. Os escritores dos anos 70 adotavam uma postura empenhada em retratar o povo marginalizado, oferecendo maior destaque a um conjunto invisível de sujeitos da periferia urbana, resultando, também, na construção de um posicionamento político que utiliza a escrita como veículo de denúncias. Dessa forma, fazem

parte do cenário da prosa dos anos 70 crianças desvalidas, crimes chocantes, bandidos, malandros e prostitutas, traçando um retrato que se quer próximo da realidade.

Quanto à Literatura Marginal que estamos abordando neste momento, podemos dizer que seus autores são sujeitos residentes no próprio espaço subalternizado que serve de inspiração e tema para suas obras. Alguns de seus autores principais são Ferréz, Allan Santos da Rosa, Sérgio Vaz e Sacolinha. É importante observar que os escritores marginais contemporâneos buscam traçar uma espécie de filiação literária com as propostas de João Antônio – escritor inscrito na literatura marginal dos anos 70. Prova disso é a menção que, em seus textos, Ferréz faz a fragmentos da obra de João Antônio, como se buscasse travar com ele um diálogo, mas um diálogo crítico. Ferréz faz referência aos textos de João Antônio; entretanto, adverte que quem melhor representa a periferia é o periférico. Nesta perspectiva, na concepção do crítico Paulo Roberto Tonani do Patrocínio (2012), ao acionar o projeto de João Antônio como referência, Ferréz elege como modelo de representação uma prosa que se fixa na busca por um retrato da realidade social brasileira e pode ser lido como um continuador do projeto iniciado por João Antônio na década de 1970. Porém, o projeto de Ferréz distancia-se de seu projeto inspirador no sentido de que, agora, a realidade social dos setores marginalizados é abordada por um sujeito oriundo do mesmo espaço subalternizado que serve de inspiração para a narrativa. O marginalizado, afirma Patrocínio, enquanto excluído do lugar da produção discursiva, busca reverter a sua posição silenciosa de objeto e tornar-se sujeito do (auto)conhecimento e da escrita.

Ferréz, em texto que ficou conhecido como “Terrorismo literário”, texto este que inicia a antologia de poetas marginais intitulada *Literatura marginal: Talentos da escrita periférica*, expõe a razão pela qual a Literatura Marginal surgiu e afirma que ela não é algo passageiro, porém, que, independentemente de obter legitimação ou não, ela veio para permanecer e fazer a diferença, sendo a voz daqueles que até então não tiveram nenhum espaço significativo na sociedade, servindo, assim, como um meio de sobrevivência e resistência. Em seu texto, conhecido como “Manifesto da Literatura Marginal”, temos a impressão de que Ferréz está falando com o leitor, expondo o seu descontentamento com a maneira como a periferia sempre foi menosprezada e tida como desimportante, e, simultaneamente, o escritor afirma que agora as coisas irão mudar com a entrada em cena das novas vozes periféricas. Citemos um fragmento do texto de Ferréz, que também é autor de romances como *Capão pecado* e *Manual Prático do ódio*:

Cala a boca, negro e pobre aqui não tem vez! Cala a boca!
Cala a boca uma porra, agora a gente fala, agora a gente canta, e na moral agora a gente escreve.

Quem inventou o barato não separou entre literatura boa/feita com caneta de ouro e literatura ruim/escrita com carvão, a regra é só uma, mostrar as caras. Não somos o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmos a nossa foto.

A própria linguagem margeando e não os da margem, marginalizando e não os marginalizados, rocha na areia do capitalismo.

(...)

Somos o contra sua opinião, não viveremos ou morreremos se não tivermos o selo da aceitação, na verdade tudo vai continuar, muitos querendo ou não. (FERRÉZ, 2005, p. 9)

Adotando uma postura combativa aos discursos do preconceito que tentam silenciar o negro e pobre, o escritor Ferréz assume que, neste momento da história da Literatura Brasileira, os escritores marginais adquirem seu espaço, sua vez, sua voz e sua escrita, não importando se serão aceitos, ou não, pela sociedade hipócrita na qual vivemos, mas esses personagens “marginais”, em vez de comparecerem como objeto da Literatura Brasileira, assumem agora uma posição de sujeitos da enunciação, para usar as palavras do professor e pesquisador Paulo Roberto Tonani do Patrocínio, como podemos observar:

Nomeio como novos sujeitos da enunciação um expressivo número de autores que utiliza o termo marginal como signo identitário e buscam expressar o cotidiano de territórios periféricos a partir de uma escrita fortemente marcada por um teor testemunhal e pela estética realista. Parece existir certa imprecisão na utilização da categoria novo para nomear autores como Ferréz, Paulo Lins e Allan Santos da Rosa. No entanto, ao optar pelo uso deste termo busco colocar em relevo o caráter inédito decorrente da presença de um grupo de escritores de periferia na cena literária brasileira. Penso que a construção de uma voz subalterna que emerge das periferias dos grandes centros urbanos e que utiliza a escrita como veículo de um discurso que mescla com desenvoltura ficção e testemunho é um fenômeno inédito nas páginas de nossa literatura. (PATROCÍNIO, 2013, p. 149)

As palavras de Paulo do Patrocínio (presentes no texto “Subalterno, periférico e marginal: os novos sujeitos da enunciação no cenário cultural brasileiro”) vêm corroborar a afirmação feita por nós anteriormente, além de expor uma postura crítica acerca dos escritos desses autores marginais. Para Patrocínio, é por estarmos diante de uma experiência pouco usual, como a de observar a representação de setores marginalizados a partir do olhar de dentro, que se faz necessária a estruturação de um novo modelo que coloque em destaque a experiência do sujeito periférico falando sobre o seu próprio cotidiano. O estudioso se recusa a usar o termo “excluído” como categoria possível de nomeação desses autores, pois identifica nesse conceito uma perversa noção etnocêntrica, que concebe os territórios periféricos como não pertencentes à cidade e, principalmente, como detentores de uma população não atuante em sua esfera pública, apartados da cidade. Conforme Patrocínio, a Literatura Marginal e todo o movimento Hip Hop, que aglutina inúmeros jovens da periferia, revelam justamente uma ideia contrária à de exclusão, a partir do momento em que afirmam o

poder de articulação e contestação desses sujeitos. E onde fica Luiz Alberto Mendes em todo esse contexto da Literatura Marginal?

Acreditamos que Mendes, por ser um escritor-prisioneiro, isto é, que produz seu livro na prisão, é uma voz periférica e subalterna que adquire seu espaço em nossa literatura. Além disso, para nós, Mendes, com suas memórias prisionais, colabora com a construção de um posicionamento político que lança mão da escrita como veículo de denúncias. Ferréz, pseudônimo de Reginaldo Ferreira da Silva, e Luiz Alberto Mendes constituem exemplos bem-sucedidos desse empenho em estruturar um discurso a partir do seu próprio referencial, formando uma compreensão das fraturas marginalizadas da sociedade fora dos espaços centrais de saber e poder (PATROCÍNIO, 2013, p. 14).

Antonio Candido, em “O direito à literatura”, afirma que a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade e o semelhante. Para o crítico, a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade. Sendo assim, negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Além disso, a literatura, defende Candido, pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual.

A partir do posicionamento de Antonio Candido sobre a literatura, é possível dizer que, em *Memórias de um sobrevivente*, para o narrador, a literatura funcionou como forma de humanização mais efetiva, e, apesar de estar na situação de prisioneiro, Mendes não foi privado de fruir da literatura, não foi mutilado em sua humanidade, para citar as palavras de Antonio Candido. Ainda, o próprio livro de Mendes é um exemplo do que o estudioso chama de instrumento consciente de desmascaramento, por denunciar os bastidores cruéis e perversos do cárcere paulistano. Antonio Candido encerra seu texto dizendo que uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis se trata de um direito inalienável.

Gostaríamos de propor uma última problematização sobre a mediação pela qual o livro de Mendes passou para vir a público. No epílogo de *Memórias de um sobrevivente*, Mendes relata o modo como conheceu o escritor Fernando Bonassi, que conversava, naquele momento, com alguns prisioneiros. Mendes sugeriu a Bonassi a realização de um concurso literário dentro da prisão – ideia que foi aceita, de imediato, pelo escritor. Luiz Alberto Mendes apresentou a Fernando Bonassi seu livro “engavetado” – o *Memórias de um sobrevivente* –, e o escritor ficou muito entusiasmado, comprometendo-se a ajudá-lo com a

publicação: Mendes só precisaria fazer uma revisão do texto, do começo ao fim, atualizando-o.

O concurso literário aconteceu e o conto “Cela forte”, de Luiz Alberto Mendes, ganhou o primeiro lugar, o que lhe rendeu a quantia de mil duzentos e cinquenta reais de prêmio. É importante dizer que esse conto integra a antologia de contos organizada por Ferréz em *Literatura Marginal: Talentos da escrita periférica*.

Abriremos um parêntese para comentar um aspecto do conto “Cela forte”, de Mendes, texto que apresenta uma grande semelhança com as *Memórias de um sobrevivente*. No conto, narra-se o período em que o detento, sem roupas, fica confinado em uma cela, sozinho. Em “Cela forte”, chamou-nos a atenção o posicionamento do narrador-protagonista, que, frequentemente, denega o motivo pelo qual está confinado naquele lugar. O motivo real é o fato de o protagonista ter matado um prisioneiro que queria violentá-lo, ou seja, o homicídio ocorreu em legítima defesa. O narrador, porém, durante uma parte significativa do conto, nega a “realidade”, evidenciando um não-saber sobre sua situação prisional, como podemos observar no fragmento abaixo:

(...) o que estava fazendo ali?
 Demorou uma eternidade, não aparecia mais ninguém. Então passou o guarda com a contagem. Como se ele se importasse, perguntei o que estava acontecendo. Por que me colocaram ali, pelado daquele jeito.
 - Você está em regime de castigo! – respondeu com prazer.
 O punhal de seus olhos me atravessava, cristalizado.
 - Mas porque, não fiz nada...
 - Ordens superiores.
 E saiu andando, como se essa fosse toda a informação possível, deixando-me mais estupidificado ainda. Ordens superiores! Mas que “superiores” são esses, que porra era aquilo? (...)
 Não podia ser. Com certeza havia algum engano. Nada fizera para ser jogado em tão absurda condição. Aquilo não estava acontecendo comigo. Comecei a andar de um lado para o outro da cela. Logo o engano seria descoberto e eu sairia, sem dúvida.
 (MENDES, 2005, p. 111)

Para nós, no fragmento acima, Mendes trabalha com a noção de “absurdo”, pois o protagonista de seu conto desconhece, constantemente, a ação que o levava a estar na cela forte. Isso fica muito perceptível quando observamos a fala do personagem do conto: “Aquilo não estava acontecendo comigo”. Fechemos o parêntese e prossigamos com a escrita da tese.

Assim como Carolina Maria de Jesus teve seu livro *Quarto de despejo*: diário de uma favelada publicado através do contato e da mediação do jornalista Audálio Dantas, redator de uma das revistas mais importantes da época, Luiz Alberto Mendes, um homem “comum” que se tornou escritor na prisão, a partir da experiência do encarceramento, também necessitou da mediação de Fernando Bonassi para ter seu livro publicado. Além disso, Mendes, em uma entrevista oferecida à revista *Revestres*, relata que *Memórias de um sobrevivente* tinha mais

de 800 páginas e a editora o fez eliminar a metade, afirmando que o escritor incomodaria o leitor com aqueles acontecimentos. Já em outra entrevista concedida à revista *Cult*, Luiz Alberto Mendes afirma que a editora não alterou os originais de *Memórias de um sobrevivente*; contudo, pediu a ele que retirasse do texto nomes de pessoas importantes ligadas à área da segurança, como delegados, policiais torturadores, diretores perversos, funcionários do Juizado de Menores corruptos e espancadores. Aqui, então, observamos, para a efetivação da publicação da obra de Mendes, a necessidade da mediação de um escritor já renomado e a existência de um gesto de intervenção por parte da editora *Companhia das Letras*.

No intuito de fundamentar criticamente esse gesto de censura à obra de Mendes, lançaremos mão de um texto da linguista Eni Orlandi intitulado “Silêncios e resistência: Um estudo da censura”. Esse texto se encontra no livro *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* – obra que teve sua primeira edição em 1942 e sua sexta edição em 2007 pela editora da Unicamp. Eni Orlandi é uma linguista brasileira renomada da disciplina Análise de Discurso, da linha francesa de Michel Pêcheux.

Conforme Eni Orlandi, o silêncio não fala, ele significa; o silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso; ou seja, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. A “intervenção” não silencia completamente o dizer, pois ao sujeito cabe o posicionamento de resistir. Observamos que, em *Memórias de um sobrevivente*, Luiz Alberto Mendes é impedido de dizer, é silenciado pela editora *Companhia das Letras*, por questões, segundo ele (na posição de entrevistado pela revista *Cult*), jurídicas. Todavia, o dizer silenciado reclama sentidos e tais sentidos resistem, comparecendo em outros gêneros textuais como o gênero entrevista. Ou seja, nas *Memórias*, o escritor é silenciado pela editora, mas as entrevistas funcionam como espaços, frestas por onde os sentidos silenciados ecoam. Nas entrevistas, Mendes apresenta um posicionamento mais descontraído, mais “natural”, para citar uma palavra usada pelo escritor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Graciliano Ramos e Luiz Alberto Mendes: um eu que espia os outros e espia a si mesmo. Graciliano, em suas *Memórias do cárcere*, em um momento se questiona sobre a arte dos criminosos: “Seriam essas criaturas naturalmente insensíveis, brutas, lerdas? Talvez o cárcere lhes roubasse as energias, embotasse a inteligência e a sensibilidade.” (RAMOS, 2020, p. 71). Em uma entrevista concedida à revista *Getúlio*, Luiz Alberto Mendes declara que Graciliano é o seu mestre. Ambos os escritores narram em tempos tão distantes; porém, vivenciam, de modo semelhante, a experiência da dor a partir da vivência no cárcere.

Graciliano narra suas *Memórias* dez anos depois da experiência do cárcere, ou seja, narra já fora do cárcere, ao passo que Luiz Alberto Mendes escreve, produz sua escrita no cárcere. Por isso, esta tese se intitula “Literatura do cárcere e Literatura no cárcere: *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos e *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes”. Entre ambas as obras há muitas distâncias, mas, também, várias semelhanças. Por isso, torna-se oportuno cotejá-las.

Em ambas as *Memórias*, temos exemplos de presos políticos, pois acreditamos que todos os presos são políticos. Graciliano foi preso no período da ditadura varguista e Mendes foi preso, várias vezes, no período da ditadura militar. A diferença entre eles? Graciliano era um intelectual e Mendes um homem comum; Graciliano Ramos era um burguês e Luiz Alberto Mendes Jr., como ele mesmo se descreve em uma de suas entrevistas, um “bastardo”.

Nas *Memórias do cárcere*, o narrador conta a história de um ponto de vista coletivo; já em *Memórias de um sobrevivente*, o narrador traça um perfil de teor testemunhal, centrado na figura individual do protagonista. No primeiro livro, o narrador tenta compreender os outros presos e, dessa forma, olhando o outro, compreende a si mesmo. No segundo livro, entramos em contato com uma trajetória de vida linear e redundante do narrador-protagonista, uma vez que os acontecimentos se repetem enfaticamente.

Graciliano, em suas *Memórias do cárcere*, joga com as palavras, expondo-as ao equívoco inerente à língua (Orlandi, 2007). Luiz Alberto Mendes, em *Memórias de um sobrevivente*, lança mão de uma linguagem elaborada, porém, não interroga os sentidos que as palavras trazem consigo. Essa linguagem mais elaborada de Mendes aparece somente em suas *Memórias* prisionais. Nas entrevistas, Mendes emprega um tom mais natural e despojado.

As duas *Memórias* constituem documentos históricos e culturais de resistência. As *Memórias do cárcere* resistem à ditadura varguista e as *Memórias de um sobrevivente*

resistem ao sistema carcerário e às suas regras hipócritas. Muitas vezes, Graciliano Ramos resiste com o silêncio e a náusea, diante das situações vivenciadas no cárcere, ao passo que Mendes resiste com a revolta, com o ódio, com a violência.

Ambas as *Memórias* estudadas aqui são narradas na primeira pessoa e nelas há um processo de metamorfose existencial pelo qual passam seus narradores-protagonistas. Graciliano, à medida que entra em contato com os outros prisioneiros, modifica sua visão pre-(concebida) do outro e revisa a si mesmo. Mendes, à medida que entra em contato com a cultura (literaturas brasileira e universal; filosofia), dentro do cárcere, se transforma em um ser mais social e sociável, de tal forma que é aprovado em primeiro lugar para a faculdade de Direito da PUC de São Paulo, passando a frequentar a faculdade; mas, por suas fraquezas em relação ao crime, abandona o curso. No entanto, torna-se um professor dentro da cadeia e é como “professor” que é conhecido e respeitado pelos outros prisioneiros.

Ambas as *Memórias* pesquisadas nesta tese se identificam com o excesso do dizer na escrita, prezando, em sua narrativa, pelos detalhes e pelas descrições. Acreditamos que seria algo que caracteriza a estética de tais memórias e as aproxima: a estética do excesso.

As *Memórias do cárcere* podem ser reconhecidas como o “cânone” das memórias prisionais, já as *Memórias de um sobrevivente* constituem uma narrativa que vem tensionar tal cânone, trazendo-nos um homem comum que erra; confessa seus erros (às vezes os justifica, às vezes não) e denuncia os bastidores do sistema carcerário paulista. Temos, dessa forma, com as *Memórias do cárcere* e as *Memórias de um sobrevivente*, o cânone e a margem; o cânone e a periferia.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: ADORNO, Theodor. *Notas de Literatura*. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003, p. 55-63.
- AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.
- ANTÔNIO, João. Malagueta, Perus e Bacanaço. In: ANTÔNIO, João. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 143-219.
- ARAÚJO, Jorge de Souza. *Graciliano Ramos e o desgosto de ser criatura*. Ilhéus, Bahia: Editus, 2014.
- ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. 26p. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>. Acesso em 31 dez. 2022
- BARBOSA, Orestes. *Bambambã!*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do Cárcere: literatura e testemunho*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BATISTA, Guilherme da Silva. S. *Literatura de cárcere e as tensões ao cânone: uma análise da obra Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes. 2022. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras do Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do cárcere. *Estudos Avançados*, v.9, n.23, 14 p., 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8862/10414>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*. In: BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 221-237.
- BUARQUE, Chico. O meu guri. In: *Almanaque* [CD]. São Paulo: Marola Edições Musicais Ltda, 1981.
- CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1998. p. 19-54.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017. p. 171-193.
- CARELLI, Fabiana Buitor. *Porões da memória: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos*. 1997. 208 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) - Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Prefácio. In: CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. *Deserdados: dimensões das desigualdades sociais*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação Editora, 2007.

- CORONEL, Luciana Paiva. *A escrita contemporânea do cárcere: história e literatura na voz da margem sobre a cidade*. *Mouseion*, Canoas, n.20, p. 33-43, abr. 2015. Disponível em: <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/2121>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e Clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DURIGAN, Jesus Antonio. João Antônio e a ciranda da malandragem. In: SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 214-218.
- FELMAN, Shoshana. A equivocação e a sua chance. In: BETTY, Milan; MENDONÇA, Antônio Sérgio Lima (org.). *Lacan*. Rio de Janeiro: Lugar, 1975. p.56-71.
- FERRÉZ. *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010. p.129-143.
- FOUCAULT, Michel. “*Alternativas*” à prisão: Michel Foucault um encontro com Jean-Paul Brodeur. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2022.
- FREIRE, Manoel. Dialética da ordem e da desordem: uma leitura de Malagueta, perus e bacanaço. *Gelne*, v. 20, n. 1, p. 11, 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/15453>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- GALEANO, Eduardo. Celebração da voz humana/2. In: GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2000. p. 23.
- GINZBURG, Jaime. Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Marcia (org.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004. p.141-160.
- GIRON, Luís Antônio. Vozes da prisão: pena de sangue. Separata de: *Revista Cult*, ano 6, n. 59, p. 34-44, 2002.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo, Perspectiva, 2015.
- GULLAR, Ferreira. *Toda poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.
- KEIL, Ivete; TIBURI, Marcia (org.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MENDES, Luiz Alberto. *Às cegas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MENDES, Luiz Alberto. O conceituado malandro hoje é um otário. Entrevista concedida a José Geraldo Oliveira. *Getúlio*, São Paulo, v. 21, p. 53-57, maio 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/getulio/article/view/61888/60049>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- MENDES, Luiz Alberto. Homem reinventado. Entrevista concedida a André Gonçalves, Samária Andrade e Wellington Soares. *Revista Revestres*, n. 51, abr. 2020. Disponível em: <http://revistarevestres.com.br/entrevista/homem-reinventado/>. Acesso em 10 jul. 2022.
- MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Publifolha, 2004.
- MIRANDA, Wander Melo. O valor enorme das palavras. *Publifolha*, v.6, n. 35, p. 8, 2006. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/8872>. Acesso em: 9 out. 2022.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*. São Paulo: Edusp, 2009.
- MOLLOY, Sylvia. *Vale o escrito: a escrita autobiográfica na América Hispânica*. Tradução de Antônio Carlos Santos. Chapecó: Argos, 2003.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. São Paulo: Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni. Ordem e organização da língua. In: ORLANDI, Eni. *Interpretação*. São Paulo: Unicamp, 2007. p.45-51.
- PALMEIRA, Maria Rita Sigaud Soares. 2009. 180 f. *Cada história, uma sentença: narrativas contemporâneas do cárcere brasileiro*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. *A volta da realidade das margens*. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9789>. Acesso em 24 dez. 2022.
- PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. *Escritos à margem: a presença de autores de periferia na cena literária brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras; Faperj, 2013.
- PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. *Subalterno, periférico e marginal: os novos sujeitos da enunciação no cenário cultural brasileiro*. Disponível em: http://www.academia.edu/30488767/Subalterno_perif%C3%A9rico_e_marginal_os_novos_sujeitos_da_enuncia%C3%A7%C3%A3o_no_cen%C3%A1rio_cultural_brasileiro. Acesso em: 23 dez. 2022.
- RACIONAIS MC's. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- SALLA, Thiago Mio; LEBENSZTAYN, Ieda (org.). *Conversas*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SANTIAGO, Silviano. *Fisiologia da composição*. Recife: Cepe, 2020.
- SANTOS, Matilde Demetrio; SILVA, Mônica Gomes da (org.). *Pensar memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHOLLHMAMER, Karl Erik. Memórias de delinquência e sobrevivência. In: SCHOLLHMAMER, Karl Erik; OLINTO, Krieger Heidrun (org.). *Literatura e memória*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2006. p.137-147.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência, encarceramento e (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas. *Revista Letras*, n. 43, p. 29-47, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Novos escritos dos cárceres: uma análise de caso. Luiz Alberto Mendes, *Memórias de um sobrevivente. Estudos de Literatura Brasileira*

- Contemporânea*. [n. 27, 2006]. 24 p. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9090>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, Qual Romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- TINOCO, Robson Coelho.; RIBEIRO, Maria Luzineide da Costa. *Sob a custódia do tempo: formação de leitores em penitenciárias do Distrito Federal*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2020.
- TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Tradução de Egon de Oliveira Rangel e Enid Abreu Dobránsky. Campinas: Papirus, 1995.
- VAZ, Sérgio. *Literatura, pão e poesia*. São Paulo: Global Editora, 2011.
- VELOSO, Caetano. O quereres. Organizador Eucanaã Ferraz. In: VELOSO, Caetano. *Letras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 225.
- ZAGURY, Eliane. Graciliano Ramos e o modernismo clássico. In: ZAGURY, Eliane. *A palavra e os ecos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971. p. 55-73.

ANEXO A – Entrevista de Luiz Alberto Mendes concedida a Luís Antônio Giron, em julho de 2002. Revista *Cult*.

Cult – Você diz que escrever lhe é essencial. Ora, isso não é uma característica de todo preso?

Luiz Alberto Mendes – O preso não necessita escrever. Ele necessita se comunicar, e escrever cartas e textos são apenas um meio. Eu necessito escrever porque sinto prazer em expor o que me vai por dentro.

Cult – Você estudou na universidade. Continua estudando?

L.A.M. – Sim. Principalmente pela ideia de participar de um mundo onde, se considera, estejam as melhores cabeças pensantes.

Cult: O que significa escrever para você?

L.A.M. – No princípio era a vingança. Era sede de justiça. Era vontade de gritar, pegar o mundo todo num ouvido só. Depois, já mais calmo e idoso, pensei que fosse porque havia o que dizer sobre o mundo que ninguém sabia. Os de fora não sabem, e os de dentro são tidos como sem moral para falar. Tentei criar essa moral e escrever com critério e verdade. A literatura de impacto, infelizmente, é necessária.

Cult - Como é seu dia a dia na prisão?

L.A.M. - Acordo, ajudo na faxina do xadrez. Tomo café com pão e sento para escrever. Levanto, vou correr e fazer preparação física. Tomo banho e volto a escrever. Enquanto não iniciam as aulas, na parte da tarde leio e estudo. Na parte da noite, escrevo e leio. Pouquíssimo assisto à TV, apenas noticiário. Não tenho qualquer regalia no presídio. Talvez possa vir a ter com o tempo, no Setor de Educação, acesso à biblioteca, meios de escrita, quiçá computador.

Cult – A editora alterou os originais de *Memórias de um sobrevivente*?

L.A.M. – Não; apenas me pediu que tirasse os nomes de delegados, policiais torturadores, diretores perversos, funcionários do Juizado de Menores corruptos e espancadores. Questões jurídicas que deu para negociar bem.

Cult – Os intelectuais “antenados” buscam em você uma fonte de pesquisa. Como você analisa a aproximação da universidade com os presos? Há intercâmbio ou apenas andam vampirizando o mundo prisional?

L.A.M. – Não sei se acadêmicos vampirizam o mundo prisional, mas vejo como uma necessidade a aproximação do preso com a universidade e ainda mais com a sociedade. Há uma cultura criminal a ser combatida e somente a cultura da sociedade e da universidade adentrando as prisões podem combatê-la via substituição. Essa aproximação é um meio, só não sei se eficiente. O preso está abandonado a si próprio, qualquer interesse por ele me parece válido.

Cult – E a situação das prisões? Você sente uma “evolução” tecnológica e cultural no sistema carcerário?

L.A.M. – Vejo uma decadência, e não evolução. As celas individuais, próprias à reflexão necessária foram substituídas por celas coletivas, onde moram doze pessoas. Em tais condições físicas é impossível estudar, pensar, refletir. As prisões aumentam de tamanho fazendo de nossas vidas autênticos formigueiros que não nos permitem individualidade, diferenciação ou promoção por méritos e capacidade.

Cult – Como você elabora seus textos?

L.A.M. – Já escrevi em *laptop* e principalmente à mão. Na maioria das vezes sento-me com uma idéia na cabeça e a história flui normalmente. É só me empolgar com a ideia que o conto acontece. Reviso muitas vezes, sou perfeccionista e agora tendo ao minimalismo.

Cult – Você sente diferença entre escrever memórias, romances e contos?

L.A.M. – Sim. Memórias é um pouco sofrido e chato de escrever. Agora, criar histórias é uma maravilha! Viajo nas histórias, vivo os protagonistas, sou cada um dos personagens e vivo cada situação que invento. Adoro criar.

Cult – Do que trata o romance *Sequestro*?

L.A.M. – É a história de um sequestro com motivação política e que explora a relação entre dois irmãos e a transformação das pessoas de acordo com seus sentimentos e paixões. Exploro o idealismo de esquerda nos anos 70. Meu objetivo é contar uma história empolgante e fazer o que parece mau se transformar em útil, construtivo, produtivo; e o que parece bom

descabelar-se para dentro do submundo do crime, tendo como justificativa sua ação social com uma favela. Me diverti escrevendo essa história complexa, me emocionei, cheguei a chorar. Escrever é um grande barato para mim. Vou reescrever o livro antes de apresentá-lo a alguém.

Cult – Como você vê a literatura que estetiza e maquia a violência, tipo Rubem Fonseca?

L.A.M. – Gosto de Rubem Fonseca. Admiro seu estilo e precisão em escolha de palavras. Mas não gosto que se maquie nada e muito menos estetize. Prefiro a vida, o natural, o chocante o imenso e verdadeiro.

Cult – Você já leu Hosmany Ramos? Como você compara sua literatura com a dele?

L.A.M. – Não. Não me sujeito a comparações. Eu respeito o seu sofrimento de preso.

Cult – Que autores você admira e quais são os favoritos de seus companheiros de prisão?

L.A.M. – Os companheiros preferem Jorge Amado, Sidney Sheldon, Robert Ludlum etc. Livros de aventura. Eu gosto de Zola, James Michener, James Clavell, João Ubaldo Ribeiro, Erico Veríssimo, William Faulkner, Clarice Lispector, Scott Fitzgerald. Adoro filosofia. Estudei oito anos. Conheço razoavelmente quase todas as escolas e correntes e gosto da contemporânea: a existencialista, a marxista e o grupo de Frankfurt, com o qual mais me identifico. Sou apaixonado por Sartre, Merleau-Ponty, Camus, Lukács, Gramsci, Marcuse, Fromm, Adorno, Horkheimer etc.

ANEXO B – Entrevista de Luiz Alberto Mendes concedida a José Geraldo Oliveira, em maio de 2010. Revista *Getúlio*.

Como tudo começou?

Luiz Mendes Minha história começa nos anos de 1950, quando Eida de Oliveira Mendes, uma moça de Pinhal, interior de São Paulo, veio para a capital e conheceu num baile um homem charmoso, bom de papo e casado. A família ficou apavorada. Mulher juntada com homem casado era pior que prostituta, mas ele era bom de lábia e convenceu a mocinha a morar com ele. Na época não tinha televisão nem novela e eles praticavam muito, o que levou a dois abortos, pois se a criança nascesse seria um bastardo. A tentação de ter na cozinha um armário novo, com porta de cristal, impediu o terceiro aborto e vim ao mundo, um bastardo, no dia 4 de maio de 1952. Minha história começa de cabeça para baixo: sou Luiz Alberto Mendes Jr.; nome que herdei do pai, que inventou uma desculpa para me registrar fora do casamento oficial.

O senhor acha que não era para dar certo?

Luiz Mendes Nunca falei que era coitado ou inocente. Meu pai se enchia de pinga e chegava em casa querendo brigar, acordava de ressaca procurando motivo para bater. Minha mãe costurava e trabalhava de faxineira para sustentar a casa. A gente poderia ter tido um futuro legal, mas ele desgraçou tudo. Morreu há quinze anos, de tanto beber. Não ficou nenhum sentimento. Meu pai tem responsabilidade, porque tem mesmo, mas tudo o que me aconteceu na vida foi culpa minha, quis ser bandido, assaltar ou roubar e zoar. Aos 7 anos, quando entrei para a escola, me tornei o diabo. De menino santo virei diabo [Risos].

Quando passou a viver na rua?

Luiz Mendes Estava com 12 anos. Meu pai me prendeu a vida toda, tinha uma pegada violenta, posso falar isso, pois apanhei muito. “Vai buscar o cinturão para a gente conversar.” Quando ouvia isso: *pimba!* Fugia para a cidade. Passei a viver na rua e foi aí que comecei a ser levado para o Recolhimento Provisório de Menores, que ficava na Celso Gracia, 2593, no Belenzinho [Atual Fundação Casa]. Era a Polícia Militar quem tomava conta e dominava a turma na borracha, isso quando os mais velhos não batiam. Quando fugia, achava que alguém tinha de pagar por aquilo. Se pegava um “balão apagado” [Bêbado] no centro da cidade,

quebrava ele no pau, jogava fluido de isqueiro e botava fogo. Tinha muito ódio de bêbado. Fomos os primeiros meninos de rua da cidade. Achava legal roubar, juntávamos quatro ou cinco moleques e íamos zoar: entrar nas casas e quebrar televisão, rasgar estofados, sujar na geladeira. Passei a adolescência correndo da polícia pelas ruas do centro, na São Luís, República, Ipiranga. Quando assisti ao filme *Forest Gump*, me identifiquei com o personagem que corria e não podia parar.

Era uma mistura de revolta com brincadeira?

Luiz Mendes Não éramos bandidos, a onda era vandalismo, tomar droga, minas, velocidade. Roubávamos hoje para gastar amanhã. Não tínhamos estrutura para roubar lugares grandes, mas os pequenos comércios a gente “rupava” tudo [*Rupa: arrastão, a gíria vem da antiga polícia que arrastava todo mundo, explica*]. Fiquei preso no juizado dos 16 anos aos 18 anos e quando saí não era mais um ladrãozinho. Era um bandido e queria descontar o que havia sofrido.

O senhor revive essas histórias nos livros, foi dolorido escrever?

Luiz Mendes Escrever exorcizou bastante esse sofrimento, mas ainda tenho necessidade de escrever mais, e mais fundo. Gostaria de reescrever o *Memórias*, pois na época estava preso e havia situações que não podia mencionar, pois poderia me prejudicar na cadeia.

O que chama a atenção é que não se vê arrependimento.

Luiz Mendes Lógico, hoje você conversa com outro cara [*Risos. Pausa longa.*]. Estava em guerra e a fim de provocar o maior prejuízo, era vingança despropositada. O tempo diluiu a noção de culpa e não ficou arrependimento. Ficou forte o nome do guarda que matei, Delzinho [*O bando assaltava um posto de gasolina, o vigia reagiu e morreu com 22 tiros. Pelo excesso, Luiz foi condenado a 100 anos de prisão*].

Na penitenciária matou outra pessoa. Foi sobrevivência?

Luiz Mendes A história é simples: o cara queria me violentar e o matei com 47 facadas [*Longa pausa*]. É complicado conviver diariamente confinado com 10 ou 12 pessoas. Sentir

os cheiros, o hálito, os ruídos da visita íntima. Todo mundo sofrendo e querendo sair. E o vizinho é a próxima vítima, pois dor quando não é extravasada se transforma em revolta e ódio. Um ambiente carregado emocionalmente, impregnado de solidão. Essa perdura até hoje. Desde pequeno vivo sozinho. Minha vida é solidão, hoje assumida e até querida. [Aponta para o cachorro Chicão] Olha meu companheiro aí.

O que é liberdade para o senhor?

Luiz Mendes Me apaixonei por filosofia mas não conhecia nada. Escrevi para a PUC contando a minha história. A Dr^a Rachel Gazolla de Andrade [*Hoje diretora da pós-graduação da Faculdade de Filosofia da PUC*] respondeu. Foram cinco anos de intensa troca de correspondência que fez com quem me aprofundasse no estudo de filosofia. Descobri o existencialismo. Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir. *L'enfer c'est les autres* [O inferno são os outros]. O inferno é a ausência dos outros, a solidão, a miséria interior. Não sei se respondi à pergunta sobre liberdade, sou a pior pessoa para falar sobre esse tema [*Risos*]. Se for para falar sobre prisão é comigo [*Risos*].

E como surgiu o interesse pelos livros?

Luiz Mendes Quando cometi o crime na Casa de Detenção fui desterrado e levado para tirar castigo na cela forte [*Espécie de solitária*] em Presidente Venceslau. Descobri que tirando a água da privada era possível conversar com o ocupante do xadrez em frente e foi dessa maneira que conheci o poeta Henrique Moreno. Durante a madrugada o Moreno me contava sobre os livros que havia lido, a primeira história que ele me contou foi a saga de Jean Valjean, de *Os Miseráveis*, de Victor Hugo. Quando saiu do castigo me enviou duas pilhas de livros e um rascunho de uma carta para a minha mãe, para que eu copiasse e enviasse a ela. Apreendi a ler e a escrever por meio dessas cartas, único meio de comunicação com o mundo. Os livros me salvaram de mim. Fiz os supletivos e percebi que podia ensinar as pessoas. Alfabetizei “trocentos” presidiários usando papel sulfite e duas pilhas de revistas, tesoura e cola. Durante dez anos ministrei aulas de História e Português do Telecurso 2000, na Casa de Detenção e outras penitenciárias por onde passei.

E como foi o vestibular de Direito da PUC?

Luiz Mendes Em 1979 saiu a lei que permitia ao preso ter acesso ao curso superior. Não especificava que tipo de preso, aproveitei a brecha e em 1982 prestei vestibular para Direito na PUC. Acordava às 5 horas da manhã, tomava meio caneco de café gelado e enfiava a cara nos livros. O exame era concorrido, 5.000 candidatos para 450 vagas: passei em primeiro lugar. Em 1983 entrei com pedido para frequentar as aulas, mas estava condenado a 132 anos de reclusão, o juiz não permitiu. Batalhei e consegui derrubar a pena para 49 anos. Em 1984, por intermédio do cardeal Dom Paulo Evaristo [*Reitor da PUC*], consegui chegar ao secretário de Justiça do Estado, José Carlos Dias, e daí até o juiz, que autorizou a frequência às aulas. Saía às 3 da manhã para a PUC e voltava às 18 horas para o presídio.

E por que desistiu do curso?

Luiz Mendes Não desisti, truta, cáí fora [*Risos*]. Não queria ser advogado, estudava apenas para mexer meus papéis. O meu negócio é história. Fugi mesmo, fiquei 45 dias foragido e voltei ao crime. Fui capturado depois de um assalto errado a um doleiro. Havia batalhado tanto para entrar na faculdade e fiz a besteira de cair de novo no crime, entrei numa depressão profunda. Quem sou eu? Sou um assaltante, uma pessoa que gosta de dar tiro nos outros? Quando minha mãe me visitava eu questionava sobre minha infância e fui registrando tudo. Passei a reconstruir minha história.

O escritor Fernando Bonassi o apoiou muito, como se conheceram?

Luiz Mendes O Fernando se tornou um grande amigo. Quando fui desterrado para a penitenciária de Presidente Venceslau, fiquei numa situação terrível, tinha filho pequeno para sustentar e o Fernando me ajudou muito. Nos conhecemos numa oficina de literatura que acontecia dentro da penitenciária, projeto chamado Talentos Aprisionados. Foi quando mostrei o manuscrito das *Memórias de um Sobrevivente*. Pensava que ninguém iria ler 500 páginas da história de um preso que tentava compreender a violência, o encarceramento e a dor. Bonassi achou o contrário, mandou datilografar e mostrou ao Dr. Dráuzio Varella, que levou para a Companhia das Letras.

O *Memórias* abriu algumas portas?

Luiz Mendes Sim. O Paulo Lima, da revista *Trip*, leu e fez questão de me conhecer. Criamos na revista a coluna Mundo Livre. Eu falando de dentro de um presídio e o Henrique Goldman [*Cineasta radicado em Londres*] do mundo aberto. A coluna continua, mas hoje não escrevo do fundo da cela. Falo do fundo da vida.

Depois veio o *Tesão e Prazer – Memórias Eróticas de um Prisioneiro*, lançado na Bienal do Livro de 2004.

Luiz Mendes Era uma necessidade de compreender o que foi e o que é essa vida pulsante que ardia em tudo o que vivi desde menino. Não havia nenhuma intenção erótica, apenas eu me olhando. Nada chocante. Alguma pessoa o considera sublitteratura, mas o livro foi traduzido para o cirílico e lançado na Rússia.

Em 2006 veio *Às Cegas*, uma continuação do *Memórias*.

Luiz Mendes Foi meu pior trabalho. A editora foi perfeccionista, quis tornar literatura respeitável, então secou o texto tirando toda a parte emocional, dizia que ninguém estava a fim de ler sobre massacre. Foi um sucesso e me tornei estrela na cadeia, e quando meu advogado, Luiz Eduardo Greenhalgh, vinha conversar ficávamos no salão nobre [*Risos*]. Os diretores tinham receio, pois eu sabia de tudo por ter trabalhado na burocracia da cadeia.

E como o senhor define seu estilo?

Luiz Mendes Ah, Graciliano Ramos é o meu mestre. Ele diz algo como “Temos que ser igual às lavadeiras, pegar a roupa e bater na pedra. Ensaboar, bater na pedra, olhar. Não está boa?, então volta a bater na pedra até ficar branco. Desensaboar e coloca para secar. O escritor é uma lavadeira. Tem de bater o texto até que esteja limpo”.

Em liberdade, o senhor escreveu o guia *O Que Você Precisa Saber para Ficar Livre de Vez*.

Luiz Mendes Esse guia é distribuído pela Secretaria de Segurança para os que estão saindo das cadeias, dá dicas de como tirar documentação, aonde ir, o que fazer. Foram feitas três edições de 70 mil exemplares.

Um best seller.

Luiz Mendes Na cadeia é. Quando saí quis abrir conta no banco. O gerente falou que o meu CPF fora cancelado. “Cancelado?” Um amigo perguntou: “Pagou imposto de renda.” “Tem que pagar?” [Risos] Nunca ninguém explicou nada disso e o guia orienta. O preso recebe a liberdade, mas não tem estrutura para voltar à sociedade. “Você está livre!” Me botaram em um ônibus sem um centavo no bolso. Cheguei ao Tietê [*Terminal Rodoviário*] completamente perdido. Deviam avisar: “Quando sair não vai ter emprego para você. O preconceito é enorme”. O Estado não tem nenhuma lei de proteção ao egresso. Estou há cinco anos fora, meu truta, e sem emprego fixo. Vivo na correria de dar palestra, oficina, mandar projeto para todo o lado [*Longa pausa*]. Eu não podia ter tirado esses trinta anos, deveria ter seguido carreira e provavelmente seria um catedrático. Absolutamente ninguém.

Qual foi sua impressão do mundo após 31 anos de reclusão?

Luiz Mendes O que mais impressionou foi o metrô. “Que coisa fantástica. O Brasil cresceu mesmo.” Desci na Estação da Sé, fui até a praça e vi aquele monte de gente com barba por fazer, olhos parados, crianças jogadas no chão. Quando tinha 13 anos fui para a rua, agora os meninos nascem na rua. relatei isso no livro *De Volta ao Mundo* [*Ainda sem editora*].

O sistema penitenciário recupera?

Luiz Mendes O sistema está falido há tempos. A sociedade precisa recuperar os elementos que um dia voltarão para a sociedade. Até então existia a lei do cano de ferro, anexo e cela forte; o PCC mudou esse quadro porque acabou com a lei do cano de ferro. Agora é a lei do desterro [*Transferência dos líderes para outros Estados*]. Prendem o moleque que furtou um xampu no mercado junto com o assaltante de banco, com o sequestrador e com o traficante. Prisão fechada é fábrica de monstro. Que cultura irá surgir? A cultura do crime. O moleque que furtou o xampu quando sai está sabendo onde comprar um fuzil, cocaína, como assaltar um banco ou como organizar um sequestro. Na cultura do crime a lei é inversa: criminoso é o bom; e o bom é o otário. São 160 mil presos nas 144 penitenciárias do Estado, sem contar a Detenção Provisória. No Estado de São Paulo, o índice de reincidência é de 75%. Todo dia saem 50 pessoas, ou seja, antes de sair ele já está condenado a voltar.

O senhor é um único ex-presidiário que faz parte do conselho de cidadania. Em sua visão qual seria a solução para conter a criminalidade?

Luiz Mendes A comunidade se envolver. A lei das execuções criminais determina que toda cidade com penitenciária ou cadeia constitua, é obrigatório, um conselho da comunidade. A comunidade tem de exigir que a polícia cumpra o seu papel – que não é o de bater ou matar. Todos os diretores de cadeia recebem uma verba para administrar, está explícito que também deve recuperar o criminoso. Se o preso quando sai não está recuperado quem deve ser penalizado? Quando recebe a liberdade ele até tem a intenção de viver uma vida legal, mas aquilo está dentro dele. Quando saí, entrava em loja e pensava: “Onde está o dinheiro? Como faço para roubar?” Demorei uns três anos para pensar como um ser social e hoje tenho para mim ideologicamente que o crime é uma covardia sem tamanho. Um cara com uma arma é um covarde. Eu era um moleque inconsequente com uma arma: “Passa a grana senão te mato!” Quebrava o cara e depois os PMs me quebravam na cadeia. “Vai, filho da p..., ajoelha.” Escrevi um texto, Deus Me Perdoe, em que conto a fuga depois do fracasso do assalto. Fugi de moto debaixo de chuva, segui pela Avenida Angélica. Precisava de um carro. Em uma fila dupla, em frente a um colégio, vi um Monza branco, saí colocando a arma na cara da mulher. A mãe queria proteger o filho de 4 anos, apavorado no banco de trás. Fui capturado e desterrado para Presidente Venceslau. Depois de muito tempo recebi a visita dos meus filhos. Quando o mais novo entrou na gaiola, se assustou e entrou em pânico. Quando me viu, chorou e correu para meus braços. Encostei o rosto e fiquei ali, querendo chorar e sem conseguir. Meu filho e o menino que eu assustara no Monza branco eram a mesma criança. Foi o momento em que mais me arrependi de minha vida e de todo o mal que fiz.

E agora em liberdade, qual seu sonho?

Luiz Mendes Ser escritor.

O Memórias já vendeu mais de 20 mil exemplares, acha pouco?

Luiz Mendes O escritor é um cara consagrado, truta, que todo mundo reconhece como escritor. Hoje sou apresentado não como egresso, e sim como o escritor Luiz Mendes. E se me chamar de egresso vou logo xingando. Socialmente e judicialmente estou reabilitado e não

devo nada a ninguém. Trinta anos não paga uma vida, mas socialmente está pago, então já era.

Qual sua visão dos advogados?

Luiz Mendes Conheci advogados decentes e éticos, mas também os “jogadores de areia”. Jogam areia nos olhos do preso para ele não enxergar nada [*Risos*]. Contam um monte de histórias com um palavreado que ninguém entende, mas impressiona, só que o preso continua enjaulado e, se não tiver dinheiro, é abandonado. Nas palestras que faço na Defensoria Pública digo: “A sociedade abandona a prisão nas mãos de carcereiros e da polícia. Pelo amor de Deus, vocês advogados são os únicos que podem oferecer alguma coisa pois entram nos presídios a qualquer hora. Então, vamos fazer alguma coisa”.

Quais são seus projetos?

Luiz Mendes Estou com 57 anos, estudei, tenho mente sadia. Não posso e nem quero vacilar. Espero viver para levar os meus moleques até um ponto em que caminhem sozinhos. Ninguém ensina a gente a sofrer, nem nossos pais. Ensinam a gente a se livrar do sofrimento, não a sofrer. No entanto, nós erramos e vamos sofrer. Uma coisa que aprendi foi o segredo dos livros. Não acho que os livros mudam as pessoas, acho que as pessoas transformam as pessoas. Disseram-me que sou um empreendedor [*Lê o rascunho de um texto*] “Outro dia um desses moleques crescidos que vivem cercando a biqueira [*Pontos de vendas de drogas*] para que os compradores o levem para uma ‘narigada’ me chamou de tiozinho otário. Ele passou de moto e quase me atropelou. Abri caminho e ele subiu para a boca. Não me conhece, não sabe do meu passado, só vê o meu presente. Otário é o contrário de malandro, é o trouxa que o ladrão rouba. Pensei e me senti vitorioso. Eu consegui. Até os malandros reconhecem que sou um otário”. [*Risos*] Graças a Deus sou um otário! De malandro conceituado no crime passei a ser otário. É uma honra.

ANEXO C – Entrevista de Luiz Alberto Mendes concedida a André Gonçalves, Samária Andrade e Wellington Soares, em abril de 2020. Revista *Revestres*.

André – Desde que deixou o presídio o seu trabalho sempre esteve ligado aos presidiários e às prisões. Você avalia por quê?

LAM – Eu não gosto muito de entrar em prisão [*Dá uma pausa e continua com maior ênfase*]. Eu não gosto de jeito nenhum! Porque ainda é opressivo pra mim. Mas eu sou convidado para oficinas, trabalhos sociais, e tenho um comprometimento com essa gente. Sem família, sem ninguém, eles não têm chance. O índice de reincidência em São Paulo é de 75%. Ou seja, quando o cara ainda está preso, já está quase condenado a voltar para a prisão. E voltam cometendo crimes mais graves. É uma tragédia social que me preocupa muito. Como é que vai ficar isso aí?

André – Com um índice de reincidência tão elevado, que solução você consegue imaginar? Qual o papel de trabalhos como as oficinas de leitura e escrita que você faz nos presídios?

LAM – Na prisão, pegam o moleque que roubou um xampu, o cara que assaltou um banco, o que sequestrou e matou, botam tudo junto e esquecem. A sociedade é omissa, abandona a prisão nas mãos de carcereiros e da polícia, trata o preso como se fosse uma bomba que se joga para o alto e ela fosse estourar longe. Mas estoura aqui mesmo! Que tipo de cultura vários criminosos podem produzir juntos? A cultura do crime, que envolve e impregna o preso. Ele não enxerga possibilidade de ser outra coisa. Penso que a solução seria a sociedade conhecer os presídios, oferecer uma possibilidade diferente às pessoas que estão lá. Você pode não ter como substituir a cultura do crime, mas tem como ultrapassá-la e oferecer a chance de escolha entre uma coisa e outra. Os livros e as pessoas que me trouxeram os livros me salvaram.

Samária – Em alguns crimes de grande comoção por vezes surge um sentimento de que a prisão não é pena suficiente. Existe uma pena maior do que estar preso?

LAM – É difícil, talvez dentro da homossexualidade [*Pausa*]. Nas oficinas de escrita, os presos heterossexuais evitam dinâmica onde haja toque físico, não gostam que se ponha a mão, para não parecer que são homossexuais. A prisão te endurece, quebra a sensibilidade. A gente fala que coração de malandro tá na sola do pé – pra pisar em cima e não sofrer. Nas minhas oficinas, eu conto minha própria história, pra sensibilizar e pra que eles acreditem em

mim, saibam que eu sou um igual. Eu tenho essa *respon*sa de falar porque passei por situações até piores que a maioria. Isso faz com que eu possa ser sensível com eles e eles comigo. Mas na maioria das vezes o cara bloqueia a sensibilidade.

Wellington - Que tipo de histórias você costuma contar nas oficinas?

LAM – Histórias que eu vivi. Na Casa de Detenção eu fazia parte do grupo de 25 presos que eram professores. Nós dávamos aulas do Telecurso [*Da Rede Globo*]. O Alex, preso que era meu aluno, disse: “Pô, por que vocês não arrumam uns filmes pra passar pra gente?”. No início eram 10 pessoas assistindo. Quando percebemos, tinham 400 pessoas! Passaram-se os anos e eu reencontrei o Alex noutra penitenciária, sendo faxina. E os caras da faxina eram todos do PCC [*Sigla para a organização criminosa Primeiro Comando da Capital*]. Eu pensei: “O Alex vai virar um puta bandido. Que pena”. Então há pouco tempo recebi um in box no face. Era o Alex, dizendo que casou, tem filhas, se formou em Jornalismo, é editor de um jornal. Tem outro cara, o Nelson Piedade, o único por quem eu botava a mão no fogo, que saiu em condicional e voltou seis meses depois com sequestros e morte. Pô, tem que ser muito criminoso pra fazer um sequestro! E tinha outro cara cruel – o Pantera – que me disse: “Quero eliminar o primeiro grau, mas não quero ir nas tuas aulas com esse monte de bunda mole”. De repente ele começou a frequentar as aulas e, quando eu fiquei encarregado da escola toda no presídio – 600 alunos – foi quem mais me ajudou. Há alguns anos comecei a acompanhar no facebook a página “Beco dos Poetas”. Fui ver o nome do administrador e era o Pantera! Hoje o Beco é editora, publica livros, promove saraus. São três histórias incríveis e com destinos diferentes.

André – Você conta histórias de algumas pessoas que se recuperaram e há o seu próprio exemplo. Vocês são exceção ou a história de vocês significa que, tendo condições, mais pessoas podem se recuperar?

LAM – Eu me recuso a ser modelo de qualquer coisa. Mesmo porque, sendo humano, temos defeitos e estamos sujeitos a erros. Claro que, conscientemente, eu procuro não errar. Mas eu posso dar mancadas, entende? [*Pausa*]. Tenho medo de não conseguir segurar a onda, medo de reagir mal em alguma situação de frustração ou maltrato. Então eu fico sempre um passo antes, fico detectando as situações de longe, me esquivo muito [*Faz silêncio*].

Wellington – Mesmo sendo autor de livros publicados por uma grande editora e tendo uma coluna na *Trip*, uma grande revista do Brasil, você nunca teve emprego com carteira assinada. Como é que você vê isso?

LAM – Por que os caras voltam pra cadeia? Porque não há apoio, confiança, respeito, na humanidade desses caras. Por outro lado, como você vai respeitar um cara que amanhã pode te dar um tiro? E você tem que duvidar do discurso tipo “eu não tenho preconceito com preso”. Meu, se você não tem preconceito, tá se arriscado a tomar uns tiros! O preconceito, nesse caso, é uma necessidade, uma possibilidade de defesa.

André – Certa vez no programa Provoações, de Antônio Abujamra, você disse que era uma pessoa “estupidificada” – estúpido, bestializado e embrutecido. Então, com as leituras, teve início o seu processo de “desestupidificação”. Você acha que esse processo tá concluído?

LAM – Eu ainda sou um estúpido [*Fala com convicção*]. Você considera que não seja um estúpido?

André – Às vezes, sou bastante [Pausa]. Qual é o papel da literatura dentro desse processo? O que ela traz pra quem está num universo limitado fisicamente e sem acesso ao mundo exterior?

LAM – Literatura é horizonte. Mario Benedetti [*Poeta uruguaio*] diz que existem muitos amanhãs e muitos “ontens”, mas só um hoje. O hoje é composto de amanhãs, porque é ideal, você tem sempre o pensamento de que vai ser melhor. No meu caso, a literatura ofereceu a oportunidade do amanhã. Eu era um jovem sem perspectiva, estava condenado há mais de cem anos e, quando comecei a ler, percebi que conhecia poucos metros quadrados além daquela cela, do meu bairro e do centro de São Paulo. Com a leitura conheci outros povos, situações, valores. Pude comparar e ver que meus valores não se sustentavam mais. Quando o cara escreve, impregna o texto com a alma dele. A literatura tem essa magia: você é capaz de encontrar a emoção do autor.

Wellington – A sua escrita é forte, direta, um tanto visceral. Que influências literárias lhe marcaram?

LAM – As pessoas me perguntam: “onde você descobriu esse estilo, agressivo, visceral?”. Eu falo: “nem sei se tenho estilo”. Mas se tenho algum, isso veio das cartas que escrevia na prisão. Aqui fora as cartas estão totalmente ultrapassadas, mas na cadeia elas são o único meio

de comunicação. E você tem que escrever de um modo que convença a pessoa a lhe responder e a lhe visitar. E manter contato com alguém na cadeia é um constrangimento: você vai ficar pelado, dá pulinhos. As cartas devem ser boas o suficiente para manter aquela pessoa ligada a você. Eu me empenhava de tal maneira que virei um especialista. Tive oito companheiras para quem mandava cartas. Namorei psicólogas, assistentes sociais, advogadas – que eu trazia para perto de mim pelas cartas. Escrevi muito para minha mãe também. Mas se você quer saber uma influência literária, eu sou apaixonado por Graciliano Ramos [*Autor de Memórias do Cárcere*]. Ele acreditava que a palavra não foi feita para enfeitar, mas para ser usada.

Wellington – Em textos e entrevistas você costuma se referir a relação com os pais da seguinte forma: rancor para com o pai e amor profundo pela mãe. Hoje você já consegue compreender melhor essa relação?

LAM – Na verdade eu amava meu pai. Mas era uma relação confusa. Ele era valentão e eu o admirava, queria ser igual a ele. Assimilei toda a violência e valentia de meu pai. Quis ser tão valente quanto ele. E tinha a maior bronca porque ele achava que eu era medroso, covarde. Depois, quando começo a me tornar um moleque problema, ele fica desgostoso e passa a me espancar. E fazia aquilo até com prazer sexual, um sadismo. Batia até cansar e sentava no sofá, ofegante. Ele morreu e eu não pude perguntar: por que ele bebia tanto e tão desesperadamente? Precisamos discutir mais as drogas. Algumas pessoas encontram fuga na droga, na bebida, no consumismo, mas do que estão fugindo? Da existência? Isso sempre me preocupou e eu nunca soube responder. Já minha mãe era minha aliada, escondia o que eu fazia de errado. Ela me visitava na prisão e a gente conversava por sete horas. Eu assistia novela pra conversar com ela, ela lia os livros que eu gostava pra conversar comigo. Nós tínhamos muita cumplicidade. Ela sabia exatamente quem eu era e não tinha ilusão a meu respeito. Ela achava que eu seria bandido o resto da vida [*Pausa demorada*]. Ela julgou errado.

Samária – Você foi o primeiro preso de São Paulo a fazer vestibular e o primeiro em classificação na área de Humanas na PUC, sendo aprovado para Direito. Já fazendo o curso, fugiu da cadeia. Por que fez isso?

LAM – Fugi. Abandonei uma luta de anos [*Nova pausa demorada*]. As pessoas pensam que foi de bobeira, mas não foi. Eu tinha uns amigos que queriam que eu trouxesse arma pra dentro do presídio. Eu não podia fazer isso, mas por outro lado eu tinha um compromisso com aqueles caras. Eles não compreendiam porque eu não os ajudava, não entendiam meus

escrúpulos. Então preferi ir embora do que fazer coisa pior. Eu fui até a casa de minha mãe e disse: “ô, tô fugindo”. Imagine como foi dramático! Minha mãe falou: “Pois não seja preso novamente, porque eu nunca mais vou lhe procurar”. E eu disse: “prefiro morrer a ser preso”. “Pois morra” – ela disse. Um tempo depois fui preso num tiroteio. Escrevi pra minha mãe contando que estava vivo e preso. Não pedi pra ela me visitar. Uma semana depois, vi minha mãe subindo as escadas. Aquele foi um dos momentos em que tive mais medo na minha vida [*Fala mais devagar e com pausas*]. Medo de uma tampinha, uma mulher de 1 metro e 42 (Ri). Eu temi a reação dela. Aí ela abriu um sorriso, me beijou e abraçou. Lembrar essas coisas ainda dói [*Quando conclui tem os olhos cheios d’água*].

Wellington – No livro *Memórias de um sobrevivente* você fala sobre a questão da sexualidade nos presídios, com histórias de assédios e o risco de ser estuprado. Você chegou a um ponto em que teve que matar uma pessoa. Como esses assédios acontecem?

LAM – Os caras novos que chegavam já eram “vendidos”. Os mais velhos diziam: “vai pra cela tal. Você é meu, eu te comprei”. E o pagamento era cigarro, maconha. Os caras encostavam a faca ou jogavam o cobertor na cabeça, e *tchum*, já era. Como eu já tinha um nome de bandido, eles tinham um certo respeito por mim. Mas tinha um cara que me perseguia. Uma vez me chamou no xadrez e, quando eu entrei, já fui mandando facada. Ele morreu depois de uma luta demorada. Eu levei muito murro, fiquei machucado, fui pro hospital. O cara tomou 47 facadas. Quando ele caiu no chão eu tava enlouquecido, fora de mim, fiquei um monstro. Fui absolvido por legítima defesa, mas, pelo excesso de golpes, condenado a um ano e seis meses. É difícil lembrar isso. Eu penso: “eu podia ter feito diferente”. Mas não dá pra modificar o que passou.

Wellington – A partir desse acontecimento, os outros presos te deixaram em paz?

LAM – Não. Até os 30 e poucos anos tinha sempre alguém me perseguindo, só que eu metia a faca. Tinha até contado outras histórias nos originais do livro, mas a Companhia das Letras [editora] pediu para eu modificar. O *Memórias de um sobrevivente* tinha mais de 800 páginas e a editora fez eu cortar metade. Disseram que ia massacrar o leitor com aqueles acontecimentos. E ia mesmo – eles aconselharam bem. Só que a realidade não foi contada. Ali tem 10% da verdade.

André – Uma discussão recente que divide opiniões no Brasil diz respeito à redução da maioria penal. O que você pensa sobre isso?

LAM – Sou absolutamente contra. Reduzindo a maioria penal, vão começar a usar a molecada ainda mais nova. daqui a pouco vão criminalizar aos 14 anos, o cara pobre já vai nascer criminalizado. E isso não resolve nada: apenas 1% dos crimes hediondos é creditado aos menores de idade. Com as medidas socioeducativas baseadas no ECA [*Estatuto da Criança e do Adolescente*] os moleque têm 30% de reincidência, muito menos que os adultos [*Que têm 75%*]. Na cadeia não existe a mínima preocupação em recuperar ninguém. Os presos vivem em situação extremamente precária e a maioria dos presídios no Brasil é igual ao Irmão Guido [*Penitenciária que fica em Teresina, Piauí, onde Luiz Alberto fazia uma das oficinas*]. Você conhece a Irmão Guido?

André – Não

LAM – Nossa, aquilo ali é uma das piores coisas que já vi! Na cela de triagem a telha é de zinco, quando o sol bate é um forno elétrico. Em São Paulo, embora haja superlotação, as penitenciárias são melhores. Mas saindo do eixo Rio-São Paulo a situação é sub-humana. No Brasil todo a maioria são cemitérios em vida. E essa é uma situação que todo muito aceita.

Wellington – Você foi procurado para transformar suas memórias em filme. O que você pensa sobre filmes nacionais que enfocam a violência, a polícia, a vida nos presídios ou na periferia e tiveram grande repercussão, como *Tropa de Elite* e *Cidade de Deus*?

LAM – A primeira parte do livro é bacana, a descrição do Carandiru é perfeita. Mas aí tem as histórias de doze pessoas, meu, tudo é mentira! O filme foi feito em cima de mentiras. O Dr. Drauzio era médico dos caras. Você acha que o preso vai falar para o médico que cuida dele por bondade: “ô, eu matei, eu roubei, e eu fiz isso porque eu quis, eu gostei de fazer isso”. Eu conheci os caras que falaram com o Drauzio, meu, era tudo bandido. Mas parece que só eu que roubei e matei porque quis. O resto do mundo é inocente e eu sou o culpado.

Samária – Sobre a possibilidade de mudança dos indivíduos, você considera que as pequenas corrupções do dia a dia podem dizer algo de significativo sobre a personalidade ou índole das pessoas?

LAM – As pessoas são muito ricas. E são passíveis de tudo, né? O homem é um constante devir, uma capacidade infinita de vir a ser, uma viração. Então é difícil prever e até raciocinar sobre o ser humano. O Bernard Shaw [*Dramaturgo inglês*] dizia: a única pessoa que me conhece é meu alfaiate, porque toda vez que eu vou lá ele tira as minhas medidas.

Samária – Depois de tanto tempo preso, o que você mais estranhou ao sair?

LAM – Assim que saí, não conseguia andar na rua, tinha perdido o mecanismo de me desviar das pessoas. Eu andava e ia batendo nos outros, voltando, eu não conseguia furar o bloqueio. Eu dava voltas enormes pra não enfrentar multidão.

Samária – E o que mais gostou ou lhe impressionou?

LAM – Eu fiquei mais de trinta anos sem ver cachorro. Então, quando saí, fui pra casa da minha sobrinha, que tem quatro cachorros enormes, e vi: que coisa incrível, que vida são os cachorros! Se eu vejo um cachorro passando na rua, sei a raça, média de idade, se é abandonado ou tem dono. Outra coisa incrível é o mar. Eu fui morar em Barra do Piraí [*Rio de Janeiro*] e comecei a frequentar o mar. Vinham aquelas pessoas na pranchinha, zuuuuum, meu Deus, como é que pode? Até hoje gosto de olhar a terra afundando e a água do mar entrando na areia. As árvores também me impressionaram. Eu comecei a frequentar parques e a adquirir livros de fotógrafos especialistas em árvores. Já estou há 11 anos fora, mas continuo achando muitas coisas extraordinárias! Essa comida aqui foi da hora, principalmente a paçoca. Ainda tem mais?

André – Jorge Luís Borges acreditava que toda escrita é autobiográfica, ainda que isso não fique claro para o leitor. Ainda falta muito pra falar de você ou você já falou tudo o que queria?

LAM – Falta tudo! Eu sou outro. Amanhã tenho outras histórias pra contar. Vou contar desse almoço, essa conversa. Vocês me transformam e eu transformo vocês. A vida é assim: transforma a gente a todo instante.

ANEXO D – Conto “Cela forte”, de Luiz Alberto Mendes, publicado, no livro *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*, em 2005, organizado por Ferréz.

Estava só com a ponta do nariz do lado de fora. Todo coberto, deitado na cama e lendo *Luzia Homem*, um romance que me prendia a atenção demais. Eram dezoito horas, aproximadamente, horário da troca de plantão dos guardas. A contagem passaria dali a instantes, e eu aguardava, como todo preso, pronto para ser contado. Almas concretas, densas até os ossos. É voz corrente que o preso só faz falta se não estiver na hora da contagem. No mais, é apenas número, inteiramente desprovido de importância.

Repentinamente a cela foi aberta, de sopetão. Cerca de dez guardas invadiram, todos armados de canos de ferro. Assustado, saltei da cama e coloquei-me de costas contra a parede, conforme mandava o regulamento. Fiquei ali em suspense, pronto para o pior. Um espasmo na garganta. Aquilo nunca acaba, nem por um segundo. Eles reviraram a cela de pernas para o ar.

- Abaixa o calção! Diz um dos guardas, raivosamente.

- Levanta o saco!

- Agacha!

- De novo! Me fez repetir o gesto três vezes. Eu parecia uma mola para baixo e para cima. Provavelmente pensavam que escondesse uma metralhadora, ou sei lá o que, no cu. Era extremamente humilhante. Me encolhi, com meu exército de palavras desmantelado e minha alma menos minha.

Determinaram, sem mais explicações, que eu me vestisse e os acompanhasse. Intimidado pelo ar ameaçador, caras patibulares e o cano de ferro na mão deles, mais que depressa os atendi. O frio doía nos ossos. Era inverno pintado a negro. Daqueles rigorosos invernos paulistas de há cerca de trinta anos atrás. Estávamos no maio de 1973. Por último, vesti japonesa grossa de lã. Peça do uniforme de presidiário da Penitenciária do Estado de São Paulo, naquele tempo.

- Acompanhe-nos! – vociferou o guarda do alto de sua superioridade e prepotência, mais uma vez.

Descemos ao porão. Alguns à minha frente e outros atrás. Era o setor das celas-fortes. Se bem que não conhecesse nenhuma cela “fraca” por ali. Dentro de uma das celas, mandaram que me despisse. Não estava entendendo nada. Seguia apenas o que me era determinado, muito perplexo e assustado. Era recém-chegado à “ilha de pedra”, portanto fiquei nu instantaneamente, na defensiva, esperando o que viria a seguir. Umas camadas de

ferro, talvez. Mas por quê? Eu sabia que isso de motivo era fácil deles encontrarem. Há um ano eu vinha sendo espancado e jogado em celas-fortes a troco de qualquer coisa. Era um abismo, por dentro. Transbordava de meu corpo, rompendo todos os limites. Ardia a riscar de relâmpagos todas as tempestades.

Para minha surpresa, os guardas saíram chutando minha roupa. Quando me dei conta do que acontecia, a porta de aço foi violentamente batida em minha cara. Um cânion parecia abrir-se à frente de meu olhar.

Entrei em pânico. A cela estava nua como eu. As paredes eram úmidas, escorriam filetes de uma água grossa com óleo. Havia um húmus esverdeado decorando-as, quais margens da passagem dos rios de filetes. O chão era de caquinhos de cerâmica. A janela bloqueada por grossa chapa de ferro, com furos milimétricos para entrada do ar gelado, cortante. Do teto, em dois cantos, enormes teias de aranha. Na hora me assustaram. Eram grandes. Depois as abençoei. Minhas amigas do coração.

O frio fazia estremecer e arrepiar. Meus poros eriçaram. Os dentes ameaçaram bater. A visão coalhava, filtrando dores e sofrimentos possíveis.

Grudei na porta de ferro gelada, como se do buraco por onde os guardas nos espiavam pudesse vir alguma salvação. Meu coração estava aos pulos, corpo encolhendo e mente a mil. Não sabia o que pensar, o que estava fazendo ali?

Demorou eternidade, não aparecia mais ninguém. Então passou o guarda com a contagem. Como se ele se importasse, perguntei o que estava acontecendo. Por que me colocaram ali, pelado daquele jeito.

- Você está em regime de castigo! – respondeu com prazer.

O punhal de seus olhos me atravessava, cristalizado.

- Mas por que, não fiz nada...

- Ordens superiores.

E saiu andando, como se essa fosse toda a informação possível, deixando-me mais estupidificado ainda. Ordens superiores! Mas que “superiores” são esses, que porra era aquilo?

Já ouvira falar sobre o regulamento da Casa. Os primeiros dez dias de quem entrava para o regime de castigo deviam ser cumpridos nu, sem absolutamente nada na cela. Só o preso. Parece que ouvia os passos da dor andando atrás de mim e sofri gelado, por entre os dentes.

Não podia ser. Com certeza havia algum engano. Nada fizera para ser jogado em tão absurda condição. Aquilo não estava acontecendo comigo. Comecei a andar de um lado para o outro na cela. Logo o engano seria descoberto e eu sairia, sem dúvida.

O frio fazia bater os dentes e tremer as pernas quando parava. O guichê caiu violentamente, me atirei contra ele. Era outro preso. O faxina. Estava distribuindo água, quer dizer, enchendo nossos copos de água. Seus olhos gulosos percorreram meu corpo desnudo. Fiquei envergonhado e muito ofendido. Calei-me. Toda minha capacidade de indignar-me estava agora recolhida. Só queria sobreviver.

- Como é seu nome?

- Carlão, que mora ali em frente, pediu para você tirar a água da privada, quer conversar contigo – disse o homem com sua voz cansada e pastosa.

- Você sabe por que estou aqui? – perguntei aflito.

- Não, mas esses dias sai publicado no Boletim Diário, então ficarei sabendo e te falarei. Tenha paciência e espere.

Sua voz era dura, como suas pupilas de aço.

Após pausa estudada e outra longa e humilhante lambida de olhos em meu corpo, disse-me:

À noite vou te trazer um rolo de papel higiênico. De manhã apanho de volta. Os guardas do choque virão revistar todas as celas logo cedo.

Não entendi bem; o que tinha a ver papel higiênico com frio? Mas agradei e fui novamente agredido com aquele olhar libidinoso. Um dia eu me vingaria desse filho duma puta!, pensava. Estava vivo, mesmo que dentro daquele labirinto; ainda conseguia odiar mortalmente.

Atônito, sem jeito, foi a melhor batalha para tirar a água da privada. Alguém já tentou? É muito difícil para quem não tem experiência. Mas assim que, cansado, comecei a vencer a luta com a água, o maior burburinho invadiu a cela. Vozes pontudas, arrastadas. Olha o mundo de volta!, percebi, surpreso.

- Quem é que está ligando o telefone? – perguntou voz rude, entonando desconfiança, saindo de dentro da privada.

Questionou outra voz:

- Quem é você?

Relutante, enfiei a cara na “boca do boi” (privada) e dei meu apelido. Queriam saber por qual motivo eu viera para a cela-forte.

Eram os dois presos da cela-forte em frente à minha. Gente, que bom! Abri um largo sorriso. Os encanamentos daquelas privadas davam para uma única caixa de esgoto, que promovia a ressonância.

Diante da minha ignorância dos motivos, ambos não sabiam o que me dizer. Aquele de voz rude era o Carlão. Havia feito uma chacina no pátio de recreação. Chegara dias antes de mim. Matara três presos e ferira gravemente mais meia dúzia. O outro era o Tico. Este matara dois presos na Casa de Detenção. Um desses baianinhos tinhosos que gostavam de meter a faca nos outros por qualquer motivo. Já conhecia a fama de matadores deles. Sabia quem era quem. Claro, estava plugado ao ambiente. A fama e o conceito de matadores, de certo modo, intimidavam bastante. Ao contatá-los, se sabia que ao menor deslize por ali não haveria perdão. Era preciso ficar esperto com as palavras e não se mostrar intimidado, por mais que estivesse.

- Não esquentar a cabeça, maninho, estou condenado a mais de cinco anos só de cela-forte e estou aqui firmão. Você sai logo, não fez nada...

Carlão tentava me conformar. Acabou me assustando mais ainda. Cinco anos ali dentro, sem sair? Melhor morrer logo de uma vez.

Orientou-me para que, quando o Lauro (o faxina) me trouxesse o papel higiênico, enrolasse pelo corpo, qual fosse uma múmia. O segredo era fazer ginástica o tempo todo, me manter aquecido e cansar para conseguir dormir um pouco. Caso contrário, iria sofrer muito e havia risco de enlouquecer. Muitos enlouqueceram naquela cela-forte, diziam-me. Andar para lá e para cá, cantar, pular, gritar, eram alternativas. Não podia é ficar me masturbando como macaco. Minava as energias, estupidificava e tirava o sono. De vez em quando, tudo bem, fazia parte. Era preciso sobreviver às sombras da noite e largas insônias.

- Vou ficar acordado a noite toda contigo. Chama sempre que quiser conversar. Estamos contigo, irmãozinho. O Tico ficará de dia, certo?

Logo apareceram outros companheiros, dos andares acima, que estavam em regime comum. O “boi” permitia a comunicação com dez celas acima. Havia solidariedade e companheirismo. Era nosso fedorento e nauseabundo veículo de comunicação. Aquela era a parte mais nobre da cela. Só que era preciso ter estômago. Subia o maior cheirão de merda o tempo todo. A todo instante, vinha o barulho de descargas e o fedor se intensificava. Com o tempo, acostumava, diziam os outros. Achei difícil.

Todos queriam colaborar para minorar meu sofrimento. Não conhecia quase ninguém ali, mas minha posição, de estar ali nu e sofrendo o frio intenso, me fazia protegido de todos.

Carlão mandaria um sabonete e um pedaço de linha. Ferramentas superúteis na “pescaria” via encanamento do esgoto.

O faxina trouxe o papel. Mal chegou e já me enrolei todo e fiquei ali, ao pé da privada, lamentando minha sorte. Desenrolava, pulava, corria, quando começava a suar enrolava tudo novamente para conservar o calor. Infinitos minutos mais velho, sofri aquela noite fechada em azul-escuro. Parecia não acabar mais.

Fiquei feliz quando o dia clareou pelos fios de luz solar que vinham da janela blindada, furando a escuridão. A vida intentava renascer, no dia premeditado. O faxineiro retirou o papel, serviu café ao leite quentinho e pão com manteiga. Delicioso! Quentinho... Que fome danada! Também, pulando a noite toda, só podia dar fome mesmo!

Logo atrás, vieram os brutamontes do choque, com toda a valentia que os caracterizava diante de um preso nu e indefeso.

Aprendi a amarrar a linha no sabonete e fazê-lo descer pelo esgoto. Lá das celas de cima, companheiros jogavam linha mais forte, com duas pilhas pequenas na ponta. Então se iniciava a pescaria nos encanamentos. As linhas se enroscavam, eu a puxava. A linha forte seria o condutor para cigarros, fósforos e drogas que vinham dos andares acima. A vida era dura, mas a gente resistia. O que seria de nós sem aquela santa privada...

No terceiro dia, fui informado, oficialmente, que havia sido condenado a seis meses de cela-forte e seis meses de cela comum, em regime de observação. O motivo era o homicídio que cometera na Casa de Detenção cerca de seis meses atrás. Fora legítima defesa, como ficou provado em júri popular, posteriormente.

Já havia cumprido castigo de dois meses pela falta disciplinar. Era demais, a revolta me fez chorar. Ódio espesso corroía por dentro qual ácido quente. Era pior que a morte. Se morresse, pensava que, pelo menos, tudo se acabava. Ali tudo continuaria em dor. A fúria das chamas e a raiva de todos os ventos me avassalavam. Dominar-me era quase impossível. Um fio de seda conservava minha lucidez.

O frio era de matar. Havia três dias não dormia. Enrolado em papel higiênico (veneranda invenção!), deitava e desmaiava de cansaço. dez minutos depois acordava todo congelado. Era preciso pular e correr para reaquecer. No máximo conseguia dormir trinta minutos. Acocorava no canto da cela, coberto com um lençol de papel higiênico costurado. Carlão fazia o que podia. Entretinha-me em longas conversas para que não desesperasse. Meu anjo da guarda.

No oitavo dia já não suportava mais. Discuti com o guarda, fingi falta de ar. Tossia como um cachorro louco. Implorei para ir ao médico. O homem ficou com dó de me ver tremendo, falando descompassadamente. Meu anjo da guarda.

Deram-me uniforme. Fui escoltado por dois guardas do choque, para o médico. Passei pela gaiola de ferro, e lá estava o Cirane, Chefe de Disciplina, e o Vigilante central. Ambos superagasalhados, me olhando. Invejei-os profundamente. Xaxu, um velho amigo, me alcançou e mesmo sob o olhar ameaçador dos guardas conversou comigo:

- Pô, meu, cê tá azul de frio!

Em seus olhos havia uma piedade profunda, quase chorava ao me olhar. Também quase chorei de dó de mim mesmo.

O médico, já alertado pelo companheiro que trabalhava no ambulatório, só de me olhar receitou injeção e determinou, por escrito, que minhas roupas e colchão me fossem entregues.

Saí do ambulatório feliz da vida. Não me tomariam as roupas quentinhas que eu vestia, graças a Deus! Xaxu discutia com o Cirane. Chamava-o de desumano: todo de sobretudo, cachecol e touca, e o “menino” (eu tinha vinte e um anos) ali, roxo de frio. Dizia quase gritando, acintosamente, com o homem.

Ainda pude ver quando este saiu andando com passos duros e apressados para o lado da administração. Pensei fosse colocar o Xaxu no castigo também pela sua ousadia em intimá-lo. Fiquei muito preocupado.

Na cela, as roupas me foram tomadas novamente. Quis discutir. O médico havia autorizado a devolução de minha roupa! Fui ameaçado de ser espancado. Calei. Em segundos, congelei. Esperei e cheguei à conclusão de que o médico não possuía autoridade alguma. Xinguei aos berros. Filho da puta! Já entrando em paranoia total.

A porta se abriu:

- Cuidado com esse! Está desesperado!

Juntaram-se os guardas à porta para me ver chorar feito criança.

Em seguida, o faxina entrou na cela arrastando um colchão verde, minha coberta e minha roupa.

Em virtude da desumanidade daquele castigo, demonstrada pelo Xaxu ao Cirane, o Chefe de Disciplina exigiu do Diretor Penal sua imediata extinção. Nesse dia histórico, depois de anos de vigência e muito sofrimento, foi excluído do Regimento Interno, o castigo disciplinar dos dez dias nu.

Estava havia nove dias sem tomar banho e sem dormir direito. Coberto por um grosso cascão que, em parte, até protegia do frio. Daquele jeito mesmo, enrolei-me em deliciosos cobertores e desmaiei no colchão, chorando de alívio. Dormi dois dias seguidos. Nem para me alimentar queria acordar. Estava no paraíso e não queria mais nada.

Carlão também pôde dormir. Devo-lhe favores de valor inestimável, impagáveis. Inúmeras vezes ouviu meu desespero e me acalmou sempre. Foi morto pelo Choque de Polícia Militar na rebelião de 1987, na Penitenciária do Estado. Que Deus o tenha pelo bem que me fez!